This is a digital copy of a book that was preserved for generations on library shelves before it was carefully scanned by Google as part of a project to make the world's books discoverable online.

It has survived long enough for the copyright to expire and the book to enter the public domain. A public domain book is one that was never subject to copyright or whose legal copyright term has expired. Whether a book is in the public domain may vary country to country. Public domain books are our gateways to the past, representing a wealth of history, culture and knowledge that's often difficult to discover.

Marks, notations and other marginalia present in the original volume will appear in this file - a reminder of this book's long journey from the publisher to a library and finally to you.

Usage guidelines

Google is proud to partner with libraries to digitize public domain materials and make them widely accessible. Public domain books belong to the public and we are merely their custodians. Nevertheless, this work is expensive, so in order to keep providing this resource, we have taken steps to prevent abuse by commercial parties, including placing technical restrictions on automated querying.

We also ask that you:

+ *Make non-commercial use of the files* We designed Google Book Search for use by individuals, and we request that you use these files for personal, non-commercial purposes.
+ *Refrain from automated querying* Do not send automated queries of any sort to Google's system: If you are conducting research on machine translation, optical character recognition or other areas where access to a large amount of text is helpful, please contact us. We encourage the use of public domain materials for these purposes and may be able to help.
+ *Maintain attribution* The Google "watermark" you see on each file is essential for informing people about this project and helping them find additional materials through Google Book Search. Please do not remove it.
+ *Keep it legal* Whatever your use, remember that you are responsible for ensuring that what you are doing is legal. Do not assume that just because we believe a book is in the public domain for users in the United States, that the work is also in the public domain for users in other countries. Whether a book is still in copyright varies from country to country, and we can't offer guidance on whether any specific use of any specific book is allowed. Please do not assume that a book's appearance in Google Book Search means it can be used in any manner anywhere in the world. Copyright infringement liability can be quite severe.

About Google Book Search

Google's mission is to organize the world's information and to make it universally accessible and useful. Google Book Search helps readers discover the world's books while helping authors and publishers reach new audiences. You can search through the full text of this book on the web at `http://books.google.com/`

Esta é uma cópia digital de um livro que foi preservado por gerações em prateleiras de bibliotecas até ser cuidadosamente digitalizado pelo Google, como parte de um projeto que visa disponibilizar livros do mundo todo na Internet.

O livro sobreviveu tempo suficiente para que os direitos autorais expirassem e ele se tornasse então parte do domínio público. Um livro de domínio público é aquele que nunca esteve sujeito a direitos autorais ou cujos direitos autorais expiraram. A condição de domínio público de um livro pode variar de país para país. Os livros de domínio público são as nossas portas de acesso ao passado e representam uma grande riqueza histórica, cultural e de conhecimentos, normalmente difíceis de serem descobertos.

As marcas, observações e outras notas nas margens do volume original aparecerão neste arquivo um reflexo da longa jornada pela qual o livro passou: do editor à biblioteca, e finalmente até você.

Diretrizes de uso

O Google se orgulha de realizar parcerias com bibliotecas para digitalizar materiais de domínio público e torná-los amplamente acessíveis. Os livros de domínio público pertencem ao público, e nós meramente os preservamos. No entanto, esse trabalho é dispendioso; sendo assim, para continuar a oferecer este recurso, formulamos algumas etapas visando evitar o abuso por partes comerciais, incluindo o estabelecimento de restrições técnicas nas consultas automatizadas.

Pedimos que você:

- Faça somente uso não comercial dos arquivos.
  A Pesquisa de Livros do Google foi projetada para o uso individual, e nós solicitamos que você use estes arquivos para fins pessoais e não comerciais.

- Evite consultas automatizadas.
  Não envie consultas automatizadas de qualquer espécie ao sistema do Google. Se você estiver realizando pesquisas sobre tradução automática, reconhecimento ótico de caracteres ou outras áreas para as quais o acesso a uma grande quantidade de texto for útil, entre em contato conosco. Incentivamos o uso de materiais de domínio público para esses fins e talvez possamos ajudar.

- Mantenha a atribuição.
  A "marca dágua" que você vê em cada um dos arquivos é essencial para informar as pessoas sobre este projeto e ajudá-las a encontrar outros materiais através da Pesquisa de Livros do Google. Não a remova.

- Mantenha os padrões legais.
  Independentemente do que você usar, tenha em mente que é responsável por garantir que o que está fazendo esteja dentro da lei. Não presuma que, só porque acreditamos que um livro é de domínio público para os usuários dos Estados Unidos, a obra será de domínio público para usuários de outros países. A condição dos direitos autorais de um livro varia de país para país, e nós não podemos oferecer orientação sobre a permissão ou não de determinado uso de um livro em específico. Lembramos que o fato de o livro aparecer na Pesquisa de Livros do Google não significa que ele pode ser usado de qualquer maneira em qualquer lugar do mundo. As conseqüências pela violação de direitos autorais podem ser graves.

Sobre a Pesquisa de Livros do Google

A missão do Google é organizar as informações de todo o mundo e torná-las úteis e acessíveis. A Pesquisa de Livros do Google ajuda os leitores a descobrir livros do mundo todo ao mesmo tempo em que ajuda os autores e editores a alcançar novos públicos. Você pode pesquisar o texto integral deste livro na web, em `http://books.google.com/`

A 810,082

PROPERTY OF THE
University of Michigan Libraries
1817
ARTES SCIENTIA VERITAS

Portuenses illustres

TOMO I

DO MESMO AUCTOR

(PELOS MESMOS EDITORES)

A Geração nova — Os novellistas. 1 volume. 1886.

Portuenses illustres — Tomo II (*No prelo*).

BRUNO

BRUNO

Portuenses illustres

TOMO I

PORTO
LIVRARIA MAGALHÃES & MONIZ, EDITORA
11, Largo dos Loyos, 14
—
1907

CT
1364
.S22
v. 1

Porto Typ. Progresso de Domingos Augusto da Silva & C.ª
Largo de S. Domingos, 15

55597 176

Anteloquio, rapido, se necessita que da conclusão succinto aviso exare:

Pelo pae e sogro leonez Affonso VI a sua filha D. Thereza—ou Tareja—e a seu genro o conde D. Henrique na dadiva de *Portucale* feita, o remate d'esta obra insistirá em que por *Portucale* se não deve lêr, traduzindo, «Portugal» antes que, traduzindo, lêr se deva «O Porto.» Traduzir cabe *O Porto*, não «Portugal»; dizer não o condado de Portugal, mas sim o condado do *Porto*. Isto tem ao deante muitissimo mais importancia do que parece agora, que parece que nenhuma tem. Assim, quando Camões disse que n'esta cidade tivera origem o nôme eterno de Portugal, o que elle devera dizer era que o nôme d'esta cidade é que fôra o nôme *Portugal*. De modo que o que vem a ser «Portugal» resolve-se em ser «O Porto» prolongado d'aquem e para além.

Esta confusão de *Portucale*, entendido (quando e onde excede) por *Portugal*, e não strictamente por *O Porto*, como aliás ahi entendido deva ser, dá logar a mysteriosas confusões e gera difficuldades inextricaveis a dentro da primitiva historia do paiz, independente já ou inda não.

Mais. O remate d'esta obra demonstrará que o *Porto* nunca foi do Bispo do Porto e apurará não só o que do Bispo do Porto fôra mas como foi que a Sé Portuense o perdeu. O engano passa por certeza assente, trivial, expressa no uso da locução vulgar. A moeda falsa corre por ouro de lei. Em geito que, ao contrario, figure de temerario paradoxo e resulte inverosimil verdade o que aliás ser devera simples logar commum. Este erro prodigioso — de que a cidade do Porto foi do Bispo do Porto — é prodigioso que Alexandre Herculano, primacial,

não só o não descobrisse como ainda n'elle se fundasse e tanto contribuisse, pois, por sua justa auctoridade eminente, para o firmar e espalhar. (Ao Porto, p. ex., Canaes, em seu indice designando-a, lhe chama «Cidade Episcopal.» Jámais! Nunca o foi. A cidade do Porto nunca foi cidade episcopal, nunca pertenceu a seu Bispo). A historia do modo como a Sé Portuense soffreu a perda que soffreu está, na seriação de seu processo consecutivo, por contar ainda; esta obra, em seu remate, a contará.

Mas, antes d'esse remate e conclusão, esta obra exporá perante seus leitores um complemento aos varios capitulos de que seus tomos constam; e n'esse complemento se hão-de ajuntar desenvolvimentos necessarios e acclarações explicativas se incluirão.

Por agora, prestes, do cumprimento

de uma grata obriga me quero desonerar, qual a de inscrever aqui o testemunho de reconhecimento que, para o effeito da realisação d'esta obra, devo a varios cavalheiros portuenses, amigos meus, um, por lamentada e lamentosa desgraça, precocemente fallecido, o meu collega emerito Oliveira Alvarenga, os dois outros (ademais do meu distincto editor, snr. Nogueira de Magalhães): o meu illustrado correligionario Gomes de Macedo e, especificadamente, o meu talentoso confrade Eduardo Sequeira. A estes o publico protesto de minha perduravel gratidão.

Porto, 19 de Março de 1907.

José Pereira de Sampaio.

Agostinho Rebello da Costa foi um presbytero secular, cavalleiro professo na ordem de Christo, doutor em Theologia pela Universidade de Coimbra, que nasceu na cidade de Braga e fôra filho de Manuel Rebello da Costa e de D. Maria Vieira de Azevedo. Elle falleceu aqui no Porto a 9 de janeiro de 1791, e foi sepultado na egreja do extincto convento dos Carmelitas, segundo a sua disposição testamentaria. O maligno Innocencio consigna que consta que deixou alguns filhos naturaes. E registrara que, de sua lavra, sahiram impressas, em Lisboa em 1785, as orações panegyricas que havia recitado na festividade da Matriarcha Santa Thereza de Jesus nos dias 15 e 17 de outubro do anterior anno de 1784.

Porém, do padre Agostinho Rebello da Costa o producto litterario que ainda hoje nos importa é o livro que elle dedicou á descripção topographica e historica da cidade do Porto, a qual continúa seu titulo dizendo que contém a origem d'esta, sua situação e antiguidades; a magnificencia de seus templos, mosteiros, hospitaes, ruas, praças, edificios e fontes; o numero dos seus habitadores, o seu caracter, genio, costumes e religião que professam; os appellidos das familias illustres que n'ella residem; o catalogo chronologico dos seus bispos; os governos ecclesiastico, civil, militar e politico; o nascimento do grande rio Douro, que a banha e fórma a sua barra; as producções da natureza e industria que augmentam os ramos do seu commercio e promovem as fabricas que tem estabelecidas; os privilegios, isenções e regalias que a engrandecem. Isto e o restante compilado em obra que, enriquecida, consoante se annuncia, com estampas e mappas curiosos que a ornam, é, a parecer critico raramente facil no encomio, «estimavel no seu genero, até pela circumstancia de ser unica.» Ella remata com a noticia dos homens e das mulheres, illustres em virtudes, lettras e armas, que da cidade do Porto são naturaes.

Está esta noticia disposta por ordem alphabe-

tica; seus respectivos capitulos se repartem, para os homens, pelos que se distinguiram pelas lettras e pelos que se distinguiram pelas armas; para as mulheres, pelas donas illustres em virtudes e lettras; pelas distinctas ou em nobreza ou em muitas prendas; por aquellas, emfim, que assignalaram acontecimentos raros.

O juiz a que acima me reportei archiva que, não obstante seus merecimentos, no padre Agostinho Rebello da Costa os escrupulosos lhe notam a critica de pouco segura. Mas o que elle é, em compensação, a lanços, é abundante, de noticioso.

Pois que, se acompanharmos a seriação que adoptou, tomando-lhe, na primeira de suas secções, um numero, em cada zona da resenha, para amostra, toparemos a cada passo com nomes suggestivos, quaes logo o do sobranceiro Antonio de Souza de Macedo e o do humilde Balthazar Guedes, aquelle operoso, este benemerito. Na copiosa e deficiente lista, immediatamente se nos deparam Christovão da Resurreição, cujas obras de linguista e philologo quedaram manuscriptas; e Domingos Freire, latinista; e Francisco de Sá de Menezes, vate, auctor da *Malaca conquistada*, poema heroico ácerca do qual José Maria da Costa e Silva affirma que «pelo bem architectado de sua fabula, varie-

dade e bem sustentado dos caracteres, movimento dramatico, rica invenção dos seus episodios, formosura de suas descripções e poesia verdadeiramente epica, lhe cabe, de justiça, o primeiro logar entre os nossos epicos, depois de Camões.»

De Gonçalo de Val-Bom, conta-nos o padre Agostinho Rebello da Costa que, ministro geral de toda a Ordem franciscana, eleito no Capitulo geral de Paris, onde morrera em 13 de abril de 1313, elle fôra que facultara a João Duns Scoto licença de receber as insignias doutoraes na Universidade d'aquella cidade; e do infante Dom Henrique, o seu enthusiasmo condecora-o «digno de senhorear o Universo.» Relembra a Jeronymo de Mendonça como famoso soldado na infausta batalha de Alcaçar, da qual escapara com vida e que escrevera a historia d'aquella infeliz expedição. É ingenuo no dizer o gabo com que exalça a memoria de D. Luiz de Souza, que «foi o unico ecclesiastico que até o seu tempo ajuntou uma livraria escolhida.» Errando-lhe o titulo da obra, diz do judeu Manoel Aboab; e, finalisando com fallar do judeu Uriel da Costa, discorre phantasiosamente que fôra constrangido a escapar-se da sua patria para fugir «aos rigorosos castigos que os seus erros mereciam»; asseverando que «para maior disfarce»

mudara n'aquelle extranho seu primeiro lusitanado nome de Gabriel da Costa, prodigalisa-lhe intolerantes injurias. Precedera-o na enumeração Vasco de Lobeira, que fôra «o primeiro auctor que escreveu historias fabulosas chamadas *cavallarias andantes*, de que teve tantos imitadores.»

Esquecido é hoje do grande publico o bispo do Porto, do Porto natural, D. Nicolau Monteiro, que morreu nonagenario e que tanta parte teve nos esforços feitos perante a Curia Romana, no fito de promover o reconhecimento de Dom João IV, mediante as supplicas pelas egrejas de Portugal alevantadas ao Summo Pontifice; e os mesmos litteratos quiçá hoje que grandemente não prezem as poesias de Pedro d'Andrade Caminha, no Porto nascido, emulo hostil de Camões e auctor de per si inedito por mais de duzentos annos.

Do jesuita Simão de Vasconcellos, chronista da sua Companhia no estado do Brazil; o historiador brazileiro Varnhagen não duvida acoimal-o de *credulo e supersticioso;* e, quanto ao franciscano Raphael da Purificação, da provincia de Santo Antonio do Brazil, cuja regra professou no convento de Paraguaçu, seu bizarro livro publicado continúa a passar entre nós como quasi desconhecido, sem embargo do caracter encyclopedico a seu

labor conferido pelo nosso bom Agostinho Rebello da Costa, que, chegando á vez do secular Thomaz Pinto Brandão, o commemora, em melancholico chiste, d'est'arte: «Poeta comico, *que viveu de alegrar a gente e morreu de fome*, assim ordenou que se escrevesse na orla do seu retrato.»

Omissa já a descripção do Porto, cuja impressão, no Porto, em a officina de Antonio Alvares Ribeiro, tem as datas de 1788-89, á enumeração agora resumida cumpriria additar-lhe ainda os nomes que se destacaram ulteriormente e até quasi nossos dias, quaes os, p. ex., de Antonio Ribeiro dos Santos, nascido em Massarellos; de João Pedro Ribeiro, que, natural da cidade do Porto, aqui morreu em 4 de janeiro de 1839, contando mais de oitenta annos de edade; do visconde d'Almeida Garrett. Para que não indigitemos senão primaciaes. E Soares de Passos? E Julio Diniz? Os promotores, os epigonos...

Mesmo na restricta zona moderna e modernissima, feraz, se amontoa a colheita n'este solo, todavia cioso de seus fructos, que, em regra, cedo reabsorve. Não quero fallar já de eruditos, como um Diogo Kopke, um Eduardo Allen, um José Gomes Monteiro; seus estudos e investigações nos hão-de occupar na sequencia d'este trabalho; não alludo a artistas insignes, como qualquer um dos

dois Corrêas, um Silva Porto; ao seu homonymo, o sertanejo benemerito, não me proponho óra referir-me; não menciono aqui já os musicos, quaes um Miguel Angelo, um Cyriaco de Cardóso; limito-me a lembrar-me da pleiade brilhante de novellistas e poetas, desde os dois Bragas, Alexandre, causidico e tribuno, e Guilherme, jornalista e orador, Faustino de Novaes, Dias de Oliveira, Eduardo Salgado, os dois Luso, Augusto e Henrique, até os actuaes Eduardo Coimbra e Antonio Nobre.

A geração litteraria do Porto, a partir de Garrett chegante aos nossos dias, marca accentuadamente em nossa mentalidade, consoante o registrou, no pittoresco anedoctico, Alexandre da Conceição, em as notas biographicas e criticas que, com motivo de Custodio Duarte, expendeu n'um dos numeros da *Renascença*, revista acuradamente no Porto publicada.

Assim, a quem d'abundancia de coração rememore, a difficuldade deriva do excedente e o embaraço da escolha é o impedimento, de que uma concatenada rasão d'ordem, não meticulosamente chronologica mas insinuantemente entretecida, póde só lograr cabal triumpho.

Não me jacto sequer de me haver approximado sensivelmente da meta da victoria. Para contenta-

mento subjectivo, basta-me, porém, a consciencia do tom lidimo do intuito. Os promotores, os epigonos. . .

Visto como d'entre uns e outros, d'entre antigos e modernos, d'entre gloriosos e obscuros, lembrados e esquecidos, me proponho, na successão de adequados capitulos, se succinta, individuadamente, discorrer. Imaginei-o.

E, quando o imaginei, pois que a precedencia legitimamente ás damas se deva, por uma antiga illustre dama portuense nossas lembranças encetariamos.

Porém óra me suspendo. Temo-me de que algum, mal-avisado ou inadvertido, taxa nos ponha á nossa galanteria de canhestra e contrafeita. Porque rudes e toscos sejamos, como *tripeiros* que sômos.

E aqui já me detenho.

Tripeiros!

I

Antonio Coelho Louzada —Affonso Eannes Pateiro—João Ramalho

PORQUE será que, de mofa, os de fóra-Porto, mórmente do sul do paiz, e com especialidade de Lisboa, chamam aos portuenses *tripeiros*? D'onde lhes virá, a estes, o apodo?

Foi o que se propoz contar, com os alindados e improvisos da ficção novellesca, o portuense Antonio Coelho Louzada no seu excellente livro *Os tripeiros*, «romance-chronica do seculo XIV», o qual, começado no *Nacional*, foi trasladado para livro, «que se annunciou posthumo e completo, como especulação de livreiro, que desluz a reputação do auctor», o qual aliás em muito ganharia, caso lhe houvesse sido dado ultimar essa obra, porquanto, sendo Louzada «um bom romancista», este de *Os tripeiros* «seria o romance que mais viria a graduar-lhe o quilate do seu muito engenho.»

As passagens que deixo entre as varias còmas pertencem a Camillo Castello-Branco; de Antonio Coelho Louzada, o critico da *Revista Peninsular* escrevera que elle era «romancista, mas um romancista que estuda os costumes das epochas, que observa a sociedade, nas suas crenças, na sua vida intima, nas suas superstições e vicios.» Ajuntara: «Estudando as tradições e lendas da antiguidade, fórma d'ellas o nucleo do romance, que mobila e adereça depois, conforme os usos da epocha que representa.» Concluira: «Formado o seu estylo, aperfeiçoado, sobretudo, o descriptivo, creio que ha-de vir a ser um dos nossos mais portuguezes romancistas.»

Morreu, porém, prematuramente. No anno de 1857, foi, pela empreza da *Concordia*, impresso, na typographia de Antonio José da Silva Teixeira, largo do Laranjal, n.º 4, o romance por seu auctor Antonio Coelho Louzada intitulado *Na consciencia*, titulo que responde á pergunta da novella famosa de Camillo Castello-Branco *Onde está a felicidade?* E na capa d'esse livro ahi se davam como no prelo aquelle romance-chronica do seculo XIV *Os tripeiros*, bem assim uma collecção de contos: *Como nos divertimos?* Annunciava-se que brevemente seriam publicados um volume com a tradição *Uma rainha de Maldiva*; outro, *O chuço*; dois de *Tradições, romances e narrativas*, contendo: *O ultimo dos Baiões, Affonso Valença, Historia de um convento, Uma vingança, As joias da corôa, etc.*; um tomo de

versos, *Contos*, *Reflexos e Phantasias;* finalmente, uns *Contos do Minho.*

Ambiciosas illusões! Melancholisantes desenganos!

De todo este prospecto chimerico estava publicada já a tradição portuense *A Rua Escura*, impressa, em 2.ª edição, em a Typographia da Revista, na rua das Hortas, n.º 71; e datado, de 1859, da Typographia de R. J. O. Guimarães, rua de S. Domingos, n.º 8, é o inacabado romance-chronica do seculo XIV, *Os tripeiros*, cuja folha de rosto inscreve a Typographia de J. J. Gonçalves Basto, largo do Corpo da Guarda, n.º 106, e traz a data anterior de 1857.

Devia, na verdade, resultar surtida bem, se concluida fôsse, esta linda novella de *Os tripeiros*, que se vê baseada no capitulo 121 e seus convisinhos 111, 112, da primeira parte da *Chronica de D. João I*, de Fernão Lopes, o nosso historiador-poeta, consoante lhe chamou apropositadamente outro grande nosso portuguez, que soube ser tambem historiador e foi outrosim poeta, Alexandre Herculano. O habil comediographo lisbonense Augusto Garraio, assim como para o theatro organisou *O sargento-mór de Villar*, «drama *extrahido* do romance de egual titulo de Arnaldo Gama», assim para leitura arranjou *Os tripeiros*, «drama historico de grande espectaculo, *baseado* no romance do mesmo titulo do fallecido escriptor A. C. Louzada.»

Todavia, bastante longe chegara a impressão

do livro de Antonio Coelho Louzada para o leitor attingir o ponto do porque aos portuenses se lhes ficou chamando *os tripeiros*, conforme consta do capitulo x do lindo inacabado romance, o qual capitulo se intitula *Uma idéa;* e idéa fôra essa, graças á qual Louzada, na completação licita á novellesca phantasia, conta como d'essa iniciativa «os portuenses davam o primeiro passo para obterem em chrisma uma alcunha que tinha de durar *seculos.*»

Honrosissima chrisma aliás, em nobre timbre de seus patrioticos e generosos sentimentos; e até, dos alcandorados fastigios moraes descendo á olorosa planura da esthetica culinaria, não depreciativa dos portuenses paladares, se por conclamada bitola, qual a de Paris, sua preferencia a rasoirarmos, é certo que nossa embofia perdendo, senão já a iniciativa do prato, pelo menos o seu exclusivo.

Em 1867 achava-se em Paris o portuense Ramalho Ortigão; e em 1868 no Porto nos imprensava o relato do que lá o impressionara e lhe déra para volume bastante, por o titulo mesmo *Em Paris*. É mais uma illusão perdida. Senão, releiam:

No fim de contas, a cozinha portugueza, tão decantada por bons engenhos, que eu muito venero, é como a dança portugueza e a musica portugueza; tres coisas que estão por crear.

As comidas usadas hoje em Portugal e não usadas em França são as que lá se comiam ha duzentos annos e que depois foram desterradas pela delicadeza do gosto ou pelos preceitos da hygiene.

Fallam-nos da orelheira com feijão branco! Mas, senhores, nada mais vulgar do que isso nos pequenos *gargots* de Paris. A cabeça de porco come-se aqui por toda a parte, e é velha e revelha n'estas paragens a combinação dos feijões brancos, conhecidos pelo nome de *flageolets*, em resultado d'uma figura que Francisco Manuel do Nascimento teria muito gosto em explicar em uma das suas notas mais desabugachadas e que Agostinho de Macedo chuchurrubiaria com agrado em uma das suàs menos indecentes barafustas litterarias.

As proprias tripas portuenses, em cuja nacionalidade mais alguma fé eu tinha por se achar filiada a historia d'ellas á historia d'uma das expedições portuguezas para as conquistas do ultramar *; as tripas portuenses, das quaes o meu antigo amigo Vieira de Castro, jantando uma vez commigo em uma casa do Porto, me dizia, discriminando, com uma colher de servir a sôpa, o conteudo d'uma terrina posta entre os nossos talheres: — «Isto é um jantar inteiro n'um tomo só: aqui temos sopa, vacca, arroz, ba atas, chouriços, gallinha, cenoiras, mão de boi e pé de porco....; no fundo da terrina vem, naturalmente, o *entremet* e a sobremeza, um naco de podim de pão com passas, uma talhada de melancia e um marmelo de calda para cada um»; — as tripas, digo eu, aqui se fazem

---

* N'este lanço Ramalho Ortigão não é exacto; a expedição portugueza a que allude não foi para as conquistas do ultramar; foi a da frota que o Mestre-de-Aviz mandou buscar em ajuda aos do Porto, para ir acudir aos de Lisboa, cercados pelo rei de Castella, e que os do Porto enviaram, com effeito, aos de Lisboa, em auxilio, de toda a casta, dinheiro, gente e com gado e provisões de bôcca; é magnifico o capitulo onde Fernão Lopes, depois de ter contado *como a frota do Porto chegou a Cascaes*, relata *como foi sabido pela Cidade que a frota vinha e do que as gentes por isso faziam*; está na pag. 235 da primeira edição, apezar, o velho eloquente chronista o confessa, da difficuldade litteraria em idoneamente o fazer; pois, *quando soou, foi sabido por toda a cidade, de quanto cuidado e esperança foram cheios os corações dos moradores d'ella não é leve de dizer.*

tão realmente como na minha terra. E d'isto dou parte áquelles dos meus patricios que desmedram em Paris, estranhando os comeres. Na rua Mazagran, á esquina da rua de *l'Échiquier*, ha uma taverna; á porta da taverna uma loisa; escripta na loisa, com tinta branca, a designação dos pratos do dia e o seu respectivo preço. Ora bem: quando na dita loisa encontrarem, entre um *civet* e uma *matellote*, estas palavras: — *tripe à la lyonnaise*, preparem o appetite e entrem á hora do jantar. Lambert Thiboust, o celebre auctor da *Corde sensible* e das *Filles de marbre*, um dos mais engraçados escriptores e um dos rapazes mais sinceramente bons que eu tenho conhecido, morava defronte de mim em Paris e raramente deixava de ir comer á esquina da rua quando as tripas figuravam na lista dos manjares exposta na loisa a que me referi.

Não obstante, o petisco portuense, para os portuenses redundou em desprestigio. «Tripeiros» se lhes ficou chamando em desfavor; syntheticamente, á cidade do Porto, nas horas rancorosas, lhe chamaram *A Tripa*.

Aquelle Agostinho de Macedo a que se referiu Ramalho Ortigão denominou *A Tripa virada* uma das suas mais indecentes barafustas litterarias, simultaneamente uma de muitas torpes palinodias politicas. Depois da sua iniciativa revolucionaria *tripeira* de 1820, o béjense José Agostinho de Macedo, na reacção absolutista de 23, rejubila, mofando, em mente da defecção militar deduzindo sonhada retractação civil collectiva, e dá-se á publicação historial do periodico hebdomadario de *A Tripa virada*, de que sahiram só os tres primeiros numeros; mas no mesmo 1823, e na mesma zom-

beteadora officina (da «Horrorosa Conspiração») imprimiu, designado por Innocencio como opusculo: *Tripa por uma vez: livro primeiro e ultimo* (n.os 4 e 5). No n.º 1, pag. 9, marcava seu intuito já no discurso de irrisão, em o Oriente maçonico fazendo, de chacota, alludir o orador ás «manobras feitas na Cidade das Tripas», a qual, incongruente, acompanhando os cabos de guerra *virados*, viraria, quedaria *Tripa virada*, ella, a «cidade *regeneradora.*»

Era um desequilibrado este energumeno, de quem se deve ter compaixão, como de todos os que soffrem; no physico e no moral, elle padeceu atrozmente. No n.º 16 do seu periodico, politico e *moral* (sic), de *O Desengano*, encontra-se o trecho seguinte, que, consoante o frisou Innocencio, contrasta singularmente com as idéas e doutrinas sanguinarias espalhadas por todo elle: «Eu sou formado pela natureza de um modo tal que em dia de execução de pena ultima, seja o réu qual fôr, porque o delicto não lhe fez perder a qualidade de homem, o coração me bate de outra sorte e uma horrivel contorsão me sacode os membros todos; nem o necessario alimento posso tomar! . . .» Mas com que odio este padre follicularío fallou dos *tripeiros*, enforcaveis e enforcandos, enforcados e para enforcar!

Recapitulando *ab ovo*, algo aos *tripeiros* do Porto se lhes devia. Em seu capitulo VI *(Causa publica e cousas particulares)*, ao synedrio medie-

vico dos bons homens do Porto Antonio Coelho Louzada lhe applica a interessante theoria dos grandes effeitos oriundos de pequenas causas:

Um dos patriotas segredava tres palavras ou quatro ao ouvido de um dos alvazires; os burguezes diziam outras tantas, os homens negros traçavam algumas lettras e algarismos, que liam em voz alta, e de tudo isto sahia, póde-se dizer, a *Milheira*, a *Estrella* e a *Sangrenta*, o levantamento do cerco e bloqueio de Lisboa, a dynastia de Aviz e — quem sabe? — a salvação e civilisação da Europa. Se julgam paradoxal a ultima parte, provem como sem os donativos d'aquelles bons-homens se acudiria ao Mestre, se este não se veria obrigado a tornar real o fingido embarque para Inglaterra, se, simples João Pires, casaria com a exemplar filha de João de Ghaunt, se haveria quem formasse um viveiro de navegantes tão destemidos, arrojados, para devassar a costa de Africa e penetrar na Asia pelo Oceano, como o infante D. Henrique; como, sem o córte dado n'aquellas paragens ao poder ottomano, se lhe sustaria a carreira victoriosa dos seus estandartes, que chegaram a tremular junto dos muros de Vienna, na costa da Italia, na Hungria e na Bohemia, que pendiam, bafejados pelas tépidas aragens de Aljidireh, na Arabia, e açoutavam os ares, impellidos pelos ventos gelados, na Polonia, se espalhavam nas aguas do Mediterraneo, no Mar-Negro, no golfo Persico e no Oceano, e acobertavam os recebedores de pareas até ao Dekan.

Assim dos *Tripeiros* na era remota.

Mas, modernamente, de tudo olvidado, aos *tripeiros* o padre José Agostinho de Macedo não lhes perdoava.

E, todavia, elles não eram (mesmo d'esses réus do crime de lesa-magestade da primeira cabeça, por

quererem a egualdade civil e a liberdade politica) elles não eram, de todo em todo, maus, não. Nem sequer tão maus como o seu predilecto acepipe das *tripas*, que é indigerivel. Não ganha com que o snr. Lambert Thiboust em Paris em 1867 o apreciasse sob a designação de *tripe à la lyonnaise*, n'uma taberna da rua Mazagran, á esquina da rua de *l'Echiquier*. Em 1891, em Paris, no canto de uma estalagem da rua de Trévise, quasi á esquina da rua Richer, no meu primeiro almoço luteciano de foragido, esse indigerivel petisco m'o serviram de entrada. Sómente chamava-se-lhe *tripe à la mode de Caen*. Mas sem os condimentos encomiados por Vieira de Castro. Nada de chouriço, nada de gallinha, mão de vacca ou pé de porco. Nada. Nem batata nem cenoiras. A *tripa*, n'um molho amarello pegajoso, *tout court*, só e simplesmente. *Á la mode de Caen*.

As pacificantes comparações! As inesperadas attenuações! Na saudade da patria prohibida, subitamente a patria me apparecia, sob a fórma de *meia-dobrada*, ainda uma vez indigesta. . .

*

* *

Mas, se o presente nos desanima, que o passado nos reconforte. E persuasormente bello, com effeito, é esse momento de idealidade e confiança da alma

portugueza. Á iniciativa de Lisboa efficazmente lhe assistiu a collaboração do Porto. Eis aqui, dos do Porto, um humilde-illustre, cujo nome e feitos a Antonio Coelho Louzada bem na admirativa mente lhe andavam. De João Ramalho quero fallar.

Que, como fôra lançada voz pelo Mestre de Aviz na cidade do Porto, Fernão Lopes o diga no cap. 48 da primeira parte da chronica respectiva; e assim foi, consoante o diz:

Deveis de saber que, tanto que o Mestre tomou cargo de Regedor e Defensor dos reinos, e soube que el-rei de Castella vinha com seu poder para entrar n'elles, logo escreveu suas cartas a algumas villas e cidades, bem assim a certas pessoas, notificando-lhes n'ellas como bem sabiam do modo e maneira em que estes reinos estavam, em ponto de se perder, e como el-rei de Castella vinha para os tomar, e metter os povos d'elles em sua sujeição, contra ordenança dos tractados que promettidos tinha. Coisa esta era que se devia ter por tam grave e tam estranha que antes todos se deviam aventurar a morrer sobre tal demanda do que cahir em servidão tam odiosa. E que elle, por honra e defensão do reino e dos naturaes d'elle, se dispuzera a tomar carrego de o reger e defender, o que, com a graça de Deus, entendia levar adeante, com a sua bôa ajuda d'elles. Portanto, lhes rogava que todos, de bom coração, como verdadeiros portuguezes, tivessem voz por Portugal e não attendessem a quaesquer cartas que porventura a

rainha e el-rei de Castella, d'isto em contrario, mandassem.

Entre os logares a que seu recado chegou, foi a cidade do Porto, «onde suas cartas não fôram ouvidas em vão.»

Antes, apenas vistas fôram, concordaram muito prestes e logo se ajuntaram todos, especialmente o povo meudo; mas alguns outros d'essa natural gente, duvidando, receavam muito de pôr em tal feito mão.

Então aquelles que chamavam arraia meuda disseram a um, por nome chamado Alvaro da Veiga, que levasse a bandeira pela villa e voz lançasse em nome do Mestre de Aviz.

Elle, porém, recusou leval-a, mostrando que o não devia fazer; logo foi chamado traidor e que era do partido da rainha, e tantas cutiladas lhe deram e com tanta vontade «que era sobeja cousa de vêr estar morto.»

Não se fez mais n'aquelle dia; mas juntaram-se todos no outro seguinte, com sua bandeira estendida na praça, tendo ordenado que a levantasse um bom homem do logar, a quem chamavam Affonso Eannes Pateiro. E, se a levar não quizesse, que o matassem logo, como o outro.

Affonso Eannes, como d'isto teve noticia por alguns d'elles que eram seus amigos, logo bem cedo, pela manhã, primeiro que o convidassem para tal obra, foi-se á praça da cidade, onde já estavam todos juntos, para a trazer para o logar.

*

E, antes que nenhum lhe dissesse que a levantasse, deitou elle mão da bandeira, clamando em altas vozes, que o ouviram todos: *Portugal, Portugal, pelo Mestre de Aviz.*

Então cavalgou Affonso Eannes em riba de um grande e formoso cavallo, que para isto já alli estava a ponto, trazendo-a mui honradamente por toda a cidade e acompanhado de muita gente, tanto clerigos como leigos, bradando, todos, a uma voz: *Real, Real, pelo Mestre d'Aviz, Regedor e Defensor dos Reinos de Portugal.*

E, andando assim pela cidade, fòram-se onde grandes tempos havia que, estando posto interdicto, não enterravam nenhum; e começaram de tocar os sinos e fazer dizer missas e desenterrar os mortos onde jaziam enterrados e trazel-os para dentro da egreja; e pessoa alguma ousava contrarial-o.

Prégou então um frade, muito a proposito, de sua intenção, concluindo que todos deviam ser unidos em uma só vontade e desejo e não andar entre elles discordia nenhuma, mas sim servir o Mestre lealmente e de bom coração, como verdadeiros portuguezes, pois que se punham a defender o reino para o livrar da sujeição d'el-rei de Castella.

Muito ficaram todos contentes das rasões que o frade prégou; e d'ahi em deante nenhum desaccordo houve entre elles, mas todos, de um talante, se dispuzeram a ter e seguir a tençam do Mestre. Assim com Lisboa plenamente se conjugou o Porto, em

harmonia perfeita; e a Schaefer, historiador allemão das coisas de Portugal, por sua importancia irrefragavel, não se lhe escapa o frisar, de passagem, que o Porto prestes desfraldou estandarte em prol do Messias de Lisboa.

Com a cidade de Lisboa a cidade do Porto tinha mystica correspondencia, viria a dizer em 1742 Antonio Cerqueira Pinto, que era da freguezia de S. Miguel de Godim, concelho de Basto, proximo da villa de Amarante, não do Porto, como alguns julgaram e rectifica Innocencio.

O merito do Porto, então, como o de Lisboa, estava no sacrificio perante o perigo, o qual não era tam pequeno.

Porque, emfim, pelo rei de Castella, que proseguia sua empreza com fraca resistencia, tractando de pôr cerco a Lisboa, estavam á sua devoção, pela conta do que o e a conta, na Extremadura: Santarem, Torres-Novas, Ourem, Leiria, Montemór, Vimieiro, Feira, Penella, Obidos, Torres-Vedras, Alemquer e Cintra; em Entre-os-Rios Tejo e Guadiana: Arronches, Alegrete, Castello de Vide, Crato, Amieira, Monforte, Moura, Nondal, Mertola e Almeida; em Entre-os-Rios Douro e Minho: Braga, Guimarães, Neiva e Lanhoso; em Traz-os-Montes: Bragança, Vinhaes, Canas, Monforte, Montalegre, Mogadouro, Mirandella, Alfandega, Lamas e Villa-Real; na Beira: Castello-Rodrigo, Almeida, Sabugal, Monsanto, Penamacor, Guarda, Covilhã, Celorico e Linhares. E, ao fim e ao cabo, a maior parte do

reino, seguindo «o melhor direito», *que tal era el de Castilla*, em hespanhol escreve o portuguez Manuel de Faria e Sousa (*Epitome de las historias portuguesas*, terceira parte, cap. XI).

Lisboa-Porto!

«*Uvo admirables y varias hazañas. Armó el Maestre galeras en Lisboa, passaron á Porto para juntar-se con los navios que alli se avian aprestado. El enemigo cercó la ciudad por mar y por tierra; entretanto, los portugueses salieron para pelear contra los gallegos, capitaneados por don Juan Manrique, arcebispo de Santiago, que se retiró, descontento, del sitio, con que pensava oprimirlos.*»

Hora de sobresalto e de confiança, de ardor e enthusiasmo.

É de contar.

*

* *

No cap. 180 da impressão de 1644 da primeira parte da *Chronica d'el-rei D. João I*, Fernão Lopes relata-nos, resumidamente, *Como os do Porto tomaram o castello de Gaya e o derribaram.*

Foi o caso que da mão do conde dom Gonçalo tinha Ayres Gonçalves de Figueiredo o castello de Gaya, e n'elle estava sua mulher, com alguns escudeiros e homens de pé por guarda. Estes, taes e

tantos, pelas aldeias de a redor faziam tam má visinhança, de roubar e tomar á força as cousas de que vontade tinham, que todos eram d'elles muito aggravados.

Nutriam os do Porto d'isto grande resentimento e desejo de o vingar, como o pudessem fazer bem.

Assim os factos e d'esta còr os animos, um dia veio que a mulher de Ayres Gonçalves mandou pedir certas cousas a uma aldeia, que lhe mandassem para ella e para aquelles que comsigo estavam. Os moradores do logar, porém, contradisseram de o fazer, dizendo que, ainda que aquelle castello tivesse voz por Castella, d'elle peor visinhança não haveriam recebido do que aquella que téli recebido tinham; e não lhes quizeram consentir que levassem aquillo que elles levar queriam.

A mulher de Ayres Gonçalves, quando lhe com este recado chegaram, «com pouco siso e grão queixume» foi-se áquella aldeia e levou com ella quantos com ella tinha, por tomar vingança d'elles e trazer tudo o que lhe viesse á vontade.

Mas os da cidade, logo que isto souberam, juntaram-se logo todos, e foram lá, e tomaram o castello, e roubaram-o de quanto n'elle tinham, derribando o muro e torres, e de tudo ou o deitavam fóra ou o levavam.

Para os portuenses, rude mas jubilosa quadra de combatividade essa!

Pois quando elles estiveram cercados dos gallegos...

Foi que, tendo sitiada el-rei de Castella Lisboa e estando por elle bastos logares de Entre-Douro-e-Minho, ajuntou-se dom João Manrique, arcebispo de Santiago, com muita gente de castelhanos, para correr e destruir toda aquella comarca que voz tivesse pelo Mestre. Traziam todos os capitães investidores até setecentas lanças e dous mil homens de pé, todos gente escolhida e bem postos para pelejar.

Estando o arcebispo em Braga com suas gentes, deitando-se pela terra a roubar e a fazer todo o mal que podiam, houveram conselho em que maneira fariam guerra, o mais a seu salvo que podessem e com maior ganho e vangloria, de cujas resultas procedeu o começarem de andar seu caminho pela estrada de Guimarães e chegarem, ao meio dia, á beira do Porto; pousaram seu arraial onde chamam S. Romão, «que é meia legua do logar e alli comeram e folgaram.»

Quando os da cidade souberam como os castelhanos estavam n'aquelle sitio e a vontade com que vinham, já marcada na curia feita em Braga, onde logo alguns propuzeram que se viessem ao Porto, a cercal-o por uma parte, e seu arraial fôsse posto á Porta do Olival, deixando conselho, trabalharam, havido de todos seu accordo, logo de se armar todos á maior pressa que puderam. E, sendo elles todos prestes com grande esforço e vontade, sahiram todos fóra e fôram-se aposentar ao chafariz de Mija-Velhas, «que é pequeno espaço da cidade,

que, porque não eram encavalgados e era já sobre a tarde, não ousaram de ir mais longe.» Alli os aguardaram e, quando viram que não appareciam, tornaram-se para a cidade e não se fez mais por então.

No outro dia, de madrugada, armaram-se todos e sahiram pela Porta do Olival, porque ouviram dizer que d'aquella parte queriam vir aquellas gentes, e foram-os aguardar por grande espaço e longe da cidade. N'isto, estando elles alli, chegam as galés de Lisboa, «todas apavezadas e bem corregidas, com grande alegria, dando ás trombetas, dizendo suas saudações, como é costume de mareantes.»

E os das galés, mal chegaram e lhes disseram como os da cidade sahiram para pelejar com aquellas gentes, sem outra tardança nem mais espaço puzeram logo as pranchas fóra e saltaram todos em terra.

Quando os gallegos ouviram dizer que as galés de Portugal haviam chegado, e como as gentes d'ellas estavam juntas com as da cidade, muito lhes pezou de taes novas; porém, porque eram certos de que os do logar não eram encavalgados, deixaram-se estar de socego.

Decidiram então os portuguezes ir ter com elles e moveram-se todos no caminho de Paparanhas com suas bandeiras deante; e, indo assim regidos em batalha, com grande vontade de pelejar, viram quatro ginetes da parte dos gallegos. Como os viram ir d'aquella guisa, déram logo volta e disse-

ram, ao arcebispo e aos outros, que já surgiam no viso de Paparanhas. Então cavalgaram todos açodadamente e passaram a agua de Leça e puzeram-se acima da ponte do rio em um alto logar, forte de geito que nenhum lhe podia fazer damno nem passar por aquella ponte sem muito a seu detrimento. Chegara a noite, nada se adeantando e nada adeantaram mensagens.

Mas depressa a noite se foi gastando, porque era o mez de Maio. Na alva da manhã, tanto que alvoreceu, eis os gallegos que estavam já todos prestes, assim os de cavallo como os de pé.

Os portuguezes, quando isto viram, buscaram logar por onde passassem e, não o achando, houveram de se metter por uma brenha muito espessa; porém deitaram n'ella muitos paus e muitos ramos d'arvores, e começaram por alli de passar o melhor que puderam, até trezentos, entre bésteiros e de pé e alguns de cavallo, e com elles um cidadão do Porto, que os acaudilhava, que chamavam João Ramalho.

Os gallegos, quando viram que elles passavam por logar tam mau, maravilharam-se e cuidaram em dar n'elles rijamente de volta e assim os desbaratarem.

Mas os portuguezes entenderam-lhes a idéa e foram-se mais a fundo buscar outro melhor ponto por onde fòssem todos juntos. Antes, porém, que passassem, os gallegos, de cavallo e de pé, todos em tropel, vieram dar mui rijamente n'aquelles pou-

cos que já eram da parte d'além. Sem embargo, os portuguezes não dispersaram, antes tiveram-se todos juntos, e começaram de se ferir de vontade; mas os bésteiros magoavam mui mal os gallegos, de guisa que á força se viram coagidos a affastarem-se afóra.

Fallou então o arcebispo aos seus e disse-lhes: «Amigos, parae mentes como estas gentes veem a nós assim como homens que não temem a morte; e certamente grave cousa seria e não me parece rasão havermo-nos de embaralhar com elles.»

Então concordaram todos n'aquillo que o arcebispo dizia.

Moveram e fòram-se logo, «indo alguns portuguezes a geito d'elles, *ladrando-os*», escreve Fernão Lopes, que é uma mina inexgotavel de expressões magnificas, o prosador poeta em annos de poesia.

Deu parte dos gallegos volta; foi morto um portuguez. Então, aguardaram aquelle dia e a noite seguinte, pensando que seus inimigos faziam aquillo com arte e que, porventura, tornariam a elles. «E elles, depois que souberam que eram muito alongados, tornaram-se para a cidade, com muito prazer.»

*
* *

E não se amortiguaram os brios guerreiros da terra tam prestes; para romanescas aventuras até, cidade tam positiva e, de sempre, pratica no negocio serviu de ponto de partida e apparelhou seus filhos, qual esse famoso par, da proeza fabulosa dos Doze de Inglaterra, por uma alcunha té hoje famosissimo.

II

O «Magriço»

A seus compatricios, do portuguez em demasia despolpando o vocabulo, que traduz para «O Descarnado», *(Le Décharné)*, Ferdinand Denis, ao valente portuense o faz nascido na villa de Penedono, em a provincia da Beira, districto de Pinhel, dando-o, exactamente, por filho d'aquelle que o leitor conhece, Gonsalo Vás ou Vasques Coutinho, setimo senhor de Leomil e de numerosos territorios que devera á munificencia de Dom João I, com o titulo de marechal do reino. Talentoso e escrupuloso, ralho de que Ferdinand Denis, sem embargo, se descuide de óra em vez *(indignor quando que bonus dormitat Homerus)*. Consoante, p. ex., aqui — *Nouvelle biographie générale* — quando, além d'outra obra nossa lusitana, como fonte de informação cita a *Europa Portugueza*, que attribue a

Manuel Severim de Faria, o douto auctor dos *Discursos varios politicos*, apezar de que sahiu, com effeito, da penna incansavel de Manuel de Faria e Sousa, não tão só da *Europa* como da *Asia* e da *Africa* Portuguezas indiscreto compilador.

Rememora Ferdinand Denis que é vulgarisada pretensão a de que Alvaro Gonçalves Coutinho, o *Magriço*, fôra um dos doze chamados de Inglaterra, que todos, no fito do desaggravo das britannicas damas offendidas, se embarcaram n'esta cidade do Porto, com excepção d'elle Coutinho, o qual preferiu pôr-se a caminho por terra, promettendo estar em Londres ao mesmo tempo que seus companheiros d'armas. Ferdinand Denis opina que é nos *Lusiadas* que cumpre lêr a historia do Magriço e de seus ousados consocios; e addita que a lenda affirma que, após o combate, e como quer que as damas tam afortunadamente vingadas apresentassem aos cavalleiros jarra e bacia a se lavarem, Coutinho recusara honra tal, fazendo observar que suas mãos eram em excesso cabelludas para que elle permittisse a delicados dedinhos o derramar sobre ellas uma agua perfumosa; mas que a bella lady, allegando o seu vivo reconhecimento, não consentira em recusa tal. Deitou-lhe, pois, agua ás mãos, «nas quaes (esmiuça Védouro) elle tinha tam compridos os cabellos que lhe cobriam os dedos.»

Commenta Ferdinand Denis que aquellas minucias, perfeitamente dignas do *Amadis* ou do *Palmeirim d'Inglaterra*, não impediram, todavia, um

historiador sério, o conde da Ericeira, de considerar como infinitamente provavel o combate dos doze; Faria ia mais longe e affirmava haver tido em seu poder documentos antigos que não deixavam duvida ácerca da alevantada proeza.

Que tem, na verdade? Á primeira vista parece, pois praxe era dos tempos. Esquece acaso o exemplo dos sete cavalleiros francezes que combateram a todo o transe cerce de Bordeus contra sete cavalleiros inglezes, a 19 de maio de 1402, em prol da honra da sua nação? Pois um d'esses cavalleiros francezes (Pedro de Brabante, por alcunha *O Pisca*, almirante de França) veio a pelejar, em abril de 1415, com o cavalleiro portuguez Alvaro Coutinho, por alcunha *O Magriço*, filho do marechal de Portugal.

Modernamente, porém, distincto escriptor lusitano, Pinheiro Chagas, no artigo respectivo do *Diccionario Popular* sob sua direcção, não entendeu mal que se exarasse que Alvaro Gonçalves Coutinho heroe portuguez era cuja physionomia é meio legendaria, podendo apenas deduzir-se do que d'elle contam as historias que foi um dos mais aventurosos entre os cavalleiros do tempo de D. João I, que encheram a Europa com a gloria das suas façanhas. «A historia séria, que não póde acceitar senão como uma lenda cavalheiresca o celebre caso dos doze de Inglaterra em que representa o Magriço um papel principal, tem de collocar n'um plano muito secundario este cavalleiro aven-

tureiro, que (por similhantes palavras remata o artigo do *Diccionario Popular)* não teve a boa fortuna de conquistar, como Soeiro da Costa ou Alvaro Vaz de Almada, titulos mais sérios á consideração da posteridade.»

Não obstante, é de saber que, discorrendo, no livro decimo quinto de seus *Anales de Flandes* (tomo II, Anvers, 1624), Manuel Sueyro — referentemente aos annos de Christo de 1411 — dos beneficios que á provincia dava o commercio dos portuguezes, relata como assim entendera o duque, pelas relações de Godofredo Wilde, recebedor geral d'aquelle Estado e de Artois e Malines (confirmando-o depois nas suas o successor João Vytenhohe), que quem lograva com isso o maior aproveito era a cidade de Bruges, pois alli residia essa nação. Com funccionario habil, qual Pedro Boudins, seu conselheiro, se informara o principe, como com pessoa intelligente e pratica; e, com o parecer d'este e dos quatro membros, e *particularmente pela intercessão* (que assim o declara) *do cavalleiro Alvaro Gonçalves Coutinho, gentil-homem de sua camara, que tam agradaveis, bons e notaveis serviços lhe havia feito, com o seu grande valor, nas jornadas de Paris e Saint Cloud, contra o que se intitulava Duque de Orléans e outros seus alliados e adherentes, rebeldes e inimigos do rei,* concedeu aos homens de negocio, mestres de navios, marinheiros e subditos do reino de Portugal os privilegios, tomando-os, e a todas as suas fazendas, em sua protecção. As

duas columnas da pag. 98 do tomo citado são cheias da especificação d'aquelles privilegios. O diploma se passou em Gand, a vinte e seis de dezembro, confirmando-o, por ordem do pai, o conde de Charolais, e o conselho, em que assistiam os senhores de Mompreux, Coolscamp, o cavalleiro Guilherme de Halewin, o senhor de Chantenelle, os conselheiros Simão de Fourmellis, Daniel Alberto, Jacques de La Tannerie, Antonio de Wissoc, Theodorico Le Roy, Dino de Rapundis, Roberto de Caples, João de Ogierland e outros; «*ay tambien otros puntos favorables á los Portugueses, en que me alargaria mucho, si todos se huviessen de escrivir.*» Por este teor impetra venia do resumo o diffuso Sueyro.

Elle de valentias de Alvaro Coutinho blasona, consoante mesmo no caso de quando o conde de Dorset nos torneios e festas propuzera o desafio de tres fidalgos portuguezes, que eram Pedro e João Gonçalves, conjunctamente com nosso excedente Alvaro Coutinho, a quem Monstrelet, em sua historia, estraga a graça, chamando-lhe o senhor Alenron, corrompendo por tal geito o nome que topara no manuscripto de João, senhor de Saint-Rémi, primeiro rei d'armas da Ordem do Tosão; a Manuel Sueyro a communicara Philippe de l'Espinay, visconde de Touraine e abalisado ministro da cidade de Gand.

Ora, insaciavel, apezar de todos tres haverem mostrado em Inglaterra o seu valor, servindo áquelles reis, que honravam a nação confederada e

amiga, Alvaro Coutinho havia tido, poucos dias antes, outro desafio na cidade de Bar, segundo nol-o aponta Sueyro, discreteando concernentemente ao anno de 1515; fôra com Clignet de Brabante, assim chamado, almirante de França, cujo apodo Sueyro transcreve, sem cuidar, n'uma mera graphia imitativa: Cligneto de Breban. Do combate Coutinho sahira com muita honra. O adversario foi Pedro de Brabante, por alcunha *Clignet*, como quem dissesse *O Pisca*, almirante de França, senhor de Landreville. Occupando-se d'elle, A. de Sauzay, que em 1866 era conservador adjunto ao museu dos Soberanos, no Louvre, appoiava-se na *Historia genealogica da casa de Faudoas* e na *Historia genealogica e chronologica dos grandes officiaes da corôa*, de Anselme. E acabava a sua noticia pondo entre cômas uma transcripção que diz que Pedro de Brabante, denominado *Clignet*, almirante de França, «no mez de Abril de 1415, teve um combate singular contra um cavalleiro de Portugal na cidade de Bar-le-Duc.» Este precioso achado authentica a fé na seriedade da informação de Sueyro. Hoje pouco nos importa a honra do triumpho, que a transcripção reclama para o almirante de França. Mas que seja para o Magriço.

Outrosim muita honra a ganharam os lusitanos Ruy Mendes, cavalleiro de grande animo e forças, em o prelio que teve, no palacio de Saint-Pol, com Guilherme de Bars, gentil-homem bourbonez, e Diogo d'Oliveira na pugna que sustentou com

outro fidalgo de Bretanha, que chamavam Guilherme de la Haye. Refere a ambos estes desafios, como testemunha de vista, o senhor de Saint-Rémi, cuja auctoridade é bastante, pela que se deve dar em similhantes casos (assim pondera Sueyro) aos reis-de-armas, e de mais a mais a este que foi o principal. Pode-se crer (Sueyro averigua) que o Ruy Mendes foi aquelle que chamaram de Cerveira, « um dos doze que defenderam em Londres as damas inglezas. » O arcebispo de Reims, na historia do rei Carlos Sexto, fallara d'isto; e o senhor de Audiguier, no livro que imprimiu, em o anno de 1617, do antigo uso do duello, dedicado ao rei de França, tractava largamente do desafio dos tres e do de Guilherme de La Haye, se bem que não soube o nôme de Diogo de Oliveira.

Assim, pois, pela reputação que tinham os portuguezes, escolheram os francezes, entre todos, a Francisco de Grinaulx, Marignon de Soignac e Archibaldo de La Roque. Marcou-lhes campo o rei, junto a seu palacio de Saint-Audon. Fazia-se o combate a pé com hacha, espada e adaga, quando João Gonçalves (se já não foi Ruy Mendes o terceiro, como diz o senhor de Saint-Rémi, porque Monstrelet põe ao Gonçalves), apertando a La Roque, que lhe furtou o corpo, cahiu de joelhos, com que lhe foi força render-se ao dito, que acudiu a Marignon de Soignac, que pelejava com Pedro Gonçalves, a quem renderam os dois, que deram sobre Alvaro Coutinho, assistindo a Francisco

Grinaulx; defendeu-se dos tres um grande espaço, até que, agarrando-lhe do braço Marignon, e carregando os companheiros, o derribaram. Porém, perguntado depois: *a qual dos francezes se havia rendido?* respondeu que a todos tres. E, verdadeiramente (conclue, consolando-se, Sueyro), alcançou n'aquelle dia, não obstante sua desgraça, grandissima honra, pois muitos o julgaram pelo mais valoroso d'entre os seis, que assim mesmo com identicas palavras o escrevera o senhor de Saint-Rémi.

Pois, sim, sim, amigo Alvaro Coutinho! Com que então foram-te á pavana, hein? Ora mofei para a tua valentia...

E em tal e tanta maneira que já não quero apurar (como aliás era minha mente quando dei principio a estas inquirições) se d'este Porto serias, na verdade, contra o que de tua procedencia Ferdinand Denis informara.

Nem me seduz a sollicitação com que me embarga Ignacio Rodrigues Védouro (de cuja obra ha, segundo informe do fallecido dr. Pereira Caldas, de Braga, uma reimpressão moderna, 1843, no Rio de Janeiro) quando, no seu relato desconhecido do *Desafio dos doze de Inglaterra, que na côrte de Londres se combateram em desaggravo das damas inglezas* (Lisboa occidental, na Officina Ferreiriana, 1732), nos encarreira noticiando que, d'esses doze de Inglaterra, «todos mui esforçados, valentes e animosos», os mais d'elles eram *naturaes da Provincia da Beira, e alguns de Entre-Douro-e-Minho.*

Do conde da Ericeira, D. Fernando de Menezes e dos commentadores a Camões, Manuel de Faria e Sousa e o licenciado Manuel Correia, em seu folheto Védouro se soccorrera.

Recentemente, é muito interessante o artigo biographico pelo dr. Eduardo de Freitas escripto ácerca do Magriço, que nascera, segundo umas memorias, em Trancoso e, segundo outras, no Porto.

Dar-nos-hemos á mandria? Pelo contrario, tractaremos de averiguar?

Mas, não. Não quero saber.

Mórmente desde que, por Camillo Castello-Branco, acabo de saber o que sei. E é que, tendo Gaya privilegio de não convisinharem d'ella fidalgos, como quer que a quinta de Val d'Amores houvesse sido dada a Alvaro Gonçalves, requereu a cidade contra as violencias do fidalgo, e D. João I tirou-lhe a quinta. «Este Alvaro Gonçalves (em adequada nota explica Camillo Castello-Branco) era o chamado *Magriço*, um dos doze de Inglaterra, heroicamente cantados por Luiz de Camões. Parece que o valentão não tractava mais humanamente os visinhos do que os inglezes.»

Na verdade, Alvaro Gonçalves, senhor de Gaya, levava duas canadas de vinho em cada pipa de Cima-Douro. Resistiram-lhe com o foral de Affonso III, e não lhe pagaram.

De facto, se era coisa que se fizesse: duas canadas em pipa... Porisso, afinal, nunca suas francezas mãos doessem ao senhor de Marignon,

que, agarrando-lhe do braço, fez com que elle tivesse o dito de espirito por cuja mercê espertamente se vingou, á pergunta de: *a qual dos francezes se havia rendido?* respondendo que a todos tres.

Bem se sahiu do passo estreito, convenhamos. Portanto, reconsiderando, com sua memoria nos reconciliemos, abatendo ao Magriço, que Védouro não sabe que a Portugal tornasse, as duas canadas de Gaya na conta dos privilegios que para os portuguezes de trabalho e negocio alcançou no *grande Imperio*, onde *foi parar*, *de Frandes*.

Que, sem embargo, o que do Magriço interessa e move é a sua coparticipação, accidentada e destacante, no caso dos doze de Inglaterra.

E, por fallar, o que seria, de verdade, o caso dos doze de Inglaterra?

*

Aqui está o que foi, na realidade, o caso dos *Doze de Inglaterra*:

Havendo o rei inglez Ricardo II ouvido fallar de todas as magnificencias da côrte de França, e sobretudo do esplendido regosijo havido por occasião da entrada da rainha Isabel de Baviera, cujo casamento com o rei Carlos VI de França foi celebrado a 18 de julho de 1385, festa bellissima que tam grande arruido promovera, quiz elle tambem distinguir-se por meio de um grande divertimento publico.

Consequentemente, correndo o anno de 1390, fez annunciar uma justa e enviou arautos a publical-a em França, na Allemanha, na Flandres, na Escocia.

Quando a noticia chegou ao Hainaut, Guilherme, conde d'Ostrevant, genro do duque de Borgonha, «que era moço, liberal e prompto em suas resoluções», conforme o conceitua o sr. de Barante, no tomo II de sua apreciada *Historia dos duques de Borgonha da casa de Valois* (1364-1477), formou o designio de ir mostrar-se n'essa festa e vêr a Inglaterra.

Partiu primeiro «*du Quesnoy en Hainaut et chevaucha tant par ses journées que il vint á la Haie, une bonne ville de Hollande*» narra Froissart, a fim de fallar previamente com seu pae. «Meu caro filho, disse-lhe o conde Alberto, vós não tendes que fazer na Inglaterra. Casastes com a filha do duque de Borgonha e vossa irmã desposou seu filho. Nós estamos unidos e alliados á casa real de França; não carecemos de ir na cata d'outras amizades e d'outras allianças.»

O joven conde insistiu: «Vós sois senhor vosso, redarguiu seu pae, fazei o que bem quizerdes; mas mais valeria, a bem da paz, não ir lá.»

O conde d'Ostrevant partiu, todavia, compareceu com grande brilho no torneio, e alcançou o premio, que foi conferido pelas «damas gentis da côrte ingleza.»

As quaes, no domingo d'esse anno, mais chegado antes do dia de San-Miguel, ao dar das tres

horas, sahiram, montadas em palafrens, cada uma d'ellas conduzindo um cavalleiro, jungido por um cadeado de prata. Eram ellas, pela conta de Froissart, em numero de sessenta.

Mas o douto publicador das preciosas chronicas, novamente revistas e augmentadas á face dos manuscriptos, com notas, esclarecimentos, taboas e glossario, J. A. C. Buchon, t. III, pag. 96, annota que Hollinshed diz, tão só, vinte e quatro.

Este traço do grilhão amoroso é typico. Elle impressionou Smollett, o qual, em sua *Historia d'Inglaterra desde o desembarque de Julio Cesar até ao tractado d'Aix-la-Chapelle em 1748*, no cap. I de seu livro IV, attinente ao reinado de Ricardo II e respeitante aos annos de 1300-1391, alarga e prolonga o caso, observando, sob a illusão do deslocamento d'um criterio moderno transportado á medievidade poetica, que, se bem que a maneira de viver de Ricardo II podesse continuar a ser taxada d'extravagancia, lhe carreara, sem embargo, o favor publico:

Elle instituiu jogos solemnes e torneios, e fez reviver o espirito cavalheiresco que reinava em tempo de seu avô. Não se ouvia senão musica e instrumentos, festas e regosijos. O rei em pessoa e todos os seus cortezãos tomavam parte n'esses folguedos guerreiros, e a rainha com suas damas honrava-os com a sua presença. Não se via senão espectaculos pomposos e procissões de cavalleiros armados que suas amantes guiavam com cadeados de prata até ás barreiras, onde elles disputavam em feitos d'armas em meio d'uma multidão innumeravel de povo.

T. Smolett exaggera. O festejo, de dias, foi um só e unico, não obstante; as barreiras fôram «uma grande e bella praça» a que chamam Semetefill, chama-lhe Froissart (*Smithfield*), aonde cavalleiros e damas chegaram, havendo partido, no domingo proximo depois (aqui diz depois) do dia de S. Miguel, no anno de 1390, atravez da cidade e por em meio da rua que dizem de Cep (*Cheapside*).

No ponto reunidos, n'esse domingo doze cavalleiros inglezes esperariam outros tantos cavalleiros extrangeiros que a justar com elles quizessem vir, «*et appeleroit-on ces joutes du dimanche la fête du Calenge.*»

E na segunda-feira estariam na mesma praça os sessenta cavalleiros, armados e adereçados para justar, e aguardariam todos os cavalleiros que a tal viessem. E o que melhor se houvesse dos de fóra teria por premio uma corôa d'ouro, riquissima; e dos de dentro, a conspecto das damas, seu alamar tambem d'ouro e tambem riquissimo.

Na terça-feira seguinte, na mesma praça, estariam sessenta escudeiros, bem montados e armados para a justa, e esperariam todos os escudeiros extrangeiros e do reino d'Inglaterra que vir e justar quizessem; e o de fóra que melhor se houvesse teria um corcel sellado e apparelhado; e o de dentro um falcão bellissimo.

Ora, de justas taes, as *que on dit du Calenge* fôram rijas e bellas e bem justadas e continuadas até o cahir da tarde, ponto a que senhores e damas

retiraram aonde lhes cumpria, ficando a rainha alojada na praça de San-Paulo, no paço do bispo de Londres, e lá se fez a ceia.

N'essa noite chegou o conde d'Ostrevant. *Si fut du roi et des seigneurs joyeusement et bien grandement recueilli.*

Este seria o heroe da festa, e d'ella o grande dia foi o dia de segunda-feira.

Tenhamos em portuguez para Froissart a regra que para outros extractos d'elle em francez teve madame de Witt, actualisando-lhe a prosa; e ouçamol-o no momento capital do capitulo XVI de seu livro IV, addicto a dizer-nos «*De une noble fête et joutes qui fut faite en la ville de Londres, et comment elle fut publiée par tous pays.*» Diz-nos:

Quando chegou esse dia seguinte de segunda-feira, vós verieis em muitos logares e praças d'entre a cidade de Londres escudeiros e varletes, cuidosos de engendrar a pôr em termos os arnezes de seus senhores e amos. Após noas chegou o rei de Inglaterra á praça, armado e bem acompanhado de duques, de condes e de senhores, pois era elle dos de dentro. A rainha de Inglaterra, bem acompanhada de damas e de donzellas, veio ter á praça onde as justas se faziam; e subiram para camarotes e palanques que ordenados e adereçados para ellas estavam. Depois chegaram o conde de Saint-Pol e os cavalleiros de França que justar queriam. Então começaram as justas rijas e bellas; e cada qual fez quanto pôde para se sahir bem; e houve muitos derribados dos cavallos e deselmados; e duraram e continuaram estas justas rijas e tezas até á noitinha, em que se retirou para as aposentadorias cada qual dos senhôres para onde estava alojado, e as damas outrosim e quando foi hora

de acudir aonde a ceia estava disposta, tudo lá concorreu. A ceia foi grande, bella e bem ordenada. E n'esse dia teve o premio das justas dos que melhor se houveram dos de fóra o conde de Ostrevant, e bem o mereceu, pois ultrapassara toda a craveira e muitissimo bem justara, a juizo das damas, dos senhores e dos arautos appostos para o julgar e conceder.

Na terça-feira fôram as justas dos escudeiros; e na quarta, depois do jantar, justaram ainda, todos juntos, cavalleiros e escudeiros que o quizeram e poderam; e foi a ceia das damas onde antes fôra, isto é no paço do bispo de Londres, onde o rei, a rainha e as damas estavam. Estas ceias eram, sempre, conforme o conta Froissart, bellas e grandes e bem dansadas, toda a noite, até ao dia.

Na quinta-feira deu o jantar a todos os cavalleiros extrangeiros o rei n'aquelle mesmo paço, e a rainha ás damas e ás donzellas.

Na sexta-feira quem deu o jantar *(et fut le diner grand et bel*, especifica Froissart), a todos os cavalleiros extrangeiros e escudeiros, foi o duque de Lancastrè.

Cumpre n'este ponto lembrar que, em sua *Historia da casa de Plantagenet, no throno d'Inglaterra, desde a invasão de Julio Cesar até ao advento de Henrique VII*, David Hume frisara como, n'essa epocha, a auctoridade do duque de Lancastre servira para contrabalançar a do duque de Glocester e assegurara o poder de Ricardo II, o qual evitava attentamente melindrar o mais idoso de seus tios,

de quem jámais recebera offensa e em quem deparava um caracter mais moderado do que no mais novo, cedendo-lhe, assim, por toda a vida o ducado de Guienne. É em Rymer que para o caso se funda Hume, o qual, chegando ao anno de 1389, registra que, a cabo da pacificação das rixas domesticas referidas e do restabelecimento do governo em seu pé natural, se passaram oito annos de pousio, «que não forneceram acontecimento algum de importancia.»

O duque de Lancastre regressara de Hespanha após haver cedido ao seu concorrente as suas pretensões á corôa de Castella por uma somma que, appoiando-se em Knyghton e Walsingham, avalia Hume como *considerabilissima;* e «casara a sua filha Philippa com o rei de Portugal.»

De Portugal fôra mesmo que o duque de Lancastre a Inglaterra regressara, não da Hespanha; pois os mensageiros do rei de Castella, tendo vindo fallar ao duque de Lancastre, em certas avenças concordaram, o anno de quatro centos e vinte e cinco. Fernão Lopes, no capitulo 115 da Parte II da *Chronica d'el-rei D. João I*, para o nosso ponto as resume no remate, dizendo que convencionado ficou «que o duque se partisse de Portugal e se fôsse para Bayonna, que é no reino de Inglaterra e cerca da comarca de Castella.» Em consequencia, veio o duque a Coimbra.

Para este effeito, tinha já o rei portuguez mandado armar seis galés na cidade de Lisboa, «as

quaes eram partidas para o Porto, por se juntarem com outras que ahi estavam, de guisa que eram, por todas, quatorze, de que Affonso Furtado levava governança, que era capitão do mar », refere Fernão Lopes no seu proximo capitulo 118. E logo no 119 conclue contando que, depois que o duque folgou alguns dias com el-rei de Portugal *(que bufava de corage e escupia pezadumbres,* insolentemente moteja Lozano) e com sua filha, no Porto, embarcara por fazer viagem, elle e os seus, que eram muito poucos, que todos iam em seis galés muito folgadamente, e os outros por honra em sua companhia, e era isto no fim de Setembro. Sahidas as galés de foz em fóra e postas no mar, déra-lhes Deus tam boa viagem que em breves tres dias chegaram « a Gasconha, a uma cidade que chamavam Bayonna, do senhorio de Inglaterra. » De facto estavam então usufruindo os inglezes da posse de boa parte da França.

No capitulo 122, « depois que já tornamos de Bayonna de Inglaterra », para que « contemos outra coisa », dá Fernão Lopes por « acabados os feitos do duque. »

Mas nós, agora, pela mão de Froissart, seguil-o-hemos inda.

De seu livro III, seu capitulo LXXXIX *(Comment le duc de Lancastre, étant parti de Saint-Jacques et de Conimbres en Portingal, arriva par mer à Bayonne)* exara como o duque de Lancastre partiu da Galliza, com sua mulher, sua filha e toda a sua gente, « *car*

le roi de Portingal l'envoya querre par son connètable le comte de Novaire et par messire Jean Ferrand Percek, atout cinqcens lances. En celle route ètoient, du royaume de Portingal, tout premièrement le Pouvasse de Congne, et son frère Vas Martin de Congne, Égeas Coille, Vas Martin de Merlo, Gonssalvas de Merlo, Galop Ferrand Percek, messire Alves Perrière, Jean Rodrigues Perrière, Jean Gomes de Silve, Jean Rodrigues de Sar, et tous barons. » O editor Buchon restitue para graphia intelligivel estas audições barbaras.

Chegado a Portugal, « *le duc de Lancastre se tint bien deux mois au Port, et entoncs ordonna-t-il toutes ses besognes; et eut gallées du roi, lesquelles il fit appariller, et le maitre patron de Portingal, qui s'appeloit Dam Alphonse Vretat.* » Ou seja Dom Affonso Furtado. A narrativa do embarque no Porto em as galés do *maitre patron Alphonse Vretrat* se torna a exhibir no capitulo CIV do mesmo livro, attinente em concordancia na edição ao anno de 1387, advertindo-se que a divergencia nas datas se reporte da diversificação das éras no computo chronologico. N'estes auctores, tempos e coisas, de resto, ha sempre que desprezar desconcordancias, como para a conta das galés de retorno, etc.

No anno seguinte de 1388, já em Bordeus, houve um feito d'armas, perante o duque de Lancastre, de cinco francezes, na praça em frente de Saint-Andrieu, presentes o dito duque de Lancastre, a duqueza e sua filha, e as damas e as don-

zellas da comarca, *dont il y en avoit grand'foison*, jubila Froissart, que assistiu em pessoa elle-tambem.

Ora, se ás cinco galés que, tornando-se logo de Bayonna, á vinda damno vieram fazendo pela costa de Galliza, a regia nova ordenança sobre prezas por egual se applicou nas cinco « com que Affonso Furtado — a escape no cap. CXXVII da sua Parte II, Fernão Lopes aponta — se partiu d'aquelle logar para Inglaterra, por servir a el-rei, andando por lá espaço de quinze mezes. » O chronista inglez Walsingham (*Historia brevis*, pag. 318) redondamente escreve, porém: *Rex Portugaliae misit regi Angliae sex Galeyas, ut adjuvarent eum, et essent illi solatio contra hostes suos.* »

São mui valiosas as considerações á roda d'estes factos expendidas pelo conde de Villa Franca no seu excellente volume, de investigações historico-sociaes, *D. João I e a alliança ingleza*, pag. 230.

Interessante e importante é a quadra, não só para a chronica conjuncta da França, da Inglaterra, da Hespanha, de Portugal mas ainda, por seus corollarios, proximos e remotos, para a historia geral da civilisação da humanidade inteira; e difficilmente se poderá deparar epocha mais abundante de physionomias impressivas, consoante a d'esse mesmo Ricardo II, que no theatro introduziu Shakspeare e que modernamente tomou Wallon para de figura servir nodular a caracteristico episodio da rivalidade entre a França e a Inglaterra.

O conde de Villa Franca põe a nú uma grave arteirice sonegadora de Fernão Lopes e remata dizendo que o «serviço d'el-rei» a que o mesmo chronista allude era «serviço directo e exclusivo de homens, armas e navios portuguezes á Inglaterra durante o espaço de quinze mezes, a expensas de Portugal, e sem que na minima compensação nos retribuissem.»

De modo que exacto resulte o dizer-se que, recambiando-lhe o tio preferido, ao rei de Inglaterra Ricardo II nas mesmas galés lhe enviara o rei de Portugal D. João I um presente por egual assás ou inda mais grato, porquanto, em boa verdade, «*no havia sido menor el soccorro* — na segunda parte dos seus *Anales de Flandres* Emanuel Sueyro o aquilata — *que recibió el rey inglés de las galeras que le embió el de Portugal, con su general Alfonso Furtado de Mendoça, á quien, pues, segun la grandeza de su animo, dava desinteressadamente esta assistencia á la nacion amiga, mandó prover por letra en Inglaterra nuevecientos y cinquenta francos de la cantidad que ordenó se diesse en aquel reyno al infante Don Dionysio, hijo del-rey Don Pedro y de Dona Ignez de Castro.*»

Está Sueyro relatando o que occorrera no anno de 1390 e é de entender que não hajam nossos escriptores memorado com attento reparo esta expedição naval portugueza a Inglaterra: até acontece modernamente que nem n'ella falle o vice-almirante da Armada Real, e conselheiro do Real Conselho de

Marinha, Ignacio da Costa Quintella onde devera, isto é no tomo I de seus *Annaes da Marinha Portugueza*, publicados em 1839, de ordem da Academia Real das Sciencias, de que o auctor era socio honorario.

N'esta sua notavel obra, com respeito ao reinado de D. João I, para factos navaes Quintella marca ahi o anno de 1384, em que a expedição da esquadra de Lisboa ao Porto está miudamente descripta e judiciosamente criticada e, não tendo durante o resto do tempo que durou o memoravel cerco de Lisboa, achado «outra alguma acção naval que mereça lembrar-se», elle passa logo ao anno de 1405, em que, havendo-se desposado em Lisboa D. Brites, filha natural do rei D. João I, com Thomaz Fitz Allan, conde de Arundel, a conduziu a Inglaterra seu irmão D. Affonso, com João Gomes da Silva, alferes-mór, e outras muitas pessoas de distincção, em uma esquadra de tres galés e vinte e oito navios redondos, entre grandes e pequenos.

Muitas pessoas portuguezas de distincção haviam ido nas galés que á Inglaterra mandara D. João I sob o commando de Affonso Furtado de Mendonça, «*nobilissimo cavallero, autor de los Mendoças de Portugal y descendiente de la misma casa cuyo señor, como chefe, es en Castilla el duque del Infantado: fue capitan mayor de la mar y general de los ballesteros, officio que despues se extinguió en Portugal*», Sueyro vai desenrolando com pompa.

E, por sua valentia e denodo, ficara o duque

de Lancastre a prezar e considerar os portuguezes; e elle-mesmo era grande admirador e provocador de façanhas; assim, mais uma vez o attesta o *Livro das proezas do marechal Boucicaut*, interessante chronica que foi publicada da primeira feita por Théodore Godefroy em 1620 e que em 1840, collacionando-a com um manuscripto da Bibliotheca de Paris, Buchon reimprimiu a seguir á sua segunda edição de Froissart, com que enriqueceu a opulenta collecção do *Pantheon Littéraire*.

O capitulo XVI da primeira parte d'essa chronica informa-nos: «*De l'emprise que messire Bouciquaut fist luy troisème, de tenir champs trente jours à la jouste à tous venans, entre Boulogne et Calais, au lieu que on dict Sainct-Enghelbert..*» Com venia do rei, mandou clamar a façanha «em muitos reinos e paizes christãos, é de saber em Inglaterra, em Hespanha, no Aragão, na Allemanha, na Italia e alhures.» Acudiram ao repto «*messire Jean de Hollande, frère du roi Richart d'Angleterre et puis le comte Darby, que ores se dict le roi d'Angleterre, le quel jousta avec dix coups de fer de glaive, car quand il eut jousté les cinq coups selon le cry, le duc de Lancastre son père luy escripvit que il luy envoyoit son fils pour apprendre de luy.*» Compareceram e pelejaram tantos cavalleiros e escudeiros do dito rei de Inglaterra que chegaram até ao numero de cento e vinte (2×60, o dos cavalleiros das justas de Londres: estes numeros, como o dos 12, são symbolicos). Não só de Inglaterra vieram ao chamo do

forçudo Boucicaut, mas de paizes varios, como allemães, hespanhoes e outros, mais de quarenta (outro numero symbolico).

Tambem, afóra os «Hainuiers», francezes e allemães se encontraram nas grandes festas de Londres, para onde o conde d'Ostrevant partira do Hainaut *en grand'étoffe* e bem acompanhado de cavalleiros e escudeiros; e passou através o Artois, e veio a Saint-Omer e depois a Calais; e ahi se encontrou com o conde de Saint-Pol.

O conde Waleram de Saint-Pol, que por então tinha por mulher e por esposa a irmã do rei Ricardo d'Inglaterra, preparou-se e adereçou-se grandemente, e accommodou com elle bastos cavalleiros e escudeiros, tudo para ir a Inglaterra a essa festa, e partiu para Calais, onde estavam aguardando as naus mensageiras de Douvres que esperavam os senhores.

Quando bateu hora, e ellas tiveram vento propicio para passarem á vontade, e que os navios receberam a esperada carga, os senhores passaram e seguiram em direitura prestes á baliza.

Mas «a mim me foi dito, e eu bem o creio, que o conde de Saint-Pol — d'est'arte o narrra Froissart — passou e chegou á Inglaterra primeiro tres dias do que o conde d'Ostrevant. Ora passou o conde d'Ostrevant por uma quinta-feira, e chegou a Cantorbie *(Canterbury)* na sexta, e foi vêr o relicario de Sam-Thomaz em jejum natural, e alli fez sua offerenda, bella e rica; e ahi se demorou todo o dia

seguinte, e ao dia immediato chegou a Rochestre *(Rochester)*; foi no sabbado. E para isto levava elle grande-estadão de cavalleiros e d'escudeiros; e, para arranjo d'elles, caminhava por jornadas pequenas e com folga dos cavallos; e no domingo, depois da missa, partiu de Rochestre e veiu jantar a Dardeforte *(Dartfort)*, e logo depois do jantar montou e caminhou, para estar, n'aquelle domingo em que a festa começava, em Londres.»

Chega tarde, como já vimos; mas, no remate, «*quand on eut dansé, joué et carolé assez au chastel de Windesore*», e havendo o rei d'Inglaterra brindado bellas dadivas aos cavalleiros e escudeiros d'honra do reino de França, *et par espécial au jeune comte d'Ostrevant*, não podia vacillar-se no juizo de que o heroe do festejo esse fôra, o conde d'Ostrevant.

De quem fallando, é curioso como falle o quasi nosso Emannuel Sueyro.

Começa dizendo que por estes dias do inicio do anno de 1390 morrera Arnaldo de Hornes, bispo de Liège, a quem deram por successor João de Baviera, filho de Alberto, conde de Hollanda, que, acompanhado do pai e de Guilherme, conde de Ostrevant, fez, pelo mez de Maio, com notavel ostentação a sua entrada na cidade. «*Passó de alli à poco à Inglaterra el conde de Ostrevant*—prosegue Sueyro —*en compañia del de San Pol, cuñado del Rey Ricardo, à hallarse en las justas que se havian publicado, porque la nobleza, enemiga del ocio, se cansava*

de la tregua, bien que para exercitarse se juntavan junto à Cales. »

Allude á tregua de tres annos, aprazada, entre Boulogne e Calais, entre a Inglaterra e a França, respiro n'essa desastrosa guerra dos cem annos; allude ás justas que, para não desfazer a mão, inglezes e francezes iam terçando não só em Calais como aqui e alli; mas não o inquieta a sombra d'uma duvida.

Porquanto accrescenta immediatamente a seguir: « *Celebròse entre estas naciones belicosas desafio de doze cavalleros portuguezes, porque, haviendo algunos de Inglaterra burladose de ciertas damas de palacio,* etc. » Conta, em tom de historia, a lenda lusitana. Celebra as façanhas do Magriço.

Não repara que a batalha campal dos « Doze de Inglaterra » — *treze* em Jorge Ferreira de Vasconcellos, no *Memorial das proezas da segunda Tavola redonda*, cuja primeira edição é de 1567; a primeira dos *Lusiadas* é de 1572, cinco annos depois — não repara que a batalha campal dos « Doze de Inglaterra » é uma simples adaptação portugueza imaginaria da realidade historica das justas de Ricardo II de Inglaterra, de parceria effectuadas com seu tio, o duque de Lancastre.

Não repara que o Magriço é... o conde d'Ostrevant!

Lastima grande! No fumo d'uma apropriação plagiaria d'alheia effectividade historica a façanha

typica se nos vae d'um filhote illustre portuense e elle proprio na mesma nevoa se dissipa e some.

Consolemo-nos, que da quadra heroica figuras proeminentes permanecem firmes na luz real. Assim esse, da «inclita geração de altos infantes», que no Porto nado foi.

III

Francisco de Sá de Menezes — Dom Henrique

IDÉA audaz, essa que attingiu seu acume no imperialismo do heroe de Francisco de Sá de Menezes, natural d'esta cidade do Porto, filho de João Rodrigues de Sá e de D. Maria da Silva, auctor da *Malaca conquistada*, poema heroico em honra de Affonso de Albuquerque.

Na censura que, por ordem regia, fez a este livro Diogo de Paiva d'Andrade, sobrinho do douto theologo, do mesmo nòme, que foi ao Concilio Tridentino, disse elle, entre outros louvores, as mareadas palavras seguintes:

> Faz o auctor ser de maiores quilates a perfeição d'esta sua obra com os da pureza do seu sangue e das virtudes naturaes de que é dotado; com que tambem não só imita, se não eguala ou ainda excede, a prudencia, valor e merecimento de seus illustres antepassados, auctorisando com a excellencia de seus versos a patria que elles honraram com o esforço de seus braços.

E, modernamente, José Maria da Costa e Silva:

A *Malaca conquistada,* considerando-a debaixo do ponto de vista da composição e das regras da arte, é o melhor poema do genero classico que possuimos. A acção é justa em seus motivos; importante em seus resultados; verdadeiramente heroica; de justa grandeza, conforme o preceito de Aristoteles, que exige que uma epopêa não seja tam longa que se confunda a memoria nem tam breve que não tenha o necessario desenvolvimento. A acção da *Malaca* é unica, interessante, gloriosa para a nação portugueza. Os episodios, conforme os preceitos da arte, nascem todos do assumpto e cooperam para o aformosear sem offuscal-o, defeito que mesmo os grandes epicos não têm sempre sabido evitar. O caracter do heroe tem toda a belleza historica e poetica de que era susceptivel.

Não assim para Camillo Castello Branco:

O assumpto da *Malaca* é a tomada da metropole indiana, e o heroe é Affonso de Albuquerque, o valoroso capitão que ainda convencionalmente se sustenta invulnerado e respeitado nas herculeas proezas do Oriente. Como poema historico, é aproveitavel a quem hoje se recrear na leitura das chronicas rimadas.

Quanto ao poeta, senhor de uma casa opulenta, cercado da estima dos concidadãos e com especialidade dos litteratos, empregando o tempo que lhe restava do desempenho dos seus deveres como homem publico no tracto das musas, passava Francisco de Sá de Menezes tranquillamente seus dias quando a morte lhe arrebatou dos braços a esposa, que lhe servira sempre de consolação nos

dissabores da vida. Esta perda rememora Costa e Silva que lhe abateu o espirito de maneira que, tomando, de dia para dia, maior aborrecimento ao mundo, resolveu, por fim, abandonal-o, sem que as rogativas e instancias dos filhos, dos parente e dos amigos fôssem poderosas para o fazerem mudar de resolução.

Depois de algum tempo de hesitação sobre a escolha do seu ultimo domicilio, resolveu, em fim, retirar-se para o mosteiro de Bemfica, da Ordem dos Pregadores, nos suburbios de Lisboa, onde tomou o habito e professou no dia 14 de dezembro de 1641, adoptando alli o nôme de frei Francisco de Jesus, «antepondo (escreve Diogo Barbosa Machado), com judiciosa eleição, este santissimo nôme aos nobres appellidos de Sá, e Menezes, de que totalmente se queria esquecer, por serem mudos despertadores da vaidade mundana.»

Entregou-se desde então, com todo o ardor, á observancia dos preceitos da regra e ás praticas de devoção mais austeras, tornando-se, por este modo, objecto de veneração e respeito para todos os religiosos que com elle habitavam aquella casa. O abbade de Sever traça-nos o quadro d'este sacrificio mystico: «As principaes virtudes que constituem um religioso perfeito praticava com tanta exacção que servia aos moços de estimulo e aos velhos de confusão. Era na obediencia prompto, na oração continuo, na mortificação severo, na caridade ardente.» Camillo Castello-Branco chama-nos á exacta reali-

dade, pela destrinça psychologica d'estas crises moraes, vistas á luz do criterio coevo do epico: «No vigor da idade viuvou, e seguiu a vereda que levava á paz do claustro as grandes dòres da vida. Alli, no mosteiro de Bemfica, nove annos antes, acabara o cavalleiro Manuel de Souza Coutinho amortalhado no habito de Frei Luiz de Souza.»

De Francisco de Sá de Menezes consta que casara mui moço com D. Antonia de Andrade, que era sua prima, e filha de Balthazar Leitão de Andrade, thesoureiro da Casa da India; e sabe-se que a innato grande talento para a poesia elle juntava uma erudição não vulgar, tanto das litteraturas classicas como da moderna italiana, cujos mestres seguiu com desvelo, nomeadamente a Torquato Tasso, por quem annota Costa e Silva que é evidente haver-se regulado na composição da sua *Malaca conquistada*. Sá de Menezes mostrou-se, porém, muito superior ás preoccupações do seu seculo, dando d'avesso á mythologia, que os seus contemporaneos julgavam admissivel em toda a sorte de poemas, «a ponto que Sannazaro não escrupulisou de fazer uso d'ella no poema *De partu Virginis*.» Camillo Castello-Branco é sobrio no encomio: «Os afeites mythologicos são expungidos da urdidura e substituidos por um artificio mais a sabor christão.»

Mas não encobre, de malicia, os meritos effectivos. Assim: «São raras na poesia do tempo as descripções dos costumes orientaes; todavia, Sá de

Menezes enxertou agradaveis trechos onde lhe vinham de molde; e revelou vasta erudição geographica, nomeando as terras e logo as usanças que as caracterisam, á imitação de Homero.»

N'esta altura, destaca flagrante o contraste entre as apreciações de Costa e Silva, por um lado, e de Camillo Castello-Branco, por outro, com respeito a Francisco de Sá de Menezes na *Malaca conquistada.*

«A parte erotica não é menos bella n'este poema (escreve Costa e Silva), e depois de Camões talvez nenhum epico de Portugal seja tam singello, tam terno e verdadeiro nos affectos! Francisco de Sá de Menezes estava mui longe das affectações rhetoricas e dos conceitos rebuscados de Vasco Mousinho de Quevedo; é certo que as damas do *Affonso Africano* têm mais espirito que as da *Malaca;* mas que importa, se esse espirito é do auctor e não d'ellas?» — «Nas pinturas eroticas (Camillo Castello-Branco escreve) é mais recatado que Luiz de Camões, talvez porque a pedestre e fria inspiração o não impulsava a raptos descomedidos. Falta-lhe invenção e genio onde sobeja a honestidade. Descreve com onomatopaicos estridores batalhas e naufragios. Nos quadros maviosos esmorece em prosa estirada e descolorida.»

Em a resignada abdicação da intelligencia que implica o modulo da vida por Francisco de Sá de Menezes preferido após a morte de uma esposa adorada, elle foi tenaz e fixo. Persistiu, com firme

constancia e placidez de espirito, n'aquelle desprendido desapego do mundo, sem jámais se desmentir, até ao dia 21 de Maio de 1661, em que falleceu.

Esta é a data que vem no texto de Costa e Silva; Barbosa Machado põe, porém, o fallecimento do illustre poeta portuense em 27 do mesmo mez do anno posterior de 1664.

*

* *

Como quer que seja, essa idéa que attingiu o seu acume no imperialismo do heroe do portuense Francisco de Sá de Menezes tivera seus definidos primordios na cerebração d'outro portuense, illustrissimo, se mal que escassamente sympathico.

É infernal a luz a que sua figura perpassa adefronte dos olhos do nosso espirito, na scena lugubre que arrancou brados de commiseração ao chronista Gomes Eannes de Azurara.

Como um quadro capital do seculo XV a trasladou para francez, desde 1839, Ferdinand Denis e lhe deu o titulo tremendo: «O primeiro dia do trafico em Lagos, reino dos Algarves.» Depois, em 1841, publicado por J. P. Aillaud, appareceu o texto integral lusitano, sahindo pela primeira vez a lume por diligencia do Visconde da Carreira, precedido de uma introducção e illustrado com algumas notas pelo visconde de Santarem e seguido d'um

glossario das palavras e phrases antiquadas e obsoletas.

O capitulo XXV nos mostra «como o auctor aqui rasôa um pouco sobre a piedade que ha d'aquellas gentes e como foi feita a partilha.» É a propria divindade que elle invoca:

Oh tu, celestial pae, que, com tua poderosa mão, sem movimento de tua divinal essencia, governas toda a infinda companhia da tua santa cidade, e que trazes apertados todos os eixos das ordens superiores, distinguidas em nove espheras, movendo os tempos das idades, breves e longas, como te apraz! Eu te rogo que as minhas lagrimas não sejam damno da minha consciencia, que nem por sua lei d'estes; mas a sua humanidade constrange a minha que chore piedosamente o seu padecimento. E, se as brutas alimarias, com seu bestial sentir, por um natural instincto conhecem os damnos de suas similhantes, que queres que faça esta minha humanal natureza, vendo assim ante os meus olhos esta miseravel companha, lembrando-me que são da geração dos filhos d'Adão?!

Logo relata, em continuação do que já referira:

No outro dia, que eram 8 dias do mez d'agosto (de 1444), muito cedo pela manhã, por rasão da calma, começaram os mareantes de correger seus bateis e tirar aquelles captivos para os levarem, segundo lhes fôra mandado; os quaes, postos juntamente n'aquelle campo, era uma maravilhosa cousa de vêr, que entre elles havia alguns de arrazoada brancura, formosos e airosos; outros, menos brancos, que queriam similhar pardos; outros tam negros como ethiopios, tam desformes, assim nas caras como nos corpos, que quasi parecia aos homens que os olhavam que viam as imagens do hemispherio mais baixo.

Mas qual seria o coração, por duro que ser podesse, que

não fôsse pungido de piedoso sentimento, vendo assim aquella companha; que uns tinham as caras baixas e os rostos lavados com lagrimas, olhando uns para os outros; outros estavam gemendo muito dolorosamente, olhando a altura dos céus, firmando os olhos em elles, bradando altamente, como se pedissem soccorro ao pae da natureza; outros feriam seu rosto com suas mãos, lançando-se estendidos em meio do chão; outros faziam suas lamentações em maneira de canto, segundo o costume de sua terra, nas quaes, posto que as palavras da linguagem, dos nossos não podesse ser entendida, bem correspondia ao grau de sua tristeza?!

Mas, para seu dó ser mais accrescentado, sobrevieram aquelles que tinham carrego da partilha, e começaram de os apartarem uns dos outros, afim de pôrem seus quinhões em igualeza; onde convinha, de necessidade, de se apartarem os filhos dos paes e as mulheres dos maridos e a uns irmãos dos outros. A amigos nem a parentes não se guardava nenhuma lei; sómente cada um cahia onde a sorte o levava!

Oh poderosa fortuna, que andas e desandas com tuas rodas, compassando as cousas do mundo como te apraz! E, sequer, põe ante os olhos d'esta gente miseravel algum conhecimento das cousas derradeiras, porque possam receber alguma consolação em meio de sua grande tristeza!

E vós-outros, que vos afadigaes n'esta partilha, olhae com piedade sobre tanta miseria e vêde como se apertam uns com os outros, que apenas os podeis desligar! Quem poderia acabar aquella divisão sem mui grande trabalho?

Que, tanto que os tinham postos em uma parte, os filhos, que viam os paes na outra, alevantavam-se rijamente e iam-se para elles; as mães apertavam os outros filhos nos braços e lançavam-se, com elles, de bruços, recebendo feridas, com pouca piedade de suas carnes, por lhes não serem tirados!

E assim trabalhosamente os acabaram de repartir, porque, além do trabalho que tinham com os captivos, o campo era todo cheio de gente, assim do logar como das aldeias e comarcas de a redor, os quaes deixavam em aquelle dia folgar suas

mãos, em que estava a força de seu ganho, sómente por vêr aquella novidade.

E com estas cousas que viam, uns chorando, outros altercando, faziam tammanho alvoroço que punham em torvação os mandadores d'aquella partilha.

O Infante estava alli, em cima de um poderoso cavallo, acompanhado de suas gentes...

Este instructivo fragmento Ferdinand Denis o qualifica de cheio de eloquencia, e remata escrevendo que a grande scena que Azurara relata está contada com uma commiseração generosa, que não prejudica, por um só momento, a fidelidade da narrativa.

Addita que Azurara prosegue referindo que o choro d'aquelles captivos fôra «mui grande, especialmente depois que a partilha foi acabada, que levava cada um a sua parte, e alguns d'aquelles vendiam os seus, os quaes levavam para outras terras, e adregava que o pae ficava em Lagos e á mãe a traziam para Lisboa e os filhos para outra parte, na qual divisão sua dôr dobrava o primeiro damno, o qual era menos em alguns que adregavam de ficar em companhia.»

O capitulo XI *(O trafico de escravos)* da *Vida do Infante D. Henrique de Portugal, appellidado o Navegador*, pelo inglez Richard Henry Major, abre com este impressionante painel, que é precedido das linhas que tomo da traducção portugueza do snr. José Antonio Ferreira Brandão e são as seguintes:

O antigo chronista Azurara exprime, em um capitulo cheio de pathetica eloquencia, os seus sentimentos de commiseração para com os pobres captivos na occasião de serem distribuidos pelos diversos possuidores ou compradores d'elles, separados assim d'aquelles a quem mais estreitamente se achavam ligados pelos laços da natureza.

Em 1846 volta Ferdinand Denis a encarecer, a proposito da descripção d'essa venda d'escravos em Lagos, a *penna eloquente* de Gomes Eannes de Azurara; mostra-nos o velho escriptor a flagellar já em seu remoto tempo esse commercio odioso, « tomado d'uma indignação santa. » Ainda em 1858, novamente lamentaria Ferdinand Denis que, se a cidade de Lagos secundava á data o infante mais que cidade alguma outra do reino, fôsse, todavia, por provirem os recursos da deploravel origem do commercio dos escravos, em detrimento da humanidade.

Em proveito da humanidade, porém, redundava a iniciativa egoista do infante Dom Henrique, como no proveito da civilisação geral as romanescas especulações de Colombo redundaram.

*

E aqui me estimula suggestão surgente, qual a de, approximando estes dois grandes nômes, do infante Dom Henrique e de Christovão Colombo, lhes inquirir da originalidade de suas idéas.

Vejamos:

No tomo II de sua *Histoire des ducs de Bonrgogne de la maison de Valois* (1364-1477), seu auctor, o snr. de Barante, membro da Academia Franceza e das Academias de São-Petersburgo e de Turin, na sequencia do livro segundo, conta-nos como o rei de França (Carlos VI), no regresso da sua viagem do Languedoc, recebeu dos genovezes uma embaixada para implorar o seu soccorro e dos cavalleiros francezes contra os sarracenos da costa d'Africa, cujos navios incessantemente vinham perturbar o commercio nas costas d'Italia. Elles faziam, mesmo até, frequentemente incursões nas terras e devastavam-as. As ilhas da Corsega, da Sardenha, de Maiorca, d'Elba, de Monte-Christo, de Pianosa eram sempre preza de suas rapinas, e todo o negocio dos christãos no mar Mediterraneo já não se podia levar com segurança. Os genovezes, vendo que a França e a Inglaterra estavam em paz por trez annos, pensaram que era uma empreza digna dos cavalleiros das duas nações o vir punir a insolencia d'esses infieis. Offereciam-se a emprestar seus navios para a passagem e a fornecer os viveres e provisões de todo o genero. Esta proposta foi acolhida com grande enthusiasmo pelos cavalleiros e escudeiros que buscavam occasião de brilhar. O duque de Touraine quizera ser chefe d'esta cruzada: nada havia, com effeito, exara-o o snr. de Barante, de tam cavalleiresco e de tam aventuroso como esse moço principe; elle era o protector e como que o chefe de todos os jovens fidalgos; não

pensava senão em deparar occasião d'adquirir fama e de ao longe levar a honra da França.

Mas os tios do rei e o seu conselho em tal não quizerem consentir, não achando que essa viagem conviesse ao primeiro principe da regia familia. Foi o duque de Bourbon quem escolheram: elle obteve do monarcha a graça de marchar assim nas pizadas do bom rei São Luiz. Os mais nobres cavalleiros do reino disputaram a honra de o acompanhar: o de Bourbon teve mesmo sob suas ordens o conde d'Erby, filho do duque de Lancastre e que depois se fez rei de Inglaterra.

O senhor de Coucy, o almirante de Vienne, o senhor Guy da la Tremoille, monsenhor Philippe de Bar, o senhor de Harcourt, o conde d'Eu apressaram-se, como bons e verdadeiros christãos, em ir combater os sarracenos. O snr. de Barante, fundando-se em Juvenal (des Ursins), accrescenta que elles procuravam d'est'arte arredar-se tambem da côrte, onde viam nascer tantas divisões e praticar tantos actos pouco honrosos que gran lastima era para leaes servidores do rei.

Todavia, a cruzada não durou coisa que merecesse a pena; depois de se haver sitiado Tunis, o snr. de Barante escreve, entrara-se em negociações com os sarracenos: elles haviam pago uma somma consideravel e promessa fizeram de não mais d'alli em deante perturbar o commercio dos christãos. Como quer que as enfermidades e o calor fizessem morrer, cada dia que ia passando, muitos d'entre

os homens d'armas, força fôra o acontentarem-se com essa pequena vantagem.

No livro decimo-nono de sua celebre *Historia das Cruzadas*, sobre o anno de 1389, Michaud escrevera que ao ardor das cruzadas succedera no espirito dos guerreiros uma paixão de se distinguir e de se enriquecer por intermedio de emprezas cavalheirescas e de expedições aventurosas, ás quaes se mesclavam sempre algumas remembranças das guerras santas. Conta como foi que os genovezes mandaram pedir um chefe e tropas ao rei de França Carlos VI e como, ao boato só d'essa empreza longinqua, se viu acudir de todas as provincias do reino, e mesmo d'Inglaterra, uma turba-multa de guerreiros, avidos de assignalar sua bravura; emfim, mil e quatrocentos cavalleiros e senhores, ás ordens do duque de Bourbon, tio do rei, fôram ter a Genova e embarcaram na frota da republica. A expedição passara por deante das ilhas d'Elba, da Corsega, da Sardenha; e, depois de haver soffrido uma borrasca no golfo de Lyon, chegara á vista da cidade d'*Afrique*.

Esta cidade d'*Afrique*, de que o historiador Froissart nos dá uma descripção e que, por sua situação e seu porto, se assemelhava á cidade de Calais em França, passava, ao tempo, por ser a chave das provincias e Estados da Barberia, e longe não ficava d'essa riba de Carthago, onde, cento e dez annos antes, Luiz IX encontrara o martyrio sob o estandarte da cruz. Os cavalleiros

francezes e os genovezes detiveram-se durante alguns dias em uma ilha proxima, e resolveram sitiar a cidade que sobre a costa viam.

Annota Michaud que Froissart falla longuissimamente d'esta expedição; e declara que elle fôra a quem tomara para guia no seu relato, servindo-se até algumas vezes de suas expressões. Todavia, não fôra o unico que fallado haja d'essa especie de cruzada: Paulo Emilio, Bizaro, Folieta d'ella fallaram outrosim; mas o que havia de singular, segundo Michaud, era que Bizaro e Folieta, historiadores de Genova, pretendem que os genovezes e os francezes sitiaram então a cidade de Tunis. (Vimos que é tambem como modernamente conta o caso de Barante). Michaud prefere reportar-se de Froissart, que era contemporaneo e que haurira essa narrativa na palestra dos cavalleiros que acampado haviam dois mezes sob os muros da cidade d'*Afrique*. Paulo Emilio e Christina de Pisan nomeiam, egualmente, esta cidade; um, na sua historia; a outra, nas suas memorias.

Ora, essa cidade d'*Afrique* a mesma era que a cidade d'*Al-Mahadia*, contra a qual os de Pisa e os genovezes feito haviam uma expedição algum tempo antes da primeira cruzada, consoante Michaud o inscrevera no primeiro livro da sua historia.

A cruzada d'agora, segundo Paulo Emilio, Folieta e Bizaro, acabara por um tractado, negociando-se, conforme o moderno relato do snr. de

Barante, a paz, conclusa sob condição de que os habitantes d'*Afrique* não inquietassem mais d'alli ávante as costas maritimas da França e de Genova, que se reteriam em seus limites e que immediatamente pagariam dez mil peças d'ouro. Assim, segundo esses historiadores, a expedição haveria sido gloriosa, emquanto que inutil e sem honra ella foi, segundo Froissart, que diz que opinião era de muitos que o que tinha feito abortar a empreza fôra a ignorancia, a inacção e a sobranceria do duque de Bourbon.

Quanto áquella primeira expedição, que, sendo uma verdadeira cruzada, Michaud frisa que parece haver sido esquecida por todos os historiadores das guerras santas, derivava do facto, permanente, de que os sarracenos que habitavam a Africa perturbavam a navegação do Mediterraneo e ameaçavam as costas de Italia. O papa Victor III convite endereçou aos christãos para que pegassem em armas, e prometteu-lhes a remissão de todos os seus peccados, se fôssem combater os infieis.

Os habitantes de Pisa, de Genova e de muitas outras cidades, impellidos pelo zêlo da religião e pelo desejo de defender seu commercio, equiparam frotas, levantaram tropas e operaram um desembarque nas costas d'Africa, onde, a dar-se credito ás chronicas do tempo, fizeram em pedaços um exercito de cem mil sarracenos. Após haverem entregue ás chammas duas cidades, Al-Mahadia e Sibila, edificadas no antigo territorio de Carthago,

e forçado um rei da Mauritania a pagar certo tributo á Santa-Sé, os de Pisa e os genovezes regressaram á Italia, onde os despojos dos vencidos fôram empregados na ornamentação das egrejas.

Explica Michaud que a principal das cidades conquistadas pelos christãos, Al-Mahadia, segundo os geographos orientaes, havia sido fundada no anno 303 da hegira, por Obcidallah ou Abdallah; ella era ainda mui consideravel no seculo XV. Shaw, que a visitara em 1730, chama-lhe *El-Medea;* está a trinta leguas maritimas ao sul de Tunis. Sibila, que é a outra cidade conquistada n'aquella expedição, e que Shaw toma pela antiga *Turris Annibalis*, fica a duas leguas mais ao sul na mesma costa do Mediterraneo.

Tudo isto adquire um alto interesse para nós outros, portuguezes, desde que nos não hajamos esquecido da ida das galés portuguezas, sob o commando do capitão do mar Affonso Furtado de Mendonça a Inglaterra e da sua procrastinada demora em empregal-as, e se com estes dois elementos conjugarmos ainda èst'outro da participação do mesmo Affonso Furtado de Mendonça na iniciativa da tomadia de Ceuta.

Na parte III da *Chronica de D. João I*, Gomes Eannes de Azurara é conhecido que nos refere como o rei tinha vontade de organisar grandes festas em Lisboa, para fazer seus filhos cavalleiros, e como os infantes discorreram ácerca d'isto entre si, convindo e concordando em que similhante ma-

neira de cavallaria não era honrosa para elles (cap. VII); e que seguidamente João Affonso, védor da fazenda, lembrara aos infantes a cidade de Ceuta e de como os infantes fallaram a el-rei seu pae (cap. VIII). Ordenando o rei que se chamassem os lettrados (como mestre frei João Xira e o doutor frei Vasco Pdreira, que eram os seus confessores) e o infante D. Duarte, para saber se era serviço de Deus fazer-se tal coisa, e sendo a resposta affirmativa; propostas e resolvidas outras duvidas, mandando o rei chamar o infante D. Henrique e determinando ir tomar a cidade de Ceuta, ao rei pareceu que, antes de mais nada, cumpria enviar, em previa espionagem, a devisar a cidade o prior do Hospital e a devisar o mar, com todas as outras cousas que a elle pertencem, o capitão Affonso Furtado (cap. XIV).

Para o poderem fazer a seguro, o rei declarou que tinha «vontade de fingir uma formosa dissimulação», qual seria a de que os dois fôssem sob capa de ir a pedir a mão da rainha de Sicilia, que queria casar com o infante D. Duarte, para o infante D. Pedro, ao que ella não acqniesceria.

De Lisboa partiram o prior e o capitão em sua falsa embaixada; e com aquella voz e fama chegaram sobre a cidade de Ceuta, onde effectuaram, meudamente seu reconhecimento; d'ahi fôram ao reino da Sicilia; e, no regresso d'este a Portugal, não lhes esqueceu de tornar outra vez a cêrca da cidade de Ceuta, fazendo mais repouso que da ida,

para acabarem, de todo, o que lhes falhara da primeira vista; e tal maneira tiveram em tudo que lhes não ficou nenhuma cousa por tentar «d'aquellas que a el-rei prazia saber», remata Azurara.

Ora, de Lisboa indo a ter com o rei a Cintra e, pelo rei perguntado o capitão em primeiro logar, ao rei respondeu (cap. XVI) com uma historia maravilhosa que lhe succedera na sua meninice. E fôra que, tendo o rei D. Pedro, pae do monarcha actual, mandado o pae do capitão fóra d'este reino, com uma sua embaixada, e como quer que elle fôsse moço de pouca edade, levara-o seu pae com elle, para vêr terras e aprender. Seguindo n'este teor sua viagem, chegaram a um porto cerca de um logar de Africa, que chamam Ceuta, onde se elle trabalhara de vêr algumas d'aquellas cousas que lhe pareciam mais especiaes. Andando via, chegara-se a uma fonte que alli estava, com um nobre chafariz, onde se encostara um pedaço, tomando desenfadamento em vêr a formosura dos cavallos que alli traziam a beber, os quaes eram muitos e bons.

E estando assim, sobrechegou alli um homem de comprida edade, cujas vestes e barba eram manifesto signal de sua velhice; e, abeirando-se d'elle, começara de o olhar, perguntando-lhe d'onde era. Replicando-lhe que era hespanhol, o velho lhe redarguira que lhe não perguntava senão de que logar de Hespanha era. Respondera-lhe que de Lisboa era. «Essa cidade, disse o velho, em que

reino é?» Elle lhe volvera que no reino de Portugal. «E qual é o rei que agora reina n'esse vosso reino?», disse o velho. — «E' um mui bom rei, retorquiu, que se chama D. Pedro, filho que foi do mui nobre rei D. Affonso, que esteve na batalha do Salado, o qual D. Pedro é um rei mui justiçoso e amador de seu povo.» — «Que hajaes prazer, tornou o ancião, dizei-me quantos filhos varões tem este vosso rei?» «Eu lhe disse como tinha tres; s., o primeiro havia nôme D. Fernando; o segundo, D. João; o terceiro, D. Diniz.» — «E não tem mais?», disse o mouro. — «Certamente não, disse eu, de que eu saiba parte.»

O mouro principiara então a rogar a Affonso Furtado que considerasse bem se o rei D. Pedro teria ou não outro algum filho; mas, pela pequena edade d'este, á memoria d'aquelle não veio seu nascimento; porém, como quer que o ancião se obstinasse e insistisse pertinazmente, emfim Affonso Furtado se recordou; e então lhe disse:

«Amigo, é mui grande verdade que el-rei tem ainda um filho pequeno, que se chama D. João, mas eu não me lembrava d'elle, porque entre nós os bastardos não são havidos em tammanha honra como os legitimos.» — «Por isso vos perguntava», disse elle; e, em dizendo esta palavra, deu um mui grande suspiro e abaixou o rosto, chorando. Da qual cousa eu fui muito espantado, e, por elle assim continuar em seu choro e tristeza, roguei-lhe muito que me dissesse a causa que assim o movera a chorar.

Como quer que m'o por muitas vezes negasse, a conclusão, afficado com meus requerimentos, me disse: — «Amigo,

o meu choro não é tanto como eu tenho rasão, nem entendaes que choro cousa nenhuma que seja presente; mas, pelo conhecimento que tenho da perda que ha de vir a meus naturaes e amigos, e porque a tua ventura te trouxe aqui, nota bem o que te agora disser: Sabei que esse rei D. Pedro que vós agora tendes por vosso rei em esse reino não ha de viver muito, por cuja morte reinará em seu logar o infante D. Fernando, seu primeiro filho, o qual será casado com uma mulher por cujo aso o reino, depois da morte de seu marido, ficará em grande revolta; e os outros dous filhos, por engano de sua cunhada, serão lançados em Castella, onde farão fim de seus dias. Finalmente, esse filho pequeno, que tu vês desprezado em comparação a seus irmãos, será ainda n'esse reino como uma pequena faisca, de que se levanta mui grande fogueira. Que dias virão em que elle, primeiramente, vingará a deshonra de seu irmão e depois, por escolhimento do povo, será alevantado por rei. O qual haverá grandes demandas com o reino de Castella, de que sempre ficará vencedor; e elle será o primeiro rei de Hespanha que terá posse em Africa e será o primeiro começo da destruição dos mouros, e ainda elle ou os de sua geração virão a este chafariz dar de beber a seus cavallos.» Ora, vêde, senhor: — quem estas cousas assim ouviu e as viu passar por aquella propria ordenança se crerá que a cidade de Ceuta é já posta em vosso poder.

Sobre a ancoragem em Ceuta, d'este bizarro modo informou Affonso Furtado a D. João I. E ácerca do assentamento da cidade, chegada sua vez: «— Senhor, disse o prior, de cousa que visse nem achasse, não vos hei de dar resposta, até que façais trazer quatro cousas, s.: duas cargas de areia, e um novello de fita, e meio alqueire de favas, e uma escudella.»

Pelo que tudo, já tomando algum queixume,

pensando que os embaixadores não haviam rematado sua incumbencia consoante o geito que elles lhes prescrevera, o rei, voltando-se para seus filhos: «Vêde, disse elle, que bem concertadas duas respostas para homens de tal auctoridade. Estou-lhes perguntando pelas cousas que lhes mandei, e um me falla em astrolomia, outro me falla em similhança de feitiços! Quem havia de cuidar que dous homens taes houvessem de trazer similhante recado?»

Porém tudo prestes se aclarou; e seus successivos tramites o emprehendimento proseguiu. Dos quaes lanços e consecutivos mui capital foi o momento (cap. XXVII) de quando o rei teve seu Conselho sobre o encobrimento do proposito do ataque de Ceuta, ficando determinado que mandasse desafiar (a fingir) o duque de Hollanda, o que (informando-o e prevenindo-o em secreto com antecedencia) effectuou em publico depois Fernão Fogaça, védor do infante D. Duarte e que serviu de portador d'aquelle suppositicio desafio.

Tornado Fernão Fogaça com a resposta (plenamente satisfactoria) da sua embaixada, nem por isso as atoardas espalhadas encontraram geral credito, consoante de Gomes Eannes de Azurara largamente consta. Mas ao nosso caso restricto importa agora só recordar (cap. XXX) como em Castella souberam estas cousas e do Conselho que ácerca d'isto tiveram, na erronea persuasão attinente a Sevilha, de Sevilha a Valencia chegando o timorato

recado, expressando-se em primeiro logar o bispo de Avila, a quem similhante recado de Sevilha especialmente fôra encommendado, porquanto elle era natural d'aquella cidade.

Em sua pratica, o bispo de Avila exclamou: «É bem para crêrem aquelles que não têm sizo que el-rei (de Portugal) haja de fazer uma armada em que ha quatro annos que entende e despende dinheiro, e não tam sómente abala para ella as cousas de seus reinos mas ainda manda por todas as partes da christandade buscar navios e armas, para ir sobre o ducado de Hollanda!»

Não era crivel; «mas por certo que o feito que assim anda callado alguma grande cousa ha de parir, e os genovezes estantes em Lisboa, que similhante escreveram, alguma cousa conhecem e sabem, porque deram tal aviso a seus amigos.»

Dos genovezes estantes em Lisboa, tal aviso não daria o genovez Lançarote Peçanha.

No seu capitulo XLVI, «porque alguns quererão saber quaes eram os principaes que iam com el-rei», alli os escreveu Azurara, sem, comtudo, lhes guardar nenhuma ordem no referir, visto como achou que por nenhum modo o poderia fazer. Mas, lançados relativamente a esmo, aqui apontaremos, para nosso fito, o prior do Hospital, Alvaro Gonçalves Camello, o capitão Affonso Furtado de Mendonça, o almirante Mice Lançarote...

E da razão d'ordem por que procede terem os

italianos e, principalmente, os genovezes uma parte tam activa nas nossas primeiras navegações o lembraria opportunamente o futuro ex-socio e secretario perpetuo da Academia Real das Sciencias de Lisboa da qual se demittiu em 1857, futuro ex-guarda-mór da Torre do Tombo, tambem socio correspondente da Academia Real das Sciencias de Madrid e de mais de quarenta Academias e Sociedades scientificas e litterarias da Europa e da America, cuja extensa enumeração Innocencio manda vêr na pag. 274 do *Almanach de Portugal* para 1855, de Valdez. Filho do professor regio Agostinho José da Costa Macedo, de quem Innocencio fizera menção já em seu logar, a referencia vae a Joaquim José da Costa de Macedo.

No tomo XI (parte II) das «Memorias da Academia Real das Sciencias», impresso em 1835, veem publicados uns additamentos á memoria *Sobre as verdadeiras epochas em que principiaram as nossas navegações e descobrimentos no Oceano Atlantico,* lidos na assembléa ordinaria de 8 de abril d'aquelle anno, pelo referido Joaquim José da Costa de Macedo, auctor da alludida e importante memoria; d'estes additamentos não fazem menção nem o *Diccionario Bibliographico* nem o seu *Supplemento;* elles são, porém, mui valiosos.

Na primeira parte d'aquella sua memoria sobre as verdadeiras epochas em que principiaram as nossas navegações e descobrimentos no Oceano Atlantico, impressa em o tomo VI das «Memorias

da Academia Real das Sciencias de Lisboa», Joaquim José da Costa de Macedo, fundando-se na resposta dada em Fevereiro de 1345 por D. Affonso IV ao papa Clemente VI, que lhe pedia soccorros para D. Luiz de la Cerda levar a effeito a conquista das Canarias, que em seu prol tinha erigido em reino, mostrara que as navegações portuguezas além do cabo de Não, em logar de principiarem no tempo do Infante D. Henrique, como geralmente se acreditava (e ficou geralmente acreditando, apezar e após as locubrações importantissimas do mesmo Joaquim José da Costa de Macedo, consoante é aliás quasi que a conforme regra em Portugal para todo aquelle que tem merito, hoje inteira e completamente esquecido), começaram antes de 1336.

Um documento mais antigo, descoberto posteriormente, concorde com o que se diz n'aquella resposta, e escripto por extrangeiros, acabaria de desvanecer qualquer incerteza que o scepticismo mais obstinado porfiasse em conservar e confirmaria a verdade dos factos n'ella expendidos.

O professor Sebastião Ciampi publicara, em Florença, no anno de 1827, alguns monumentos extrahidos de apontamentos autographos de Boccacio, que achara na Bibliotheca Magliabechiana da mesma cidade, e entre elles a noticia d'uma navegação ás Canarias, que Costa de Macedo traduz para portuguez e cuja parte historica, confrontando-a com a resposta já mencionada de Affonso IV

ao papa Clemente VI, se ajusta com ella e attesta a sua veracidade.

Tendo produzido mais uma prova das viagens dos portuguezes no seculo XIV além do cabo de Não, anterior á que já publicara e que lhe servia, para assim dizer, de explicação, a Costa de Macedo figura-se-lhe ainda que lhe restava agora demonstrar a prioridade da nosssa navegação ás Canarias, contestada por alguns escriptores e attribuida aos genovezes.

N'este fito, para as confutar em seguida, Costa de Macedo põe deante dos olhos do seu leitor as palavras de Sebastião Ciampi, nas suas annotações aos monumentos que publicou, bem como transcreve o passo de Tiraboschi, a que elle se refere, «para d'uma vez combater a opinião de ambos.» O passo de Tiraboschi, na parte que basta para o nosso proposito aqui, é o em que Tiraboschi conta de «uma atrevida, posto que infeliz, tentativa feita n'este mesmo seculo pelos genovezes para achar o caminho maritimo para as Indias Orientaes, descoberto dois seculos depois pelos portuguezes.»

E logo Tiraboschi correntiamente prosegue: «D'este memoravel feito não tracta, que eu saiba, nenhum dos modernos escriptores de viagens e navegações; porém achamos d'elle memoria nas «Historias Genovezas» de Foglietta, que o narra no anno de 1292 (deve ser 1291) e nomeia os dois magnanimos capitães que o emprehenderam, que fôram Thedisio Doria e Ugolino Vivaldi: «Thedisio

Doria e Ugolino Vivaldi, apparelhando á sua custa duas galés, intentaram descobrir o caminho maritimo da India, até áquelle dia desconhecido; e, sahindo do Estreito de Gibraltar, tomaram para o Occidente; porém até agora não nos chegou á noticia o que aconteceu a estes homens. (*Hist. de Gen.*; l. v)» Vêr uma tam atrevida empreza narrada só por Foglietta e callada pelas chronicas genovezas ter-me-hia tornado um pouco duvidoso e suspenso; mas, felizmente, consegui achar memoria d'ella n'um escriptor contemporaneo, e devo este descobrimento á paciencia que tive de correr toda a obra de Pedro de Abano, intitulada *O Conciliador*, para tirar d'ella as noticias historicas que alli podesse encontrar. Fallando d'aquelles paizes, diz elle que, perto de 30 annos antes (escrevia no principio do seculo seguinte), os genovezes, apparelhadas e bem providas duas galés, ousaram sahir com ellas pelo Estreito de Gibraltar e engolfar-se no vasto Oceano, porém que nunca mais houve d'elles noticia alguma: e depois aponta a estrada terrestre que então se seguia para ir á India, isto é entrar na Tartaria, andando para o Norte, e voltar depois para levante e Meio-dia. Eis aqui as palavras d'este escriptor: «Pouco antes d'este tempo, os genovezes prepararam duas galés, providas de tudo o necessario, e sahiram pelo Estreito de Hercules, situado no fim da Hespanha. Porém são passados quasi 30 annos e ignora-se o que lhes aconteceu. Comtudo, é agora sabido o caminho

pela grande Tartaria, indo para o Norte e voltando depois para o Oriente e o Meio-dia.» (*Conciliator.*, Diss. 67).»

Commentando, corrige Costa de Macedo a Ciampi, recordando que Pedro d'Abano é anterior 268 annos a Foglietta, porque Pedro d'Abano nasceu em 1200 e Uberto Foglietta nasceu em 1518.

Quanto Costa de Macedo tinha podido alcançar, o primeiro que fallara em geral da expedição dos genovezes fôra Pedro d'Abano; mas observa que nem Tiraboschi nem Ciampi haviam notado um anachronismo no logar que citaram d'aquelle auctor.

A expedição dos genovezes foi em 1291, e Pedro d'Abano morreu em 1315 ou, quando muito, em 1316, e por isso não podia viver 30 annos depois da expedição. Suspeita Costa de Macedo, portanto, vicio n'esse logar e que, em vez de *fere trigesimo anno*, deva lêr-se *fere tridecimo anno*, o que concordava perfeitamente com os factos, porque, escrevendo Pedro d'Abano seu *Conciliador* pelos annos de 1303, medeam exactamente entre este anno e o de 1291 quasi 13 annos. Era verdade que *tridecimo* não é palavra latina, mas tambem *galea* o não é, ou talvez désse logar ao engano uma abreviatura, mal entendida, do original, que abunda n'ellas e que se conservaram ainda nas impressões.

O segundo que fallara mais especificadamente na expedição, declarando o nome dos capitães e outras algumas circumstancias d'ella, fôra Cecco d'Ascoli,

justiçado em 1327 e, por consequencia, coevo. Versa este assumpto no Commentario ao «Tratado da Esphera» de Sacrobosco, referido por Giustiniani. Não fôra, porém, possivel a Costa de Macedo vêr nenhuma das edições d'estas obras, citadas por Mazzachelli, que julgava raras, porque Tiraboschi tambem não a viu. Lêra, comtudo, na *Spheramundi* impressa em Veneza em 1518, um Commentario de Cicho Eschulano á Esphera de Sacrobosco; porém não encontrara n'elle vestigio da expedição dos genovezes.

A Cecco d'Ascoli seguira-se Agostinho Giustiniano, escriptor do seculo xv, porque nasceu em 1470, cuja historia de Genova até ao anno de 1528 foi impressa em 1537, um anno depois da sua morte: e de Giustiniano copiara Foglietta, que principiou a escrever a sua «Historia de Genova» depois de 1574; porém omittira a circumstancia de ir tambem o irmão de Ugolino de Vivaldo e de serem acompanhados por dous frades de S. Francisco.

Eis aqui o que, concernentemente, Agostinho Giustiniano nos diz: «E n'este anno de 1291 Teodisio d'Orla e Ugolino de Vivaldo, com um seu irmão e alguns outros, tentaram fazer uma viagem nova e desusada, isto é: quizeram ir á India pelo Ponente; e armaram duas galés, muito bem apparelhadas, e levaram comsigo dous frades de S. Francisco; e, sahindo fóra do Estreito de Gibraltar, navegaram para a India; e nunca mais

se soube d'elles. E d'esta navegação faz menção Cecco d'Ascoli no commento da esphera.»

Protestando, declara Costa de Macedo que é singular que, dizendo positivamente as cartas extractadas por Boccacio que a expedição ás Canarias de que tractam foi preparada pelo rei de Portugal, Ciampi a julgue genoveza, a que se aggregaram hespanhoes, que se uniram aos genovezes, como pretendentes á possessão d'aquelles descobrimentos etc. «Cuidava eu que uma expedição pertencia a quem a preparava e que, quaesquer que fôssem os homens que n'ella se empregassem, esses homens eram o instrumento de que se servia quem apromptava a expedição e que, por consequencia, a expedição ás Canarias, feita por el-rei de Portugal, era portugueza.» Mas, além d'isto, elle explicaria a Ciampi o motivo por que D. Affonso IV empregou n'ella genovezes. Fòra por isto:

D. Diniz, pae de D. Affonso IV, tomara ao seu serviço, em 1317, na qualidade de almirante, Manuel Peçanha, genovez; e uma das condições do contracto que com elle fez foi: «Deuemos sempre teer vynte homêes de Gennua sabedores do mar taaes, que seiam convenhaviis pera alcaydes de Galees e pera arrayzes (Capitães e Mestres) e que uos sabham bem seruir per mar nas uossas galees cada ues que uos quiserdes, etc.»

Ora, como estes homens estavam á conta do almirante, era natural que elle tomasse a seu soldo não só genovezes mas outros quaesquer italianos

*

que lhe conviesse; e por isso foi por commandante da expedição um florentino e por capitão de um dos navios um genovez, e a expedição levou marinheiros dos que então havia no porto de Lisboa, como succede nas expedições de agora.

« Eis aqui porque, desde D. Diniz — remata Costa de Macedo — houve por muito tempo em Portugal genovezes no serviço da marinha, conservando-se o cargo de almirante na familia dos Peçanhas, até ao reinado de D. Affonso v, que, por Carta, dada em Lisboa a 11 de novembro de 1448, confirmou a Lançarote Peçanha, bisneto de Manuel Peçanha, o contracto que com este fizera D. Diniz; e, extinguindo-se então a varonia dos Peçanhas, passou o cargo de almirante para outra familia; e d'aqui procede terem os italianos, e principalmente os genovezes, uma parte tam activa nas nossas primeiras navegações. »

No tomo vi das *Memorias da Academia* haviam começado a sahir, em 1819, as *Memorias para a historia das navegações e descobrimentos*, das quaes a primeira, *Sobre as verdadeiras epochas em que principiaram as nossas navegações e descobrimentos no Oceano Atlantico*, fôra lida na sessão publica de 24 de junho de 1816.

Ahi seu auctor, Joaquim José da Costa de Macedo, propoz-se demonstrar que cumpria convir em que com certeza se podia dar testemunhos das nossas expedições maritimas á costa d'Africa, além do cabo de Não, já no reinado de D. Affonso iv.

Certo era que a gloria de nossas primeiras navegações e descobrimentos no Oceano Atlantico está vinculada no infante D. Henrique por titulos julgados até então tam legitimos que pareceria estranha temeridade pretender esbulhal-o da sua posse. «Mas, se a verdade tem direitos imprescriptiveis, que devem ser reconhecidos e guardados em qualquer tempo em que se manifestem, e se a authenticidade de documentos coevos, em que não cabe suspeita de vicio, tem fé mais irrefragavel e faz prova mais plena do que o concurso unanime dos escriptores, então — exclama Costa de Macedo — será forçoso entregar n'outras mãos a palma que sustentavam as do senhor infante D. Henrique.»

Palmam qui meruit ferat: — com este distico, se não de sua lavra, adoptando-o, consoante o puderamos vêr outrosim no velho opusculo de Sá da Bandeira em contra Palmerston, collaborou Oliveira Martins, ao tempo de seu centenario, em uma das publicações commemorativas da gloria de Camões.

Mas ao genovez Christovão Colombo nenhuma palma cabia, porque de nenhuma gloria era merecedor, alguem o proclamou implicitamente (o exito derivando da méra fortuitidade e não sendo o premio confirmativo d'uma idéa exacta, pois que a concepção inicial era erronea). Este ousado foi D. Antonio da Visitação Freire de Carvalho, em sua caracteristica *Memoria sobre a justiça dos motivos que teve o senhor rei D. João II para regeitar os projectos de navegação de Christovão Colombo*, a

qual sahiu posthuma, publicada, por seu irmão José Liberato, no *Investigador Portuguez em Inglaterra*, num. xxx, de pag. 197 a 212, anno de 1813.

No anno de 1876, porém, a Colombo considerando-o explicitamente como crédor de gloria, em tal qual maneira Luciano Cordeiro, no seu notavel opusculo *De la part prise par les portugais dans la découverte de l'Amérique*, das mãos de Colombo buscou transferir, ainda que não de todo, a palma. Ficou-se n'uma meia-luz.

Mas as relembranças de Costa de Macedo a jorros illuminam subitamente tudo: — a idéa da descoberta da India caminhando fitamente para o Poente era uma tradição genoveza, porque uma tentativa genoveza fôra.

Assim, nem Colombo roubou a idéa d'entre a papelada de obscuro piloto portuguez fallecido, nem o infante D. Henrique foi o inciador das navegações, á descoberta, dos portuguezes. E, finalmente, a prophecia de Affonso Furtado de Mendonça, com respeito á posse de Ceuta, na licção das cruzadas e expedições passadas, pelos genovezes promovidas contra os sarracenos, cumpre aferil-a, completando o que fez Costa de Macedo pelo que elle deixou por fazer. Isto é porque foi que D. Diniz dos genovezes extranhos se lembrou, para virem mandar na armada dos portuguezes seus nacionaes.

*

Intercalarmente, o que aqui óra cabe, porém, é inquirir, na proeza, da «tripeira» participação.

Ora, determinada a ida a Ceuta e a esta nossa cidade vindo a aprestar a contribuição d'ella para o emprehendimento, em seu cap. xxxv Gomes Eannes de Azurara nos conta como o rei escreveu ao infante D. Henrique que partisse com sua frota, e como o infante partiu, e da ordenança que levava.

Pois dia a dia tinha D. João i noticias do aprestamento da frota que estava n'esta cidade do Porto, assim pelas cartas que o infante lhe escrevia, como por outras muitas que cada dia iam de uma cidade para a outra. Que, segundo os tempos, congemina Azurara que não podiam os caminhos estar mui livres, porquanto aquelles fidalgos esperavam de ir á cidade de Lisboa. E, portanto, mandavam seus homens e cousas adeante, cada um conforme lhe cumpria.

Escreveu o rei ao infante que, tanto que aquelles principaes fòssem prestes, que partisse logo o mais trigosamente que podessem. Porque, tanto que elle viesse com sua frota, entendia logo aviar a outra de Lisboa, de guisa que, ao tempo que tinha ordenado, partissem.

Logo que o infante esteve prompto, mandou apparelhar uma frota, na qual enviou um seu escudeiro que chamavam Affonso Annes, que depois

foi contador d'esta cidade, o qual levava recado ao rei de como o infante, seu filho, partia já da cidade do Porto, com sua frota. E logo o infante ordenou que se recolhessem todos, para seguir sua viagem.

E era formosa cousa de vêr o corregimento d'aquella frota, porque todalas naus, galés e outros navios eram nobrémente embandeirados com balsões e pendões pequenos, das côres, motes e devisa do infante. E, porque eram todos novos e bem acompanhados de ouro, davam muito grande vista; e as galés eram toldadas de finos pannos d'aquelles motes e devisa; e os capitães das galés eram estes que se referem, a saber: o senhor infante; o conde seu irmão; e Dom Fernando de Bragança, filho do infante D. João; e Gonçalo Vasques Coutinho, marechal; e João Gomes da Silva, alferes-mór d'el-rei; e Vasco Fernandes d'Athaide, governador da casa do infante; e Gomes Martins de Lemos, aio que fôra do Conde de Barcellos; e assim eram sete galés e sete capitães.

E, porque fallara nos capitães das galés, Azurara exclama para os que o ouçam: «É bem que saibais de alguns dos principaes que iam da outra frota.» E por isso a certos enumera, como dom Pedro de Castro, filho de dom Alvaro Pires de Castro; Gil Vaz da Cunha; Pero Lourenço de Tavora; Diogo Gomes da Silva; João Rodrigues de Sá; João Alvares Pereira; Gonçalo Annes de Souza; Martim Affonso de Souza; Martim Lopes d'Azevedo; Ayres Gonçalves de Figueiredo; Luiz Alvares Cabral; Fernão d'Alvares, seu filho; Estevam Soares de Mello; Mem Rodrigues de Refoyos; Garcia Moniz; Payo Rodrigues de Araujo; Vasco Martins de Al-

bergaria; Alvaro da Cunha; Fernão Lopes de Azevedo; Alvaro Fernandes Mascarenhas.

Ora, quando foi o dia d'aquella partida, ia, entre todos os da frota, mui grande contento, porque todos os navios eram acompanhados de trombetas e outros instrumentos, «cujo som espertava seus corações para serem alegres.» E ainda tinham outro motivo para estarem muito mais viçosos, visto como, explica Azurara, n'aquelle dia fôram todos vestidos de novo. Commenta que similhante cousa, por sua novidade, «sempre traz algum accrescentamento de folgança em o coração de qualquer, e muito mais no dos homens mancebos, cuja clara experiencia não ha mister outra prova», elle philosopha.

Grande prolixidade ao chronista moralista se lhe figura o escrever a devisa de cada um. Assim, abastasse sómente «que a do infante eram umas capellas de carrasco, bem acompanhadas de chaparia, e por meio uns motes, que diziam: *Vontade de bem fazer;* e as suas côres eram branco e preto e vis.»

Todos os homens bons da cidade que alli quedavam se despediram n'aquelle dia do infante, offerecendo-lhe seus serviços; porque, além de em elle haver uma graça singular para todos aquelles que com elle tractavam, visto como «era natural d'aquella cidade, tinha especial cuidado dos moradores d'ella para requerimento de seus feitos, por cuja razão era mais amado d'elles todos e o tinham quasi por seu cidadão.»

A Lisboa chegados, o infante D. Henrique trazia tal disposição em sua frota que primeiro surgissem por a foz os navios pequenos e depois as naus grandes e após ellas as galés, das quaes a mais derradeira era a d'elle infante.

Tanto que as novas haviam chegado a Lisboa da vinda do infante D. Henrique, logo o rei mandara ao infante D. Pedro que fòsse receber seu irmão. Para esta ida logo foram prestes as outras oito galés que alli estavam e bem assim todos os bateis e navios pequenos que havia na frota.

Nas galés iam: primeiramente, o infante D. Pedro; na segunda, o mestre de Christo; na terceira, D. Affonso; na quarta, o prior do Hospital; na quinta, o Almirante; na sexta, seu filho, Mice Carlos; na setima, o capitão; e na oitava, João Vaz d'Almada.

O condestabre, mais todos os outros senhores, que estavam ordenados para ir com o infante D. Pedro, fòram nos bateis de suas naus e na mesma em alguns navios pequenos. «E, se a frota do Porto vinha bem embandeirada e toldada, esta que partiu de Lisboa não ia menos, empero tudo era dos motes e devisas d'el-rei; e assim começaram de fazer sua viagem, caminho da foz, contra onde os outros vinham.»

Ora, surgindo pela foz, da maneira dita, primeiro os navios pequenos, e depois as naus grandes, e após ellas as galés, das quaes a mais derradeira era, consoante se contou, a do infante,

deshi todos os navios começaram de andar barlaventeando ao través d'aquelle mar, fazendo sempre divisa sobre a galé do infante; e, pelo espalhamento que assim faziam, era aquella esquadra de todos estimada em muito maior numero.

Assim andaram um pedaço, até que se ajuntou uma frota com a outra, « d'onde aquelles irmãos houveram entre si grande prazer, como aquelles cuja amisade, entre os vivos, não foi outra similhante. »

D'est'arte fôram similhantes senhores, juntamente acompanhados de suas frotas, até que chegaram ao logar tal onde o infante D. Henrique depois mandou fazer uma igreja, « a qual se agora chama Santa Maria de Belem. »

E, no lanço, consideremos em que, se a um portuense, o infante Dom Henrique, foi dado abrir o periodo das grandes navegações, a outro portuense, Fernão de Magalhães, dado seria encerral-a.

N'elle attentemos.

IV

Fernão de Magalhães — João Bermudes — Belchior Nunes Barreto — Simão de Vasconcellos — Raphael da Purificação — João de Queiroz da Silveira.

De nossos conterraneos illustres, Fernão de Magalhães seria o supremo, o primeiro de todos, se modernamente se não tivesse assentado que, na duvida, do Porto, em definitivo, não era. Isto está estabelecido de certa data em deante e corre como caso julgado, para todos os effeitos. Ainda em 1890 no volume especialissimo (*The life of Ferdinand Magellan, the first circumnavigation of the globe — 1480-1521*) da collecção especial (*The Word's great explorers and explorations*), editada simultaneamente em Londres e em Liverpool, por seus publicadores snrs. J. Scott Kettie, H. J. Mackinder e E. G. Ravenstein, seu auctor o snr. F. H. H. Guillemard, *artium magister*, *medicinae doctor*, ex-lente de geo-

graphia na Universidade de Cambridge, diz positivamente: «Fernão de Magalhães nasceu cerce do anno de 1480 — não se sabe a data precisa — em Sabrosa, cerca de Chaves, na provincia de Traz-os-Montes, uma das regiões mais agrestes de Portugal» (pag. 18). E logo na pag. 25 addita que «elle fôra das agruras de Traz-os-Montes cedo transplantado para a capital.» Pressurosa marcha é esta, de si, a do snr. Guillemard.

O qual, em seu preambulo, a laudas de abertura VII, começara ponderando que: «Caso curioso seja que, de par e passo que o mundo é presenteado, cada anno que decorre, com biographias de pessoas que não podem aventar pretenções a um titulo de renòme tam justamente concedido a Magalhães, ainda uma vida do grande circumnavegador não haja sido escripta em inglez ou, de facto — salvo uma excepção —, em qualquer outro idioma. A excepção é a *Vida y Viajes de Hernando de Magallanes*, do snr. Diego de Barros Arana, a qual em 1881 foi traduzida para portuguez pelo snr. F. de Magalhães Villas Boas, com a addenda de um appendice original.»

Na verdade, com respeito ao logar do nascimento de Fernão de Magalhães, Diego de Barros Arana recapitula que os historiadores ora lhe dão por patria a cidade do Porto (Argensola, «Historia de las Molucas», liv. I, pag. 6, e nos seus «Anales de Aragon», liv. I, cap. XIII, pag. 133), ora a capital do reino de Portugal, Lisboa (San Roman, *His-*

toria general de la India Oriental, liv. II, cap. XXV, pag. 341). Posteriormente, descobrira-se na Bibliotheca do Porto um curioso manuscripto que tem este titulo: *Nobiliario da Casa do Casal do Pego*, offerecido a Gaspar de Barbosa Malheiro por seu tio fr. João da Madre de Deus. Este manuscripto, que contém a genealogia da familia de Magalhães, faz nascer a Fernão na villa de Figueiró, provincia da Extremadura, em Portugal.

Era difficil, pois, resolver coisa alguma em presença d'estas tres oppostas auctoridades. Felizmente, achava-se em Lisboa um testamento feito pelo proprio Magalhães no bairro de Belem, em data de 19 de dezembro de 1504, tres mezes antes de embarcar para a India, «no qual declara ser natural da villa de Sabrosa, comarca de Villa Real, provincia de Traz-os-Montes.»

Mais devagar. Não declara tal.

«Este testamento, que conheci em Paris, graças á benevolencia de Mr. Ferdinand Denis, o erudito historiador de Portugal e do Brazil, me pareceu decisivo; e segui-o no texto d'esta historia.» Assim leio na traducção que do livro do snr. Diego de Barros Arana imprimiu em Lisboa, na typographia da Academia Real das Sciencias, o snr. Fernando de Magalhães Villas Boas em 1881.

Na «advertencia preliminar do auctor», entre os ensaios biographicos de Fernão de Magalhães que declara conhecer, cita o snr. Diego de Barros Arana o que foi publicado por Mr. Ferdinand Denis

no tomo XXXII da *Nouvelle biographie générale.* Mas, no ponto, não o leu com a escrupulosa, miuda attenção que lhe é devida — pela propositada morte-côr com que o trecho foi debuxado.

«Suppõe-se geralmente, escreve Ferdinand Denis, que Fernão de Magalhães nasceu no Porto; mas documentos ineditos, que a nossas mãos fizeram chegar de Portugal, dão-lhe por logar do nascimento Villa de Sabrosa, na comarca de Villa Real, provincia de Traz-os-Montes.»

E em nota especifica: «Esta indicação estriba-se, dizem, sobre um documento notariado em data de 29 de dezembro de 1504. N'esse tempo da sua primeira mocidade, Magalhães residia em Lisboa, e ahi fez um testamento que existe ainda. . . Mas, força é bem dizel-o, outros documentos provenientes d'uma fonte não menos respeitavel estão em contradicção com estes; fazem nascer o illustre navegador em Villa de Figueiró, na provincia da Extremadura portugueza, affastada vinte leguas de Lisboa.» Reporta-se em seguida áquelle manuscripto da Bibliotheca do Porto.

E no texto addita que, no dobar do tempo, Fernão de Magalhães residiu no Porto, tomando officialmente o titulo d'habitante *(vezino)* d'aquella cidade, á qual o sabio Muñoz provara, por diplomas authenticos, a particular affeição que elle lhe dedicava. Em nova nota accrescenta Ferdinand Denis que em 24 d'agosto de 1519 Magalhães fizera outro testamento differente do que fôra indicado

«pelos nossos documentos portuguezes; n'elle tomara o titulo de Vezino do Porto.»

Note-se a cautella da marcha de Ferdinand Denis e a discripção de sua linguagem. Não foi notada.

Em 1868, no volume respeitante aos da Renascença da sua collecção de *Vidas dos sabios illustres*, no capitulo attinente a Magalhães, Louis Figuier proclama que Denis se decidira por Villa-de-Sabroza, no remate de suas inquirições, havendo-se elle n'aquelles ultimos tempos dirigido aos descendentes do illustre portuguez, para alcançar informações authenticas sobre a sua cidade natal, obtendo do snr. Joaquim Pinto de Magalhães, e do snr. conde Azevedo *(sic)*, documentos ineditos, os quaes é certo que Figuier commenta maliciosamente que, «por desgraça, em vez de esclarecer a questão, não fizeram senão embrulhal-a mais. Procurava-se um logar de nascimento authentico, e encontraram-se dois!»

Ao seu appendice a Arana, o seu traductor, snr. Fernando de Magalhães Villas-Boas, abre-o dizendo que ao actual — 1881 — representante legitimo da casa e familia de Fernão de Magalhães, o snr. dr. Alexandre Manuel Alvares Pereira de Aragão, residente em Villa Flòr, devera a mercê de lhe facultar o exame dos documentos que possuia, a respeito da naturalidade e genealogia do famigerado descobridor.

O primeiro era o testamento de Fernão de Magalhães, feito em Belem, nas notas do tabellião

Domingos Martins, a 17 de dezembro de 1504, tres mezes antes do seu embarque para a India com o vice-rei D. Francisco de Almeida.

Mas no appendice II da obra de Guillemard, que consta dos testamentos de Magalhães, vem outrosim o ultimo, como o primeiro para inglez traduzido. E ahi se inscreve a parte legada *to the monastery of S. Domingo de las Dueñas, in the city of Oporto, in Portugal.*

A's Donas de *Corpus Christi* no bairro novo do Porto, ou Villa Nova de Gaya, é que cabia o legado.

Agostinho Rebello da Costa, em sua *Descripção topographica e historica da cidade do Porto*, cap. III, num. XX *(Conventos de religiosos)*, abre por esta verba sua enumeração:

Convento de *Corpus Christi* de Religiosas Dominicas, fundado em 1345. A sua situação é nas margens do rio Douro, com multiplicados mirantes, sobranceiros uns aos outros, que formam uma especie de amphiteatro, agradavel aos olhos. A grande inundação do Douro acontecida no anno de 1625 foi o que obrigou as religiosas á fabrica d'esta obra, que as isenta d'outros assaltos similhantes. O numero das professas é de setenta, além das seculares e serventes, que todas são sujeitas ao ordinario. Este convento apresenta a Egreja Valladares, curato.

Os argumentos contra a naturalidade de Fernão de Magalhães attribuida ao Porto são dois.

Primeiro: que o dizer-se elle *vecino* do Porto não quer dizer que seja «natural» do Porto, e só sim «cidadão» no Porto. Não haverá que replicar a isto?

Segundo: que no seu primeiro testamento elle institue um legado de doze missas todos os annos no *meu* altar (diz) do Senhor Jesus da egreja do Santo Salvador de Sabrosa. Provará isto que elle natural seja de Sabrosa?

De modo algum. Mas, para portuenses, extremados por motivos ao ultramar concernentes, graças a certo insistente mau-fado, duvidas e equivocos se comprazem de surdir. Eis aqui que, a proposito, dos bicos da penna o nôme de João Bermudes me caia.

*

* *

Patriarcha de Alexandria e da Ethiopia, por nomeação de David, imperador da Abyssinia, no anno de 1535, quando esteve n'aquella côrte sendo ainda secular, e conhecido pelo nôme de Mestre João, em companhia do embaixador de Portugal D. Rodrigo de Lima. Foi confirmado tal pelo papa Paulo III, e sagrado em Roma em 1538.

Voltando depois para a Ethiopia, ahi entrou em 1541, acompanhado da força de 450 soldados, commandados por D. Christovam da Gama, que o vice-rei da India mandara em soccorro do imperador, por este sendo-lhe pedido para auxilial-o na defeza contra os ataques dos musulmanos, que o inquietavam.

Ahi se demorou mais de doze annos, soffrendo

varias contrariedades e desgostos e sendo, afinal, encerrado em prisão, da qual conseguiu evadir-se, dirigindo-se a Gôa, onde aportou em 1556. De lá veio para Portugal e passou em Lisboa o resto dos seus dias. Morreu em 1570, de edade mui provecta, e jaz na egreja parochial de S. Sebastião da Pedreira, junto do arco da capella-mór, em sepultura raza.

Para mais miuda noticia da sua vida, manda Innocencio vêr os estudos biographicos de Canaes, onde se diz que elle fôra natural da Galliza; e esta ha sido a opinião mais seguida; tanto assim que Barbosa, tendo-o por extrangeiro, não lhe concedera logar na *Bibliotheca Lusitana*. Comtudo, Manuel de Faria e Souza, na *Europa Portugueza*, dá-o como portuguez e nascido na cidade do Porto. Agostinho Rebello da Costa, na *Descripção do Porto*, tambem o mencionara entre os escriptores naturaes d'aquella cidade. E, ultimamente (Innocencio estava escrevendo em 1859), Rodrigo Felner, que tinha feito sobre a obra de Bermudes estudo particular, descobrira no contexto d'ella não menos de tres logares que, a seu vêr, são outros tantos testemunhos decisivos que tiram toda a duvida ácerca da naturalidade do patriarcha e provam que elle fôra nascido portuguez. Provavel era que o dito escriptor tractasse de aclarar este ponto na reimpressão que, sob proposta sua e por deliberação da Academia, se havia de fazer com brevidade da referida obra.

A brevidade foi a nossa bem conhecida brevi-

dade portugueza, peculiar de gente saudosa ainda da liteira e carroção.

Exhibe Innocencio, quanto á obra que a João Bermudes concerne, «a descripção do livro por elle composto, e que é sem duvida um dos mais raros e menos conhecidos da nossa litteratura.»

O primeiro biographo que entre nós apresentara do referido livro uma descripção exacta e minuciosa havia sido seguramente Figanière, a qual se póde vêr em sua *Bibliographia historica*. Fòra feita em presença de um exemplar que tivera a possibilidade de examinar no Archivo Nacional, d'onde posteriormente desapparecera, segundo as informações que Innocencio obtivera. O collector do chamado *Catalogo* da Academia de certo não vira nem conhecera esta obra; e era de crêr que o mesmo aconteceria a Antonio Ribeiro dos Santos, pois que, do contrario, tel-a-ia mencionado nas suas *Memorias para a historia da typographia portugueza*. Ternaux-Compans, que faz d'ella resumida memoria na sua *Bibliothèque Asiatique*, impressa em 1841, era possivel que visse, ou lhe fôsse communicado em França algum exemplar: em Portugal são rarissimos, e apenas Innocencio encontrara noticia do referido que esteve no Archivo e de outro que possuia o visconde de Juromenha, e que tem a singularidade de haver pertencido n'outro tempo ao celebre geographo Abrahão Ortelio, como se vê por uma cota n'elle lançada por lettra contemporanea. Este exemplar, confiado pelo dito titular á Academia, era o

que havia de servir de texto para a intentada reimpressão.

Esse exemplar que tinha o visconde de Juromenha fôra pessoalmente entregue a Felner (já em 1883, quando o *Supplemento* reata a narrativa, fallecido), para a reimpressão, que havia de sahir da imprensa da Academia Real das Sciencias; mas essa nova edição só viera a ficar terminada em 1875, isto é quinze annos depois da proposta apresentada n'aquella douta corporação pelo dito academico, e sem o prologo que promettera, pois que infelizmente aggravaram-se-lhe os padecimentos e não pôde concluir os annunciados e começados estudos. Aos exemplares conhecidos da *Relação* accrescia um terceiro, que existe na livraria do Museu Britannico, segundo o testemunho do conselheiro Figanière.

Na reimpressão, em logar das linhas de Felner, a obra traz uma breve introducção pelo academico Antonio da Silva Tullio; essa reimpressão fórma o num. 4 da *Collecção de opusculos reimpressos relativos á historia das navegações, viagens e conquistas dos portuguezes*, pela Academia Real das Sciencias de Lisboa. O num. 2 d'esta *Collecção* é, reimpressa pela Academia em 1855, a *Relação das cousas que o mui esforçado capitão D. Christovão da Gama fez nos reinos do Preste João*, por Miguel de Castanhoso, companheiro e depois inimigo capital do patriarcha Bermudes na Abyssinia. O num. 4 consta da *Breve relação da embaixada que o patriarcha D.*

João Bermudes trouxe do imperador da Ethiopia, chamado vulgarmente Preste João, dirigida a el-rei D. Sebastião, com algumas notas illustrativas na parte inferior das paginas, e uma gravura das armas e epitaphio que se acham na lapida sepulchral de Bermudes, na egreja de S. Sebastião da Pedreira.

Em sua prefação, Silva Tullio começa por dizer que concordam todos os bibliographos em que essa obra é uma das mais raras da imprensa portugueza no seculo XVI, e tanto que já no segundo quartel do decimo oitavo seculo Veyssière la Croze, para a sua *Histoire du Christianisme d'Ethiopie,* houve de recorrer á infiel traducção ingleza de Samuel Purchas, por não ter podido alcançar exemplar algum de Bermudes, nem tam pouco a *Historia* de Miguel de Castanhoso, comquanto o douto bibliothecario do rei da Prussia tivesse encommendado estes livros para Portugal, como elle-proprio affirma. Ao ponto, Silva Tullio manda vêr no *Diccionario bibliographico* as conjecturas que fizera seu consocio Innocencio Francisco da Silva sobre o desapparecimento quasi total dos exemplares d'essa *Relação.*

Escrevera Innocencio que seria curioso (como, de facto, é) averiguar quaes as causas provaveis do desapparecimento quasi total d'este livro; e abalança-se de si proprio a conjecturas. « Por ventura o que n'elle se diz do caracter de Miguel de Castanhoso e das loucuras de D. Christovão da Gama (Innocencio põe a questão) seria parte para que os parentes ou apaixonados de qualquer d'estes tra-

ctassem de retiral-o dos olhos do publico, comprando e talvez destruindo todos os exemplares de que pudessem lançar mão?» Fôsse esta ou outra a explicação, o facto era que o livro desapparecera e que esse mesmo exemplar que á data se conhecia estava fóra do reino desde tempos immediatos ao da sua publicação e só voltara para Portugal não se sabia quando nem como.

Innocencio remata occupando-se do estylo de Bermudes, o qual, segundo affirmavam os que examinaram a sua obra, é conciso e não destituido de elegancia. Silva Tullio archiva que são muitos os auctores extrangeiros que tractam da utilidade d'este opusculo; e por todos cita «um bom julgador da litteratura portugueza», Ferdinand Denis, que escrevera estas linhas, por todos os motivos dignas de menção: «O que torna o livro do patriarcha infinitamente precioso é que elle abraça o periodo durante o qual esse terrivel chefe musulmano, a quem se designa sob o nôme de *Gragne* ou o Canhoto, esteve a ponto de substituir em toda a Abyssinia o islamismo á religião christã. Póde dizer-se que os portuguezes salvaram então a Abyssinia da mais deploravel invasão.»

Quando Silva Tullio redigiu seu proemio, ainda terminou dizendo que dos pontos controversos saberia dar razão Felner, «na memoria academica que esperamos da sua erudição historica.» Porém, seus padecimentos não lhe perdoaram, até proxima morte.

E, pois que estemos, estejamos. De ponto vamos a ponto. De nòme a nòme. E de portuense a portuense.

*
* *

É que, como o registrara o padre Franco, na *Imagem da virtude em o noviciado de Coimbra*, no collegio dos jesuitas de Evora se conservava o original da *Vida compendiosa do illustrissimo patriarcha da Ethiopia D. João Nunes Barreto* que redigira seu irmão Belchior Nunes Barreto.

Desejando este attrahir aquelle ao instituto da Companhia de Jesus que professava, lhe persuadiu com efficacia preferisse a vida religiosa á ecclesiastica, «seguindo antes (assim se expressa Diogo Barbosa Machado) o socego da Magdalena que a diligencia de Martha.» João Nunes Barreto, formado em Canones pela universidade de Salamanca, fôra nomeado por seu irmão Gaspar Nunes Barreto em a abbadia de Freiris, da qual era padroeiro, e ahi o conheciam pela antonomasia de *Abbade Santo*.

Certo é que deixou o seculo e vestiu a roupeta de jesuita em o collegio de Coimbra, a 11 de novembro de 1544. Ainda não contava quatro de religioso quando alcançou de seus superiores o confiarem-lhe a missão de confortar os christãos presos nas masmorras de Tetuão e Berberia, ministerio que exercitou pelo espaço de seis annos,

em que, por sua industria, resgatou duzentos captivos.

Chegando a Lisboa, foi nomeado por D. João III patriarcha da Ethiopia, partindo novamente da capital a 28 de março de 1556, embarcado em a nau *Garça*, de que era capitão D. João de Menezes de Sequeira; e, logo que se topou em Gôa, applicando todo o desvelo para entrar no seu Patriarchado, propoz-se, com a intolerante intransigencia do seu proselytismo mystico, atalhar a vigencia das differenças religionarias, ou seja, na linguagem do abbade de Sever, «salvar aquellas ovelhas que vagavam naufrantes em um pelago de erros scismaticos.» Porém, como se lhe difficultasse a execução de seus fervorosos desejos, dedicou-se em Gôa a doutrinar «a mais infima plebe.» Assim o pinta a *Bibliotheca Lusitana* «resignado na vontade divina.» Mas a vontade divina distinguirá, para a doutrinação, entre o que o não seja e «a mais infima plebe?»

Falleceu a 22 de dezembro de 1562, quando contava 45 annos de edade e 18 de Companhia, pouco lhe sobrevivendo seu irmão Belchior Nunes Barreto, que morreu em 10 de agosto de 1571, com 51 annos de edade e 28 de Religião.

Este, á data em que tinha consummado o tempo que as leis academicas prescrevem para receber o grau de doutor na faculdade de Canones, «antepondo (escreve o douto Machado, ainda embuido dos residuos do fanatismo tradicional) a humildade

religiosa ao applauso litterario», pediu a roupeta da Companhia de Jesus ao tremendo padre Simão Rodrigues, o qual lhe insinuou que, antes de conseguir a sua pretensão, recebesse as insignias doutoraes. Obedeceu com a humildade da sua superstição, ufanamente graduando-se com grande solemnidade. No fim do que, foi admittido á Companhia de Jesus, em 11 de março de 1543, no florente viço dos 23 annos de sua edade.

Logo que n'ella se viu alistado, «parecendo-lhe pequena esphera para o seu agigantado espirito o reino de Portugal», diz, dizendo-o, Barbosa que supplicara com repetidas instancias dos superiores a que o mandassem á India, para onde partiu no anno de 1551, embarcado em a nau *Esperança*, de que era capitão Diogo Lopes de Sousa Tavares.

Com singulares demonstrações de affecto foi recebido em Gôa por S. Francisco Xavier, que o nomeou, em fevereiro de 1552, Superior da residencia de Baçaim, onde converteu gentios, reformou christãos e, (addita, no mesmo espirito, Barbosa), «expulsou herejes que, com praça de artilheiros, passavam das partes septentrionaes áquellas regiões para semear o pestifero veneno dos seus erros.»

Por morte do padre Gaspar Barzeo, foi eleito provincial da India, em o anno de 1553, cargo que o obrigou a voltar a Gôa, d'onde passou ao Japão, levando em sua companhia o celebre viajeiro Fernão Mendes Pinto.

Toleradas constantemente varias tempestades,

aportou a Malaca a 5 de junho de 1554, após o que entrou em Cantão, metropole de uma das provincias da China, sendo o primeiro que promulgou christianismo em tam dilatado imperio.

Visitou as egrejas das costas de Travancor, Pescaria e Coromandel; e, assistido de quarenta portuguezes, preciosamente vestidos, deu uma solemne embaixada ao rei de Bungo, que já tinha recebido outra similhante de S. Francisco Xavier, para que professasse publicamente a lei christã. Posto que foi tractado benevolamente por aquelle principe, não se resolveu este a acceitar a proposta do evangelico embaixador, explica Barbosa que «receoso dos animos de seus vassallos.» Barbosa accrescenta que Belchior Nunes Barreto convencera em publica disputa a Marcos José, bispo nestoriano, que pelas serras do Malabar andava «semeando a perniciosa e falsa doutrina dos seus scismaticos dogmas»; obrigara-o a abjurar solemnemente, por escripto, na sé de Cochim os erros que professava.

Notanda o que é, porém, para que se analyse, é a lista de auctores, em encomio do portuense Belchior Nunes Barreto allegada pela *Bibliotheca Lusitana*, a qual tambem fornece uma copiosa referencia, a seu irmão João Nunes Barreto attinente. D'um e outro faz a devida menção de suas originaes producções (cartas de missão) das quaes certas andam traduzidas outrosim em hespanhol, italiano e no idioma latino.

Todos os capitulos, concernentes a essa tenta-

tiva frustrada da conversão do rei de Bungo pelo nosso portuense Belchior Nunes Barreto, nas *Peregrinações* de Fernão Mendes Pinto (do cap. 219 — *Como o Padre Mestre Belchior partiu da India para o Japão e a causa porque não passou de Malaca, e do que n'ella succedeu n'este tempo* — ao 225, *Como o Padre Mestre Belchior se viu com el-rei do Bungo e do que passou com elle e da resposta que el-rei me deu da embaixada que lhe levei)* são interessantissimos, consoante aliás tudo n'esse livro espantoso d'esse prodigioso homem.

Mas Fernão Mendes Pinto não creu na efficacia dos esforços do jesuita, o qual se desilludira, parecendo-lhe bem tornar-se para a India, rasões de desanimo a que se juntou outrosim vir-lhe uma carta, que um Guilherme Pereira lhe trouxe de Malaca, pela qual teve novas de que viera um seu irmão do reino, por nôme João Nunes, por patriarcha do Preste João, «o que tambem (relata Fernão Mendes Pinto) fez n'elle um grande abalo, por lhe parecer que, indo com elle, faria lá na Ethiopia muito mais fructo que alli, onde estava já desenganado que por então perdia o tempo e o trabalho; porém este seu bom intento tambem não teve effeito.» Diz as razões por quê. Baldadamente «se passaram cinco annos nas governanças de Francisco Barreto e de D. Constantino em que nenhuma d'estas cousas houve effeito e os padres irmãos morreram ambos, um em Gôa e outro em Cochim.»

Ferdinand Denis, chamando-lhe Melchior, allude

discretamente á asseverada conversão do bispo nestoriano Marcos José e convem em que a Nunes Barreto se devem cartas importantes sobre a Asia. Extréma, d'entre ellas, uma, que é procurada, de preferencia ás demais, e que, escripta em 1554, não foi impressa senão em 1570, em Louvain.

*

Esta minha lembrança do nosso portuense padre Belchior e seu infructuoso tentamen permitte-nos, pois que a coevo talho, que noticia dêmos de uma amavel troça ha trezentos e cincoenta annos feita pelos japonezes aos portuguezes. Curiosissimo!

Em seu cap. CCXXIII, Fernão Mendes Pinto conta como chegaram ao reino do Bungo e do que lá passaram com seu rei. É ultra-interessante. Senão, vejam:

Chegada a monção em que podiam fazer sua viagem, se partiram da ilha Lampacau aos 7 de maio do anno de 1556, embarcados em uma nau de que era capitão e senhorio D. Francisco Mascarenhas, de alcunha *O Palha*, que aquelle anno alli residira por capitão-mór.

Ora, continuando sua derrota por tempo de quatorze dias, houveram vista das primeiras ilhas que estão em altura de 35 graus, que, por graduação, demoram a Loesnoroeste da de Tanixumâ. O

piloto, conhecendo então a má navegação que levava, se fez na volta do Sudoeste a demandar a ponta da serra de Minató. Aferrada a costa de Tanorá, velejaram sempre ao longo d'ella até o porto de Fiungá. E, porque as agulhas aqui n'este clima nordestearam, e as aguas corriam a Norte, perdeu o piloto toda a estimativa da navegação, de maneira que já, quando conheceu seu erro, «inda que, por natureza marinhatica, o não queria confessar», tinham escorrido o porto para onde iam sessenta leguas abaixo. Pelo que, com assás de trabalho, por lhes ficarem os ventos ponteiros, o tornaram a tomar d'alli a quinze dias, e com bem de enfadamento e risco de suas fazendas e vidas, porque toda aquella costa estava levantada contra o rei do Bungo nosso amigo e contra os habitadores d'ella, por serem muito amigos da Lei do Senhor que os nossos padres lá denunciavam.

Surtos, pela misericordia de Deus, na bahia da cidade Fucheo de que já atraz fizera elle Fernão Mendes Pinto menção muitas vezes, que era a metropole do reino do Bungo e onde então florescia a principal christandade de todo o Japão, se assentou, por parecer dos mais, que fôsse elle, Fernão Mendes, á fortaleza de Osquy, onde tiveram a nova que o rei á data estava. Ainda que Fernão Mendes algum tanto se receasse d'esta ida, porque, como dissera, a terra a este tempo estava alevantada, todavia lhe fôra forçado acceital-a, por lh'o pedirem todos geralmente com muita efficacia.

Fazendo-se, pois, logo prestes, com mais quatro companheiros que levou comsigo (depois que recebera um presente que D. Francisco, capitão da nau, mandava ao rei e que valeria quinhentos cruzados), se partiu; e, desembarcando no caes da cidade, se foi a casa do Quansio Andono, almirante do mar e capitão de Canafuma, o qual o recebeu com mostras de muito gasalhado, que algum tanto o alliviou do receio que levava. E, dando-lhe elle conta do a que ia, lhe pediu que o mandasse provêr de cavallos e gente que o levasse onde o rei estava, o que elle logo fez, muito mais largamente do que se lhe pedira.

Partido Fernão Mendes da cidade, chegou no outro dia, ás nove horas, a um logar chamado Fingau, que seria um quarto de legua da fortaleza de Osquy, onde, por um dos japões que levava comsigo, mandou dizer ao Osquim Dono, capitão d'ella, como elle era alli chegado, e que trazia uma embaixada do vice-rei da India para Sua Alteza, pelo que lhe pedia lhe mandasse dizer quando queria que lhe fallasse. A isto, por um seu filho, logo lhe respondeu: — A tua vinda, com a de todos os teus companheiros, seja muito bòa; já tinha eu mandado recado a El-Rei á ilha do Xeque, para onde foi ante-manhã, com muita gente, a matar um grande peixe, de que se não sabe o nòme, que do centro do mar ali veio a ter, com outra grande somma de peixes pequenos. Pelo ter cercado já n'um esteyro, a mim parece que não poderá vir

senão de noite. Porém do que Sua Alteza me responder, te mandarei logo recado. No entretanto, descança tu em outras casas melhores onde te vou mandar aposentar e onde provido serás de tudo o necessario, porque toda esta terra tanto é do rei de Portugal como Malaca, Cochim e Gôa.

E um homem seu, que já vinha para isso, os agasalhara logo em um pagode, que se dizia Amidamxó, onde dos bonzos d'elle fôram banqueteados esplendidamente.

O rei, assim que teve aviso de Fernão Mendes haver chegado, despediu logo, d'aquella ilha onde estava no cerco d'aquelle grande peixe, tres funés de remo e n'ellas um seu camareiro, muito seu privado, que se chamava Oretandono, o qual, já sobre a tarde, chegou ao logar onde Fernão estava. Indo logo ter com elle, depois que por palavra lhe disse o a que o rei o mandara, tirou do seio uma carta d'este e, «beijando-a com as ceremonias e cortezias que entre elles se costumam», lh'a deu. Dizia essa carta assim: — Estando eu agora occupado n'um trabalho de muito meu gosto, soube da tua bôa chegada a esse logar onde estás, com os mais companheiros que vêm comtigo, do que tive tammanho contentamento que te certifico que, se não tivera jurado de me não ir d'aqui até matar um grande peixe que tenho cercado, muito depressa, por minha pessoa, te fôra logo buscar. Pelo que te rogo, como bom amigo, que, já que por esta causa não posso ir, venhas tu logo n'essa embarcação que lá te

mando, porque com tu vires e eu matar este peixe será meu gosto perfeito.

Vendo Fernão Mendes esta carta, se embarcou logo, com todos os seus companheiros, na funé em que vinha o Oretandono, e os moços, com o presente, nas outras duas. E, por serem ligeiras e bem esquipadas, em pouco mais de uma hora se encontraram na ilha, que distava d'alli duas legoas e meia.

A ella chegaram a tempo que o rei, com mais de 200 homens, com suas fisgas, andavam em bateis atraz d'uma grande baleia, que, na volta de um grandissimo cardume de peixe, alli viera ter, «o qual nôme de baleia e o mesmo peixe em si foi então entre elles muito novo e muito estranho, porque nunca tinham visto outra tal n'aquella terra.»

Depois que a mataram e a trouxeram fóra á praia, foi o prazer do rei tammanho que a todos os pescadores que alli se acharam libertou de um certo tributo que antes pagavam e lhes deu nômes novos de homens nobres; a alguns fidalgos que alli estavam, a elle acceitos, accrescentou os ordenados que tinham; e aos guesos, que são como moços da camara, mandou dar mil taeis de prata. «E a mi me recebeu com a bocca muito cheia de riso, e me perguntou miudamente por muitas particularidades, a que eu respondi accrescentando em muitas cousas que me perguntava, por me parecer que era assi necessario á reputação da nação portugueza e á conta em que até então n'aquella terra nos tinham, porque todos então tinham para si que só a o rei

de Portugal era o que com verdade se podia chamar Monarcha do Mundo, assi em terras como em poder e thesouro, e por esta causa se faz n'aquella terra tanto caso da nossa amizade.»

Acabado isto, se partiu logo o rei d'esta ilha do Xeque para Osquy e chegou a sua casa com uma hora da noite, sendo recebido de todos os seus com muita festa e regosijo ao seu modo, e lhe deram os parabens de tam honroso feito, como fôra o d'aquella baleia, attribuindo a elle só o que os outros fizeram, «que este prejudicial vicio da adulação é tam natural das còrtes e das casas dos principes que até entre o barbarismo da gentilidade lhe não faltou seu logar.»

Despedindo então o rei toda a gente que o acompanhara, ceou recolhido com sua mulher e seus filhos e não quiz que homem nenhum por então o servisse, porque o banquete era á conta da rainha. «Porém alli nos mandou chamar a todos cinco a casa de um seu thesoureiro onde já estavamos aposentados, e nos rogou que, por amor d'elle, quizessemos perante elle comer com a mão, assim como faziamos em nossa terra, porque folgaria a rainha de nos vêr.»

Logo lhes mandou preparar a meza, muito abastada de iguarias, assás limpas e bem guizadas. «E, servida por mulheres muito formosas, nos entregamos todos no que nos punham deante, bem á nossa vontade; porém os ditos e galanterias que as damas nos diziam e as zombarias que faziam de nós quando nos viram comer com a mão fôram de

*

muito mór gosto para El-Rei e para a Rainha que quantos autos lhes poderam representar, porque, como toda esta gente costuma a comer com dous paus, como já por vezes tenho dito, tem por muito grande sujidade fazel-o com a mão, como nós costumamos.»

Então uma filha do rei, moça já de quatorze até quinze annos e muito formosa, pediu licença a sua mãe para uma certa farça que seis ou sete queriam fazer sobre a materia de que se tractava; e a rainha, com consentimento do rei, lh'a concedeu.

Entrando então ellas para dentro d'outra salla, se detiveram um pequeno espaço, e as que ficaram fóra se desenfadaram entretanto bem á custa dos nossos portuguezes, com muitas graças e zombarias, de que todos estavam bem corridos, ao menos os quatro, por serem mais noveis e não entenderem a lingua, porque elle Fernão já em Tanixumá tinha visto outra farça que se teve com portuguezes, similhante a esta, e por algumas vezes as havia visto tambem n'outras partes.

«Estando nós no meio d'esta affronta, porém soffrendo já melhor a zombaria pelo gosto que viamos que El-Rei e a Rainha tinham d'ella, sahiu de dentro a princeza, muito formosa, em trajo de mercador, com um traçado de chaparia de ouro na cinta e tudo o mais muito apropriado ao que representava; e, pondo-se de joelhos deante d'El-Rei seu pae, com o acatamento devido, lhe disse: — Poderoso rei e senhor, ainda que este meu atrevimento

seja digno de grande castigo, pela desegualdade que Deus quiz que houvesse entre vossa Alteza e minha Baixeza, a necessidade em que me vejo me faz não pôr deante este inconveniente, de que me pudera temer, porque, como eu sou já velho e tenho muitos filhos, de quatro mulheres com que fui casado, e em minha quantidade muito pobre, desejando, como pae que sou, o deixal-os amparados, pedi por meus amigos que me ajudassem com seus emprestimos, que alguns me concederam; e, fazendo eu emprego n'uma certa fazenda que, por meus peccados, não pude vender em todo o Japão, determinei de a trocar por qualquer cousa que me dessem por ella. E, queixando-me eu d'isto a alguns meus amigos no Miacó, d'onde venho, me certificaram que só Vossa Alteza me podia agora n'isto ser bom. Pelo que, Senhor, lhe peço que, havendo respeito a estas cãs e a esta velhice, e a ter eu muitos filhos e muita pobreza, me queira valer em meu desamparo, porque n'isto que lhe peço, a mi fará grande esmola, e aos chenchicos que agora vieram n'esta nau grande mercê, porque esta minha mercadoria lhes arma a elles, mais que a outrem ninguem, pela grande aleijão em que se veem continuamente.»

Emquanto durou esta pratica, o rei e a rainha não se podiam ter com riso, vendo que aquelle mercador, tam velho, com tantas cãs, tantos filhos e tanta necessidade, era a princeza sua filha, muito moça e muito formosa. O rei, comtudo, detendo o riso por um pouco, lhe respondeu, com muita gra-

vidade, *que mandasse trazer a amostra da fazenda que trazia, e que, se fôsse cousa que os armasse, elle lhes rogaria que l'ha comprassem.* Ao que, ella, fazendo uma grande mesura, se tornou a recolher para dentro.

Até então estavam os lusos tam embaraçados com o que viam que não sabiam determinar o que seria. As mulheres que estavam na salla (que seriam mais de sessenta), sem haver alli outro homem mais do que elles os cinco companheiros sómente, começaram a confranger todas e a acotovelar-se umas com as outras, e a fazer entre si algum rumor com um riso baixo e callado. Porém, quietando-se logo este, o mercador tornou a sahir de dentro com as amostras da fazenda, as quaes as traziam seis moças, muito formosas e muito ricamente vestidas em trajos de homens mercadores, com seus traçados e adagas de ouro na cinta, e de aspectos graves e auctorisados, porque todas eram filhas dos principaes senhôres do reino, que a princeza escolhera para a ajudarem n'esta farça, que quiz representar ao rei e á rainha. Estas seis traziam aos hombros cada uma seu envoltorio de tafetá verde e, fingindo todas seis serem filhos d'aquelle mercador, vinham passando uma dança, ao seu modo, muito bem concertada, ao som de duas harpas e uma viola de arco. E, de quando em quando, diziam, em trovas, com fallas muito suaves e muito para folgar de ouvir: — Alto e rico Senhor de riqueza, por quem és, te lembra da nossa pobreza. Sómos miseraveis,

em terra extrangeira, desprezados da gente, por nossa orphandade, com desprezos e grandes affrontas. Pelo que, Senhor, te pedimos que, por quem és, te lembres da nossa pobreza.

E, assim, a este modo, «que na sua lingua eram todas muito bem feitas», disseram mais outras duas ou tres, repetindo sempre, no fim de cada uma d'ellas: — Por quem és, te lembra da nossa pobreza.

Acabada a dança e a musica, se puzeram todos de joelhos deante do rei; e, depois que o mercador, com outra pratica muito bem concertada, lhe deu as graças da mercê, que lhe queria fazer, de lhe fazer vender aquella fazenda, os seis desembrulharam os envoltorios que traziam e deixaram cahir na salla uma grande somma de braços de pau, «como os que cá se offerecem a Santo Amaro», dizendo o mercador, «com muita graça e com palavras muito discretas»: — Pois a natureza, por vossos peccados, vos sujeitou a vós-outros a miseria tam suja que necessariamente as vossas mãos hão-de andar sempre fedendo ao peixe ou á carne ou ao mais que comeis com ellas, muito vos arma esta mercadoria, porque, emquanto vos servirem umas mãos, se lavarão as outras.

A qual cousa o rei e a rainha festejaram com muito riso, e elles todos cinco estavam tam corridos que, entendendo-o o rei, lhes pediu muitos perdões, dizendo: — Porque a princeza minha filha visse quam grande bem eu quero aos portuguezes,

lhe dei este pequeno passatempo, de que vós, tam sómente, como irmãos meus, fôstes participantes.

«Ao que nós respondemos que Deus nosso Senhor pagasse por nós a Sua Alteza aquella honra e mercê que nos fazia, que nós confessavamos por muito grande e assi o publicariamos por todo o mundo emquanto vivessemos.»

O que elle e a rainha e a princeza, vestida ainda em trajos de mercador, lhes agradeceram, com muitas palavras ao seu modo. E a princeza lhes disse: — Pois, se o vosso Deus me quizesse tomar por sua criada, ainda lhe eu faria outras farças muito melhores e de mais seu gosto do que esta; mas eu confio que Elle se não esqueça de mim.

«Ao que nós todos, postos de joelhos e beijando-lhe o queimão que tinha vestido, respondemos que assi o esperavamos n'Elle, e que, fazendo-se ella christã, a haviamos de vêr rainha de Portugal, do que a rainha sua mãe e ella se riram muito.»

Este caso de graciosa reprehensão dá-nos hoje conta dos habitos familiares de nossos antigos e quiçá sirva a explicar-nos a origem da locução trivial injuriosa que a certa parte manda o injuriado comer ou beber «com dois paus», cuja o motivo na memoria collectiva se obliterou.

Mas, revertendo, se a Nunes Barreto, portuense, se devam cartas importantes sobre a Asia, importantes informes sobre o Brazil ao portuense Simão de Vasconcellos seguro é que se devem.

*

* *

Este jesuita, cuja roupeta vestiu na cidade da Bahia em 1616, que foi lente de theologia, procurador geral da Companhia em Roma e depois provincial no Brazil, nasceu n'esta cidade do Porto em 1597 e morreu na do Rio-de-Janeiro a 29 de setembro de 1671, sendo auctor da *Chronica da Companhia de Jesus do estado do Brazil, e do que obraram seus filhos n'esta parte do mundo,* a qual, impressa em Lisboa no anno de 1663, é uma das melhores edições d'aquelle seculo, tanto no que diz respeito á grandeza e consistencia do papel como (assim esmiuça Innocencio) no tocante á belleza dos caracteres da impressão. Em o catalogo da livraria de lord Stuart vem descripto um exemplar d'esta obra com a nota de *muito raro;* mas em 1865 fez-se outra edição em dois volumes de 4.º na cidade de Lisboa.

Consoante já, começando, apontado ficou, o eminente litterato Francisco Adolpho de Varnhagen, visconde de Porto-Seguro, em sua *Historia geral do Brazil,* fallando do padre Vasconcellos, não

duvida acoimal-o de *credulo e supersticioso;* e diz que os seus escriptos ácerca do Brazil mais se recommendam hoje pela antiguidade que pela importancia dos factos que narra o auctor, sempre disposto a exaggerar as obras dos jesuitas.

Divididas em dois livros, no principio d'esta *Chronica da Companhia,* sahiram depois á parte, em obra propria de per si, no anno de 1668 as *Noticias curiosas e necessarias das cousas do Brazil,* ás quaes José Carlos Pinto de Sousa, na sua *Bibl. hist. de Portugal,* as qualifica de «admiravel historia.»

N'esta «admiravel historia», pejorativo é o conceito pelo jesuita portuense formado dos brasilianos selvagens nativos, pois, tractando largamente dos costumes dos indios do Brazil, logo marca que, em sua gentilidade, não têm fé nem lei nem rei, «e, em signal d'esta singularidade, lhes negou tambem o auctor da natureza as lettras *F, L, R.*»

Successivamente, os apoda de andarem nús; de não terem policia nem arte; de furarem as faces, orelhas e beiços; de não gosarem morada certa; de serem preguiçosos, mentirosos, comilões e dados a vinhos; nota-os de pauperrimos; emfim, increpa-os de vingativos e crueis.

Mas então destaca mui interessante a narrativa de suas praxes de anthropophagia.

Simão de Vasconcellos passa-o d'est'arte a contar:

Dos que tomam na guerra, os velhos comem logo (carne do maior sabor para elles); os mancebos levam captivos, amarrados em cordas, com grandes algazarras, á maneira de triumpho. O modo com que depois os matam e comem, é força que ponhamos aqui, porque é uma mais refinada de suas barbarias. Logo que o contrario é tomado vivo em guerra, e aquelle que o captivou tem intento de mostrar n'elle a illustre façanha de guerreiro valente, remette-o á povoação do maior Principal e aqui, em logar de grilhões, se faz entrega d'elle, solemne, a uma carcereira fiel, que o ceve e engorde por tempo; para isto, lhe dão caçadores, pescadores e todo o mais necessario para que seja bem apascentado, e com advertencia que se lhe não dê pena em nada, antes allivio e descanço em tudo, porque assim se vá engordando, qual bruto animal, para os intentos da gula e do odio que logo ouviremos. Quando já, a parecer da carcereira, está grosso em carnes, despedem mensageiros por todas as povoações circumvisinhas, fazendo a saber o dia da festa, para que todos sejam presentes a solemnidade tão festival, sob pena de incorrerem em nota de avaros os que não convidarem e de mal-creados os que não acudirem.

Congregada, na fórma referida, esta barbara gente, vae sahindo aquelle valente soldado que ha-de matar o contrario a um terreiro, como a um palanque, pizando grave, cercado de parentes e amigos, como se fôra a armar-se cavalleiro ou a passar triumpho no mesmo Capitolio de Roma. Vem vestido a mil maravilhas, de pennas, assentadas em balsamo, todo em contorno, desde a cabeça até os pés. Tem a cabeça coroada com um diadema vermelho acceso, côr de guerra. Do pescoço pendem dois collares da mesma côr, a tiracollo encontrados, que vêm a morrer na cintura. Os braços, pelos hombros, cotovellos e pulsos, vão enfeitados com suas plumagens, á feição de enrocados grandes. Pela cintura, apertam uma larga zona; d'esta pende, até os joelhos, um largo fraldão, a modo tragico, e de tam grande roda como é a de um ordinario chapeu-de-sol. E, finalmente, n'esta conformidade nos joelhos, pernas, pés vae continuando a libré, toda da mesma peça, de pennas de aves,

as mais formosas e lustrosas em côres que para este effeito guardam de seus antepassados.

Assim se veste e arreia o feroz combatente sahindo a terreiro. Leva nas mãos uma maça, á maneira d'aquellas com que se combatiam os cavalleiros da antiga edade; a qual, desde a empunhadura até áquella parte mais grossa com que fere, vae toda guarnecida das mais luzidas pennas; e é esta feita de pau mui pezado, e forte como o mesmo ferro. Assim se apresenta o combatente no terreiro, soberbo, jactancioso e bizarro.

Entretanto vem sahindo o triste preso que ha-de ser sacrificado, atado com duas cordas pela cintura, e por estas tiram dous mancebos robustos, por que não possa divertir-se para uma ou outra parte, os braços soltos, para com elles tomar os golpes que lhe começa a tirar o contrario, o qual se vae detendo n'estes de proposito, para mór festa dos circumstantes, até que com a ultima pancada lhe faz em pedaços a cabeça e o derriba morto, com taes applausos, gritos, assobios, bater de arcos e de pés dos que estão á vista que atroam os ares.

Mas, voltando atraz, é muito de advertir outra notavel ceremonia: porque, logo que o triste preso vae sahindo do carcere para a morte, é costume irem recebel-o á porta seis ou sete velhas, mais féras que tigres e mais immundas que harpias, de ordinario tão envelhecidas no officio como na edade, passante de cem annos, que assim as escolhem. Vão cobertas com as primeiras roupas de nossos paes primeiros, mas pintadas todas de um verniz vermelho e amarello, com que se dão por muito engraçadas; vão cingidas, pelo pescoço e cintura, com muitos e compridos collares de dentes enfiados que teem tirado das caveiras dos mortos que em similhantes solemnidades teem ajudado a comer; e, para mór recreação, vão ellas cantando e dansando, ao som de certos alguidares que levam em as mãos, para effeito de receber o sangue e juntamente as entranhas do padecente. Recebidas estas e o sangue, entra o Principal, feito almotacel, a repartir a carne do defunto.

A esta manda dividir em tão miudas partes que possam todos alcançar uma pequena fevera, sequer. E é tanto assim que

affirmam indios antiquissimos que, como commummente é impossivel chegarem a provar tantas mil almas da carne de um só corpo, se coze muitas vezes um só dedo da mão ou do pé em um grande azado, até ser bem delido, e depois se reparte o caldo, em tam pequena quantidade a cada um que possa dizer-se com verdade que bebeu, pelo menos, do caldo onde fôra cozida aquella parte do seu contrario. E, quando algum dos Principaes, ou por enfermo ou por muito distante, não póde achar-se presente, lá se lhe manda seu quinhão, que, de ordinario, é uma mão ou, pelo menos, um dedo do defunto. E este se tem pelo mór brazão e mór nobreza de toda a geração: o haver morto, comido ou bebido de algúma parte cozida de seu contrario, morto em terreiro.

O segundo livro da obra dita do padre Simão de Vasconcellos tracta da bondade da terra do Brazil, a qual deffende das calumnias que os antigos lhe impunham de zona torrida e inhabitavel e, por fim, mostra a excellencia do clima, como fecho preparatorio de trabalho em que compendiou «as qualidades da terra, o temperamento do clima, a frescura dos arvoredos, a variedade de plantas e abundancia de fructos, as hervas medicinaes, a diversidade de viventes, assim nas aguas como na terra, e aves tam peregrinas e mais prodigios da natureza, com que o Auctor d'ella enriqueceu este novo-mundo.»

E', na verdade, uma leitura instructiva e agradavel a de volume tal, que tem 291 paginas e não 191, como vem em Innocencio, o qual aos outros não perdôa aliás os simples descuidos de revisão typographica.

Das bandas do Porto, outrem reflexivamente tambem pelo Brasil discorreu e de si deixou motivo de memoria, que se postergou aliás; e esse foi Raphael da Purificação.

*

* *

Ou no seculo Manuel da Cunha, nasceu em Mattosinhos, Porto, «fecundo berço de insignes varões em diversas faculdades», da nossa terra diz Barbosa Machado. Fôram seus paes Simão dos Reis Rupes, capitão de varios navios mercantis, e Maria da Cunha Freire. Partindo para o Brazil, abraçou o instituto Seraphico, no convento de Paraguaçu, junto da cidade da Bahia, em 13 de junho de 1707; elle nascera em 13 de junho de 1691.

Dignificou-se como lente de Artes no convento de Olinda, e a Theologia a leu no do Recife. Não occupou Prelatura alguma, e só a de Commissario Provincial em Pernambuco por anno e meio, e Visitador das aldeias do Sertão e Rio de S. Francisco, com o motivo de vêr se com a mudança d'aquelles ares melhorava de incommodos. Mas houve de se recolher com o desengano de tal melhora a não achar para os que padecia, trazendo ainda um de mais, porque, de certa queda perigosa que deu por aquelles asperos caminhos, e como não houvesse por alli quem o soubesse bem curar,

ficou com um braço deslocado, de que lhe resultava molestia continua.

« Foi sujeito universal em toda a materia scientifica, entendimento claro, e de tam facil comprehensão e feliz retentiva que (aquilata-o d'est'arte fr. Antonio de Santa Maria Jaboatam), o que uma vez encommendava á memoria ou guardava n'ella ficava depositado como em archivo perduravel, para usar d'elle a qualquer tempo e occasião conveniente. » E Barbosa Machado especificara que « nas disciplinas mathematicas foi profundamente versado, principalmente na algebra e arithmetica, em que era consultado em contas gravissimas pelos homens de negocio. Da geographia tinha tanta instrucção que fazia as arrumações e observações dos meridianos sem beneficio do compasso. » Para que vejamos. Tambem tivera pefeita intelligencia das linguas latina, grega, hebraica, franceza, italiana e ingleza.

No exito de aferirmos da plausibilidade de tantos encomios, resta-nos uma obra, a qual passa entre nós como quasi desconhecida, não se recordando Innocencio de haver jámais encontrado até á data em que o escrevia (1862) exemplar algum á venda publica.

Chama-se esse trabalho incognito: *Lettras symbolicas e sybillinas* e apresenta-se como obra de recreação e utilidade, cheia de erudição sagrada e profana, de noticias antigas e modernas; com documentos historicos, politicos, moraes e asceticos,

para os estudiosos e amigos tanto de lettras Divinas como de lettras humanas. Escriptas se exhibem pelo M. R. Padre-Mestre, fr. Raphael da Purificação, leitor de theologia e padre da Provincia de Santo Antonio do Brazil.

Explana assim fr. Antonio de Nazareth:

É a Provincia de Santo Antonio no Estado Brasilico a mais rica e a mais pobre: a mais pobre, pelos preceitos que observa; a mais rica, pelas lettras e talentos com que se illustra; e, quando não fôssem tantos, o auctor d'este livro valeria por todos; pois, se é inope pela regra que professa, é o mais opulento pela litteratura que ostenta em um livro que é como todos e como nenhum: como todos, porque de todos escolheu o melhor para fazer um, e como nenhum, porque o precioso que pelos mais se acha disperso recopilou em este livro como um thesouro.

E fr. Marcos de Santo Antonio soccorre-se da mesma fauna braziliense para se alambicar em conceitos laudativos:

Já ouvi dizer que na terra dos engenhos são raras as subtilezas dos discursos, e tambem que a preguiça reina; porque n'aquelle paiz se acha sómente a Preguiça do Brazil, e eu tudo acho junto n'este auctor, pela obra que compoz: acho engenho raro, porque de umas lettras mostra as muitas que sabe, assim das linguas como das Escripturas e de umas e outras Historias, não só cansando-se em ajuntar o disperso, mas tambem em compôr com tanta erudição e clareza que só este livro basta, a meu vêr, para fazer sabio a todo o homem que d'elle fizer estudo; acho tambem a Preguiça do Brazil, não pelo que inculca o nôme, mas sim pelos vagarosos passos com que este vivente se move; e estes é que lhe deram o nôme de

Preguiça; e este auctor, para que não tropeçasse, em materias tão altas sobre que escreve, foi com muito vagar compondo, como mostra a firmeza das opiniões que tracta e os ditames infalliveis que segue, assim nas Escripturas como em tudo mais moral com que esta obra se illustra, sem se oppôr em nada aos dogmas da nossa santa fé ou bons costumes.

Esta conformidade determina o horisonte da inquirição; todavia, resulta certo que se não desmanda Innocencio quando escreve que o volume das *Lettras symbolicas e sybillinas* é «livro, em verdade, engenhoso e de muita curiosidade.» Uma immensa leitura n'elle se patenteia, com effeito, e alli se apuram, da erudição que já hoje se não faz, informes que não deixam de ser uteis e prestadios ainda agora.

O primeiro capitulo tracta do alphabeto ou A B C; o segundo das lettras do A B C; o terceiro da origem e antiguidade das notas; o quarto da invenção e origem das lettras; o quinto da existencia, nômes, patrias e numero das sybillas; o sexto das prophecias mais particulares das sybillas; o setimo de algumas lettras symbolicas das sybillas; o oitavo de algumas lettras symbolycas da Escriptura; o nono de algumas lettras symbolicas que se acham tanto em historias ecclesiasticas como profanas; emfim, o decimo continúa a materia dos capitulos precedentes e dá conclusão ao livro.

A copiosa erudição não conseguiu obscurecer de todo este espirito; pelo contrario, a compostura

do rosto se esclarece temperadamente, se bem que com prolixidão enumerativa. Por exemplo, quer elle exemplificar da hypocrisia em seus multiplos modos e escreve incessantemente:

A mentira, com o sobscripto e titulo de destreza se disfarça; a vingança se cobre com a capa e titulo de honra; a teima e contumacia se pallia com o disfarce e titulo de constancia; a avareza se desculpa com o pretexto e titulo de frugalidade e temperança; o odio se dissimula com o rebuço e titulo de cautela: a ambição se escusa com a frente e titulo do bem publico; o interesse e cubiça se disfarça com a côr e titulo de previdencia; a ociosidade se acolhe á sombra e titulo do recolhimento; a soberba blasona com o exterior e titulo de urbanidade; a preguiça se livra com a desculpa e titulo do licito repouso; a usura tem seu refugio no titulo do lucro cessante e damno emergente; a simonia escapa com a superficie e titulo de agradecimento; o suborno, seu parente em primeiro grau, com a apparencia e titulo de attenção precisa; a murmuração deffende-se com o escudo e titulo de correcção fraterna; os roubos e latrocinios com visos e titulos de restituição e deposito; a grosseria com a especie e titulo de gravidade; o desalinho com a religião e titulo de desprezo do mundo; a ignorancia com a affectação e titulo de modestia e silencio; a crueldade com o lustroso esmalte e titulo de justiça.

Fr. Raphael da Purificação viu mundo, discorrendo por toda a Italia quando foi votar no Capitulo Geral celebrado em Milão a 4 de julho de 1729; de sua lavra, quedaram manuscriptos quatro tomos das viagens que fez a diversas partes. Inclusivè a Londres, aonde infructiferamente se encaminhou no fito de experimentar remedio para seu

penoso achaque, a cujos effeitos succumbiu. Figura-se que deveria ser a tuberculose.

Ora, das mesmas procedencias, no Brazil a dignidade episcopal occupou-a João de Queiroz da Silveira.

*

* *

No seculo, porque em religião fr. João de S. Joseph, que foi bispo do Grão-Pará, nado em Mattosinhos a 12 de agosto de 1711, filho de Francisco Gonçalves Dias e sua mulher D. Joanna Dias de Queiroz, e creado de logo para frade bento, para geral da Ordem, para bispo. Aos dezoito annos, com effeito, recebeu o habito de noviço em Tibães, professando nas mãos do dom abbade fr. José de Santa Maria, e foi estudar philosophia no mosteiro de S. Miguel de Refojos de Basto.

Consummado theologo e philosopho, passou a ser conventual de Santo Thirso, de onde transferido se topa no convento de Lisboa, não se sabe nem faz ao ponto, entende Camillo, saber em qual anno. Era certo que lá residia em 1744, conforme o testemunho de uma carta autographa, que possuia, de Diogo Barbosa Machado, escripta n'aquelle anno a fr. Marcellino da Ascensão, chronista-mór da congregação benedictina. Da carta, que Camillo publicou, infere-se que João de Queiroz da Silveira, ou monasticamente fr. João de S. Joseph, privava com

*

o erudito abbade de Sever, ao tempo de se estar estampando a valiosa *Bibliotheca Lusitana.*

Lettras e sangue lhe facilitavam ao benedictino, escreve-o Camillo, alliança de amisade com os doutos Barbosas, com fr. Manoel do Cenaculo, com D. Antonio Rollim de Moura, com Francisco Xavier de Oliveira e seu irmão fr. Thomaz de Aquino, com Sebastião José de Carvalho e seu irmão Paulo de Carvalho e Mendonça, com o conde de S. Lourenço e os duques de Aveiro, com o conde da Ponte e, para em summa o dizer, remata Camillo sua enumeração, com as rainhas D. Maria d'Austria e D. Marianna Victoria.

O convivio das damas da còrte amaciar-lhe-ia a theologia e suavisar-lhe-ia a philosophia. Porquanto, austero, conservou-se jovialissimo. Mas, jovialissimo, conservou-se austero.

«Agora, uma pergunta alegre a v. ex.ª, leitora, se livro d'esta natureza, (as *Memorias de fr. João de S. Joseph Queiroz, bispo do Grão-Pará*, publicadas no Porto em 1868, com uma extensa introducção e muitas notas illustrativas, por Camillo Castello-Branco) póde gabar-se de a ter:

— Quando v. ex.ª cobre os seus hombros com um lencinho branco, no louvavel intento de corrigir as demasias do seu vestido muito despeitorado, acaso pensou no inventor ou inventora de tal moda, a moda do lencinho no pescoço?

«Foi um frade, minha senhora, foi um frade bento, foi D. fr. João de S. Joseph. . .

«Foi o meu frade que inventou lencinhos brancos no pescoço das damas da rainha D. Marianna Victoria, esposa de el-rei D. José. Aqui tem v. ex.ª quando e como. É elle o modesto epico da sua invenção, n'uma carta a fr. Manoel da Penha: «... Devo dizer a vossa paternidade que, havendo de sahir com as suas damas, pela primeira vez, a rainha fidelissima, pude eu persuadil-a a que sahissem com lenços brancos em os hombros, de sorte que se recatasse quanto descobrem os decotados. Quiz Deus que pegasse a moda; e d'aqui póde vossa paternidade inferir o meu modo de pensar á vista das sensiveis provas de oitenta prisões que mandei fazer por escandalosa desnudez...»

Foi no Pará. Justificando-se de accusações que lhe fizeram, D. João, respondendo a um prelado de mosteiro de sua Ordem, escrevia-lhe: «Ahi vae das muitas. Multei oitenta pessoas, por andarem núas da cintura para cima e a nadarem á hora do meio dia debaixo das minhas janellas, homens e mulheres, abraçando-se publicamente, collarejas e soldados. Esta multa é do meirinho e carcereiro. Do bispo, nada.»

As censuras da virtude propria aos desmandos alheios, ainda que expressas no tom faceto do seu genio galhofeiro e recolhidas em reconditas miscellaneas não destinadas á publicidade, comprehendiam presentes e ausentes, proximos e remotos, parentes e adherentes, extranhos e patricios.

Assim, de D. Luiz de Souza :

Arcebispo de Lisboa, da casa de Arronches. Teve suas verduras em rapaz. Feito prelado, deu-lhe na venêta para visitar Lisboa. Fallava n'isto com um irmão conego, a tempo que um antigo creado, d'aquelles que tudo ouvem nas antecamaras, quando rezam por suas contas, — olhando para elle o prelado, disse-lhe: «Tu és quem nos has-de informar de quem e quem não anda amancebado.» Escusou-se o creado. Teimaram. Até que o soccarrão, fingindo-se simples, lhes arrumou com esta: «Eu nada sei, porque nada creio do que me dizem. Se me disserem que o snr. arcebispo tem a amiga na Mouraria, eu hei de crêr isso? E, se me disserem que o snr. conego a tem em casa, com dois filhos e uma menina, ou coisa similhante, hei-de eu crêl-o? Ora, deixem-me, meus senhores.

Note-se que Camillo Castello-Branco não se atreveu a publicar na integra a obra em seu poder. «Algumas paginas do volume manuscripto não se estampam. Cancellei-as em favor á memoria do bispo, em consideração aos netos dos contemporaneos do frade e em respeito á honestidade de quem lê; bem que tal respeito custa ao leitor privar-se de rir á desgarrada das facecias rabelaicas do monge no mais florente da vida.»

O que Camillo Castello-Branco entendeu publicavel, publicou-o em folhetins no *Jornal do Commercio*, de Lisboa, dos mezes de janeiro e seguintes de 1867. Recolhidos em volume, appareceram as *Memorias de fr. João de S. Joseph Queiroz, bispo do Grão-Pará*, em 1868, no Porto, como se disse já, e impressas na typographia da Livraria Nacional, rua do Laranjal, 2 a 22.

Archivado o facto em o «Supplemento», no artigo *Camillo Castello-Branco* por Innocencio, que ás memorias de fr. João de S. Joseph Queiroz volta a referir-se no artigo *David Netto*, a continuação do dito «Supplemento» descuidou-se de dispôr verba para o bispo do Grão-Pará, que na altura devida d'esse «Supplemento» não apparece, todavia.

«Não sei que livros portuguezes (escreveu justiceiramente Camillo Castello-Branco) disputem a primazia e originalidade d'estas *Memorias*.»

Fr. João denominara aos seus escriptos *Miscellaneas;* mas, na verdade, melhor lhes quadra o titulo que adoptou Camillo.

Para a urdidura da biographia ante-posta á sua edição, além das especies auferidas da correspondencia, Camillo consultou o conselheiro José Silvestre Ribeiro, «um dos prestantes e mais doutos litteratos d'este paiz.» Este lhe acudira onde mais carecido se viu do seu auxilio, apontando-lhe o local, anno e dia da morte do bispo desterrado. Que o alegre frade teve como desfecho da vida mundana o desterro, e que desterro! No convento de S. João de Pendurada, ou Alpendurada, como hoje dizem, Entre-Douro-e-Minho.

«Que desterro!

«Alli entrou o bispo, precedido da noticia de sua infamia e desgraça!

«Era em fins de janeiro de 1763.

«Que lugubre lhe choraria tudo em volta d'elle!

Uns frades suspeitosos, cuidando que o consolarem o desterrado lhes acarretaria lenha e betume para os supplicios eternos. Uma casa escura, silenciosa, cheia das toadas gementes do vento a sibilar nos velhos vigamentos!

«E alli, elle, o frade fidalgo da côrte de D. Maria Anna d'Austria e de D. José I! O commensal dos duques, dos condes luxuosos, feitos na côrte do Luiz XIV portuguez! Elle, o amigo, o convivente dos Cenaculos e Barbosas, alli, em meio de sandeus e fanaticos, que o fugiam como de leproso, a quem o governo, sequer, não concedia defender-se. . .

«Que fazia? agonisava.

«Mas, ainda assim, com a morte sobre o seio, seio robusto de cincoenta e tres annos, que longos paroxysmos!

«Viveu oito mezes. Morreu em 15 d'agosto de 1764.»

N'estas tintas eloquentes, senão strictamente equitativas, deplora Camillo Castello-Branco um descalabro lastimoso.

Mas o que opportunamente melancholisa é a coincidencia que se depara em uma das «miudezas» apontadas á roda de 1761, a qual reza por este teor:

Conheci na Ordem de n. p. S. Bento um padre antigo, fr. Roque, o qual contava que, sendo collegial e indo a ferias, se embarcara varias vezes com um barqueiro que exercitara cinco annos este officio, sendo monge benedictino. Apostatou, porque

o fizeram recolher e viver no mosteiro. Por fim, procurou a Ordem e se recolheu ao convento de Pendurada, o mais triste e amoldado á penitencia, onde a fez de seus peccados e morreu santamente.

«Se o bispo se lembraria de ir, desterrado, morrer ao convento *triste e amoldado á penitencia!* . . .» — annota Camillo Castello-Branco.

V

Francisco Bernardo de Lima — Arnaldo Gama

Brilhante na sociabilidade foi essa epocha do Marquez de Pombal para o Porto; estamos no cyclo Almada, que comprehende até, quem o supporia?, a iniciativa da critica musical.

Mas de facto.

O snr. J. M. P. Pinto, que juntou e coordenou uns *Apontamentos para a historia da cidade do Porto*, impressos na Typographia Commercial, Bellomonte, 19, e á venda na livraria do hespanhol Ignacio Corrêa, Praça da Batalha, n.os 25 a 28, escrevia, a pag. 120-121 de sua obra, o seguinte:

O primeiro theatro que se abriu no Porto foi no Corpo da Guarda, do lado esquerdo, antes de se descer a calçada. Foi mandada organisar uma companhia de curiosos para representar n'elle por occasião das festas do casamento do principe D.

João (depois sexto do nôme) com D. Carlota Joaquina de Bourbon, infanta de Hespanha. Esta companhia deu espectaculo gratuito na noite de 22, 23 e 24, convidando-se as auctoridades, nobres e militares de graduação, e no dia 27 foi o theatro patenteado ao povo. Houveram *(sic)* corridas de touros na Torrinha e no Campo de Santo Ovidio, bailes de msscaras publicos e diversos outros divertimentos, assim como teve aqui logar a primeira ascensão de um areostato em que ia um homem. O largo do Corpo da Guarda tira o seu nôme por ter alli havido uma estação da guarda maior ou principal, aonde havia calabouço para presos e gonilha, em que se prendiam e expunham os ladrões até serem mudados para a cadeia, em antes *(sic)* que a guarda fôsse rendida. A casa em que estava a estação da guarda está presentemente (1869) occupada pelos rapazes da calcetaria.

No volume I da *Encyclopedia Portugueza*, sob direcção do talentoso e muito illustrado professor Maximiano de Lemos, um de *Os do lyceu*, serie começada, interrompida e que, querendo Deus, espero completar em volume especial, memora-se este theatro do Corpo da Guarda, do Porto: «inaugurado em 1762 com a opera *Il Transcurato*, de Pergholese, cantando a primadona Giuntini. Foi o primeiro theatro do Porto onde se cantou opera italiana.»

Pinho Leal, em seu *Portugal antigo e moderno*, faz especificada menção d'esse theatro do Corpo da Guarda e, registrando os nômes benemeritos dos principaes cooperadores para sua feitura, presta homenagem pela iniciativa da recordação a Camillo Castello-Branco. Ella era a de desencantar a noticia

curiosa das laudas olvidadas da folha de Francisco Bernardo de Lima.

Este Francisco Bernardo de Lima, conego secular de S. João Evangelista, nasceu na cidade do Porto em 1727 e morreu em 1764, conforme a *Bibliotheca Cirurgica* de Manuel de Sá Mattos, na qual nota Innocencio que se encontram especies aproveitaveis para a sua biographia, ou em 1770, segundo a *Descripção do Porto*, de Agostinho Rebello da Costa, que, a proposito do padre Francisco Bernardo de Lima, loyo, diz seccamente (veremos um'hora porquê) que elle fôra irmão de Bartholomeu Soares de Lima, de quem já fallara n'esse seu catalogo dos homens illustres em lettras e armas que tinha até então produzido esta cidade, e do qual, em contraposição, fizera o mais pomposo elogio, chamando-lhe « um dos ecclesiasticos d'este seculo o mais erudito, e versado na historia sagrada, profana, poesia e bellas-lettras. »

Porém para a historia da sociabilidade portuense e da civilisação geral portugueza, outra é a importancia de seu irmão Francisco Bernardo de Lima, meu illustre collega em jornalismo, por sua *Gazeta litteraria, ou noticia exacta dos principaes escriptos modernos... Obra periodica.* O tomo I imprimiu-se no Porto por Francisco Mendes de Lima em 1761, sahindo a parte II no mesmo anno em Lisboa, sem nôme do impressor. O tomo II foi estampado tambem em Lisboa em 1762 por Miguel Rodrigues. Principiou a publicação d'estas *Gazetas* em janeiro

de 1761, e findaram em junho de 1762. No primeiro anno fôram semanaes, porém no segundo passaram a ser mensaes.

«A maneira por que são redigidas dá claro testemunho (proclama Innocencio) da universalidade de conhecimentos e erudição do auctor. Contém, afóra outros artigos, muitos juizos criticos e bem ajustados de varias obras portuguezas sahidas por aquelle tempo.»

Ora, é ahi que se encontra a noticia desenvolvida e commentada da opera cantada no theatro e cujo libretto se imprimira para guia do espectador; na *Historia do theatro portuguez* do dr. Teophilo Braga, onde se lembra o insuccesso do primeiro conhecimento da opera na capital, se estuda o tentamen portuense; ahi se analysa o trabalho critico do padre Francisco Bernardo de Lima. Este elucidativo exame encontra-se no volume III.

Em sua *Historia do theatro em Portugal*, o snr. João Salgado diz que «no Porto tambem existia um theatro lyrico.» «Ahi fôram até 1762 successivamente representadas, pela ordem que enumeramos, as operas — *Armida*, *Theseo de Lulli* (assim typographicamente), *Alcioe* (de Marais), e a celebre opera-comica de Pergolèse, *Il Transcurato*, desempenhadas todas pela companhia da Giuntini.»

Todavia, no «Diccionario das operas», de Felix Clément e Pierre Larousse, não dei com menção d'este *Transcurato*. Riemann, no «Diccionario da Musica», tractando de Pergolèse falla do

drama biblico da *Conversione di San Guglielmo di Aquitania*, de suas primeiras operas: *La Sallustia*, *Amor fa l'uomo cieco*, *Rienvero;* da sua obra prima — de musica de theatro, pois que a sua verdadeira obra prima é de musica de egreja, o *Stabat mater*, reputadissimo — *La serva padrona;* das composições que elaborara para Napoles *(Il maestro di musica*, *Lo frato'nnamorato*, em dialecto napolitano, *Adriano in Siria*, com o «intermezzo» *Livieta e Tracolo* — *(La contadina astuta)*, *Flaminio* etc.); emfim, do unico trabalho que effectuou para Roma *(Olimpiade*, 1735), infelizmente sem successo; mas designadamente *Il Transcurato* não apparece em Riemann, que deu «por completo o catalogo das operas conhecidas de Pergolèse.» Designadamente não se topa outrosim na «Biographia geral dos musicos», de Fétis, que assignala a confusão das especificações das obras scenicas de Pergolèse, isto é, Giovanni-Baptista Pergolèsi, um dos mais notaveis compositores da eschola napolitana, morto prematuramente na edade fecunda de vinte-e-seis annos.

Cumpre notar, o que se não tem feito, que, quando discorre de *Il Transcurato*, o padre Francisco Bernardo de Lima não escreve que a opera seja do napolitano; elle queixa-se de que a Giuntini *alinde* com floreios de sua casa as arias de Pergolèse; n'esse exemplo fundamentando theoria. Engano congenere para com as operas de Lulli e demais apontadas pelo snr. Salgado, advirta-se.

O theatro do Porto não primava pela elegancia nem pelo conforto nem sequer pelas condições acusticas. O inglez Ricardo Twiss, de quem ha (apezar de o nôme d'este escriptor viajante faltar, segundo a observação de Manuel Bernardes Branco, tanto na *Biographie Universelle* de Firmin Didot como no *Dictionnaire universel d'histoire et géographie*, por Bouillet), traduzida do inglez, uma relação em francez, publicada em Berne em 1776, da digressão que elle fez em Portugal e na Hespanha em 1772 e 1773, escreve sem feição e á má cara: «O theatro do Porto é um dos peores do reino, é velho e muito sujo. Vi alli representar *Demofonte* d'uma maneira muito proporcionada á belleza da salla.»

Que diabo do exotico descontentamento, difficil de contentar! O allemão Link, que ficara surprehendido á vista da nossa cidade, observada do alto de Villa Nova de Gaya («Lisboa annuncia-se ao longe, com toda sua grandeza e magnificencia; Coimbra jaz em planicie deliciosa, banhada pelo Mondego; mas o Porto surprehende pela altura da sua situação»), exara, nas notas de sua viagem, emprehendida por suggestão e de companhia com o conde de Hoffmanseg desde 1797 até 1799, que tam desastradamente seu architecto se desempenhara da incumbencia da feitura do theatro do Porto que nada se ouvia nos camarotes.

(«Depois de termos atravessado França e Hespanha (em seu prefacio, Link conta), chegamos a

Portugal. Desejando percorrer com fructo este paiz, alli passamos a maior parte de 1798.»)

Em 1798, a 13 de maio, dia dos annos de D. João, teve a sua primeira abertura o novo theatro do principe D. João (hoje de S. João), d'esta arte a refere o snr. J. M. P. Pinto, que relata que a competente planta, mandada tirar, fôra submettida ao principe regente D. João, que a approvara por aviso de 19 de outubro de 1794, principiando as obras a 19 de abril de 1796. Depois o snr. J. M. P. Pinto entrega-se a divagações, historico-financeiras, de uma má-lingua assás azeda. Mas nós prestes regressaremos á quietude erudita e critica do meu bom collega em lettras jornalisticas, o nosso padre Francisco Bernardo de Lima.

Não tam isento e indemne que não sentisse, rudes e cortantes, os ossos-do-officio, por suas apreciações concitando a sanha de desabridas polemicas, de entre cujo fragôr resalta o vituperio dos plagiarios apodos, destacantes na flagrancia do cotejo de lanços, a par postos em lauda, a meio dividida adrede pela malignidade de tarja, a um tempo discriminante e approximante. Texto accusatorio: *Journal des Savants.*

E' bem certo. Não ha nada novo n'este mundo e a cada instante se póde retomar o thema, de Dutens, da origem antiga das modernas descobertas. Que lastima! A mumia que dialogou com Edgar Pöe, em prol das revindictas da originalidade actual, só nos concedeu a *cire-à-moustache*; mas então,

sim, enfiou. A Antiguidade não conheceria o emprego da brilhantina nos bigodes? Porém de nossas restantes sabenças, artes e manhas — tudo o mais, para ella, era coisa velha e relha.

Como para os tripeiros de 1762 — ha redondos cento e cincoenta annos — usança era já *ir até ao lyrico*. Ora esta! Que petulancia de jarretas!

E na *Gazeta litteraria*, «obra periodica», do loyo Lima, praxe seria que os menos tardos do toutiço se illustrassem com as argutas apreciações do drama jocoso elaboradas pelo doutissimo conego secular de S. João Evangelista.

Quiçá exhumações d'estas deprimam a basofia do hodierno dilettantismo; mas, vistas as coisas por outro prisma, não deixa de ser agradavel saber-se que não procedemos de beocios, de todo em todo, adustos.

Ao contrario. Bem longe d'isso.

Mas no cyclo que aspecto de confortabilidade, em ostensivo relance, o Porto offereceria?

Em 1772 esteve no Porto o snr. Ricardo Twiss, gentil-homem inglez, membro da Sociedade Real, que, «não encontrando estalagem alguma soffrivel, foi alojar-se para a casa d'um inglez no caes.» Foi vêr a egreja de S. Francisco, que se encontra, diz, decorada de esculpturas de madeira dourada, que fazem, aprecia, um effeito pessimo. «Observei nas paredes abundancia de cartas, presas a barbantes e endereçadas ao bemaventurado S. Francisco. Como

estavam abertas, tomei a liberdade de lêr algumas d'ellas e não deparei mais do que com cumprimentos de agradecimento por curas obtidas, ao que diziam as pessoas que as tinham escripto, pela intercessão do Santo.»

Entrando em Portugal pela Galliza, em 1774, outro inglez, o major W. Dalrymple queixa-se amargamente da *estallagem* de Valença e capitula-a da mais miseravel *estallagem* do mundo; em nota explica que *estallagem* é uma hospedaria e que corresponde á *posada* dos hespanhoes. Chegado ao Porto, a hospedaria em que se alojou foi uma casa ingleza, «que me pareceu bem consolante, se posso servir-me d'este termo.» Estava-se então a 20 de setembro. E de Lisboa, a 13 de dezembro, Dalrymple conta que no Porto fizera conhecimento com um acepipe do paiz, «que é seguramente a mais deliciosa coisa do mundo: chamam-lhe uma *Olla Gaspachio;* é arroz cosido com fatias de vacca e enxundia de perú.» Logo adeante escreve estas linhas que vos surprehendem, decerto, a vós-outros: «É espantoso que uma nação, tal como é a dos inglezes, os quaes levam o requinte ao ultimo ponto, possa persistir por tam longo tempo no uso d'uma beberagem tam detestavel como seja o vinho do Porto. No seu estado natural, é agradavel; mas, para abalar as fibras dos nossos paladares septentrionaes, misturam-lhe uma tal quantidade d'agua-ardente que se torna um veneno mortal para quem d'elle usa.»

*

Este major era observador, e ironico, *sans en avoir l'air*. «Observei, diz elle, que muitas pessoas, e sobretudo os rapazes novos, andam d'oculos nas ruas. Este costume é satyrisado no theatro em Hespanha, mas aqui não acontece a mesma coisa; é uma affectação mui extravagante, porque, com toda a certeza, o estudo não fará perder a vista a pessoa alguma d'este reino; a litteratura é aqui não se poderia imaginar menos cultivada.»

Tem a data de 1777 a viagem do pseudo-ex-duque du Chatelet em Portugal, que no anno VI da Republica appareceu em Paris, annunciada, revista, corrigida sobre o manuscripto e augmentada de notas por J. Fr. Borgooing. Do Porto o auctor (seja Comartin) diz que esta cidade é, depois de Lisboa, a primeira de Portugal e que até ella «haveria infallivelmente apagado Lisboa», se não fòssem os perigos que apresenta a entrada do seu porto, mercê dos rochedos que obstruem a barra e determinam a agglomeração das areas. «A companhia do commercio inglez propuzera destruir esses rochedos, limpar a passagem e tornal-a emfim praticavel; mas os portuguezes responderam que jámais concordariam em destruir a melhor defeza que possuiam contra os insultos dos mouros.» Todas as objecções as mais plausiveis fòram impotentes perante sua pertinacia; não obstante, vivia-se no Porto muito mais barato do que em Lisboa e com muitas mais commodidades.

A 18 de janeiro de 1789, á noite, ao Porto che-

garam, que se saiba pela inconfidencia da lettra-redonda, passageiros interessantes, consistindo em dois estudantes destinados á universidade de Salamanca e no architecto inglez James Murphy, que fôram conduzidos a uma estalagem ingleza, onde estabeleceram sua residencia. «A primeira coisa que se apresenta á observação d'um extrangeiro, á sua chegada ao Porto, é o exterior devoto dos habitantes. A religião parece ser — pondera o artista — a sua unica occupação. De dia, a attenção é attrahida pelo som dos sinos, pelo movimento das procissões e pelas rezas dos frades; de noite, o somno é interrompido pelo cantico dos hymnos.»

Logo desponta o architecto: «O Porto, como a mór parte das cidades antigas, tem o defeito de ser apertado, e ao mesmo tempo tam irregular que mal se topará com uma casa de angulos rectos: o que conduz naturalmente o viajante a suspeitar que no Porto jámais se conheceu a proposição quarenta-e-sete do primeiro livro d'Euclides. Por as casas que formam os cunhaes das ruas estarem dispostas obliquamente, dão a mesma apparencia ás adjacentes, seguindo cada qual a curva descripta pela sua visinha. Assim, como se vê, tudo são rhomboides e trapezios, defeito que se teria podido evitar no principio perdendo uma nesga de terreno; mas não existem muitas cidades em Portugal que o sacrificio quizessem fazer de alguns pés de sua propriedade ao objecto ao qual Pythagoras sacrificou outr'óra cem bois.»

Da maioria das ruas do Porto, Murphy diz que são tam escarpadas que os transeuntes dão mais o aspecto de trepar do que de caminhar. As egrejas são vastas e pezadas massas, destituidas inteiramente de tudo o que constitue a bella architectura.

«Os portuguezes, todavia, têm artistas de merito; mas, por desgraça, não são animados pelo governo. Eu conheci no Porto um pintor chamado Glama, que daria honra ás melhores escholas da Europa, por pouco que se houvesse secundado a natureza no desenvolvimento do seu genio recondito. Natural de Portugal, tinha passado muitos annos na Italia, onde chegou a adquirir uma correcção de desenho e uma pureza de colorido que indicavam talentos pouco communs. Não obstante, assegurou-me elle que se encontrava na situação de quasi reduzido a morrer de fome, posto que pintasse tudo o que se lhe apresentava, desde as taboletas das tabernas até ás cabeças dos santos.»

Não que a gente do Porto seja fanatica, se bem que mui supersticiosa, aos olhos de Link, que no Porto esteve, viajando em Portugal desde 1797 até 1799, de parceria com o promotor da digressão, o conde de Hoffmansegg. «Assistimos aqui á festa do Corpo-de-Deus e vimos a procissão. Que differença entre os portuguezes levianos e os nossos camponezes catholicos, cheios de devoção e de carolice! O portuguez tagarella, ri, graceja, ajoelha-se gracejando; e, mal apenas a dois passos está da procissão, que logo põe o chapeu na cabeça. O

povo, de resto, é d'um caracter benovolente, e o Porto, n'esse tempo, era, d'algum modo, o opposto de Lisboa. Gozava-se n'esta cidade da maior segurança; os roubos e os assassinatos eram rarissimos. Todavia, fallava-se, ás vezes, em punhaladas, dadas por ciume. A cortezia e a amabilidade do povo é extrema; a propria lingua parece prestar-se ao effeito, pois que entremeada seja de phrases alegres e chocarreiras.»

A parte alta do Porto pareceu a Link excellente. «Julga-se haver-se deixado Portugal; imagina-se estar-se n'uma cidade d'Inglaterra, por causa da claridade e da limpeza que hi reinam. O Porto é, em geral, a cidade mais elegante do paiz...»

Ai de nós! Isto escrevia-se em 1798.

Anteriormente, á quadra de Francisco Bernardo de Lima, ao Porto o vêmos, como o vimos, em mundana festa.

E, todavia, esta epocha amavel d'um Porto elegante quadra foi de atrocissimos horrores, indiziveis.

Digamol-os, para de memoria.

Recapitula Simão José da Luz Soriano que, segundo o que, em sua compilada historia do reinado de el-rei D. José e da administração do marquez de Pombal, precedida de uma noticia, que o auctor diz reputar breve, dos antecedentes reinados a começar no de el-rei D. João IV em 1640, já se vira, o tractado de Methwen, negociado e em 1703, não só tinha arruinado a industria manufactureira

mas tambem a agricultura portugueza, levando todos os lavradores a entregarem-se unicamente ao amanho e fabrico dos vinhos com total desprezo de todas as outras culturas, porque, emfim, havendo o vinho do Douro depois do primeiro anno de duração d'aquelle convenio attingido o preço de 60$000 reis por pipa, o resultado conclue Soriano que forçosamente redundaria aquelle.

Ao estado de procura e preço tentador do vinho, seguira-se o da abundancia, e promiscuamente com esta o da sua grande adulteração, excitada pela soffreguidão do ganho, não só entre os proprios inglezes, compradores e negociantes d'este genero, mas egualmente entre os mesmos lavradores, já adoptando errados systemas no tempero dos seus vinhos, e já falsificando-os de má fé, nas vistas de augmentarem a sua quantidade, recorrendo, depois da expressão da uva nos lagares, a côres artificiaes por meio de drogas, extranhas á sua natureza. O resultado d'isto fôra o total descredito em que de prompto cahiram todos os nossos vinhos, incluindo até os do Douro, que, de 1750 a 1755, os melhores e mais finos não passavam de 10$000 reis por pipa, e os immediatos de 6$000 a 8$000 reis; e, ainda assim, não alcançavam compradores, quando taes preços não chegavam aliás para as despezas do amanho. Conseguintemente, conclue ainda Soriano, a penuria e a miseria dos proprietarios dos districtos vinhateiros do Douro tinha chegado ao seu auge.

N'este deploravel estado se encontrava a cul-

tura dos vinhos d'aquelles districtos quando (Soriano prosegue) um hespanhol biscainho, negociante d'este genero e residente no Porto, chamado D. Bartholomeu Pancorvo, se lembrou da instituição de uma companhia, cujo plano traçara, de accordo e intelligencia não só com fr. José Mansilha, religioso da Ordem dominicana e conventual n'esta nossa mesma cidade do Porto, mas egualmente de accordo e intelligencia com alguns lavradores do Douro e homens bons da nossa sobredita cidade.

Foi o frade portuense José Mansilha o que de proposito se marchou a Lisboa, a apresentar o projecto a Sebastião José de Carvalho e Mello e a com este ministro debater maduramente a grande utilidade que ao paiz resultaria da sua immediata adopção. O conde de Oeiras andara com toda a prudencia na resolução de tam importante negocio. Para este fim exigira elle um mappa da colheita dos vinhos nos ultimos dez annos; calculara o preço por que tinham sido vendidos aos extrangeiros, relativamente á colheita de cada um d'esses annos e, pela media resultante, estabelecera o preço por que a projectada companhia devia comprar os vinhos aos productores. Sobre esta base elaborara, pois, a proposta que apresentou a el-rei na data de 31 de agosto de 1756, a que depois se seguiu, no dia 10 do immediato mez de setembro, a promulgação do alvará por que definitivamente se approvou a creação da *Companhia geral das vinhas do Alto Douro.*

A qual nasceu com a exorbitancia de tres previ-

legios exclusivos, favôres excedentes dos quaes o primeiro consistia em vender por miudo no Porto e em quatro leguas da sua circumferencia, ainda mesmo dentro do terreno demarcado para o vinho de embarque, todo o vinho chamado do ramo, ou aquelle fornecido ao povo nas tabernas, e que a dita Companhia comprava dentro dos sitios que produziam o mais ordinario, mirando-se com isso a evitar a mistura dos vinhos maus com a dos vinhos finos, pratica que Soriano proclama aliás perniciosa e que, a seu aviso, por si só bastava para arruinar o commercio de tal genero. Todo o manejo da Companhia se fazia por um corpo politico, a que chamavam *Junta da administração da Companhia geral da agricultura das vinhas do Alto Douro*, a qual se compunha de um provedor, sete deputados e um secretario. A sua duração era biennal e constituida por eleição dos accionistas da mesma Companhia, com approvação e confirmação do governo, que, abusando d'esta prerogativa, algumas vezes chegou a nomear certos membros da referida Junta.

Ora, o caso é que — e aqui começa o drama —, vendo-se alguns taberneiros privados dos grandes lucros que auferiam por meio das suas respectivas tabernas (assim o interpreta Soriano), romperam no desatino de se agregarem a algumas meretrizes, rapazes, escravos *e outra gente infame*, para executarem todos juntos um motim que parecesse justa consequencia dos males que comsigo trazia similhante Companhia.

Com estes elementos, Soriano, que não era aliás nenhum fidalgo, relata que «toda a plebe a mais infima do povo do Porto» se amotinou, na manhã de 23 de fevereiro de 1757, que cahiu a uma quarta-feira de Cinza; e, juntando-se no largo da Cordoaria, d'aquelle sitio partiu, pelas nove horas, em differentes bandos. Defronte do chafariz de S. Domingos se ajuntaram novamente, onde todos clamaram, a uma voz: *Viva o povo, morra a Companhia.* Era n'aquelle sitio que morava o juiz-do-povo; e, invadindo-lhe a casa e achando-o doente (ou real ou fingidamente), obrigaram-o a entrar n'uma cadeirinha e por esta fórma o levaram a casa do Chanceller, que egualmente servia de regedor-das-justiças.

Entretanto, subiram alguns rapazes ás torres das egrejas da Misericordia e da Sé; e, tocando os sinos a rebate, attrahiram grande parte da plebe, de sorte que, indo o juiz-do-povo dentro da cadeirinha e tendo passado toda a rua das Flôres, o largo da Feira, a rua do Loureiro e a rua Chã, quando chegou á porta do dito Chanceller, já a turba que o acompanhava excedia o numero de quinhentas pessoas. No meio d'esta agitação e tumulto, não cessavam os gritos de: *Viva el-rei, viva o povo, morra a Companhia.*

Ouvindo o Chanceller-governador similhante confusão de gente, e instado pelo juiz-do-povo, que lhe pedia a extincção da Companhia, teve de expedir ordem para que cada um podesse comprar

e vender vinhos livremente. Então, o povo, satisfeito com isto e transportado de alegria, acenando com os lenços e com os chapeus, bradava em altas vozes: *Viva, viva, temos liberdade.*

Emquanto isto assim passava, um rancho dos amotinados accometteu a casa de Luiz Belleza, que era o provedor da mencionada Companhia e morador na mesma rua Chã. Não passaria a maior excesso este accomettimento, se um homem furioso, que estava casualmente em casa do provedor, e um seu criado não disparassem contra o povo dois tiros de bacamarte, com que apenas feriram alguns rapazes. Isto fizera subir ao maior auge posssivel o furor dos conjurados, que, «como leões raivosos», se lançaram aos espelhos, cadeiras, mezas e outros moveis de preço que adornavam a salla e que todos ficaram em pedaços. Depois subiram aos segundos e terceiros andares, procurando, diligentes, os que dispararam os tiros; mas não os encontraram, porque, antevendo a sua ruina, tinham-se ido refugiar no corpo da guarda. Desenganados de não poderem vingar-se por este lado, voltaram a quebrar o resto dos moveis e a dilacerar os papeis pertencentes á Companhia, que rasgaram e calcaram a seus pés.

Fòra no meio d'estas circumstancias que acudira a tropa, com o seu tenente-coronel, Vicente da Silva, o qual servia de governador-das-armas, com subordinação ao governador-das-justiças, no que respeitava aos negocios e regulamentos da Companhia das vinhas do Alto Douro; mas, recebendo d'este

ordem expressa para que não coarctasse o povo, veio a ser testemunha indifferente de similhante desordem, aliás de ephemera e curta duração, pois pelas tres horas da tarde achava-se a cidade em pleno e completo socego. De modo que, sahindo por aquella hora a procissão da Cinza, feita pelos Terceiros de S. Francisco, nem já signaes havia do que poucas horas antes se passara.

Este tumulto, engrandecido na imaginação do ministro do reino, Sebastião José de Carvalho, o foi a um ponto tal que logo na data de 28 do mesmo fevereiro de 1757 uma carta regia se expediu ao desembargador da meza do paço, João Pacheco Pereira de Vasconcellos, nomeando-o juiz de uma Alçada, para vir ao Porto inquirir e castigar severamente um motim, que se tinha na conta de uma rebellião formal. Para escrivão d'essa Alçada deu-se-lhe o seu proprio filho, o desembargador José Mascarenhas Pacheco Pereira Coelho de Mello. Munidos estes dois desembargadores de ordens secretas e poderes discricionarios, tanto no civil como no militar, partiram occultamente de Lisboa para o Porto, em desempenho da sua commissão, dando-se-lhes para seu auxilio o regimento de dragões de Aveiro, de que era coronel D. Antonio Manuel de Vilhena, dois ditos de infanteria, um do Minho, de que era coronel Luiz de Mendonça Furtado, e outro de Traz-os-Montes, do qual fôra nomeado coronel Vicente da Silva; levaram mais um esquadrão de cavallaria ligeira da praça de Cha-

ves, commandado pelo tenente coronel João Pinto Rubim; além d'estes corpos, outro tinham tambem ás suas ordens, na força de mil e duzentos homens de infanteria, que era o da guarnição do proprio infeliz Porto.

Sem que ninguem o esperasse, amanheceu um dia cercada esta cidade, dando-se ordem á tropa de não deixar entrar nem sahir d'ella pessoa alguma. Realisado que foi o cerco, entraram para dentro do Porto os officiaes da Alçada, depois dos quaes se seguiu a tropa, que foi aboletada pelas casas dos seus moradores, sem se admittir excepção de pessoa, por qualidade, fôro ou sexo, impondo-se aos donos d'essas habitações a obrigação de sustentarem os aboletados que lhes tinham sido distribuidos.

Tudo isto foi feito em conformidade da carta regia, expedida á camara do Porto na data de 10 de abril, em a qual se lhe ordenava que a tropa mandada em auxilio da Alçada fosse aboletada mais particularmente por aquelles bairros d'onde tinham sahido os amotinadores, devendo os aboletados n'esses mesmos bairros ser em numero duplo do dos outros, intimando-se aos respectivos patrões a obrigação de os sustentar, porque, quanto aos soldos e munições de guerra, a sua importancia devia ser paga por meio de uma contribuição geral que, para esse fim, se lançou egualmente á cidade.

O restante que seguiu foi uma perversa abominação, que rematou por uma hecatombe tragica.

Começou-se por uma d'essas farças repellentes

em que, de todo o tempo até nossos mesmos dias com a ceremonia das exauctorações militares, se compraz a féra philaucia do prestigio da auctoridade. Chamou-se primeiramente o juiz-do-povo, que a esse chamamento compareceu o mesquinho com os adornos proprios do seu cargo: sendo conduzido á praça, no meio d'ella lhe tiraram a vara da mão, para lh'a fazerem em pedaços, e logo após isto lhe arrancaram a cabelleira, para lhe darem com ella na cara. Ligadas, por fim, as mãos atraz das costas, foi com a maior ignominia conduzido da cidade para o castello de S. João da Foz. Todos os da casa-dos-vinte-e-quatro fôram egualmente presos, bem como muitos homens, mulheres e rapazes, de que se encheram as cadeias, os carceres e o mesmo castello da Foz.

As irregularidades do processo notabilisaram-se por escandalosissimas, visto ser o juiz e o escrivão da devassa um só e unico individuo; elle era o proprio que exarava os ditos das testemunhas e os depoimentos das partes, o mesmo que procedia aos interrogatorios e atormentava os reus a seu arbitrio e, finalmente, o que sómente escrevia aquillo que lhe fazia conta. Muitos dos desgraçados reus, obrigados pelas violencias das torturas, confessaram culpas que não tinham, havendo outros que, pelo mesmo motivo, concordaram em convir n'aquillo que se lhes ensinava, ou pelo medo dos tratos com que os ameaçavam ou tambem pelas seducções com que os attrahiam, dizendo-lhes ser todo o processo

encaminhado a um geral perdão. Por esta fórma, assignaram aquelles miserandos tudo o que d'elles se quiz que assignassem ou para tal fim se lhes propunha, sem attenção á verdade, fechando-se, por fim, a devassa como o escrivão a quiz fabricar.

Por outra parte, não houve immunidade que este monstro de crueldade não violasse, honra ou fama de mulher que este homem deshonesto e torpe não denegrisse e, finalmente, especie alguma de aleivosia que não commettesse, porque—assim nol-o dar a lêr Soriano—, penetrando em mosteiros, devassando conventos, recolhendo e ouvindo mulheres casadas e filhas honestas que lhe vinham pedir pelos maridos e paes que tinham presos, nas casas que destinava para fallar, a pretexto de averiguações secretas, ás que melhor lhe pareciam, n'ellas as entretinha e conversava por todo o tempo que queria, para satisfação dos seus libidinosos e brutaes appetites, conseguindo pelo temor do castigo e pela promessa do perdão o que por nenhum outro modo ou empenho d'ellas alcançaria. E, por fim, não só enforcou maridos e paes mas até mesmo algumas d'essas que por este modo corrompeu, consoante o escreve Soriano, reportando-se do manuscripto da *Vida do marquez de Pombal* para que appella.

Este malvado encheu de afflição e de medo todos os moradores do Porto; constantemente andava pelas ruas da cidade com uma guarda de cavallaria após si, e na devassa que abriu mostrou todo o

empenho de envolver pessoas de certa elevação social, para fazer persuadir ao patrono — Soriano o julga — que, pela sua muita diligencia e zelo, tinha conseguido atalhar uma rebellião formal.

Apezar, comtudo, de a meditada e composta prova da culpa ser escripta na devassa pelo modo que fica dito, os desembargadores da Relação e os juizes d'ella dissentiram do parecer do relator e presidente da Alçada, por assentarem que o crime não passava além de uma simples *assuada;* e, n'esta conformidade, votaram que só lhe competia uma pena arbitraria, e não a capital. Mas o presidente, sem embargo da sua reputação de bondade, não consentiu que assim se lançasse a sentença; e d'esta opinião dos vogaes deu conta ao secretario de Estado, Sebastião José de Carvalho. Este mandou asperamente reprehender os juizes da Relação, pelo errado juizo que formavam do procedimento havido, declarando-lhes que o crime era de *lesa magestade de segunda cabeça*, e, como tal, se lhe devia applicar a pena da lei, ficando por esta advertencia entendido o que em casos similhantes se devia praticar no futuro. Acceitaram os juizes a reprimenda do ministro com notavel submissão; e, na conformidade do que se lhes ordenara, proferiram no dia 11 de outubro de 1757 a respectiva sentença, que logo no dia 12 se executou nos reus condemnados á morte.

Agora, do capitulo XXII de *Um motim ha cem annos:*

Amanheeeu o medonho 14 de outubro de 1757.

Dia de maior horror jámais raiára no Porto. Silencio profundissimo reinava em toda a cidade. Parecia que o anjo da morte a tinha fulminado com o extremo rigor da justiça de Deus, transformando a ruidosa e activa capital do norte do reino em enorme cemiterio, onde as casas se erguiam como cenotaphios de grande população extincta.

Desde a meia noite até o romper d'alva differentes bandos de serventuarios da Misericordia tinham percorrido, segundo o estylo, as ruas, pedindo orações pelas almas dos condemnados. De quando em quando, á esquina ou no meio de uma rua, soava o tinido funerario de uma campainha, e uma voz bradava em tom lamentoso: «Resae um Padre Nosso e uma Ave-Maria pela alma dos nossos irmãos que hão-de padecer ámanhã.» Mal raiou o sol, grande numero de irmãos da Santa Casa espalharam-se por toda a cidade, pedindo esmola para suffragios pelas almas dos padecentes. Os sinos da Misericordia começaram então de dobrar a finados; e, minutos depois, todos os campanarios do grande numero de egrejas do Porto dobravam no mesmo som. Ao mesmo tempo uma grande multidão de aldeãos e de gente da ralé caminhava apressada para a alameda da Cordoaria, a vêr quem primeiro se apossava dos logares d'onde melhor se podia presencear a carnificina e saciar d'esta fórma o instincto selvagem que arrasta o populacho para as scenas de sangue.

Jámais condemnado havia sahido para o logar do supplicio antes das onze horas da manhã. Mas d'esta vez o grande numero que havia d'elles e o extenso giro que a ferocidade de Mascarenhas tinha ordenado que déssem pelas ruas da cidade, em conformidade com o determinado pela sentença que elle-proprio lavrara, obrigou a an'ecipar a hora da sahida da funebre procissão.

A's oito horas menos um quarto, um grande numero de pessoas estava agglomerado na então denominada praça das Hortas, defronte da porta nobre do hoje palacio municipal, onde então a Relação funccionava provisoriamente n'aquella epocha.

A Alçada estava reunida para decidir os embargos interpostos, em nôme dos condemnados, pelo licenceado Luiz Gomes da Costa, que era então advogado da Misericordia. Ninguem acreditava na efficacia d'este ultimo recurso; mas era o ultimo e por isso todos estavam suspensos d'esta derradeira esperança. Por fim, ás oito horas, José Mascarenhas sahiu, acompanhado pelos officiaes da Alçada, e tomou o caminho da Relação. Minutos depois soube-se que os embargos tinham sido desprezados e que apenas se tinha suspendido, por quatro mezes, a execução da *Estrellada*, em razão de allegar e de se ter verificado, por exame, que andava gravida de sete mezes.

Os padecentes na forca estavam, pois, reduzidos a treze homens e quatro mulheres.

Os homens eram: o juiz do povo José Fernandes da Silva, o *Lisboa;* Caetano Moreira da Silva; José Antonio de Beça; Domingos Nunes Botelho; Filippe Lopes de Araujo; Thomaz Pinto; Balthazar Nogueira; Marcos Varella; José Rodrigues, o *Grande;* João Francisco, o *Mourão;* Manuel da Costa, sargento do regimento de infanteria da guarnição do Porto; e José Pinto de Azevedo, e Antonio de Souza, o *Negres*, ambos soldados do mesmo regimento.

As mulheres eram: Michaela Quiteria, mulher de Caetano Moreira da Silva; Maria Pinta, mulher do soldado Antonio de Souza, o *Negres;* Anna Joaquina, mulher de José de Sá; Paschoa Angelica, solteira e filha de Thomaz Pinto.

Mal a noticia do não-recebimento dos embargos se espalhou pelo povo, dispersou este, e foi reunir-se á grande multidão que já estava aguardando no campo da Cordoaria.

Apenas José Mascarenhas chegou á Relação, deu immediatamente ordem para sahir o prestito; e, logo que os officiaes e mais pessoas que tinham de caminhar na frente acabaram de ordenar-se, principiaram a sahir dos oratorios os padecentes, e cada um foi collocado segundo a ordem em que tinha de caminhar. Foi uma scena horrorosa aquella. As mulheres, que tinham passado aquellas quarenta e oito horas em grita e em desmaios, mal podiam ter-se de pé. Dos homens, apenas

Manuel da Costa, Caetano Moreira, Domingos Neves e Thomaz Pinto estavam serenos e inteiros, como se nada fôra com elles. Os outros tinham todos succumbido. O velho *Lisboa* mal dava signaes de vida. Estava de tal forma que, para conduzirem aquelle quasi cadaver, foi preciso amarral-o a uma cadeira de pinho, que dois gallegos apenados levaram a pau e corda. A scena redobrou de horror quando os condemnados se encontraram, ao tempo de entrar no prestito. Até os mais corajosos estremeceram, ao baterem com os olhos de chapa uns nos outros e ao verem aquella multidão, que alvejava com o ultimo traje dos suppliciados. As mulheres levantaram um brádo pavoroso.

Collocados os condemnados, ataram-lhes, segundo o costume, os punhos um ao outro. Depois prenderam-lhes aos pescoços enormes gargalheiras, d'onde pendiam pezadas cadeias, que iam arrastando após elles. Esta innovação era digna da ferocidade do escrivão da Alçada. Era, segundo elle dizia, preciso dar severo exemplo ao espirito revolucionario da gente do Porto; e, para que o exemplo surtisse o effeito desejado, nada o malvado poupou do que lhe suggeriu a natural ferocidade do caracter. Pendurar grossas correntes de ferro ao pescoço de homens que caminhavam para a forca, accrescentar á agonia do espirito a agonia do corpo: é facto tam horroroso que ninguem o poderia acreditar acontecido e tolerado no meio de uma sociedade civilisada, se o não attestassem os contemporaneos (Ratton, *Recordações*, pag. 320) e se a tradição, nol-o não transmittisse, acompanhado do opprobrio e da reprovação que merece. Tal facto presenceou-se, pois, no Porto no dia 14 de outubro de 1757.

Quando os officiaes de justiça se approximaram com as gargalheiras, ninguem fez resistencia, porque quasi todos estavam em estado de a não poder fazer.

O prestito poz-se então em movimento; desceu as escadas e d'ahi a pouco estava na rua. A's nove e meia, já elle caminhava, de todo organisado, pela rua de Traz dos Muros, d'onde, pelos Caldeireiros, tinha de descer á das Flores, e d'ahi seguir

pela rua Chã, Bainharia, largo de S. Domingos, Bellomonte, Taypas e, finalmente, á alameda da Cordoaria, que era o local onde se tinha de terminar aquella tragedia sanguinaria e medonha.

Rompia a marcha um forte pelotão, de trezentas praças do regimento do commando de Vicente da Silva, e o resto do corpo caminhava em alas aos lados, até o couce da procissão, que era fechado pelo regimento de dragões da Beira. Logo em seguida ao pelotão caminhava a bandeira da Misericordia, arvorada nas mãos de um irmão e precedida por um serventuario que nas paragens tangia funebremente uma campainha. A irmandade ia em alas aos lados. No centro caminhavam os condemnados. O primeiro era o juiz-do-povo, conduzido ás costas dos gallegos, sem accordo e já meio cadaver, e em tal estado que o crucifixo que levava nas mãos ia-lhe cahido sobre os joelhos e as consolações dos dois jesuitas que o ladeavam eram inteiramente perdidas. A grossa cadeia que lhe pendia do pescoço foi de rastos ainda até o meio da rua de Traz dos Muros ; mas alli um dos padres, vendo-o com a cabeça toda pendida áquelle grande pezo, levantou-a nos hombros e carregou-se, por caridade, com ella.

Seguiam-se as mulheres.

Após ellas seguiam-se os homens, e o primeiro que rompia a marcha era Manuel.

Após Manuel, seguiam-se, uns atraz dos outros, os demais padecentes. Vinham depois os condemnados a açoites e a presenciar as execuções. Atraz d'elles os tres carrascos, vestidos de vermelho e com gorros da mesma côr na cabeça. Seguia-se o escrivão da Alçada, com o rosto a irradiar-lhe de ferocidade, de soberba e de satisfação satanica. Acompanhavam-o grande numero de officiaes de justiça, o ultimo dos quaes era um que, se tornava distincto pela vara que trazia na mão e por vir rodeado por uns poucos de serventuarios da cadeia, rotos e porcos, e que traziam grandes baldes pendentes de panno, que, dois a dois, sustentavam pelas extremidades. Era o meirinho das cabeças. Seguia-se uma longa fileira de salafrarios da Mise-

ricordia, conduzindo as tumbas. Após elles vinha o regimento de dragões, com as espadas empunhadas.

. . . . . .

. . . . . .

Por fim, a procissão chegou á Cordoaria. Os regimentos que tinham occupado militarmente o Porto formavam em quadrado na praça, deixando no meio de si vastissima clareira. Pelo lado de fóra d'esta muralha humana tumultuava a multidão do populacho. Ao chegar o prestito, a tropa abriu aos lados e deixou-lhe larga entreaberta, por onde entrou para dentro. . .

. . . . . .

Depois começou a carnificina. Era uma hora da tarde.

Quanto á *Estrellada*, escapou d'aquella feita pelo motivo da gravidez; mas foi effectivamente enforcada quatro mezes depois; e foi-o, «não porque o ministro já não tivesse a consciencia da injustiça d'aquelle julgamento, mas para salvar a infallibilidade da justiça de el-rei, principio a que o severo Sebastião de Carvalho sacrificava todas as considerações e todos os sentimentos!»

E' um bello livro, com effeito, essa «chronica portuense do seculo XVIII», escripta pelo portuense Arnaldo Gama, o grande erudito regional, como lhe chamou, e bem, o portuense Ramalho Ortigão.

A surpreza consternada da gente do Porto perante a ferocidade d'aquelles castigos foi tanto mais profunda quanto no Porto ainda vivia suavemente a lembrança de benignidade transacta em preterito motim.

No relato, a mazorrice da prosa habitual de Agostinho Rebello da Costa aligeira-se; toma andança; adquire pittoresco; mas a graça borbulha do feitio do proprio caso narrado.

Reinando Philippe, em Castella como IV, em Portugal como III do nòme, veio no anno de 1628 a esta cidade, mandado por ordem do Real Conselho d'Estado, Francisco de Lucena, residente que era em Madrid e secretario do mesmo Real Conselho, para impôr n'ella o extravagante tributo das *maçarocas*.

«Com effeito, apenas elle apresentou ao Senado Portuense a sua commissão, logo este a approvou como ordem do seu rei.

Porém as regateiras e outras mulheres similhantes, vendo que esta imposição se dirigia com especialidade a defraudar o limitado lucro que tiravam das suas rocas, dominam-se repentinamente d'um cego e rapido furor. Sahem de suas casas, discorrem por umas e outras ruas da cidade, chegam ao terreiro de S. Domingos; e a desgraça lhes mostra n'este sitio a Francisco de Lucena.

Como desesperadas furias, descarregam sobre elle uma espessa nuvem de pedras; alli mesmo o suffocariam, se elle, valendo-se da agilidade dos seus pés, se não mettesse, de um salto, dentro do convento que está n'este sitio, habitado pelos Religiosos Dominicos.

Augmentava-se o numero das regateiras com outro egual de marujos, e á proporção crescia a

bateria das pedradas, de sorte que o furor principiava a voltar-se contra o convento, se uma voz não bradasse altamente que o Lucena, saltando os muros da cerca e passando ao convento de S. Francisco, tinha sahido pelo postigo chamado do *Pereira* e d'alli, atravessando o Douro, se refugiara no convento da Serra.

Com a força d'esta voz socegaram os animos dos revoltados, parou a sua furia e se desvaneceu o motim.

O bispo, que então era D. João de Valladares, em companhia do Senado, foi protestar ao Lucena o quanto a nobreza, e ainda o povo, sentira aquelle insulto; que lhe pediam efficazmente quizesse voltar á cidade, porque as Ordenanças e Justiças estavam sobre as armas, para rebaterem os amotinados.

Não fòram bastantes estes rogos a conserval-o, porque, assustado e timido, de nenhum modo quiz expòr-se a segunda bateria. Partiu logo para Madrid, aonde deu conta de tudo o que lhe tinha acontecido.

Seriam funestas as consequencias, se o dito bispo, D. João de Valladares, não empenhasse seu irmão Mendes da Motta de Valladares e o presidente do Conselho d'Estado, D. Carlos de Aragão, para moverem el-rei a perdoar aos aggressores. O governador das Justiças, Diogo Lopes de Souza, segundo conde de Miranda, empenhou-se egualmente para este fim, expondo que o tumulto fòra

suscitado pelas mulheres da infima plebe, o qual teria elle evitado, se n'aquelle dia não estivesse ausente da cidade.

Tudo ficou em paz, como se nada houvera acontecido.»

Este motim, provocado pela estulticia d'uma extorsão fiscal mesquinhamente odiosa deu motivo á novella *A rua Escura, tradição portuense*, do portuense Antonio Coelho Louzada.

Mandados os portuguezes pelos restaurados reis portuguezes, dado que reis tenham nacionalidade, novamente os portuenses tumultuaram, em ira accendidos por proximo tentamen expoliador. Esse era o do papel sellado, que foi ávante.

O motim aconteceu na manhã de 4 de maio de 1661, sendo rei d'este reino D. Affonso VI, *in nomine*.

«Uma ordem que se expediu para que os ministros de justiça não despachassem ou usassem de papel algum que não fôsse sellado atemorisou de tal sorte o povo que, receoso de maiores tributos, requereu ao Senado da Camara, pelos seus procuradores, para que supplicasse ao rei o libertasse d'esta imposição.

Não sómente o Senado desattendeu este requerimento mas tambem prendeu os procuradores e os obrigou a assignar aquella ordem. Este golpe foi um signal de guerra declarada.

Amotina-se a plebe, accomette as portas do Senado e clama furiosamente: *Viva el-rei e morram os traidores*. Juntos os rapazes ao som d'este cla-

mor, e crescendo com elles o numero dos amotinados, fòram todos de tropel a casa do thesoureiro da cidade, que morava aos Arcos de S. Domingos. Apedrejam-lhe as portas e janellas, obrigam-o a lançar na rua todo o papel sellado e immediatamente lhe deitam fogo.

Não satisfeitos com estes desatinos, accomettem a casa do juiz da alfandega, que diziam ser o auctor d'aquelle tributo. No mesmo tempo appareceu á sua porta um montão de mariolas e d'outros homens revoltosos; entram no interior da casa, despedaçam-lhe os moveis e os reduzem a cinzas. Os rapazes, vendo em uma adega algumas pipas de vinho, voltam-lhes as torneiras e, enchendo as copas dos chapeus, o lançam sobre o povo.

D'aqui passam alguns ranchos á casa do corregedor da comarca, obrigam-o a que lhes mostre a provisão, por força da qual o rei tinha imposto similhante tributo; timido e assustado, o corregedor desce ao portal da casa e, protestando que também era povo, liberalmente lhes dá a provisão.

Entretanto, o provisor e conegos da cathedral resolveram-se a sahir com o Santissimo Sacramento em procissão, para rebaterem com este acto tam piedoso a furia dos amotinados; porém estes, encaminhando-se ás cadeias publicas e arrombando-as, desenganaram-se de não estarem n'ellas presos os procuradores da cidade.

Vendo os desembargadores este furioso insulto, fugiram em desordem, a refugiar-se no mosteiro de

S. Bento da Victoria. O chanceller subiu a uma das janellas das casas destroçadas do juiz da alfandega e d'alli dizia ao povo que elle se obrigava a dar-lhe conta dos seus procuradores. Na sua companhia, e debruçado de outra janella d'estas casas, esforçava-se o P. Fr. Manuel Carvalho, Religioso Deminico, em apaziguar os animos dos revoltados, recitando-lhes uma oração pathetica. Porém as suas vozes faziam tanta impressão n'este confuso e immenso barulho quanta puderam fazer nas furiosas ondas do mar da Grecia as do eloquente Demosthenes.

Appareceram emfim os procuradores do povo soltos e livres. Com a sua presença tudo se apaziguou.

Apenas a noticia d'esta revolução chegou aos ouvidos d'el-rei quando logo mandou aos condes do Prado e de S. João (governadores n'aquelle tempo da provincia do Minho) que viessem sobre esta cidade e n'ella castigassem os rebellados. Fizeram os condes a sua entrada a 17 de outubro de 1661, escoltados por quatro mil soldados de infanteria e quinhentos de cavallaria. Apearam-se defronte da porta do Olival e d'alli déram á infanteria as ordens necessarias.

Logo no dia 19 do referido mez ajuntou-se o Senado e, o povo sem mais repugnancia, assignou o tributo do papel sellado.

Procedeu-se a uma rigorosa devassa, que admirou os condes, vendo que nenhuma pessoa nobre, ou ainda do estado medio, fôra n'ella culpada.

Assim o mostraram a el-rei, não resultando de todo este successo mais que condemnarem a açoutes um mulato da Ribeira, e um marujo em cinco annos de degredo para o Brazil.»

Pelo que toca ao papel representado pelo bispo e pelo conde no disturbio das *maçarocas*, Antonio Coelho Louzada aprecia-o assim: «Quanto a D. Diogo Lopes de Sousa, conde de Miranda, sua senhoria era bastante portuguez para se oppôr aos que gritavam contra o governo de Castella, bastante castelhano para se pôr de mal com o governo de Madrid e perder a pingue regedoria das justiças e Relação do Porto, e bastante ladino para se haver em casos complicados. D. Diogo sabia do animo em que estavam as povoações e, presentindo que a cobrança do novo tributo podia chegar o lume á mina de ha tanto preparada, foi, a titulo de animar a fidalguia d'Entre-Douro-e-Minho a abrir a bolsa para o donativo, ainda bem minguado, dar um passeio pelas serras da sua jurisdicção, levando comsigo uma parte das auctoridades. Se a revolução estalasse e formasse vulto, o conde de Miranda saberia ser um segundo Fabio, e com negaças e passeios aguardar que o fiel da balança pendesse para um lado; se se tornasse um simples motim, elle lhe daria o colorido que mais conviesse. Quando lhe chegou aos ouvidos o resultado que sabemos das iras dos portuenses, o nobre conde mostrou-se agastado, tractou de montar a cavallo, fazendo-se seguir por um pequeno troço de cavallaria, e veio

sobre a cidade com uma catadura capaz de intimidar os mais animosos. Aquella colera não devia, porém, passar de prospecto, por calculo já e graças á brandura do genio do bispo D. João, que fez a sua obrigação de pae do povo. No relatorio enviado a Madrid fôram empregadas as tintas mais suaves, e o apparato da devassa e prisão de uns dous pobres mesteiraes apenas serviu para contêr escondidos nas proprias habitações os que mais salientes se tinham tornado na revolta.»

*

Estas lembranças da epocha do dominio philippino aqui nos suscitam, porém, a curiosidade para o conspecto superficial de todo o periodo, ao menos nos seus episodios caracteristicos, qual, por exemplo, o da entrada dos hespanhoes no Porto.

E' acirrante a leitura do livro *Histoire sécrète de Dom Antoine roy de Portugal*, publicado em Paris, com privilegio do rei, em 1696, *au Palais, chez Jean Guignard, à l'entrée de la Grand'Salle, à l'image S. Jean*, e que seu auctor, a senhora Gillot de Sainctonge exara «tirada das memorias de Dom Gomes Vasconcellos de Figueiredo» na lauda do rosto do volume. «Eu tirei (ella explica na *Advertencia* preambular) a mór parte d'estas memorias d'um manuscripto com que se topou no gabinete de meu avò após sua morte; era elle portuguez e irmão de Scipião de Vasconcellos.» Pinheiro Chagas,

no *Diccionario Popular* sob sua direcção, depois de o biographar, adverte-nos de que «Cypriano de Figueiredo e Vasconcellos era tio-avô da celebre Madame de Sainctonge, que escreveu a *Historia secreta de D. Antonio.*» Onde (pag. 98) ella relata o estratagema da grande quantidade dos bois, mandados vir das montanhas e a cujas gaitas se haviam atado archotes accesos, ardil de guerra que Pinheiro Chagas assegura ficou celebre, esse de arrojar contra o inimigo manadas de vaccas bravas, que lançaram a perturbação em suas fileiras.

Mas Camillo Castello-Branco terminantemente proclama que o *Gomes de Vasconcellos*, que Madame de Sainctonge diz ser seu avô, nem sequer se topa mencionado nos genealogicos mais prolixos em miudezas.

Assim, pois, não se tomará á conta de fervôr pelo brio patrio o repudio que leitor portuense faça quiçá da pag. 72 da *Historia secreta*, onde sua auctora assegura que o cerco do Porto, ao abrigo de cujas muralhas se acolhera o prior do Crato, se poderia, apezar de tudo, aguentar por bem mais tempo, «se Dom Antonio não houvesse sido trahido pelos habitantes; estes poltrões, porém, que seu infortunio não previam, fizeram entrar os inimigos, emquanto que aquelle principe occupado se encontrava em, por um lado outro, repellir os hespanhoes, que queriam passar o rio Douro.»

Não fòra sem perigo que o combatente principe lograra salvar a vida; mas seccamente que D.

Antonio, influenciado pelo terror da sua estrella funesta, fugira quando o general hespanhol vadeava o Douro em Avintes é como o rememora Camillo Castello-Branco, que, á conta da *Historia Secreta*, aspero se pronuncía por teor assim: «Este livro, tam a miude citado pelos historiadores como auctoridade não passa de um romance.»

Ainda que este asserto não haja de levar-se á risca, ponto é que a não-prolongação do sitio não tem de incriminar-se á frouxidão covarde da defeza; e parecer, duas vezes maior de toda a excepção, por de militar e de hespanhol, pezaria mais em balança de precisão aferidòra no sentido de inclinar a concha onde deitado fôsse o contrario voto.

E não se opponha a contradicta de que o heroismo não quadra com a circumspecção, notorio sendo o tino prudencial dos portuenses. Já desde então.

Com effeito, o famoso «gentil-homem genovez» Jeronymo de Franchi Conestaggio, em Genova, em 1589, deletreando dos portuenses, d'elles dissera: «*Gli huomini di essa* (cidade do Porto), *che fra Portoghesi si stimano i piu sauij*...»

O doutor Luys de Bauia, capellão do rei de todas as Hespanhas, incluso então Portugal, em sua real capella de Granada, na versão que da obra fez, da lingua italiana para «a nossa vulgar castelhana», no anno de 1610, traduz assim: «*Los hombres de ella* (a cidade do Porto) *que entre los portuguezes son tenidos por mas sabios*...»

O auctor da *Histoire de la reünion du royaume de Portugal à la couronne de Castille*, para francez traduzida do italiano, e impressa em *Paris, chez Clavde Barbin, au Pallais, sur le second Perron de la Sainte Chapelle*, em 1680, traduz assim: «*Les habitans de Porto sont en reputation d'estre les plus sages d'entre les Portugais.*»

Seria por que já então «tivessem que perder?» «A cidade burgueza já era então — relembra-o Camillo Castello-Branco — um valha couto de capitaes amuados nos cofres dos mercadores.»

Mas á perspicacia technica do cabo de guerra investidor do Porto, don Sancho de Avila, é que attribue, em sua *Guerra de anexión en Portugal durante el reinado de don Felipe II* (Madrid, 1898), o general don Julián Suárez Inclán, a pag. 105 de seu tom. II, a derrota, um tanto lòrpa, de *los poco previsores lusitanos*. Porém no genero do descuido haveria o priòr do Crato de vir a ter successor ainda, e por certo que bem melhor estrategicó e tactico do que elle priòr D. Antonio e até talvez do que elle general don Julián: nada menos do que o marechal Soult, grande honra logrando a memoria obliterada do hespanhol Sancho d'Avila de que, até ao plagiato, lhe siga, no exito, as pizadas o inglez, outrosim quasi por egual já esquecido, Arthur Welesley.

«O seu plano — em 1862 escreveu Rebello da Silva —, executado com a decisão que o caracterisava, foi elogiado pelos capitães entendidos na

arte militar d'aquelle seculo. Emquanto os canhões, plantados o mais perto possivel, cruzando o Douro, batiam a cidade, elle, a coberto das trevas da noite, deixando o seu acampamente em Pedras Salgadas, embarcava em Avintes e assenhoreava-se da margem opposta, sem opposição. A victoria coroou este movimento, realisado com summa felicidade. Ao passo que D. Rodrigo Çapata, com o resto da infanteria já nos barcos e os cavallos á mão para atravessarem a nado, só aguardava o signal, Sancho de Avila, investindo de subito os portuguezes pelas costas e descarregando sobre elles toda a arcabuzaria á queima-roupa, levava-os depois nas pontas das lanças e nos fios das espadas, com tal impeto que nem espaço lhes deu quasi para vêrem quem os desbaratava. Uma derrota prompta e completa despejou em momentos todo o terreno. Trincheiras, reparos e baterias: tudo cahiu em seu poder, quasi sem a perda de um soldado. A passagem do grosso das tropas por Pedras Salgadas verificou-se logo depois sem o mais leve embaraço e, unido todo o exercito em um só corpo, caminhou, rapido e soberbo, sobre o Porto, aonde, mesmo antes de o avistarem, já a noticia do seu triumpho lhe rendia, de medo, o coração dos adversarios.»

«As mesmas circumstancias — em 1871 escreveu Luz Soriano — que se deram no Porto em outubro de 1580, entre as forças portuguezas do partido de D. Antonio, prior do Crato, e as hespanholas que o perseguiam, novamente se repetiram

n'aquella cidade, entre as francezas que a occupavam e as luso-britannicas que d'ella as buscavam expellir. É possivel que sir Wellesley ignorasse o plano da tomada do Porto, effeituada no dito anno de 1580 pelo mestre de campo general do exercito hespanhol Sancho de Avila, mandado de Lisboa pelo duque de Alba em seguimento do prior do Crato, o qual, depois da sua derrota na ribeira de Alcantara, junto da capital, se havia retirado para o norte do reino, indo refugiar-se no Porto... É possivel, repetimos por mais outra vez, que sir Wellesley ignorasse o arrojado feito de Sancho de Avila; mas, ou o ignorasse ou não, é um facto que a passagem do Douro, por elle effeituada em 1809, foi uma repetição fiel do que já tinha entre nós succedido em 1580.»

Não foi a conquista do Porto, sem embargo da facilitante poltroneria que aos portuenses graciosamente attribue Mad. de Sainctonge, façanha que menosprezasse o intrepido general hespanhol, celebre por sua bravura: «*Yo no me he hallado en cosa que* — Sancho de Avila assim se expressa em carta ao secretario Juan Delgado, datada de 22 de outubro, *Doc. inéd.*, tom. XXXI, pag. 222 — *tanto cuidado me haya dado, ni con tanta dificultad como ha habido.*»

O hespanhol militar Inclán frisa com mofa que as prevenções do inexperto prior do Crato se limitassem quasi a fazer retirar da margem esquerda do rio, frente á cidade, os barcos de passagem.

Coincidencia curiosissima! O francez paisana Lanfrey (*Histoire de Napoléon*, tom. v) adverte, com assombro, que a fazer retirar da margem esquerda do rio, frente á cidade, os barcos de passagem se limitassem quasi as prevenções do experimentadissimo marechal Soult!

E' de recordar que, ciosos os portuenses de suas franquias e privilegios, o hespanhol, astuciosamente politico, lh'os não quebrantou, antes confirmou.

Com effeito. Na verdade. Eis:

D. João II, a todos os corregedores, ouvidores, juizes, justiças e outros quaesquer officiaes e pessoaes de seus reinos, a que o conhecimento d'isto, por qualquer guiza que fôsse, pertencesse, e a especial carta sua, ou o traslado d'ella em publica fórma, por auctoridade de justiça, fôsse mostrada, mandou, de Evora, em 1 de Junho de 1490, que, considerando os muitos e extremados serviços que sempre os reis passados haviam recebido e elle recebido tinha da sua muito nobre e leal cidade do Porto e cidadãos d'ella, com muita lealdade e fidelidade, e conhecendo d'elles o amôr com que o desejavam servir e espera que sempre servissem, e não menos do que sempre fizeram, por isso e por o que a elle rei convinha, fazia aos taes vassallos e por enobrecimento da dita cidade; e, querendo-lhes fazer graça e mercê, tinha por bem e privilegiava todos os cidadãos que óra eram em a dita cidade

*

e ao deante fôssem. E queria e lhe prazia que d'alli em deante para sempre fôssem privilegiados e que elles não fôssem mettidos a tormentos por nenhuns maleficios que tivessem feito, commettido e commettessem e fizessem d'alli por deante, salvo nos feitos e d'aquellas qualidades e nos modos em que o deviam ser e eram os fidalgos de seus reinos e senhorios. E que assim tambem não podessem ser presos por nenhuns crimes, sómente sobre suas homenagens e assim como o eram e deviam ser os sobreditos fidalgos.

Outrosim o rei queria e lhe prazia que podessem trazer e trouxessem por todos os seus reinos e senhorios quaes e quantas armas lhes aprouvesse, de noite e dia, assim offensivas como defensivas, postoque em algumas cidades e villas especialmente tivesse defezo ou defendesse que as não trouxesssem.

Outrosim queria e lhe prazia que houvessem e gozassem de todas as graças, liberdades, privilegios, que eram e havia dado á sua cidade de Lisboa, reservando que não podessem andar em bestas muares, porque não havia por seu serviço nem do reino andarem n'ellas.

Outrosim queria que todos os seus caseiros, amos, mordomos, lavradores encabeçados, que estivessem e lavrassem suas proprias herdades e casaes encabeçados, e todos os outros que com elles continuamente vivessem, não fôssem constrangidos para haverem de servir em guerras nem outras idas, por mar nem por terra, onde gente mandasse, só-

mente com elles ditos cidadãos, quando suas pessoas o fôssem servir.

Outrosim queria que não pousassem com elles, nem lhes tomassem suas casas de moradas, adegas nem cavallariças, nem suas bestas de sella nem de albarda, nem outra nenhuma cousa do seu, contra suas vontades; e lhes acatassem e guardassem muito inteiramente suas casas; e houvessem, n'ellas e fóra d'ellas, todas as liberdades que antigamente haviam os infanções e ricos-homens.

Portanto, mandava a todos os corregedores, ouvidores, jùizes e justiças, alcaides e meirinhos, e a quaesquer outros seus officiaes e pessoas a quem essa sua carta fôsse mostrada e o conhecimento pertencesse, que lhes cumprissem e guardassem, e fizessem mui inteiramente cumprir e guardar, assim e tam cumpridamente como n'ella era conteudo, porque sua mercê era que lhes fôsse guardada, sob pena de seis mil soldos para lhe, qualquer que lhes contra ella fôsse, em parte ou em todo, os pagar, os quaes mandava, ao seu almoxarife ou recebedor de cada um logar d'essa correição, que os arrecadasse e recebesse para elle de qualquer pessoa ou pessoas que lhes contra essa sua carta fôssem, e mandava ao escrivão do almoxarife que os puzesse sobre elle em receita, para elle haver d'elles boa arrecadação, sob pena de os pagarem ambos, em dobro, de suas casas.

Ora, pedindo-lhe os juizes, vereadores e procurador da cidade do Porto, e procuradores dos mes-

teres d'ella, que lhes confirmasse esta carta, e, visto seu requerimento, querendo-lhes fazer graça e mercê, Philippe II, em Lisboa, a 4 de Novembro de 1596, tinha por bem e lh'a confirmava e havia por confirmada, e mandava que se cumprisse e guardasse inteiramente, assim e da maneira que se n'ella continha, e por firmeza de tudo lhes mandara dar aquella sua carta, por elle assignada e sellada do seu sello de chumbo pendente.

Mas, como quer que o juiz, vereadores, procuradores e mais officiaes da Camara, e os cidadãos e moradores da cidade do Porto, lhe enviassem dizer que, por quanto que a pragmatica que em Evora fizera sobre os trajos encontrava em algumas cousas os privilegios de infanções de que elles usavam e que lhes fôram concedidos pelos reis passados d'estes reinos, por respeito de serem cidadãos moradores da dita cidade, e terem havido sentenças para lhes serem guardados, lhes pediam lh'os mandasse inteiramente cumprir, sem embargo da pragmatica prohibir alguma cousa das que, por elles, podiam usar, e visto seu requerimento e as informações que mandara tornar, e os papeis e sentenças que haviam sido vistos na meza do despacho dos seus desembargadores do paço, havia elle, Philippe II, em Lisboa, a 28 de Janeiro de 1611, por bem e lhe prazia que, sem embargo de, pela dita pragmatica, se defenderem algumas cousas, contra os privilegios de infanções que os moradores e cidadãos da dita cidade do Porto tinham para poderem usar d'ellas,

se cumprisse inteiramente o que pelos ditos privilegios era ordenado e mandado, sem lhes n'isso ser feita duvida nem embaraço algum, porque assim era sua mercê, e mandava, a todos os desembargadores, corregedores, ouvidores, juizes, justiças, officiaes e pessoas a que esse alvará, ou traslado d'elle em publica forma, fôsse mostrado, que o cumprissem, guardassem, fizessem inteiramente cumprir e guardar como se n'elle continha, o qual se registraria no livro da Camara da dita cidade, e o proprio se teria no cartorio d'ella em bôa guarda; e esse lhe prazia que valesse e tivesse força e vigor como se fôsse carta feita em seu nôme, por elle assignada e passada pela chancellaria, sem embargo da Ordenação em contrario.

O que tudo consta do opusculo, no Porto impresso, em casa do Fructuoso Lourenço de Basto, anno de 1611, *Privilegios dos cidadãos da cidade do Porto, concedidos e confirmados pelos reis d'estes reinos e agora novamente por el-rei dom Philippe II, nosso senhor, sendo juiz-de-fóra o licenceado Rodrigo de Camara, vereadores Manuel Tavares Pereira, Diogo Leite de Azevedo, Affonso Correia de Azevedo, Alvaro Ferreira Pereira, procurador da cidade Baptista da Costa de Sá.* Este opusculo foi reimpresso, no Porto, pela «Empreza das obras Classicas e Illustradas», 1878, Typographia Occidental, Picaria. Em um preambulo datado de Janeiro d'esse anno de 1878, o editor, o fallecido portuense José Antonio Castanheira, escreve assim: «Este li-

vro é raro. Innocencio diz ácerca d'elle: «Existe um exemplar na livraria do extincto convento de Jesus, e teve outro o doutor Rego Abranches.» Conhecidos hoje existem trez: um na magnifica livraria do snr. Francisco Antonio Fernandes, outro na do snr. Joaquim Teixeira de Macedo e o terceiro em poder do editor.»

*

E de priscas eras as offensas a seus fóros e isenções os *tripeiros* jámais as toleraram, antes com brio as repelliram.

Por exemplo:

Em 1474 recorda Pinho Leal que era Ruy Pereira (senhor das Terras de Santa Maria (Feira), fidalgo distincto, neto d'outro Ruy Pereira, tio do condestavel D. Nuno Alvares Pereira) um dos homens mais opulentos da provincia, dono de muitos navios e commerciante rico, pelo que vinha muitas vezes ao Porto tractar dos seus negocios e assistir ao despacho e dizimaria das suas fazendas, visto como em frente do *grão-senhor* cuida Pinho Leal que os empregados da alfandega mal attentavam nas tabellas e regulamentos. Costumava, pois, vir ao Porto Ruy Pereira muitas vezes, sempre bem escoltado por gente sua, altaneira e turbulenta, demorando-se o tempo que lhe aprazia, sem se importar com os foraes da cidade, que não permittiam a *fidalgo, nem poderoso, nem abbade bento, o poisar n'ella mais que tres dias.*

Estava, assim, a cidade já indisposta contra Ruy Pereira, quando n'ella entrou com uma porção de peões e cavalleiros armados, no dia 26 de maio de 1474, sexta-feira, dois dias antes do domingo de Pentecostes, e foi pousar na rua Nova (depois rua Formosa, seguidamente rua dos Inglezes, hoje rua do Infante D. Henrique), nas casas de Leonor Vaz, dona viuva, sua collaça, mulher que fôra de um almoxarife da sua casa da Feira. Despediu parte dos seus acontiados, e ficou para assistir ao despacho e dizimação das fazendas, mas sem pressa alguma, nem attenções para com a camara e juizes da cidade nem para com os seus foraes. Vendo os portuenses Ruy Pereira tam descançado, principiaram a amotinar-se contra o desprezador dos seus fóros, e a irritação já subia de ponto quando a camara, no dia 4 de junho, a requerimento do procurador da cidade, se reuniu no convento de S. Domingos, segundo o costume d'aquella epocha, para accordarem no que deveria fazer-se, afim de terminar o escandalo que estava dando Ruy Pereira, por se conservar na cidade desde 26 de maio, quando não podia demorar-se mais de tres dias.

Eram juizes Vasco Leite e Alvaro Leite, irmãos; vereadores Fernão Alvares Baldaia, Vasco Gil, Luiz Alvares da Madureira e Diogo Martins; e procurador da cidade Gomes Fernandes.

Todos estes se encontravam reunidos em sessão com varios *homens bons* e os procuradores privativos dos mesteres, quando Gomes Fernandes, como

procurador da cidade, levanta a questão, concluindo por propôr ou requerer que fôsse intimado Ruy Pereira para sahir da cidade immediatamente, e accordaram todos que assim se fizesse. Logo o juiz Vasco Leite, com dois tabelliães e o procurador da cidade, se dirigiu para a alfandega, onde no momento se achava Ruy Pereira, e, pouco depois de defrontarem com elle, Vasco Leite lhe fez sua comminativa pratica.

O rico-homem das Terras de Santa Maria ouviu a mensagem muito contrariado e, depois de soltar algumas phrases inconvenientes, concluiu, com soberano aprumo, que estava ainda na cidade porque as festas e oitavas do Pentecostes haviam interrompido o serviço da alfandega e que não se ausentava sem despachar as suas mercadorias.

Retirou-se Vasco Leite, depois de ordenar aos tabelliães que de tudo tomassem nota e, voltando ao refeitorio de S. Domingos, participou á camara o que passara com Ruy Pereira. Levantaram-se logo brados de indignação e não faltou quem appellasse para a ultima razão dos povos; mas resolveu a camara mandar, por quatro officiaes seus, nova mensagem a Ruy Pereira, que com maior arrogancia os recebeu e despediu, repetindo-lhes o que havia dito a Vasco Leite. Regressando os quatro officiaes com tal recado, subiu de ponto a irritação da camara e do povo, e alguns mais insoffridos sahiram logo, bradando e incitando a populaça.

Accordou ainda a camara que fôssem dois

vereadores, com quatro tabelliães, convidar, pela terceira vez, Ruy Pereira a deixar immediatamente a cidade ou a ir vêr os privilegios quando sobre elles tivesse duvida.

Partiram, effectivamente, com esta missão Diogo Martins, Fernão Alvares Baldaia e os quatro tabelliães; mas Ruy Pereira, que já se encontrava em casa da sua collaça D. Leonor, de todo dementado, com mais aspereza os recebeu e despediu, ameaçando-os, e repetindo que não sahiria da cidade emquanto não dizimasse as suas fazendas.

Quando os camaristas e tabelliães se retiravam, pela rua das Congostas, para o convento de S. Domingos, já o povo crescia em massa, armado com toda a qualidade de armas, sobre a casa de D. Leonor; e apenas chegaram a S. Domingos e déram conta da sua missão, levantou-se um borborinho medonho na grande assembléa, clamando todos: *Morra o mescão* (lascivo, deshonesto etc.)! *Morra o falso! Morra o tredo!*

Houve, ainda assim, quem propuzesse que seguissem a camara e o povo para a casa de Ruy Pereira, com os pergaminhos, para que elle os visse, mas que fôssem todos armados e que, se elle não quizesse deixar a cidade por bem, fôsse constrangido, a ferro e fogo. *E accordaram todos a hua vós que assy fosse*—tornou Lopo de Rezende a escrever na emenda da acta d'aquella tumultuosa vereação.

Os sinos tocaram a rebate, um alarido infernal

se ouvia por todas as ruas e viellas; e homens e mulheres, novos e velhos, todos armados de mil fórmas, se reuniram no Largo de S. Domingos e seguiram com os vereadores para a casa de Ruy Pereira; mas, ao chegarem á Rua Nova, surgiu de frente o bispo D. João de Azevedo, que, tendo noticia do conflicto, corrêra, a vêr se evitava maiores desgraças.

O prestito logo parou e todos se curvaram, reverentes. Pediu então o bispo á camara que lhe confiasse os pergaminhos e aguardasse um pouco, que elle esperava convencer o renitente Ruy Pereira da sua sem-razão.

A camara, de bom grado, annuiu; e D. João de Azevedo se encaminhou para a casa do teimoso fidalgo, crescendo a anciedade de momento para momento, até que assomou á porta de Ruy Pereira o bispo D. João, dizendo que infelizmente nada conseguira. E logo das janellas de Ruy Pereira se disparou um tiro de espingarda sobre a turba apinhada na rua, e o povo logo investiu com a casa, disparando sobre ella um chuveiro de balas e projectis de toda a ordem. Mas Ruy Pereira já se havia prevenido para a resistencia, e elle e os seus criados se defendiam como loucos.

Appareceram logo homens com machados e tractaram de despedaçar as portas; mas como estas não quizessem ceder, deitaram-se a amontoar contra ellas grande quantidade de lenha e lançaram-lhe o fogo. Passados alguns minutos, a casa foi devorada

pelas chammas, salvando-se a custo Ruy Pereira, com os seus creados, precipitando-se das janellas e expondo-se a ser trucidados pelo povo. Mas valeram-lhes os juizes e vereadores que se toparam presentes, acompanhando-os até á beira do Douro e d'ahi em barcos até á margem opposta, onde os deixaram.

Tudo isto consta dos archivos da camara do Porto, na querella de Ruy Pereira, e da carta d'el-rei D. Affonso v, datada de Evora, aos 11 de Abril de 1475, a qual se encontra no livro antigo das provisões, fl. 90.

Da sentença na querella de Ruy Pereira se vê o grande commercio que elle fazia no Porto. Na sua querella contra os habitantes do Porto, pedia Ruy Pereira que, além de outras penas, lhes fôsse imposta a indemnisação de vinte mil dobras; mas afinal foi elle obrigado a segurar os portuenses e a respeitar os seus fóros e privilegios, como se vê da sentença, que se depara no archivo da camara, liv. B, fl. 131 a 141.

Foi aquella sentença dada por el-rei D. Affonso v, e é um documento importantissimo para a historia do privilegio que o Porto gozou até aos principios do seculo xvi de não ter fidalgos dentro dos seus muros nem nos seus arrabaldes.

Assim ao seu relato do grande motim na freguezia de S. Nicolau em 1474 o remata Pinho Leal; elle o considera, tam só, uma resumida noticia. «Quem quizer saber mais por miudo como as coisas

se passaram — elle escreve em nota — leia o interessante romance historico d'Arnaldo Gama: *A ultima dona de S. Nicolau.*»

Assustada fidalgophobia a dos portuenses!

Abro certa das copias do manuscripto: *Descripção de antre douro e minho e trallos montes*, pelo doutor João de Barros, 1548; na pag. 15 e seu v.º, tractando-se das prerogativas do Porto, leio, corrediamente óra:

Outro privilegio tem esta cidade, muito grande, o qual é que nenhum senhôr grande possa em ella viver nem menos pousar senão tres dias, do qual privilegio muito peza aos senhôres que n'aquella terra têm suas terras, que desejam muito viver ahi; em tanto que alguns clerigos fidalgos procuram haver beneficio na Sé, para com isso poderem hi viver; os quaes os cidadãos consentem emquanto bem vivem e não alvoroçam a terra; e foi esta bôa consideração dos antigos, conforme ao que diz Aristoteles na *Politica.*

Sem embargo da sua fidalgophobia, no proprio Porto se haveria de vir a considerar copiosa resenha de fidalgarias; e, das numerosas obras que seu auctor escreveu, e deixou manuscriptas, as quaes Barbosa descreve no tom. 1 da *Bibl. Lus.*, mencionando, tambem no tom. 1 do *Dicc. Bibl.*, sua *Genealogia das Familias de Portugal*, em oito grossos volumes de folio, (e original, lhe parecia), a qual apparecera em Lisboa á venda haveria anno e meio da data (1858), lastíma Innocencio que, por incuria ou capricho do ex-bibliothecario Canaes, não exista

agora — 1859 — na Bib. Nacional, sendo-lhe offerecida a compra d'ella. Da obra o auctor fôra Christovam Alão de Moraes, formado em direito civil pela Universidade de Coimbra, que servira diversos cargos da magistratura, sendo ultimamente Desembargador da Relação do Porto e Corregedor do Civel da mesma cidade, socio da Academia dos Generosos e no Porto fallecido a 19 de maio de 1693.

Manda Innocencio vêr a sua biographia amplamente tractada no *Panorama*, n.º 123 de 1844; e o portuense, hoje tambem fallecido, Eduardo Augusto Allen additou, em 1888, que aquelle interessante citado artigo é devido ao fallecido Henrique Duarte e Souza Reys, em tempo funccionario na Bibliotheca Publica do Porto. Onde de Alão de Moraes existem, de genealogia, os codices *Theatro da Nobreza da Europa*, Porto, 1690, 1 vol. fol.; *Sedatura* (sic) ou *Cedatura* (sic) *Lusitana-Hispanica, em que se contém varias familias nobres: etc.*, 9 vol. fol.; e *Pedatura Lusitana em que se contém varias familias nobres e illustres*, 1660 a 1678, 5 vol. fol., ou seja o n.º 320 da collecção de Mss. da bibliotheca portuense. Os cinco volumes de que se compõe este n.º 320 contém a obra a que o auctor poz o titulo de *Pedatura*, derivado do grego *pais*, genitivo *paidòs*, que significa *menino*, rapaz, filho, «designando, pois (accrescenta Allen), aquelle titulo muito adequada e elegantemente o mesmo que *Filiações*, *Genealogias* ou *Gerações de Familias*.»

Innocencio informa, outrosim, que no n.º 127

do *Panorama* sahira o *fac-simile* da assignatura de Christovam Alão de Moraes; e Allen, tractando do exemplar da *Pedatura Lusitana* que existe na bibliotheca portuense (fasc. 3.º do *Indice preparatorio do catalogo dos manuscriptos*, pag. 105,) assevera que esse exemplar da *Pedatura*, alli guardado, é *autographo*, e por isso muito importante. «Dizemos que é autographo porque o nôme do A. no frontispicio é exactissimamente o do nosso Codice autographo, n.º velho 816, d'onde provavelmente o snr. Souza Reis extrahiu o *fac-simile* que vem no *Panorama* e que abaixo citamos. Além d'isso, o resto da escripta d'este exemplar concorda com a lettra dos outros Codices autographos do A.» Estes codices, que ficavam reservados para descrever no fasciculo de «Litteratura», quando chegasse a sua vez, o dr. Allen desde logo os deixou summariamente indicados, em os seus antigos n.os, isto é: 816, *Grinalda d'Apollo* (122 sonetos) por Chr. Alão de Moraes, autographo e cuja assignatura provavelmente servira para o *fac-simile* no *Panorama*; 679, *Obras poeticas*, de D. Antonio Barbosa Bacellar, compiladas e escriptas por mão do dito Alão; 755, *Idem*, do dr. João Sucarello Claramonte, idem; e 734, *Idem*, do dr. Simão Torrezão Coelho, idem.

Quanto á obra do dr. João de Barros, ha na Bibliotheca do Porto o proprio original, em caderno composto da primitiva em 1789, o qual abre, posto corrente, com este preambulo:

E' digno e muito digno de estimação e apreço este Ms. em 4.º, lettra ruiva mas que não deixa de ser legivel e que tem por titulo *Breve summa de Geographia da comarca d'Entre-Douro-e-Minho e Traz-os-Montes, em o qual se contém outras cousas antigas e notaveis.* Tem dedicatoria aos discretos e benevolos leitores; tem *Introducção da Obra,* antes do dito titulo; e depois d'elle prosegue o A. a sua Geographia até o fim, sem divisão de capitulos nem §§, acabando o livro com as palavras seguintes: «. . . E dahi vai a ponte de Canes, e dahi pelo Rio Tamega ter entrambos os Rios, e para diante chamão Tralosmontes.» Decide-se que este é o proprio original da obra do dr. João de Barros (sem ser o nosso afamado chronista da India, mas sim outro, não menor, bem conhecido, por ser do Dezembargo d'El-Rei e seu Escrivão da Camara, como se lê logo no frontespicio da *Geographia)* pela declaração que ainda se acha na ultima lauda d'este raro Ms., feita pelo Prior Antonio dos Reis, da Congregação do Oratorio de S. Filippe Nery, de Lisboa, assás recommendavel por suas incansavêis fadigas litterarias. No fim d'este exemplar se leem, pela propria lettra d'aquelle illustre congregado, academico da «Academia Real da Historia Portugueza», fundada pelo grande rei o senhor D. João o v, palavras que denotam ser este *o proprio original.* Por outra declaração que se lhe segue, de Amador Antonio de Souza Bermúdes e Torres (e de seu proprio punho), deputado da Meza da Consciencia e Ordens, se confirma que se conservou annos em poder do referido academico e que d'elle passou (e o modo como) para o dito deputado. E' digno de lembrar aqui que mestre Antonio de Guimarães (de quem não se lembrou o auctor da *Bibliotheca Lusitana)* fez um tractado com este titulo: «... *das cousas dantre Douro, e Minho*», que confere com o da *Geographia* do dr. João de Barros. D'aquelle A. faz memoria Ruy Fernandes, cidadão de Lamego, no livro ms., em 4.º, que tem por titulo: *Antiguidades de Lamego,* 1532.» Conservou este ms. entre os escolhidos livros que passaram do visconde de Balsemão, ministro e secretario de Estado dos

negocios do reino, seu filho, o visconde moço que óra (em 1804) vive n'esta cidade do Porto. Sabemos que no mosteiro de Tibães, cabeça de toda a congregação benedictina de Portugal, se conserva uma copia d'esta obra, tirada de outra que se acha entre os livros da casa dos Biscainhos de Braga, desgraçadamente mal tractada. Tal é a condição d'estes morgados litterarios quando passam para mãos que os não conhecem nem estimam. *Sylvio Mondanio.*

Nota o dr. Allen (fasc. 2.º do citado *Indice preparatorio)* que Innocencio ignorava este pseudonymo (ou *Silvio Mondanio*, ou *Silvio Mondano)* do investigador Manuel Francisco da Silva e Veiga Magro de Moura, de quem fizera memoria em seu tom. v. Ahi, a pág. 439, se escreve, antes da enumeração de seus escriptos publicados, um d'elles posthumamente em 1821, que, socio da Academia Real das Sciencias de Lisboa, formado em direito pela Universidade de Coimbra, desembargador da Relação do Porto, onde exercia afinal o logar de Chanceller, morrera desgraçadamente assassinado em um tumulto popular, por occasião da invasão do exercito de Soult n'esta cidade em 1809, accusado de fautor e partidario dos francezes.

*

Parallela com a fidalgophobia portuense corre o prezado afan das classes laboriosas, buscando na organisação a força e o destaque; o papel do infeliz Juiz do Povo no motim da Companhia dos Vinhos

nos faz volver os olhos por um momento para pouco attendido ponto da historia nossa economico-social.

A' epocha da organisação da *casa dos vinte e quatro*, a constituição das corporações das artes e officios na idade media vinha de longa data em Italia, França e outras partes, filiando-se nas tradições romanas; mas — pergunta o snr. Henrique da Gama Barros, tom. I, pag. 517 da sua sabia obra, *Historia da administração publica em Portugal nos seculos XII a XIV* — existiria ella em Portugal já antes do seculo XVI?

Responde que os monumentos legislativos e os Costumes não ministram prova para asseverar a affirmativa; comtudo, que em Portugal tambem os homens de officio tivessem entre si uma certa organisação, estava isso na indole dos costumes da edade media, em que predominava a distincção das classes, e vê-se em mais de uma passagem das côrtes do seculo XV.

A' industria e principalmente ao commercio devia o concelho do Porto o logar eminente que já desde o seculo XIII occupava entre os municipios do reino. Os serviços, entre gente e dinheiro, que elle presta á causa de D. João I contra as pretensões de Castella mostram que no ultimo quartel do seculo XIV esse antigo burgo era então um dos concelhos mais importantes de Portugal.

Mas não é sómente nos dois primeiros municipios do reino que (observa o snr. Gama Barros)

podemos suppôr ligados entre si, por disposições e costumes particulares, os homens dos mesteres. Fundamenta-se, para Santarem, nos capitulos especiaes que esse concelho offereceu nas côrtes de Evora de 1436.

E, finalmente, para conjecturar que as corporações das artes e officios existiriam, por toda esta epocha, onde quer que fôsse maior o desenvolvimento das industrias, acha o snr. Gama Barros ainda outro indicio em documento que não pertence já ao seculo XV mas que se refere a usos e costumes de Coimbra, que, sendo o documento de 1517, se podem muito rasoavelmente suspeitar tambem existentes em parte, pelo menos, do seculo anterior; ahi se enumeram as diversas profissões agrupadas em classes ou *officios* distinctos, fallando-se, mais de uma vez, no *juiz do officio*. Allude ao *Regimento da festa do Corpo de Deos, e de como ham de ir os officios cada hum em seu logar*. Publicara-o o portuense illustre João Pedro Ribeiro no tom. IV, parte 2.ª, pag. 226 ess. de suas *Dissertações Chronologicas*.

A pag. 36 ess. de seus *Apontamentos para a historia da cidade do Porto*, o modesto portuense J. M. P. Pinto traz o decreto ou carta de lei para a procissão de *Corpus Christi*, no Porto, de 30 de maio de 1560, da rainha D. Catharina, regente do reino na menoridade de seu filho D. Sebastião; o decreto ou carta de lei de 13 de maio de 1561, da mesma; o decreto ou carta de lei de 15 de maio de

1601, escripto em Aranjuez, do rei Philippe; o decreto ou carta de lei de 18 de maio de 1608, escripto em Lisboa, do mesmo rei Philippe; finalmente, o accordam e regimento que fizeram os officiaes da camara da cidade do Porto em 1621, para a procissão de *Corpus Christi*, com o parecer do doutor Antonio Cabral, chanceller da Relação do Porto, e do bispo da dita cidade, conforme as provisões de Sua Magestade; bem assim o regulamento para a procissão de *Corpus Christi*, em vereação de 12 de junho de 1773, subsequente á vereação de 14 de abril de 1730 e decisão ácerca da procissão de *Corpus Christi*.

A parte principal da festa competia aos diversos officios, cujo espirito associativo persistiu, concatenando-se.

Assim, em 1814, no tom. I de suas *Variedades sobre objectos relativos ás artes, commercio e manufacturas, consideradas segundo os principios da economia politica*, José Accurcio das Neves, na respectiva memoria sobre as corporações de officios, artes e commercio, havendo-as estudado na antiguidade, na media edade e tempos modernos, em França, Inglaterra e outras nações da Europa, vindo ao seu e nosso paiz, constatando que «tambem existem corporações gremiaes em Portugal», se nota que «em menor numero relativamente a outros paizes», frisa que «menos gravosas pela sua natureza», havendo, por exemplo, «poucos paizes onde as aprendizagens tenham sido menos

onerosas, ou se considerem pela sua duração ou pela severidade d'essas condições», apparecendo na propria capital compromissos em que nem sequer é questão do tempo, e não se achando estabelecidas nenhumas habitações preliminares e nenhuma exacção pecuniaria para o ingresso na aprendizagem. «Mas tem um vicio capital e, no meu conceito, dos mais damnados, que consiste em limitar aos mestres o numero de aprendizes que podem tomar.» José Accurcio das Neves exemplifica com o capitulo II do Regulamento dos officiaes de carpinteiro e de pedreiro, de 13 de novembro de 1709, confirmado pelo alvará de 5 de março de 1710, que é uma copia do cap. VII, § 2.º do regimento antigo de 1684.

Mas ao Juiz do Povo, na atrocidade pombalina, lhe partiram a vara; e as coisas horrendas que se seguiram não são para se dizerem duas vezes.

VI

José Mayne — João Baptista Gomes

Desviemos, pois, de vez, os olhos d'essas scenas de abominação e de relance passemos, em contraste, a vista por quadros mais prazenteiros que, a dentro do cyclo Almada, a nossa cidade do Porto facil e ingenuamente nos offereça. Na alegria dos publicos festejos nos refugiremos da tristeza dos publicos horrores que ao Porto, á epocha, de Lisboa vieram. E ha logar.

Pois nas demonstrações de jubilo costuma aquella cidade distinguir-se, em Lisboa, por um folheto sahido em 1793 da officina de Simão Thaddeo Ferreira, com motivo das festividades com que «se tem celebrado o feliz successo da nossa princeza», se memorou do Porto, que «aquella cidade» era.

No dia 2 de maio recebera o desembargador, corregedor e provedor da comarca do Porto, Fran-

cisco de Almada e Mendonça, a carta regia de participação do feliz parto de D. Carlota Joaquina, Princeza do Brazil, e logo a fez presente ao Senado da Camara; no dia 3 se annunciou publicamente o successo por um bando, a toque de caixas e clarins, em que, além do porteiro, ia o alcaide da cidade, com outros officiaes, vestidos de gala, todos montados em soberbos e bem ajaezados cavallos, precedidos de outros muitos officiaes de pé, ricamente vestidos. No dia 9 o marechal de campo Sebastião Correia de Sá, governador das armas do partido da cidade, em acção de graças, mandou entôar o *Te Deum*, na egreja de N. S. da Graça, achando-se postados fóra das portas da egreja os dous regimentos da guarnição da cidade e tres companhias de artilheria. No dia 12, no fim do *Te Deum*, de tarde, orou o P. M. doutor fr. Bartholomeu Brandão, seguindo-se depois a procissão, acompanhada dos dous regimentos. No dia 13 fez a Relação da cidade entôar o *Te Deum* no Real Mosteiro Benedictino, a dous córos, com toda a pompa; e no mesmo dia 13, em applauso dos annos de S. Alteza Real o Principe, Francisco de Almada e Mendonça fez executar uma serenata, a dous córos, pelos mais destros professores de musica da cidade, na Real Casa Pia de Educação e Quartel das Partidas Avulsas, convidando toda a nobreza, tanto secular como ecclesiastica, e corpo de negociantes, assim nacionaes como extrangeiros, cuja numerosa assembléa passava de 700 pessoas, «que fôram servidas

com um copiosissimo refresco e dôces de todas as qualidades que se puderam excogitar.» As sallas do edificio, todas estavam magnificamente adereçadas e illuminadas. Na grande salla da orchestra se viam as pinturas mais bellas, e no fundo da mesma estavam dous grandes córos, onde, ao som de harmoniosos instrumentos, se cantavam letras feitas de proposito e todas dirigidas ao assumpto; nos intervallos, se recitaram varias obras poeticas.

No dia 14, tornou a sahir o bando, para annunciar o *Te Deum*, que o desembargador, corregedor e provedor da comarca, junto com o Senado da Camara, fazia celebrar no dia 16; n'este, pela manhã, no fim da missa orou o R. P. M. fr. José da Transfiguração; de tarde, entoou-se o *Te Deum*, a dous córos, de numerosos e escolhidos musicos, no fim do qual sahiu a procissão; ao recolher d'ella, déram tres descargas os dous regimentos de infanteria, que tambem acompanharam, terminando d'esta fórma as funcções devotas.

«Ainda não satisfeita a cidade», o desembargador Francisco de Almada e Mendonça e o doutor juiz-de-fóra Vicente José Ferreira Cardoso da Costa e vereadores Carlos Vieira de Mello, José Cirne Sousa, Antonio Joaquim de Mesquita, Francisco Homem Pereira de Vasconcellos, procurador da cidade Bento Gomes Delgado e o escrivão da camara, o doutor João Caetano de Tello e Sousa, mandaram fazer uma praça, «a mais bella e magnifica que n'este reino se tem visto», para se corre-

rem touros e se fazerem cavalhadas e outros espectaculos por tempo de oito dias, e seis noites para a illuminação.

A descripção da praça, que era formada em um octogno regular, faz-nos, de verdade, presumir maravilhas, apezar do caracter geometrico do gosto artistico do tempo.

No dia 2 de junho, pelas tres horas da tarde, via-se aquella praça povoada de riquissimas mascaras e de exquisito gosto; os camarotes, guarnecidos de cortinas de preciosas rendas de varias côres; todas as trincheiras cheias de innumeraveis pessoas, sem ficar logar devoluto, apezar da sua vasta extensão, que, pelo calculo mais exacto, passavam de accomodar 18:000 espectadores.

Feito o signal para principiar, logo entrou, para limpar a praça, uma completa guarda de archeiros. Seguiu-a a figura da Fama, precedida de dous volantes e muitos creados. Logo depois sahiu o primeiro carro, de aguar a praça, que mostrava um grande chafariz, guarnecido com os Cinco Sentidos, «lançando agua pelas suas respectivas partes»; e nos angulos da balustrada que lhe servia como de base, para melhor adorno do mesmo carro, se divisavam «quatro figurões de meio caracter.»

Seguia-se o segundo que figurava o Amor Portuense, em fórma de uma concha, que servia de sustentaculo á deusa Venus, que no espaço acariciava o vendado Cupido. Na frente da concha estavam duas pombas, como symbolos do Amor.

Houve ainda terceiro, quarto e quinto carro; e este (o carro de Marte) offerecia a particularidade de haver sido construido á custa das corporações dos Vinte-e-Quatro, «que instantemente pediram ao desembargador corregedor e provedor da camara lhes admittisse esta sincera demonstração do gosto que os dominava por tão fausto motivo.»

Recolhidos os carros, retirava-se a guarda dos archeiros e entrava o neto, acompanhado de dous volantes e dous pretos de partazanas; e, feitas as continencias, sahiu o contendor João Pedro Salabert, precedido de 8 capinhas e 10 homens de forcado; e, concluidas as cortezias do costume, tinha cada tarde 15 bravos touros para combater. Nos intervallos houve talhas de passaros, raposas, pombos, coelhos, odres «e outras muitas esquipações.»

Este espectaculo foi repetido por oito tardes, em que fôram apparecendo nos intervallos, além dos mencionados objectos de espectação, outros muitos, de differente gosto, merecendo maior attenção dous bailes, um de gosto russiano e outro turco, em que entravam os negociantes principaes d'esta praça. O folheto entende dever descrevel-os, «pela sua riqueza e aceio.»

Foi illuminada a praça seis noites, brilhantissimamente; e em a ultima noite n'ella entrou uma cavalhada burlesça, composta de 60 cavalleiros, «célebremente vestidos»; em tres das ditas noites houve um copiosissimo fogo, tanto do ar como preso, de novo gosto e differentes vistas,

em cada noite terminando o resto das mesmas com um judicioso outeiro, onde concorreram todos os poetas da cidade, que, além dos harmoniosos poemas que recitaram, dedicados ao assumpto de todo o festejo, responderam em obras, heroicas e lyricas, aos versos que do camarote do Senado lhes fôram distribuidos, em cujo desempenho... mostraram a sua vasta erudição...

Finalmente, abriu-se o theatro, por seis noites, ao publico, francamente, assim como tinham sido os divertimentos da praça. Em tres das noites da theatrada, tres burletas italianas se desempenharam; e nas outras tres, outras tantas comedias, «do melhor gosto.»

Nas noites de illuminação geral, a Feitoria Ingleza «fez uma bem exquisita e delicada illuminação.»

Egualmente, o desembargador corregedor e provedor da camarca, junto com o Senado, mandou dar aos presos das cadeias da cidade um grande jantar, e nos dous domingos successivos, depois de concluidas as Festas Reaes, se fizeram dous beneficios, na praça dos touros, a favor dos presos das sobreditas cadeias.

Amena decorria a vida, ao parecer, por então; as artes esmeradamente se cultivavam; nas lettras portuguezas, portuguezes se distinguiam. A mesma philosophia não intimidava o espirito affouto d'um que outro nosso conterraneo, como José Mayne, por exemplo.

Em o tom. XIII (VI do «Supplemento»), infor-

ma-nos o snr. Brito Aranha, continuador de Innocencio Francisco da Silva, de que na Academia Real das Sciencias se conserva o retrato de José Maine, ou Mayne, de corpo inteiro, com os de D. fr. Manuel do Cenaculo, D. fr. Caetano Brandão. D. fr. Alexandre de Gusmão, D. Marcellino José da Silva, fr. Francisco de Jesus Maria Sarmento, fr. Vicente Salgado, fr. Manuel dos Anjos, fr. Thomaz da Veiga, P. Manuel de Oliveira Ferreira, e varios outros escriptores, bispos e religiosos notaveis da Ordem. Estes quadros pertenceram ao extincto convento de Jesus, em cujo edificio foi depois estabelecida a dita Academia. As pinturas assevera o snr. Brito Aranha que não se recommendam pelo seu valor artistico, mas pelos homens eminentes que representam e cujos serviços ás lettras são, de alguns, muito dignos de apreço.

Deverá entrar n'esta conta o nosso conterraneo fr. José Mayne, franciscano da Congregação da terceira Ordem, cujo instituto professou em 1742, sendo o seu verdadeiro nôme na clausura o de fr. José de Jesus Maria Mayne?

Elle foi capellão-mór das armadas, confessor do rei D. Pedro III e primeiro Geral da sua Congregação depois da nova reforma, deputado da Real Mesa Censoria, etc. «Theologo eximio e Orador elegantissimo» lhe chama o nosso padre Agostinho Rebello da Costa, conspicuo auctor da *Descripção topographica e historica da cidade do Porto;* e na cidade do Porto José Mayne nasceu a 7 de junho

de 1723, na de Lisboa fallecendo a 23 de dezembro de 1793.

Porém, em honra de José Mayne, melhor titulo representa hoje para nós o facto de haver elle fundado no convento de Lisboa um Museu de historia natural, cuja administração está desde muitos annos, informa Innocencio em 1860, commettida á Academia Real das Sciencias, deixando o nosso emerito portuense rendimentos estabelecidos para a sua conservação.

Em Lisboa, no anno de 1778, publicou elle na Regia Officina Typographica um livro em que se propoz combater (Innocencio o rememora) «as doutrinas e erros dos materialistas antigos e modernos, servindo-se das provas da razão e experiencia e tambem das doutrinas das Santas Escripturas.» Esta obra apresenta-se como sendo uma *Dissertação sobre a alma racional, onde se mostram os solidos fundamentos da sua immortalidade e se refutam os erros dos materialistas antigos e modernos*. E' dedicada a el-rei D. Pedro III, nosso senhor. E declara-se escripta pelo padre fr. José Mayne, religioso da Terceira Ordem da Penitencia, confessor de Sua Magestade Fidelissima. Abre com uma dedicatoria ao reinante, por «o seu mais fiel vassallo e obediente servo», que «beija humildemente os pés do throno». Segue-se um «discurso preliminar», em que se lamenta que n'aquelles ultimos tempos se hajam «renovado e reformado mais as doutrinas de Epicuro e Lucrecio com os

impios escriptos de Bento Spinosa e do apostata irlandez, João Toland, seu discipulo; com os monstruosos principios de Thomaz Hobbes; com os de Coward, medico de Londres, e do irlandez Henrique Dodwel.» Como se tudo isto não bastasse já, «para incorpar mais o echo de Epicuro e de Lucrecio a favor do materialismo, não têm contribuido menos (á data o attesta o nosso Mayne) os grosseiros paralogismos de Antonio Collins e as duvidas sobre a materia poder pensar, que é um dos erros que João Locke inventou e não quiz abjurar com ingenuidade philosophica.»

Contra taes e tantas abominações, tantos e diversificados desvarios se conjura o douto portuense, que bota mão da penna e explica seu pensar por intermedio de cinco extensos capitulos, arreados da opulencia de notas copiosas e eruditas. O primeiro d'estes capitulos tracta da existencia da alma racional, que alli se mostra com rasões philosophicas, propondo-se os argumentos que contrariam esta verdade, mas refutando-se os erros dos materialistas com os seus mesmos argumentos e doutrina. O segundo capitulo é ethereamente substancioso, pois, occupando-se da essencia da alma racional, refere as diversas idéas que formaram os antigos sobre a entidade da alma racional; diz que idéa fazem d'ella os naturalistas modernos; expende como deve ser justamente definida a nossa alma e confuta os erros e absurdos em que cahiram os materialistas a respeito da essencia d'esta mesma

entidade. O cap. III toma por thema nada menos que a origem da alma racional; relata as diversas opiniões que ácerca da nossa alma sustentaram os philosophos, antigos e modernos; mostra qual seja a verdadeira causa efficiente do nosso espirito e repulsa os erros sobre este ponto. No cap. IV chegamos determinadamente á questão da espiritualidade da alma racional; primeiramente, mostra o auctor que a nossa alma é racional e livre; em segundo logar, rechaça os viciosos argumentos dos materialistas e, emfim, expõe philosophicamente as enormes consequencias de sua falsa e abominavel doutrina. O cap. V tem por objecto o ponto maximo da immortalidade da alma racional; ahi, em primeiro logar o auctor demonstra que a nossa alma intrinsecamente é immortal; em segundo, que, ainda que Deus a possa destruir, ha de ter eterna duração; em terceiro, propõe e refuta os argumentos mais fortes com que os materialistas impugnam esta verdade.

D'esta summula apurou já o leitor que o philosopho portuense deposita confiança plena em sua philosophia. Não obstante, elle não deixa de appellar para o poder temporal, que sempre valeu nas anciedades do poder espiritual com perseguições aos dissidentes, censuras aos pensamentos autonomos, queima de livros e queima de auctores. «Se as acções edificantes dos principes (exclama José Mayne para a parda magestade de D. Pedro III) formam a causa immediata da boa educação

dos vassallos; se os vassallos bem educados combatem unidamente com seus principes, pela verdade da religião que professam, não será justo, Senhor, que, atacando o materialismo a Portugal, reconheça o mundo nos monarchas que o governam outros tantos Mathathias, que, animados de illustre zelo, defendem a casa do Altissimo?» Isto, despida a farrapada rhetorica que veste o conceito e o disfarça, quer dizer, chã, singela e cruelmente: Accenda Vossa Magestade as fogueiras dos autos-de-fé que outr'ora torraram judaisantes, e a torresmos se reduzam todos quantos se nutrem dos cartapacios de Diderot, Helbecio (assim Mayne escreve) e de Voltaire, ou Volter, consoante o pseudonymo lh'o vulgarisa o nosso conterraneo.

Eis o lado antipathico do seu livro, que é aliás documento de leitura e a fornece mesmo aprazivel, tanto quanto licito seja em materias taes empregar o adjectivo, a modo de convite, seguramente desdenhado.

Chega quasi que a ter chiste no relanço em que allude á phantasia do jesuita Guilherme Bougeant, que systematicamente quizera estabelecer que os demonios animavam os corpos dos irracionaes. E, com acertado senso do perigo, elle se esquiva da maxima difficuldade, por cujas cortantes arestas roça de passagem, quando, alludindo aos «cartesianos, com a celebre aguia que edificou João Regiomontano, com a cabeça que proferia algumas palavras fabricada por Alberto Magno, e

com outros admiraveis portentos da arte mechanica», registra que elles negam «que os brutos sintam, cogitem ou tenham alma distincta da parte machinal.»

Quadrando com noticia sobre triste aberração critica, em 1857 o lusophilo Ferdinand Denis biographava a Antonio Gomez Pereira, dando-o como philosopho, portuguez ou hespanhol, que vivia no seculo XVI. Additava que, combatendo Galeno, elle emittira diversos principios nos quaes se suppõe que Descartes haveria haurido as suas primeiras idéas sobre a alma dos animaes. O seu livro é intitulado (accrescenta) *Margarita Antoniana*, Medina del Campo, 1554; fôra reimpresso em 1587, e em 1610 em Francfort. N'elle tracta, prosegue, da *Anima Brutorum*, e é n'esta porção de sua obra que colhe buscar os factos (deve ser erro typographico por *traços)* que caracteristicamente sobre elle demoraram a attenção de alguns sabios: assim remata.

Isto são contos largos, que nem cabem nem sahiriam a preceito. Restrictamente, nos resta do portuense philosopho José Mayne a citar de passagem um opusculo de circumstancia, em Lisboa impresso em 1757.

*

* *

Portuense philosopho José Mayne, de todo desconhecido, desconhecida não é já a obra capital de portuense poeta dramatico.

Na verdade, os que fômos meninos e moços ha trinta annos recordamo-nos ainda, quando a saudade da adolescencia malbaratada nos punge, recordamo-nos ainda do gostoso anceio com que aguardavamos a hora, morosa em chegar, de partirmos com a familia a ouvir, pela quarta ou quinta vez, do caso lacrimoso de D. Ignez de Castro. Posto isto foi em scena na tragedia de João Baptista Gomes, a qual acabo de relêr em sua quinta edição, por Innocencio já não discriminadamente deduzida, no Porto em 1837 estampada na imprensa de M. J. A. Franco, do Largo de Santa Clara, e offerecida á venda na loja de livros de Novaes, ás Hortas, n.º 125.

Do Porto era tambem natural o auctor, esse João Baptista Gomes Junior, que aqui seguiu a profissão do commercio e fôra (segundo crê Innocencio) guarda-livros n'uma casa de negocio, morrendo em edade ainda verde, a 20 de dezembro de 1803, e sepultaram-o no convento de S. Francisco. A sua viuva, D. Anna Benedicta Gomes, que, ao tempo do fallecimento do marido, ficara de 24 annos, veio a finar-se em 4 de janeiro de 1844, deixando do seu consorcio uma filha, casada com o dr. José Machado de Abreu, lente cathedratico e depois reitor da Universidade de Coimbra, primeiro barão de S. Thiago de Lordello, tio de Adriano de Abreu Cardoso Machado, filho de Rodrigo de Abreu Cardoso Machado e que conhecemos lente proprietario de economia politica na Academia Poly-

technica, reitor do Lyceu e deputado a côrtes, em successivas legislaturas, por esta cidade.

Da *Nova Castro* de João Baptista Gomes, escreveu Garrett que seu auctor mostrou n'ella «muito talento poetico e dramatico.» E, consignando-o, Innocencio avulta este parecer em prol de seu patricio d'elle, por isso que Garrett «não será tido n'este caso por suspeito.» Depois de ter censurado aquelles que se exaggeraram em elogios a João Baptista Gomes, Innocencio, em tom mais aspero, reprehende que ultimamente (1859) haja sido moda desdenhar da *Castro* e do seu auctor, «cahindo os que assim ajuizam no extremo opposto e mostrando-se invejosos depreciadores do merito verdadeiro, contra o qual não prevalecem de certo os seus epigrammas.»

E, comtudo, inconsequentemente não attende Innocencio ao facto singular de que seja elle-proprio, Innocencio dito, quem mais empenhado afan demonstrou em menosprezar a memoria de João Baptista Gomes, revindicando com ufania, para sua perspicacia esthetica e para sua litteraria reminiscencia, a iniciativa de haver feito a descoberta de que a *Castro* de Gomes não passava d'um méro plagiato da *Castro* de Quita. «É para admirar que ninguem que me conste (Innocencio dest'arte pondera) fixou até agora esse reparo, pois as imitações na substancia e na fórma são tam caracteristicas e pronunciadas que para logo saltam aos olhos.»

Ora, em materias de probidade artistica ha que

reflectir antes de decidir, e as coisas não vão assim com essa pressa; muito cumpre esmiuçar no lance do cotejo da peça de Gomes com a de Quita, de cujas tragedias na composição parecera já antecedentemente a Innocencio que Pedegache tivera bôa parte, «pertencendo-lhe talvez a urdidura e o enredo das fabulas.»

Mais avisadamente anda Camillo Castello-Branco limitando-se a chamar da de Quita imitação á tragedia de João Baptista Gomes; Innocencio, porém, gostoso, precipita-se nos reparos. Ao menos, a invez do geito lusitano, não tem devoção a extrangeiros; antes, os não poupa. Eis na baila, ainda por causa de João Baptista Gomes (em sua traducção da tragedia de Lamotte, *Os Machabeos)* Balbi. «É para notar (admoesta Innocencio) o modo como Balbi, ao dar noticia dos trabalhos dramaticos d'este poeta no *Essai Statistique*, tom. II, pag. 164, estropeou o titulo d'esta peça, chamando-a *Os Mancebos!*»

Ora, quem parece haver sido o «estropeador» foi o typographo-paginador, em obra inçada de erros de composição e até de enganos de numeração, consoante amostra opipara e, sem embargo, insufficiente se depara nas laudas *c c c l x v i j* e immediata, repletas de emendas e addições, aliás.

Com effeito, o texto chasqueado por Innocencio não se restringe ao erro de *Mancebos* por *Machabeos*, certamente escripto em portuguez pelo auctor,

que, conforme era e continúa a ser a regra lá-fóra, uma vez entregue o manuscripto aos livreiros, não vê as provas da propria obra. As suas quatro linhas estão todas transformadas, por uma transposição, evidente, da composição.

Encontra-se o texto n'este teor: «*João Baptista Gomes, l'auteur de la* Nova Castro, *passe aussi pour un bon traducteur. On a de lui la* Gabrielle de Vergy *de La Motte, qu'il a intitulée le* Fayel d'Arnaud, *et* os Mancebos.» Disparate. Quando o que devia estar era isto: «*João Baptista Gomes, l'auteur de la* Nova Castro, *passe aussi pour un bon traducteur. On a de lui la* Gabrielle de Vergy *d'Arnaud qu'il a intitulée* Fayel, *et* Os Machabeos, *de la Motte.*» Agora bate certo. Ou, antes, faz sentido. Porque certo ainda não bate.

E não bate, porquanto Balbi, citando de memoria, confundiu, pela identidade do assumpto, os titulos diversos de duas tragedias differentes, de vario auctor: uma, essa *Gabriella de Vergy*, com effeito, mas de Belloy; a outra, d'Arnaud, na verdade, mas *Fayel.*

Foi esta a que em verso portuguez traduziu João Baptista Gomes e cuja segunda edição, impressa em 1803, na officina de Antonio Alvarez Ribeiro, se vendia na mesma officina na rua de S. Miguel, e na rua das Flores, na loja de livros á esquina da travessa do Ferraz. «Fica-se imprimindo (annuncia a advertencia da lauda derradeira) a Tragedia intitulada *Os Machabeos*, composição de

Mr. de la Motte, traduzida em verso portuguez pelo mesmo traductor.»

Da *Gabriella de Vergy*, de Belloy, diz Carlos Nodier que é uma d'essas peças que entristecem muito mais do que interessam; do *Fayel*, d'Arnaud, critico francez observa que seu plano é mais engenhosamente traçado e que a catastrophe final é, outrosim, mais temperada e mais habilmente apresentada do que na tragedia de Belloy, cujo quinto acto Carlos Nodier averbara de *revoltante*.

Os leitores de Camillo Castello-Branco conhecem a lenda medieval que deu origem ás duas composições theatraes emulas, porque se recordam do capitulo *Dous corações guisados*, com que abre o volume das *Cousas leves e pezadas*, da «Bibliotheca do carroção.»

Um dos dois corações guisados é o do amador de Gabriella de Vergy, que, vendo inaccessivel sua bem-amada, deliberou ir finar-se á Terra Santa, onde morreu, com effeito. Pouco antes de expirar, ditou ao seu escudeiro uma carta para Gabriella, pedindo-lhe que recebesse da mão d'aquelle o seu coração embalsamado e recluso em cofre de ouro.

Fez-se o escudeiro caminho de França e avisinhou-se do castello de Fayel. O castellão encontra o desconhecido pagem; arranca da espada, ameaça-o de morte e senhorea-se do cofre. Mandou lêr a carta por um clerigo do castello e volta escumando furias contra a mulher. Pede ao inferno uma vingança digna. O inferno inspirou-lh'a.

Truculentamente, narrando prosegue Camillo Castello-Branco:

Entra na cosinha; ordena ao cozinheiro que lhe guise o coração, assiste, á lareira, ao processo do guisado, e cheira com delicias de cannibal as vaporações da caçoula.

Está posta a meza da ceia. Vem o prato. Gabriella come alguns bocados, ao compasso que o marido lh'os está encarecendo como manjar de anjos e inveja de sybaritas.

— Que tal? é bom? — pergunta elle.

— É. Comi com vontade e prazer.

— Mandei fazer este guisado — tornou o marido — por ser de uma carne muito de teu gosto.

Ficou ella a scismar.

Elle, como Gabriella não perguntasse que especie de carne aquella fôsse, proseguiu:

— Então não sabes que é?

— Não.

— É o coração de Raul.

Gabriella saltou da cadeira, quedou-se petrificada por instantes, mas duvidou.

N'isto, o marido abre o cofre, tira uma carta e mostra-lhe a assignatura, que ella reconhece.

Gabriella debulha-se em lagrimas, e diz:

— Morreu o mais leal cavalleiro!

Sahiu a recolher-se no seu quarto. Ninguem lhe ouviu clamor nem gemido. Alta noite... levou a porta dentro de impuxão, pois que a esposa não lh'a vinha abrir. Encontrou-a morta, com o rosto alumiado dos revérberos da luz eterna das almas em gloria.

Não obstante a carencia de informações positivas da authenticidade d'aquella lenda que Camillo Castello-Branco lograra apurar para o primeiro dos dois corações guisados, era notorio, ainda assim,

que os parentes de Gabriella de Vergy fizeram montaria rija ao lobo cerval, até lhe alastrarem o castello entre as lavaredas dos bosques circumpostos. «Como quer que fôsse (Camillo Castello-Branco remata), a moralidade das duas historias não funde no acabamento desastrado dos maridos: o que faz a moral e o exemplo é o infortunio dos poetas.»

Porém, modernissimamente sobre poetas e sobre maridos o riso cahe por egual: não poupa sequer, no mimo de sua castidade, a castellã, cujo delicto consistiu tam só na dadiva, a seu trovador apaixonado, de um cordão de cabello, enfiado em perolas, «imagem de suas lagrimas.»

O espirito zombeteiro engendra, por lettra de Blondeau e Monréal, uma opereta buffa, musica de Demarquette.

Gabriella de Vergy é representada com o successo do estylo, n'uma apotheose de galhofa, sobre o palco das Folies-Marigny, em Paris, a 11 de novembro de 1871. Assim passa a poesia das edades; o drama transmuda-se em farça; e ao terror tragico de hontem a musa offenbachiana dá-lhe hoje um acompanhamento de ferrinhos e zabumba.

VII

Vieira Portuense — Silva Porto — João Corrêa — Guilherme Corrêa — Ricardo Raymundo Nogueira.

De pintor por vocabulos para pintor por tintas a transição não detona forçada e no cyclo entram; assim, occasião idonea é, que do Vieira Portuense por um momento cuidemos.

Tanto mais opportuna e discriminadamente quando com o outro Vieira quiçá hajam confundido, pois que transtornos e equivocações têm dimanado aliás de homens tam eruditos e escrupulosos como o visconde de Juromenha, que attribuiu com inexactidão flagrante ao nossso conterraneo a autobiographia que aquelle elaborara e imprimira em 1780 com o titulo de *O insigne pintor e leal esposo Vieira Lusitano, historia verdadeira, que elle escreve em cantos lyricos.* Todavia, «Vieira Portuense é pouco comparavel a Vieira Lusitano (assim traslada Innocencio do conde de Raczynski). Predominavam nos

dois artistas naturezas mui diversas. O Lusitano seguia uma direcção mais determinada e mais classica, sem comtudo attingir os sublimes modelos da epocha dos Medicis. O Portuense, em cuja natureza artistica havia menos energia, e cujas disposições eram mais modestas, se por uma parte buscava approximar-se de tam excellentes prototypos, sentia em si, por outra, a influencia da arte moderna; ensaiava-se em generos diversos, e imprimia em todas as suas obras a expressão da doçura, da amabilidade e da suave melancholia que parece haverem sido os sentimentos caracteristicos da sua indole.»

D'este peculiarismo de sua objectiva feição antolha-se que testemunho seja a propria morte do pintor portuense.

Occupava-se elle da composição de um quadro em que representava *Duarte Pacheco, o Achilles Lusitano, defendendo contra o Çamorim o passo de Cambalão,* destinado para ornar a casa das *Descobertas,* no palacio de Mafra, quando veio accommettel-o uma grave enfermidade, que devia ser para elle mortal.

No fito de a debellar, esgotados em vão os recursos da sciencia, os medicos aconselharam-lhe o clima da Madeira, como unico em que poderia achar remedio ao seu padecimento. Resolveu-se a emprehender a viagem. Partiu, mas não tornaria a vêr a patria, pois que, tendo aportado á ilha desejada, em vez dos allivios que esperava, o seu estado

peorou repentinamente. O dia 2 de maio do anno de 1805 fòra o ultimo da sua vida, finando-se, assim, aos quarenta annos incompletos de edade uma existencia que, a ser mais duradoira, legaria de certo á posteridade novas e porventura mais rasgadas manifestações do seu admiravel talento.

Innocencio, que o diz, diz tambem que ha n'esta morte prematura o que quer que seja de mysterioso e enigmatico, que os biographos contemporaneos de Vieira se contentaram de deixar-nos entrever, sem ousarem decifral-o. Expende que Cyrillo, deplorando-a, guarda comtudo um reservado silencio, e como que a attribue exclusivamente á gravidade da molestia. Porém que Taborda, um tantò mais explicito, dissera, palavras formaes: « Que a *inveja*, sempre declarada inimiga do merecimento, *seria talvez quem lhe abreviasse os dias;* e que os findara na convalescença da perigosa enfermidade que o opprimia, *aggravada por muitos incidentes, a que as mais das vezes nem mesmo as almas grandes sabem resistir.* » Balbi affirmara em resumo que « *desgostos que soffreu lhe encurtaram os dias.* » Ultimamente, Raczynski parecia levantar uma ponta do véu que encobre o mysterio quando (nas suas *Lettres)* escrevera: *Sequeira, ao que me disseram, nutria contra Vieira um rancôr grandissimo, e empenhava-se em lhe fazer mal. Encheu-lhe a vida d'amargura.* »

A tradição geral dos contemporaneos auctorisa-nos, segundo Innocencio, a crêr que reinara entre os dois insignes artistas o sentimento da

emulação ou rivalidade, o qual predominava em Sequeira a ponto de o tornar invejoso do merito alheio, quem, como elle, havia de sobra aliás com que contentar-se do proprio. «É para lastimar que, por imperfeição inherente á natureza humana, o caso seja tam vulgar entre aquelles a quem, filhos da mesma arte, e sacerdotes do mesmo culto, coubera melhor (exprobra n'este tom Innocencio) o dever de amarem-se como irmãos!»

Mas, se em 1865 um tanto romanescamente assim Innocencio relatava, elle em 1859 se reduzira a consignar que na ilha da Madeira, para onde partira, por conselho dos medicos, afim de buscar n'aquelle clima o remedio á phthisica que padecia, fallecera Francisco Vieira Junior, mais conhecido pelo nôme de Vieira Portuense, pintor historico e de paisagens, lente de desenho na Academia do Porto, sua patria.

Onde nasceu em 13 de maio de 1765, sendo seu pae Domingos Francisco Vieira, que, segundo os biographos, reunia á profissão da arte de pintura (em que dizem não era dos *de menos conta*) a de commerciante ou vendedor de drogarias. Assim, demorado Francisco Vieira Junior em Lisboa pela necessidade de attender a varios importantes trabalhos, tornando-se-lhe, pois, impossivel exercer simultaneamente o magisterio no Porto, durante sua justificada ausencia fôra confiada a regencia da sua cadeira a seu pae, Domingos Vieira, nomeado substituto, o qual, segundo os apontamentos que

Innocencio em 1865 teve presentes, desempenhou as funcções como tal desde 1 de novembro de 1802 até 30 de junho de 1803.

N'esse anno de 1865, Innocencio registrava n'esta cidade do Porto, das de que noticia tinha, como producções aqui existentes do pincel do Vieira Portuense, quatro quadros de altar, collocados na capella da Ordem Terceira de S. Francisco, representando respectivamente *Santa Margarida*, confessando-se, em artigo de morte, a um frade franciscano; *Nossa Senhora da Conceição; Santa Isabel*, distribuindo esmola aos pobres; *S. Luiz, rei de França*, em oração.

No sentir de Raczynski o primeiro é, d'elles, o melhor, e o ultimo o mais fraco. Revela-se, porém, em todos o caracter de sensibilidade e os sentimentos piedosos do artista; o colorido, com quanto seja debil, é, todavia, harmonioso; finalmente, julga-os dignos de toda a consideração.

Innocencio refere-se no museu portuense a um quadro de *Christo crucificado*, outro de *S. João*, e á *Adoração do Santissimo*. (D'este se acha menção na *Miscellanea Litteraria*, jornal aqui do Porto, publicado em 1860). Afóra esses, a duas bellas paisagens, das quaes uma representa *uma mulher com um menino*, que parece defender contra o ataque de alguns malfeitores.

De Vieira Portuense existe o retrato, desenhado, segundo Innocencio julga, por elle proprio, e gravado em Londres por Bartholozzi; e lord Howard

de Walden, embaixador que foi de Inglaterra na côrte de Lisboa, possuia á sua parte, e com muito apreço, varios desenhos de Vieira, nos quaes, segundo a affirmativa de Raczynski, se divisa um sentimento artistico mais puro e mais elevado que o de Sequeira. Innocencio com acerto commenta que «tam avantajado conceito é sobremaneira honroso para o insigne portuense.»

D'este se occupou com extensão Innocencio, servindo-se para seu trabalho, (além do que já existia impresso a respeito do pintor portuense) de varios documentos ineditos que do Porto lhe fôram fornecidos pelo lente da Academia Polytechnica, Joaquim Torquato Alvares Ribeiro. Mas reorganisado ulteriormente o ensino no Porto, do *Discurso feito na Academia de desenho e pintura da cidade do Porto*, impresso em Lisboa em 1893, porém pronunciado no Porto na abertura da Academia pelo Vieira Portuense, segundo a Innocencio communicara em tempo o sobredito Alvares Ribeiro, não restava no Porto «conhecimento ou memoria de alguma.»

Modernamente, a Academia de Bellas Artes do Porto, distincta no ensino por professores abalisados e artistas famosos, como o pintor Rezende e o quasi-portuense, pois que de Gaya, eminente estatuario Soares dos Reis, d'entre vocações, cerce cortadas pela morte, como a de Henrique Pousão, viu vingarem discipulos laureados seus, que che-

garam a conquistar glorias primaciaes, como o portuense Silva Porto, o insigne paisagista, honrando assim aulas d'onde haviam sahido para o publico favôr outros portuenses de merito, como o pintor João Corrêa e seu irmão, Guilherme Corrêa, desenhista primoroso.

Mas de distinctas pessoas da epocha do Vieira Portuense a memoria se obliterou, consoante aconteceu para com o distincto portuense Ricardo Raymundo Nogueira.

*
* *

Até 15 de setembro de 1829 desempenhou o cargo de membro da Regencia do reino, para que fôra nomeado, na ausencia do rei D. João VI, este Ricardo Raymundo Nogueira, portuense como José Ferreira Borges, aqui nascido a 31 de agosto de 1746, e em Lisboa morto a 7 de maio de 1827; e, como José Ferreira Borges, poeta foi tambem esse conego doutoral na Sé d'Elvas e doutor e lente da faculdade de Leis na Universidade de Coimbra, onde as prelecções, que fez de Direito Patrio no anno lectivo de 1795 a 1796 sahiram, posthumas, em o vol. VII do conhecido jornal scientifico e litterario *O Instituto.*

Se José Ferreira Borges, pondo-lhe só suas iniciaes, traduziu em linguagem as *Cartas a Emilia sobre a Mythologia,* por Dumoustier, cuja primeira

parte, a unica que sahiu á luz, imprimiu em 1819 em Paris A. Bobée, Ricardo Raymundo Nogueira, não lhe pondo o nôme, em portuguez verteu as *Pastoraes*, de Gessner, que no Porto em 1778 se estamparam na officina que foi de Antonio Alvares Ribeiro. E, ainda que, por egual anonymo, seu consta ser o traslado da *Poetica* de Aristoteles, que, transferida do grego a lusitano, fez em Lisboa gemer, em 1779, os prelos da Regia Officina Typographica. A introducção que a procede a outro portuense se attribue, Antonio Ribeiro dos Santos, collega na Universidade e seu amigo intimo.

Da propria ideação, varias poesias ha, que fôram insertas (anonymas), na *Collecção de Poesias ineditas dos melhores auctores portuguezes*, apontando-se como taes o *Sonho*, o *Episodio* e uma *Canção*, o que tudo se encontra a varia lauda do respectivo tom. II. Uma das pessoas que mui positivamente a Innocencio affirmaram serem de Ricardo Raymundo Nogueira estas peças foi o dr. Vicente Pedro Nolasco (da Cunha), parente, pelo lado paterno, em grau proximo do celebre e infeliz José Anastacio da Cunha e homem bem apessoado, de aspecto agradavel e de estatura agigantada, que com isso provocara os sarcasmos de José Agostinho de Macedo, o qual em algumas de suas satyras manuscriptas o apodava com a alcunha de *gigante de breu*. Outrosim da penna de Ricardo Raymundo Nogueira sahiu o opusculo *A serra de Cintra*, que se estampou em Lisboa, na Imprensa Re-

gia, em 1814, tambem sem o seu nôme, e de que, comquanto não apresente a indicação de segunda edição, ha effectivamente outra mais antiga, sem declaração da data nem da typographia onde fôra impressa. E' uma descripção poetica d'aquella famosa serra, em setenta estancias, ou sextinas de versos rithmados.

Em honra da memoria de Ricardo Raymundo Nogueira escreveu José Agostinho de Macedo, seu admirador e amigo particular, um *Elogio historico*, que é tido, consoante o fixa Innocencio, na opinião de alguns como uma peça de verdadeira e solida eloquencia. E, dando-o como residindo á data no Porto o extrangeiro Balbi, de Ricardo Raymundo dissera: «Este profundo jurisconsulto e litterato distincto possue um conhecimento perfeito das linguas antigas e de algumas das modernas mais espalhadas, taes como os idiomas inglez, francez, allemão, italiano e hespanhol.»

Mas de penna extrangeira, com respeito ao nosso portuense, bem mais interessante é o que nos deixou escripto, em sua *Histoire de la guerre d'Espagne et du Portugal*, o illustre general Foy.

Ahi diz este que fôra Simão de Cordes Brandão e Athayde, fidalgo da Casa Real, collegial do Real Collegio das Ordens Militares, conego doutural da Sé do Porto, doutor e lente da faculdade de Canones na Universidade de Coimbra, que, reunido ao desembargador Francisco Duarte Coelho e a Ricardo Raymundo Nogueira, então reitor do Collegio dos

Nobres, e depois membro da regencia do reino, redigira e preparara com elles o projecto de Constituição, que se tractava de pedir a Napoleão I, e que vem transcripto nas provas justificativas da obra referida. José Accursio das Neves, na sua *Historia da invasão dos francezes em Portugal*, traz egualmente aquelle documento, porém não diz por descoberto a quem deva attribuir-se.

Quanto a Francisco Duarte Coelho, bacharel formado em Canones pela Universidade de Coimbra, desembargador da Casa da Supplicação, que Innocencio crê que nasceu em Lisboa, e era sobrinho de fr. Mathias da Conceição, frade arrabido e confessor do rei D. João VI, quando principe, antes da retirada da familia real para o Brazil, sendo accusado de *jacobinismo* em 1808, foi pela regencia do reino mandado sahir de Lisboa, como deportado, para uma quinta que possuia a distancia da capital: e ignorava Innocencio se até começara a formar-se-lhe algum processo. Em 1810 foi elle um dos comprehendidos na chamada *Setembrisada*, indo deportado para a ilha Terceira, onde se conservou até 1815, segundo cria Innocencio.

Entretanto, o auctor da *Historia d'el-rei D. João VI*, cuja traducção se imprimiu em Lisboa em 1838, declara, mui expressamente, que a celebre mensagem a Napoleão fôra redigida pelo medico Gregorio José de Seixas *de accordo com muitas pessoas distinctas por suas luzes e representação*; e que o general Foy, na obra citada, *attribuira erra-*

damente a redacção da mensagem *a tres pessoas, que não fôram os seus auctores.*

É de lembrar, conforme o faz o bibliographo, que José Agostinho de Macedo affirma, em mais de um logar, que Simão de Cordes fôra um dos que nos fins do seculo XVIII e principio do XIX deram maior incremento á propagação da maçonaria em Portugal, e principalmente em Coimbra, onde chegara a organisar algumas lojas. Entende que não lhe cumpre decidir se taes asserções podem qualificar-se de falsas; mas o certo era que ellas contradiziam manifestamente o que do procedimento e doutrinas de Simão de Cordes nos conta o bispo de Vizeu D. Francisco Alexandre Lobo no *Elogio historico* que d'aquelle elaborou e vem no primeiro tomo das *Obras* do mesmo bispo.

Em 1862, perplexo, abstivera-se Innocencio, escrevendo: « Á vista d'estes testemunhos encontrados, os leitores julgarão o que lhes parecer. » Em 1870 poderia syncretamente lêr no tom. I da segunda epocha (« Guerra da Peninsula ») da *Historia da Guerra civil e do estabelecimento do governo parlamentar em Portugal* que, comprehendendo a historia diplomatica, militar e politica d'este reino desde 1777 até 1834, redigiu Simão José da Luz Soriano as palavras que seguem:

Apesar da junta dos tres estados não ter representação alguma nacional, como já dissemos, nem cousa que se parecesse com ella, todavia trabalhou-se muito, por parte dos partidistas de Junot, para a fazer acreditar como tal, tanto em

Lisboa como nas provincias; e, emquanto, por um lado, para estas se expediam emissarios com cartas para lá apressarem a formação de outras representações analogas ás que se fizeram na capital, o conde da Ega e os que com elle estavam associados buscavam com todo o empenho fazer com os da junta para que Junot fôsse o individuo que a Napoleão se pedisse para rei de Portugal.

Desde muito tempo que este projecto se achava premeditado, mas desde logo teve uma forte opposição contra si na pessoa de Mr. Carrion de Negas, official de cavallaria do exercito francez e de grande reputação de litterato, e na de Mr. Lecusson Verdier, negociante da mesma nação em Lisboa, os quaes, unidos ao desembargador Francisco Duarte Coelho, antigo secretario da legação portugueza em Paris no tempo em que D. Lourenço .de Lima alli foi embaixador, e a Ricardo Raymundo Nogueira, reitor do Collegio dos Nobres, e ao conego Simão de Cordes Brandão, lente de direito na Universidade de Coimbra, resolveram formular uma outra supplica ou representação, em que se contivessem os principios fundamentaes das liberdades publicas do paiz, que os nossos maiores não tinham podido fazer vingar, diziam elles, na feliz acclamação de D. João IV. A supplica que n'este sentido se formulou foi redigida pelo dr. G. J. de Seixas, de accordo com os individuos acima mencionados e alguns outros, notaveis por suas luzes e representação social, e apresentada ás auctoridades francezas, pelo juiz do povo, em nome da extincta casa dos vinte-e-quatro a que presidia.

Já em 1838 José Maria de Souza Monteiro narrara pittorescamente:

O pobre juiz do povo foi ameaçado com cartas anonymas; soffreu uma severa reprehensão de Junot, e chamado á presença de Lagarde, que o interrogou sobre quem lhe tinha dado aquelle papel; soube-se depois que havia sido um tal Verdier, de combinação com o snr. Carrion, official de cavallaria no

exercito francez, e Francisco Duarte Coelho, desembargador e antigo secretario de D. Lourenço de Lima, que todos se combinaram para estorvar a realisação dos ambiciosos planos de Junot.

De Francisco Duarte Coelho, conservava em seu poder Innocencio uma extensa *Memoria justificativa,* em defeza do seu comportamento e para destruir as arguições que se lhe faziam. Essa *Memoria* inedita, suppunha Innocencio ser original, e talvez autographa; não o affirmava de certo, por não haver tido ainda, até á data, opportunidade de confrontar a lettra em que estava escripta com outra reconhecidamente propria do punho de seu auctor.

Mas a obra de José Maria de Souza Monteiro põe a questão moral nos seus termos legitimos e racionaes, quiçá verosimeis e sempre fundados.

A roda fina portuense do tempo de Ricardo Raymundo Nogueira reunia-se, em intellectual convivio, na casa hospitaleira do famoso Francisco d'Almada. E agora momento é que se apure este inesperado litigioso ponto historico de saber quem foi o verdadeiro «grande Almada.»

*

Teixeira de Vasconcellos escreveu algures: «A estatua d'Almada devia ha muito abrilhantar uma das melhores praças do Porto, como testemunho de reconhecimento e mais ainda como expiação de

haver coberto com uma simples pedra, fechada por uma grade, os despojos mortaes do homem que dedicou toda a sua vida ao engrandecimento do Porto.»

Na qualidade de portuense, Teixeira de Vasconcellos commenta o snr. Alberto Pimentel que desejava que a sua terra natal pagasse, com o cavalheirismo proverbial dos velhos fidalgos pundonorosos, as suas dividas de honra. «Mas o que ha mais interessante em tudo isto é — continúa o sr. Alberto Pimentel — que essa mesma sepultura modesta em que jaz Francisco d'Almada não se lh'a deu por o honrar a elle, o grande corregedor, senão que por servir fins extranhos á espontanea gratidão d'uma terra qualquer por quem tanto como D. Francisco d'Almada, ou ainda menos do que elle, a houvesse beneficiado.»

O sr. Alberto Pimentel historía o facto, que não deixa, na verdade, de ser curioso e digno de chronica.

Estava concluido o cemiterio do Prado do Repouso, mas o preconceito popular obstava a que muitas familias mandassem sepultar alli os seus mortos. Então a camara municipal de 1839, porque no primeiro dia de dezembro d'esse anno é que o cemiterio foi aberto e benzido, lembrou-se de recorrer a um expediente, que o proprio presidente da vereação, o advogado Miguel Joaquim Gomes Cardoso, explicou no seu relatorio, lido nos paços do concelho em 1 de Janeiro de 1840:

Entendemos que uma trasladação dos restos mortaes de qualquer homem celebre, exhumados, com licença do Ordinario, de dentro de qualquer egreja, procissional e reverentemente alli conduzidos, chamaria a devoção dos fieis e affastaria prejuizos populares. . . N'esta mesma sessão entedemos, e entendemos muito bem, que o jazigo dos mortos deve ser extranho a partidos. . . Revolvendo a historia das antiguidades do Porto, não achamos homem que melhor merecesse a honra da trasladação que *Francisco d'Almada e Mendonça*. . . A elle se devem os aformoseamentos e obras de transcendencia que ella (a nossa cidade, apresenta: se isto não fôr bastante, ahi anda impressa a sua Biographia, e Oração Funebre, ambas pelo snr. João Nogueira Gandra. . . Se a memoria de Almada é ou não grata aos portuenses, diga-o essa cidade inteira, que no dia 1.º de dezembro se despovoou para o acompanhar na sua trasladação. . .

« Ora, aqui está — escreve o snr. Alberto Pimentel, cap. VI de *O Porto por fóra e por dentro* — porque se deu a Francisco de Almada aquella sepultura que o snr. Teixeira de Vasconcellos desdenha, que todo o bom portuense deve achar pequena para tamanho homem como foi o celebre corregedor. »

Os *Apontamentos biographicos do dr. Francisco d'Almada e Mendonça* têm a data de 18 de agosto de 1839 e, sem nôme de auctor, são, com effeito, impressos na Typ. de Gandra & Filhos, em o mesmo anno.

Elles enumeram e rememoram as obras novas que a Francisco d'Almada devem o Porto e toda a sua comarca.

Da lista de construcções e serviços de Francisco d'Almada, para o Porto, estrictamente, destacaremos:

O novo e magestoso quartel no campo de Santo Ovidio, hoje da Regeneração, para o 2.º regimento do Porto, hoje infanteria n.º 18; as cavallariças para as escoltas e destacamentos de cavallaria; a Real Casa Pia de correção e educação e de alojamento das partidas volantes das tropas das provincias do Norte e dos presos da Calceta; o passeio das Fontainhas sobre a margem direita do rio Douro, com o chafariz, tanques e lavadouros publicos; a nova Arca d'Agua, no mesmo sitio; o Matadouro; a regularidade de calçar as ruas; o magnifico theatro de S. João; fronteiro ao theatro, um dos maiores e mais bem acabados chafarizes da cidade, com grande deposito d'agua em seu recinto; o paredão da praça das Virtudes; o chafariz, com seu magnifico tanque, edificado na Praça Nova, hoje de D. Pedro; as duas sahidas, uma pela estrada de Braga, principiando na Real Egreja da Lapa e formando a rua da Rainha, a outra pela estrada de Guimarães, começando na egreja de Santa Catharina e formando a rua da Princeza; o melhoramento nas estradas para a Foz por Lordello, assim como para Mattosinhos e Leça da Palmeira, especialmente no sitio da Villarinha, quasi intransitavel, por sua antiquissima conservação pantanosa; a demoliação da muralha e torres da velha cidade e a edificação de nova capella, em logar mais acommodado, para a antiga ermida de N. Senhora da Batalha, que estava junto á Porta de Cima de Villa.

A ponte-de-barcas sobre o rio Douro havia sido projectada por elle, Francisco de Almada, mas não chegou a realisal-a, porque n'esse tempo tractava anciosamente de obter do governo a licença e meios de construir uma ponte-de-pedra, desde a Porta do Sol até ao terreiro da Serra do Pilar. O desenho d'esta magestosissima obra elle o encarregara ao engenheiro Carlos Diniz Ferreira da Cruz Amarante, o qual o formou e apresentou, para se

depositar na Casa Pia, onde existiu muito tempo. «E, se não fôra tam prematura a sua morte, gosaria hoje a cidade de um monumento que, só elle, seria capaz de eternisar o seu nôme». Decerto.

«A casa de Francisco d'Almada — exara-o, no estylo rebuscado e ingenuo da moda coeva, João Nogueira Gandra — era o centro da reunião dos genios que as sciencias e as bellas-lettras e artes faziam distinctos n'esta cidade: alli se encontrava o sabio de credito estabelecido com o joven de fundadas esperanças. Quem se lembra de sua meza e de seus saraus se recordará de alguns dos saudosos nômes» que João Nogueira Gandra passa a desfiar.

E' uma lista copiosa e brilhante: — Antonio Ribeiro dos Santos, Ricardo Raymundo Nogueira, João Pedro Ribeiro, Joaquim Navarro d'Andrade, fr. Bartholomeu Brandão, Rodrigo de Souza da Silva Alcoforado (depois barão de Villa Pouca), José Pedro da Camara, Vicente José Ferreira Cardoso, fr. Vicente da Soledade, padre André Antonio Correia, Theodoro de Souza Maldonado, fr. José Pedro da Transfiguração, padre Julio de Saldanha, Manoel Garcia, padre Agostinho Rebello da Costa, Antonio Soares d'Azevedo, João Baptista Gomes Junior, padre José Durão, João Evangelista de Moraes Sarmento, José Lourenço Pinto, padre Francisco de Paula Figueiredo, José Caetano da Cunha, Luiz Paulino Pinto da França, José Francisco Gonçalves, José Bento Lopes, Antonio da

Silva Ferreira, José Ferreira Pinto, João Francisco de Guimarães, arcediago de Barroso, Manoel Martins do Couto, José Francisco Massa, padre João Antonio Valença, José Vicente da Fonseca, padre Antonio Raymundo Cornelli, fr. Manuel Teixeira, Antonio da Silva Leite, fr. José de Lima, José Teixeira Barreto, fr. Francisco d'Avè-Maria (hoje — 1839 — abbade de Santo Ildefonso), João Glama Straberle, Sebastião d'Andrade Corvo, Antonio Vieira, Custodio José Ferreira d'Almeida, arcipreste Pedro Antonio Vergolino, mestre-eschola José de Carvalho, padre Antonio Guadagnini, fr. Ignacio de S. Carlos, abbade Caetano José da Cunha Candido, fr. Bernardo Mimoso, Joaquim Maria d'Andrade, fr. João Pedro d'Andrade Crespo, Custodio Gonçalves Ledo, José Joaquim Egico, fr. Thomé de S. Joaquim, Domingos Martins Gonçalves, padre José de Oliveira, fr. Antonio de Santa Barbara, Antonio Pedro Gonçalves, Antonio José Simões, Manoel Felix de Negreiros, fr. Athanazio da Cunha, Alexandre José Pires, fr. João de Santa Thereza Reguinho, João Edolo e seus dous filhos, João José de Paiva. «E muitos outros, que sómente a falta de memoria nos força a esquecer, quando desejavamos commemorar — Gandra o registra — que o magistrado incansavel era amigo dos homens notaveis da sua epocha.»

Notabilissimo, elle-mesmo.

E, comtudo, *o grande Almada* não é este.

Para a singularidade ser completa, ha nova

incongruencia, mais interessante ainda, a additar á já interessante artimanha com que a municipalidade portuense de 1839 avocou, do esquecimento profundo em que sua memoria prestes cahira, o nôme de Francisco d'Almada, explorando para fim determinado de occasião, ainda que civilisatorio, uma apparentemente, e só apparentemente, desinteressada homenagem.

E' que *o grande Almada* (cuja lembrança esbatida andava vagamente na tradição, que os vereadores de 1839 aproveitaram) não era este. Não era o filho; era o pae.

Não era *Francisco* de Almada.

Era *João* de Almada.

Este, então, graças a tal troca de homenagens, é que ao depois restou, de vez, completa e absolutamente olvidado. E, todavia, elle, e não o filho, é que era *o grande Almada.*

A obra, hoje rara, e sempre apreciada, de *Os extrangeiros no Lima* está organisada em fórma de dialogos, conversações eruditas sobre varios pontos de historia ecclesiastica, civil, litteraria, natural, genealogica, antiguidades, geographia, agricultura, commercio, artes e sciencias, em que são interlocutores: o francez *Raulin,* philosopho; o inglez *Clarck,* commerciante; o italiano Julio, «viageiro»; o castelhano D. Hugo, genealogico; e o medico, portuguez, *Lami. Lami* é o anagramma de Lima, um dos appellidos do auctor da obra,

o medico portuguez Manuel Gomes de Lima Bezerra.

Em uma d'estas palestras, á nobiliarchia portugueza attinente, como quer que de «Almada» se tracte, o inglez Clarck enfada-se da prolixidade. «Basta, meus senhores (elle exclama), de nobreza derivada. Os dotes pessoaes são para mim de maior valor, e por isso estimarei que me declarem os serviços por que *João de Almada* tem merecido o agrado dos povos e a confiança dos reis.»

Satisfaz-lhe largamente a vontade *Lami;* mas nós deixaremos o que concerne aos serviços com que João de Almada bem merecera a confiança dos reis e respigaremos, tam só, pelo que respeito diga ao agrado dos povos, que, concorrentemente, elle conciliara. Mesmo, n'esta especie, nos restringiremos ao Porto: «Emquanto durar a cidade do Porto (*Lami* remata, exaltando-se) serão conhecidos e admirados pelos seus moradores o zelo e amôr patriotico d'este fidalgo nas ruas do Almada, S. João e outras muitas, que fez abrir de novo; nas praças da Ribeira, de S. Roque, da Victoria e varias outras; na formosura e utilidade do Campo da Alameda; nas magnificas portas de Almada, da Ribeira e do Sol, que ennobreceu; nos aqueductos publicos e nas fontes que a sua vigilancia e desvelo promoveu, com tanta utilidade como applauso de todos os ditos moradores.»

Emquanto durar a cidade do Porto, o nôme de João de Almada será lembrado e respeitado; isto

professava, em Coimbra, onde o tom. II de seu livro era impresso em 1791, Manuel Gomes de Lima Bezerra.

E já a 10 de março de 1789, um forasteiro no Porto, onde havia mais de dezesseis annos era morador, Thomaz de Modessan (em carta por elle endereçada ao editor do *Jornal Encyclopedico*, de Lisboa, e hoje recolhida no volume de *Antiguidades curiosas*, colligidas por Antonio Luiz Monteiro e publicadas por seu filho Abilio A. Monteiro) protestara contra a conspiração de silencio que em torno do nôme de João de Almada, seus collaboradores e continuadores, começava a urdir-se, occultando-se, em noticia ardilosa, obras da maior importancia, assim dentro da cidade como nos seus muros e fóra d'elles.

De «as occultadas obras», Thomaz de Modessan declara que, tam só, apontará algumas poucas:

Uma rua nova do Almada, com sua porta no muro do mesmo nôme, que, pelo rompimento que se lhe fez com a das Hortas, fórma um comprimento recto de casas regulares, em distancia de quasi mil passos ordinarios, até entrar no novo e espaçoso campo de Santo Ovidio, campo este guarnecido de piões lavrados e onde se poderão exercitar em um mesmo tempo varias tropas e de cujo ingresso carecia a cidade. Uma rua de Santo Antonio do Penedo, aonde, trabalhando a arte contra a natureza, foi feita para dar de frente sahida do coração da cidade para um dos melhores bairros dos seus suburbios, a qual se acha — 1789 — tambem enobrecida com a outra nova e elevada porta chamada do Sol. A rua nova de S. João, que, sendo o seu rompimento em sitio de insuperaveis

despezas, não só fez por sua vontade dar um novo lustre á cidade, na soberba ordem de seus edificios, mas destruiu as difficuldades que todos os dias havia nas passagens continuas e traficos, tanto da ribeira geral como da alfandega, com notavel prejuizo e incommodo dos povos; devendo-se ajuntar a esta magnifica obra não só a nova praça e porta que lhe corresponde ao dividimento do rio mas a espaçosa praça em que vem a sahir a S. Domingos, para cujo effeito fôram consideraveis as despezas na demolição de antigos edificios e sem a qual ficaria incompleto o fim d'aquella utilissima rua. Similhantes despezas fizeram as mesmas obras, com egual beneficencia publica, na formação da nova praça de Santo Eloy e reaes casas das guardas militares que guarnecem as principaes portas da cidade. O rompimento da rua nova de Santo Ildefonso, a unir com o largo da Porta de Carros e calçada dos Clerigos, é outra das magestosas obras que, em outro tempo, apenas se poderia conceber e effectuar no decurso de um seculo; e nós a vêmos já hoje — 1789 — servir, transitando-se de uma para outra parte, com a admiravel commodidade de toda a população, urbica e campestre, que habita ao nascente. A bellissima e amena sahida da Porta do Olival para o Carmo e Largo dos Ferradores, e a extensa sahida do Cedofeita têm sido outros tantos objectos de beneficencia publica a quem via quasi invadiaveis estes sitios em certos tempos de inverno, chegando os carros carregados a procurarem uma volta de quasi tres mil passos para se virem metter na cidade. O rompimento da rua nova de Santa Catharina, e outras innumeraveis que de sitios intransitaveis e em parte ascorosos se têm tornado habitaveis, são outros tantos monumentos que honrarão eternamente a seus promotores, os quaes, no meio de tam trabalhosos, posto que necessarios, serviços, não se têm esquecido do util e do agradavel, já terraplenando varias ruas que a brevidade ou grosseria dos tempos tinha deixado imperfeitas, como a das Carmelitas e a do Postigo das Virtudes á Alameda, etc., já mettendo-lhes novas e perennes fontes de agua, assim como na de Almada, aonde se acham duas, e já guarnecendo todas as mesmas ruas, assim

antigas como modernas, de passadiços lateraes de pedra liza, á proporção da largura que estas permittem, com piões de pedra escolhida para os dividirem da calçada e do mesmo modo da gente de pé: isto tudo, quanto póde ser, á imitação da nova reedificação de Lisboa.

« Taes são, em summa geral (proclama, justamente indignado, Thomaz de Modessan), as obras publicas que o auctor (direi opportunamente quem era este auctor e o motivo provavel por que o fez) encobriu na sua noticia, talvez por se não atrever a confesssar que ellas constituem, na verdade, um seculo-de-ouro portuense. »

« Não parou aqui só — caracteristicamente assignala logo a perfidia Thomaz de Modessan — o apaixonado desatino do mesmo auctor, pois que, para não fazer justiça egualmente ao incansavel zelo e demais virtudes com que o immortal João de Almada e Mello governou por muitos annos esta cidade e effectuando-se no seu tempo muitas d'aquellas ditas obras, e dando principio a outras, nem sequer quiz transcrever os disticos com que ella perpetuou o seu agradecimento nas Portas do Almada e do Sol e na fonte primeira da rua d'aquelle nòme, fazendo-se, n'este ponto, tanto maior a admiração, até do mais ignorante vulgo, quanto se vê que o extravagante auctor andou, aliás, pesquisando para o seu livro insignificantes disticos que se acham nos arrebaldes da cidade, como o da ordinaria capella do Pinheiro, a fl. 199, e outros! Sim. Elle, para em tudo ser como os que apregoam vinho e

vendem vinagre, deu-nos a nota dos versos ordinarios do frontispicio de uma capella de um homem de fortuna da cidade, para fazer insolita os da mais elegante latinidade que ornam as portas da melhor architectura e que alludem, por uma parte, á beneficencia d'aquelle ex.^{mo} governador e, por outra, á gratidão dos governados!»

Se a gratidão dos portuenses de então se afere pela lembrança que a seus posteros elles legaram do nôme de João de Almada, contra o bracharense auctor increpado em pura perda foi a indignação do britannico Thomaz de Modessan.

E, comtudo, ao bibliophilo, na epocha do zenith social do inclito, se aspero, varão, impressos affluem os testemunhos da meritoria consideração coeva, por ex. o do padre Manuel Alvares.

Do padre Manuel Alvares de Queiroz, presbytero da Congregação do Oratorio do Porto, diz Innocencio que parece que d'ella sahira ao fim de alguns annos, assim o indicando o facto de haver juntado ao seu nôme o segundo appellido «Queiroz», de que, como congregado, não podia fazer uso, em vista dos estatutos respectivos.

Em todas as obras que publicou, não apparece nunca, porém, o appellido de «Queiroz» onde se designa como auctor, e apparece sempre a qualidade de membro da sacra corporação a que se ligara. Em 1760, na *Instrucção sobre a logica ou dialogos da philosophia racional*, «escriptos por Manuel Alvares, da Congregação do Oratorio do

Porto»; em 1762, na *Historia da creação do mundo conforme as idéas de Moysés e dos philosophos, illustrada com um novo systema e com varias notas e dissertações*, «pelo padre Manuel Alvares da Congregação do Oratorio de S. Fillippe Neri»; em 1765, no tom. I *(Elementa logices continens)* de obra que, por em latim, Innocencio não enumera: *Elementa philosophiæ conscripta ad usum studiosæ juventutis*, «ab Emmanuele Alvaro, Congregationis Oratorii Portucalensis D. Philippi N. presbytero, Portucali, ex typ. Francisci Mendes Lima» (da officina de quem haviam sahido egualmente os outros dois volumes).

«Ignoro ainda a sua naturalidade, nascimento, obito, etc.», accrescenta, attinentemente ao padre Manuel Alvares, ou Manuel Alvares de Queiroz, Innocencio em 1860; na altura respectiva do *Supplemento* (que aliás o snr. Brito Aranha tem augmentado e illustrado) não voltou a tractar-se de Manuel Alvares, ou Manuel Alvares de Queiroz, de quem, na *Descripção Topographica de Villa Nova de Gaya*, por João Antonio Monteiro d'Azevedo, cidadão da cidade do Porto, accrescentada por Manuel Rodrigues dos Santos, natural da mesma villa, em a primeira nota ao cap. x, se diz que entre os sabios villanovenses omittidos no texto é, com outro nomeado, digno de toda a excepção o padre Manuel Alvares de Queiroz, da Congregação do Oratorio do Porto.

*

Distinguia-se por sua grande esphera de conhecimentos, sendo ao mesmo tempo poeta, orador, theologo, philosopho e mathematico. Em todas estas faculdades, e principalmente nas duas ultimas, de que foi professor regio, compoz diversas obras, de que algumas correm impressas, e entre ellas uma Logica em lingua vulgar, que escreveu aos 18 annos de idade, e outra no idioma latino, composta aos 22. Que prematuro engenho!

«As primicias dos meus estudos», em 1762, quando á sua *Historia da creação do mundo* a offerece «ao serenissimo senhor D. Gaspar, arcebispo primaz das Hespanhas, senhor de Braga, pio, sabio, augusto», chama o padre Manuel Alvares á sua *Instrucção sobre a logica* que em 1760 dedicara ao mesmo «serenissimo senhor D. Gaspar, arcebispo primaz das Hespanhas, senhor de Braga, etc., etc., etc.», ao qual em 1762 elle se reputa incapaz de louvar dignamente, pois, «se, para louvar dignamente Augusto, foi precisa a energia de Virgilio; a eloquencia de Plinio, para elogiar a Trajano»: elle que nem tem «a eloquencia de um nem a energia do outro», como havia de elle fazer o panegyrico de S. A., «em tudo mais que Augusto, mais que Trajano?» E os elogiados não corriam elogiadores d'estes!

O de D. Gaspar possuia merecimento verdadeiro, todavia; e suas offerendas não eram de menos porte, com effeito.

A primeira, os «dialogos sobre a philosophia racional», foi julgada em o respectivo artigo critico, inserto no caderno de março de 1762 da *Gazeta litteraria*, de Francisco Bernardo de Lima.

O juiz escreve:

São infinitas as Logicas que, nos tempos antigos e modernos, se tem escripto; mas, apesar d'esta abundancia, não ha na lingua portugueza uma que, expondo o commum e o preciso d'ella, instrua a mocidade sem demasiado desperdicio de tempo. A que compoz o douto Azevedo Fortes é magistral, mas só serve para os leitores já instruidos, que amam vêr as materias tractadas fóra do commum. Porém esta falta é bem supprida com a logica de que damos agora noticia. «Ella é a mesma (diz o auctor no prologo) com que fizeram agigantar os progressos Francisco Bacon, Renato Descartes, Pedro Gassendo, João Locke, o auctor da *Arte de pensar,* Mariotte, Antonio Genuense e outros infinitos que desterraram das escholas as monstruosas chimeras dos antigos e admittiram, em logar d'ellas, um novo corpo de doutrina proprio para guiar o nosso entendimento pelo caminho da verdade.» Estas expressões inculcam bem o valor do livro; mas era justo que entre aquelles auctores se nomeasse o nosso Luiz Antonio Verney, auctor de uma excellente Logica, que na obra se cita varias vezes.

O reparo é procedente; mas o traslado do texto de Manuel Alvares, por Francisco Bernardo de Lima feito, é que não sahiu rigorosa, rigorosamente exacto, sem detrimento da idéa, aliás. A Manuel Alvares, Francisco Bernardo de Lima nota «alguma impropriedade de linguagem que se póde encontrar nos cumprimentos dos interlocutores»; logo attenua que esta falta «é bem compensada pela utilidade que se tira da obra em geral.» E, «se julgamos esta como ensaio de um auctor novo, que cousas maiores não devemos esperar d'elle adulto?»

Adulto estaria em 1762, quando deu ao prelo a sua *Historia da creação do mundo?*

No caderno de junho da mesma «noticia exacta dos principaes escriptos modernos», a proposito do novo livro de Manuel Alvares, Francisco Bernardo de Lima, conego secular da Congregação do Evangelista, começa por escrever:

Aquella predilecção que tinhamos ao doutissimo auctor d'esta obra muito antes de possuirmos a sua amisade não era motivada unicamente pela paixão, mais que commum, que temos a toda a Congregação do Oratorio, menos pelas infinitas attenções com que nos tem tractado esta illustre sociedade que por florescerem n'ella homens eminentes em todas as sciencias e bellas-artes; procedia, sim, de conhecermos perfeitamente as qualidades do juizo e engenho d'este auctor, que hoje se manifestam nas suas obras, principalmente n'esta.

E rematava dizendo:

Para dizer tudo em uma palavra, esta obra é uma das bôas da Europa e do numero d'aquellas que dão honra á nação portugueza, como advertiu o doutissimo benedictino fr. Francisco de S. Bento na judiciosa approvação que lhe fez e se acha no principio d'esta obra.

«Esta obra — informa Innocencio — devia proseguir; porém não consta que se publicasse mais que o primeiro volume.» As palavras do *Diccionario bibliographico* não são severamente precisas, porquanto a *Historia da creação do mundo* foi dada como um conjuncto completo; nem o publicado é *primeiro volume*, mas a obra n'um volume só e unico se comprehendia toda. Vê-se que Innocencio redigiu de reminiscencia; d'ahi a confusão, facil de surgir, na verdade. É que «na prefação d'este livro

(a *Historia da creação do mundo)* promette o seu litteratissimo auctor mostrar ao publico outro mais volumoso e mais dilatado», assim o memora (escusando-o, por desnecessario á gloria do escriptor) fr. Simão do Loreto; mas por que o padre Manuel Alvares no Porto prosiga em Lisboa faz votos Ignacio Barbosa Machado: «Permitta Deus que, levado do zelo de servir a patria, não largue a penna n'este genero de estudo, para continuar em outros livros similhantes com que se honra a nação portugueza.»

Da nação portugueza, a uso da juventude que habita esta cidade do Porto, Manuel Alvares no Porto publicou em latim aquelles elementos de logica, que em 1765 dedicou *Viro clarissimo et altissimo Joanni de Almada et Mello, ad exercitus regi fidelissimi legato, aput Portucalenses supremo militum magistro, rerumque capitalium et servilium prætori maximo.*

Mas resta-me ainda dizer qual a causa d'esta conspiração do silencio que submergiu o nôme de João de Almada, dispondo, pois, as coisas para tornar possivel na memoria publica a substituição da personalidade do filho, Francisco de Almada, á do pae, esse obliterado João de Almada, que é aliás quem é o verdadeiro e legitimo *grande Almada.*

Porém, no comenos, por um pouco olhemos (depois de outras e antes de uma) successivamente para duas grandes figuras portuenses das comprehendidas na enumeração de Gandra.

VIII

Luiz de Sousa — Thomaz Pinto Brandão — João Sucarello Claramonte — Antonio Ribeiro dos Santos.

Colleccionador de livros grandissimo, esse illustrado portuense, D. Luiz de Sousa, de quem preliminarmente corra que menção façamos.

A parte segunda da obra *Primicias Evangelicas* é *offerecida a uma doutissima, poderosissima e virtuosissima princeza.*

Havendo dedicado á *serenissima alteza de Cosmo Terceiro, gran-duque de Toscana*, a parte primeira, a parte segunda *a uma doutissima, poderosissima e virtuosissima princeza* a offerta seu auctor, D. Raphael Bluteau.

Quem foi este D. Raphael Bluteau?

Foi um clerigo regular theatino que nasceu em Londres a 4 de dezembro de 1638, morrendo em Lisboa a 14 de fevereiro de 1734, contando, pois,

mais de 95 de edade, dos quaes viveu seis em Inglaterra, cinco em Italia, em França vinte e oito e cincoenta e seis em Portugal.

Pela sua qualidade de extrangeiro, Diogo Barbosa Machado o excluiu da *Bibliotheca Lusitana.*

Absurda logica da regra!

Porquê?

Porque «os portuguezes lhe devem eterna gratidão, por lhes dar um Diccionario que não tinham, e de que tanto necessitavam; abalançando-se e conseguindo elle só, com o proprio esforço e estudo, o que as Academias não puderam vencer antes nem depois!» (Innocencio Francisco da Silva, tomo setimo, 1862).

Eis o titulo pretencioso d'esta obra preciosa:

Vocabulario Portuguez e Latino, Aulico e Anatomico, Architectonico, Bellico, Botanico, Brazilico, Comico, Critico, Dogmatico, Dialectico, Deudrologico, Ecclesiastico, Etymologico, Economico, Florifero, Forense, Fructifero, Geographico, Geometrico, Gnomonico, Hydrographico, Homonymo, Hierologico, Icthyologico, Indico, Isagogico, Liturgico, Lithologico, Medico, Musico, Metereologico, Nautico, Numerico, Neoterico, Orthographico, Optico, Ornithologico, Poetico, Philologico, Pharmaceutico, Quiddidativo, Qualitativo, Quantitavo, Rhetorico, Rustico, Romano, Symbolico, Synonimico, Syllabico, Theologico, Therapeutico, Technologico, Uranologico, Xenophonico, Zoologico.

Declara-se «auctorisado com exemplos dos me-

lhores escriptores portuguezes e latinos » e é *offerecido a el-rei de Portugal D. João v*.

Mas seu auctor, D. Raphael Bluteau, da outra obra sua das *Primicias Evangelicas* a segunda parte a consagrara *a uma doutissima, poderosissima e virtuosissima princeza.*

Quem é esta *doutissima, poderosissima e virtuosissima princeza?*

« Esta *doutissima, poderosissima e virtuosissima princeza* é, nem mais nem menos, a *livraria* de D. Luiz de Sousa, arcebispo de Lisboa, á qual o auctor endereça uma *eruditissima* e *estiradissima* oração dedicatoria, que comprehende a bagatella de quarenta e seis paginas em typo assás miudo! » Innocencio Francisco da Silva, a pag. 43 do tomo citado.

Quem foi este D. Luiz de Sousa, arcebispo de Lisboa?

« Foi filho segundo de Diogo Lopes de Sousa, segundo conde de Miranda, e da condessa, D. Leonor de Mendonça, filha do conde de Penaguião João Rodrigues de Sá. Recebeu em Roma o grau de doutor em Canones, e logo passou a deão da Sé do Porto e a governador do bispado e da Relação Civel da mesma cidade. Foi capellão mór de el-rei D. Pedro II, presidente da Junta das Missões, conselheiro-de-Estado, bispo de Bona e de Martyria, arcebispo de Lisboa e, finalmente, cardeal. Em todos estes altos empregos exercitou sempre as virtudes mais edificantes e austeras, occupando o fervor do

seu espirito em estabelecer na côrte de Lisboa o jubileu do Lausperenne, que presentemente — 1789 — goza, devendo aquella côrte a um filho do Porto graça tam especial.» (Agostinho Rebello da Costa).

Que seria a bibliotheca de D. Luiz de Sousa?

«*Aquel tesoro de toda la divina y humana erudicion, que en más de treinta mil volumenes construie la maquina preciosa de su gran Biblioteca en que sin comparacion se vèe excedido el numero de la cualidad, pues, a demas de que son, todos, los más selectos de todas las artes, sciencias, professiones y facultades, se le añade el exterior asseo, en que facilmente excede a quantas hà celebrado la fama en todos los siglos.*» (Manuel de Sousa Moreira).

Que diz, emfim, d'ella D. Raphael Bluteau?

Muitos annos antes que fôsse inventado o papel se fizeram muitas livrarias, de que ainda hoje faz menção a historia. O primeiro rei que teve esta utilissima curiosidade foi Osymanduas, rei do Egypto. Na Persia foi celebre a livraria Syriana; não foi menos memoravel a livraria Attalica na Asia Menor, a Alexandrina no Egypto e a de Pisistrato na cidade de Athenas.

No principio do seu imperio, prevaleceu nos romanos a profissão das armas á licção dos livros; não attenderam a ensinar mas a subjugar o mundo, preferindo sua bellicosa ambição a estrondosa conquista dos reinos á pacifica milicia dos entendimentos; mas, conhecendo, no progresso dos annos, a utilidade das lettras, converteram as praças de Roma em publicas livrarias, em que todas as nações, e principelmente os gregos, vinham a refazer-se dos tributos que pagavam com as noticias que adquiriam, e com engenhosas competencias enganavam a dôr da perdida liberdade.

Estas antigas livrarias fôram como os chefes da geração e os troncos da descendencia de todas as livrarias que hoje vêmos na Europa, tam crescidas no numero e tam pomposas na magnificencia que n'ellas não têm os olhos menos que vêr que os engenhos. Entre todas as d'este reino, as vossas preeminencias vos dão a corôa, e a minha admiração vos tributa os encomios com que tenho celebrado o lustre e a antiguidade da vossa nobreza, e agora começo a formar o panegyrico da doutrina, poder e virtude que em vós reconheço, para que conste que a verdade e não a lisonja vos deu, nas minhas primeiras palavras, o titulo de Doutissima, Poderosissima e Virtuosissima Princeza.

Explana porque doutissima, porque poderosissima e porque virtuosissima.

Brada, para terminar:

Não fallo nos regalos da vossa côrte, *Serenissima Princeza;* todos são tam puros que só o entendimento os gosta. Com estas innocentes delicias, captivastes os affectos do auctor da vossa grandeza. Lá disse Ovidio que o sol olhava só para a nympha a que amava, sem attender pelo restante do mundo. O mesmo podemos dizer do sol de que as vossas prendas mereceram os agrados. Não tem o mundo objectos dignos da sua attenção; só vós sois o emprego de seus doutos disvellos; é todo vosso, com tam primorosa singularidade que as suas mãos são o berço em que nasceste e muitas vezes são o throno que vos sustenta; a sua memoria é o vosso retrato; a sua comprehensão o vosso archivo; e essas obras em que se encerram laboriosos engenhos são todo o seu allivio. Que exemplar e que digna de meditação é a vida de um principe ecclesiastico divertida com tam louvaveis entretenimentos? Aos sacerdotes e aos bispos prohibem os concilos todos os profanos passatempos do mundo, e só lhes concedem uma honesta e santa recreação na licção dos livros; não podia este exemplarissimo prelado guardar este preceito mais ao pé da lettra, porque sempre está contemplando as vossas lettras.

Ao tempo, similhantes trocadilhos eram o suprasummo da elegancia no estylo. Chamava-se a isto escrever culto. Das hodiernas mirabolancias e das extravagancias hodiernas, que conceito se fará d'aqui a duzentos annos? D. Luiz de Sousa falleceu em 1702.

Quarenta e um annos depois, mas na penuria, fallecia outro portuense notavel, Thomaz Pinto Brandão, poeta.

*
* *

Poeta, que vivendo de alegrar a gente, morreu de fome, vimos já que de si-proprio dissera esse Thomaz Pinto Brandão, natural d'esta cidade do Porto, onde viu a primeira luz a 5 de março de 1664 e foi baptisado a 12 do mesmo mez e anno. Falleceu em 31 de outubro de 1743.

O tomo mais consideravel que d'elle nos resta é o livro intitulado *Pinto renascido, empennado e desempennado*, impresso em Lisboa no anno de 1732. Compõe-o uma collecção de sonetos, oitavas, romances, decimas, silvas, etc., tudo escripto no estylo joco-serio, que era o proprio do auctor. Ha d'este livro segunda edição, que sahiu posthuma em 1753, accrescentada com a vida do poeta e ornada com o seu retrato.

Os sonetos de Thomaz Pinto Brandão gosaram de grande estimação no seu tempo; e ainda muitos

annos depois observa Innocencio que José Agostinho de Macedo chegava a affirmar, mui seriamente, que em todo o *exercicio sonetario* (isto é, entre a multidão immensa de sonetos produzidos pelos poetas italianos, hespanhoes e portuguezes) elle não conhecia senão *um*, completamente acabado segundo as suas infinitas e impertinentissimas regras; e era o de Thomaz Pinto Brandão, primeiro n'este volume do *Pinto renascido*. Fôsse embora exaggerado este conceito, a Innocencio parecia, comtudo, que o voto de censor tal não deixara de ter seu pezo.

De Thomaz Pinto Brandão fôram paes Gonçalo Pinto Coelho e Isabel Brandão, sendo aquelle advogado da Relação do Porto. Chegado aos dezesete annos de sua edade, tomou a resolução de passar a Lisboa, onde, não o favorecendo a fortuna, emprehendeu ir viver no novo mundo. Na côrte travara conhecimento, nos relatam, com o bacharel Gregorio de Mattos Guerra, natural da Bahia, que, vindo estudar a Faculdade da jurisprudencia na Universidade de Coimbra, se achava oppositor a alguma judicatura na sua patria. «A similhança dos genios, ambos joviaes e picantes, apertou tanto os vinculos da sua amisade que, despachado n'este tempo o Gregorio, levou comsigo o Thomaz para a Bahia.» Por algumas travessuras, mui naturaes em uma edade que costuma fazer timbre dos excessos, o mandou prender, seguem referindo, no anno de 1693, o almotacel mór Antonio Luiz Gonçalves da Camara Coutinho, que n'esse tempo era governa-

dor e capitão-general da capitania da Bahia de Todos-os-Santos. Após um anno de prisão, o governador o fez sentenciar a degredo para Angola; mas, acabando o seu governo antes da execução da sentença, a moderou o seu successor, D. João de Alencastre, commutando o degredo de Angola para o Rio de Janeiro, para onde foi, com effeito, conduzido, residindo ahi, como governador da provincia, o alferes-mór do reino Luiz Cesar de Menezes.

Novo desastre, pois que seu genio, sempre propenso a travessuras e satyras picantes, com certa que escreveu contra um favorecido do governador deu occasião a que experimentasse segunda vez as mortificações da perda da liberdade.

Da cadeia sahiu para Angola, por degredo; teve uma viagem dilatada e penosa. Chegado, emfim, á cidade de S. Paulo de Loanda, o governador, pela recommendação de Luiz Cesar, o mandou metter logo na cadeia e carregar de ferros; e, depois de tres mezes de prisão tam aspera, o fez conduzir a Benguella, para que n'aquelle presidio servisse. Por aquellas terras assistiu Thomaz Pinto Brandão alguns annos; alli exercitou o posto de capitão de infanteria e alli se viu senhor de setenta escravos, uns grangeados por negocio, outros captivados na guerra. Alli teve uma amizade bem estreita, mas não legitima, com *Nuna Ambundo,* sobrinha da rainha *Ginga* e neta do famoso *Caconda*, rei de um dos paizes circumvisinhos; d'esta houve um filho,

de quem, com o deslavado cynismo d'aquella epocha de inconsciencia moral, elle mesmo disse:

Certo que foi bem nascido
E, postoque um tanto fusco,
Tinha a côr baça na pelle
Mas sangue real no bucho.

Continuou o serviço militar n'aquella fronteira alguns annos, até que chegou a Angola, com o emprego de governador e capitão-general, o mesmo Luiz Cesar de Menezes, que, vendo já satisfeita a sua vingança, lhe deu licença para recolher ao reino. Embarcou-se, pois, para o Rio-de-Janeiro, onde aportou com toda sua negraria. Fez presente de alguns escravos a pessoas de que dependia; converteu outros em ouro; e conservou os mais em seu serviço, entrando n'estes um chamado Damião, que o serviu fielmente até á morte, em que lhe concedeu toda a liberdade, «que já gosava de meias pelo amor com que o tractava.»

No Rio-de-Janeiro casou e, pretendendo despachar-se com o habito de Christo pelos serviços que havia feito na Bahia, no Rio e em Benguella, se embarcou para o reino, chegando a Lisboa pelos annos de 1703, trazendo comsigo sua mulher e sua sogra.

Mas aqui é que começaram, verdadeiramente, os seus grandes e insoffriveis trabalhos. Como a sogra «tinha a condição aspera e elle o genio mui livre, começaram a ser reciprocas as queixas e

commum de dois o descontentamento; separou-se Thomaz e começaram, com as demandas, a descompor-se ambas as partes.» «A sogra, que era já viuva de tres maridos, empregava-se em destruir este genro, depois de haver já afugentado outro. O outro, sem reflexão no descredito que para si proprio fabricava, ao mesmo tempo fazia publicos nos seus versos os defeitos mais intimos da sogra.»

Augmentava-se, de momento a momento, reciprocamente o odio, e fôram os seus effeitos prender Thomaz Pinto Brandão a sua sogra e conseguir esta prendel-o a elle, mas, como o crime por que a sogra o accusava lhe fôra falsamente arguido, os seus patronos, que eram os gran-senhores da côrte, o duque do Cadaval, D. Jayme, o conde de Unhão, D. Rodrigo Telles de Menezes, o marquez mordomo-mór, D. Martinho Mascarenhas e D. Rodrigo de Lencastre, commendador de Coruche, o fizeram logo mudar da cadeia fechada para a casa do carcereiro e ultimamente o restituiram á sua liberdade.

Este precursor do Bocage tradicional da vida-airada não poupava os seus gracejos, sempre apimentados, nem mesmo á pessoa do rei; e debalde procurou restaurar o agrado, que perdera, de D. João v, por uma graça que introduzira em uma poesia, pois que elle «não sabia perder a pronunciação de nenhuma que o pensamento lhe suggerisse.»

Não era escrupuloso na escolha dos themas para suas moralistas risotas, como o indica a eleição dos interlocutores para o romance, dedicado á pratica de tres cabeças em tres discursos, as quaes tres cabeças eram as de tres ladrões em Lisboa justiçados; mas, na loucura da sua procrastinada bohemia, encarreiravam-o lampejos de bom senso, como quando, em 1730, vibra a sua satyra contra os sebastianistas *(Aos declarados Encobertos)*.

No extremo fim de sua vida e sua penuria, valeu-lhe a caridade do conde de Sabugosa, Vasco Fernandes Cesar de Menezes, que lhe deu casas, no sitio da Junqueira, junto ao seu palacio, assistindo-lhe, egualmente, com o preciso para a sua subsistencia e do seu escravo Damião, «que em todos os seus trabalhos foi sempre o seu *Fidus Achates*». Foi sepultado no adro da egreja do Calvario.

*

* *

Mais escandalosamente faceto do que Thomaz Pinto Brandão ainda, portuense poeta houve n'essas epochas que suppômos reverenciosas. Mas, por bem do decôro, quedou manuscripto.

Das poesias de João Sucarello Claramonte, natural do Porto, cavalleiro professo da Ordem de Christo, medico insigne, diz Diogo Barbosa Machado que se podiam formar diversos volumes e

*

sómente se haviam feito publicas algumas nas *Mem. Funeb. da Senhora D. Maria de Atayde* (Lisboa, na Offic. Craesbeeckiana, 1651, 4.º). E não era de genio melancholico a musa do medico do Porto, a quem, discriminadas e na expressão um tanto contradictoriamente, a *Bibliotheca Lusitana* averba, tam só, um soneto, uma decima e o entremez, ms., do *Estudante phantastico.*

Mas no anno de 1667 as «Obras poeticas do doutor João Sucarello Claramonte, cavalleiro do habito de Christo e medico portuense» as «ajuntou com grande trabalho Christovão Alão de Moraes, seu grande amigo.»

Tinha-os Sucarello, que, pouco assucarado, com elles motejava á bôa-parte, deixando-nos, assim, desconhecidos traços physionomicos, como os que caracterisavam o introito da sylva a Duarte Ribeiro de Macedo, um dos mais favorecidos, por mais queridos:

Meu Duarte Ribeiro,
Meu bacharel barbinhas de sedeiro,
D'onde assedam as bellas raparigas
As faces e as guedelhas como estrigas etc.

Mas para outros não continha a veia satyrica em comedimentos, consoante passou para Domingos Antunes Portugal, sendo dezembargador do Porto. Casou com uma viuva, chamada dona Maria dos Reis e, indo para a receber, foi acompanhado por tres filhos que tinha, já homens. «Com

os quaes se sobresaltou a dita viuva, ao que fez o Auctor esta

REDONDILHA

Vendo aquelles tres alarves,
A viuva estremeceu;
E Portugal respondeu:
Estes são os meus Algarves.»

Por estas e outras — muitissimo mais desbocadas — chalaças, a João Sucarello Claramonte chamou Diogo Barbosa Machado «excellente poeta, principalmente no estylo joco-serio, em que levou a palma a todos os mais celebres professores d'esta divina arte.»

Escandaloso lhe reputariam então, como indecente hoje lh'o qualificariam, ainda que por acabar, aquelle soneto que elle principiou, governando o Porto D. Alvaro de Abranches, por estas descaradissimas quadras, endereçadas á sua terra natal, aliás:

Oh mui nobre e sempre leal cidade,
Meirinhos e escrivães de serventia,
Escudeiros de Sua Senhoria,
Que sois ladrões, por carta de ametade;

Tanto mouro e judeu, clerigo e padre
(Impublicavel)
E o Gallego, fazendo-as cada dia,
Com Martinho, escrivão da puridade.

Se o auctor não acabou, rematou elle, ou o seu collector, em prosa, explicando que este Gal-

lego era o vigario geral do Porto, João Rodrigues de Araujo, que depois foi abbade de Lordello, e o Martinho Martinho de Mattos, escrivão da Camara Ecclesiastica, «ave bem conhecida pela penna e pela unha.» O soneto á morte de Lourenço Baptista, sachristão das freiras de S. Bento do Porto, é tambem inverosimil de desfaçatez; e má idéa dos costumes da terra e da epocha se inferirá das composições attinentes ás freiras de Monchique, aos dezembargadores da Relação e a negociantes, fidalgos e mesteiraes.

Parece, mesmo, que, de conjuncto, pouca consideração e pouquissima affeição nutria João Sucarello Claramonte pelo seu natal Porto, cujos «disparates» com allusões hoje quasi de todo indecifraveis enumerou em um soneto, «definindo»-os:

As valentias de Gaspar d'Anhaya,
O mero-mixto imperio do Sarinho,
A calva de João Nunes, frita em vinho,
As folhas do Picão de Miragaya;

Mercancia de esterco, ambar da Maia,
Bem comprado por lenha ou por toucinho,
Geral remedio d'Entre-Douro-e-Minho,
Achado antes nas casas que na praia;

Baeta calva, immensa gravidade
Dos Infanções, mantidos com farello;
Da manta-rôta a celebre irmandade:

Este é o Porto. Acabo de dizel-o.
Oh muito nobre e leal cidade,
Quem me te vira posta de bacello!

Ninguem diria que versejador tam desabrido se apurasse na compostura que exige a situação deplorativa perante o feretro de D. Maria de Athayde; alli não quedara elle, se permanecendo «medico famoso», «o maior poeta comico do seu tempo.»

Nas exequias de Maria de Athayde, no convento de S. Francisco de Enxobregas, a oração funebre dissera-a o padre Antonio Vieira, da Companhia de Jesus; e a esta oração funebre fizera uma decima em castelhano o conde de Castelmelhor. No volume especial, hoje raro, offerecido a dona Luiza Maria de Faro, condessa de Penaguião, se archivam, na morte de D. Maria de Athayde, as «memorias funebres, sentidas pelos engenhos portuguezes», que fôram Antonio de Mello de Castro, Francisco Luiz Vasconcellos, Bartholomeu de Vasconcellos, soror Violante do Ceo, o doutor Antonio Barbosa Bacellar, Duarte Ribeiro de Macedo, Vicente de Gusmão Soares, Lourenço Saraiva de Carvalho (provedor da comarca de Beja), Antonio de Miranda Henriques, João Gomes de Serpa, o doutor Pedro Garcia de Faria (mestre-escóla de Faro), André de Castillo Lobo, o doutor Manuel da Nobrega, o padre fr. Gil de S. Bento, fr. Hieronymo de Moura, o padre Dom Prospero, Simeão de Azevedo e Farias, o desafortunado Manuel Fernandes Villareal, dom Francisco Manuel de Mello, o mestre-de-campo Diogo Gomes de Figueiredo, o doutor Luiz Pereira de Castro (do conselho-de-Estado de S. Magestade,

embaixador eleito á corte de França), o doutor Hieronymo da Silva de Azevedo (dezembargador da casa da Supplicação), Francisco de Faria, o conde da Ericeira, D. Antonio da Cunha (governador e capitão-mór da comarca e cidade de Evora), Francisco Martins de Sequeira, o dezembargador Antonio Raposo, o doutor Antonio de Sousa de Macedo (dezembargador dos Algarves, embaixador aos Estados da Hollanda), Henrique do Quintal Vieyra, D. Fradique da Camara, o dezembargador Francisco Cabral, Antonio Corvinel, Francisco Cabral d'Almada, o doutor Diogo Lopes de Leão; afóra varios mais em differentes composições de diversos em latim.

Ao portuense doutor João Sucarello pertencem um soneto e o epitaphio, em que se recorreu, consoante elle-mesmo marginou, de Francisco de Sá de Miranda, na carta a seu irmão. É a decima que lhe ajuntadamente registra Diogo Barbosa Machado.

Mas o que assignalou no conceito dos nossos maiores ao portuense João Sucarello Claramonte foi a facecia. Os nossos ditos maiores não distinguiam o claro-escuro: ou a altisonancia empolada ou a chocarrice obscena. A obscenidade era, de resto, no despotismo avergadôr das consciencias, o unico respiraculo da liberdade. A independencia do juizo, foragida, escapava-se, fetida, por um cano de latrina.

O genero por Thomaz Pinto Brandão e João

Sucarello Claramonte cultivado não condiz, porém, com nossa moral modalidade e o nosso povo, como nossa fidalguia, em bem mais intima affeição e conta teve a musa sentimental sempre, de todo o tempo.

*
* *

Assim, mui celebrado por suas coplas eroticas diz José Maria da Costa e Silva que fôra Egas Moniz, primo de outro do mesmo nôme, que foi aio de D. Affonso Henriques e a quem a tradição popular attribue a celebre fiança feita ao rei de Leão, de que D. Affonso se apresentaria em suas còrtes, se elle rei de Leão levantasse o sitio de Guimarães, onde o tinha cercado, e a façanha de, por o rei de Portugal se recusar ao cumprimento d'este ajuste, apresentar-se ao leonez, descalço, e com a corda ao pescoço, com sua mulher e filhos, para que n'elles vingasse o quebramento de sua palavra. A esta situação pathetica, com escassa nobreza de sentir, Costa e Silva capitula-a de *entremezada*; e prestes deixa o incidente, para voltar «ao primo do chamado Regulo portuguez.»

D'elle conta que fôra, segundo se affirma, extremado cavalleiro, distinguindo-se em muitas acções contra os mouros, mui bem cabido com as damas e mui dado aos amores.

Uma dama da rainha D. Mafalda, «a quem a historia designa simplesmente pelo nôme de Violante, sem nos dizer nada da sua linhagem», foi por muito tempo a senhora dos seus pensamentos, o objecto das suas adorações e o assumpto mimoso das suas poesias.

Esta donzella era mui formosa, segundo se colhe dos versos do seu amante, «testemunho que não deve ter-se por muito insuspeito»; mas o que não tem duvida é que Egas Moniz a amou como os poetas costumam amar, perfeitamente, «quero dizer, como doudo, porque n'estes casos a doudice é a perfeição e o sublime.»

Porém, entre tantas perfeições de que a bella Violante era dotada não tinha logar a constancia, e por isso, quando menos Egas Moniz o esperava, esquecendo-se de suas finezas, e desmentindo todos os seus juramentos, casou com um hespanhol e partiu com elle para Castella.

O perjurio de Violante, este desfecho inesperado de tantos extremos, parece, a Costa e Silva a quem vou seguindo, que o coração do poeta o advinhava, quando, devendo ausentar-se para Coimbra, dirigia á sua amada as coplas que, no lance, Costa e Silva transcreve.

Voltou Egas Moniz de Coimbra e, achando a noticia da falsidade de Violante e de sua partida para Castella com seu marido, ficou como doudo e escreveu novas coplas que lhe enviou e são as que Costa e Silva outrosim transcreve.

Mas debalde procurava o pobre Egas desafogar as suas penas nas lamentações e nos versos. « A ferida havia penetrado mui profundamente n'aquelle coração amante e enthusiasta; o toxico do ciume estava derramado em seu coração e lhe corrompia o sangue; sua imaginação ardente lhe representava a cada momento a ventura e os prazeres por tanto tempo gosados e tam de repente perdidos. Pezada melancholia lhe foi, pouco a pouco, seccando as fontes da existencia; nem os festejos da còrte nem os louros da guerra tinham poder, se não de consolal-o, ao menos de distrahil-o. O amor de Violante era a sua vida, e a sua perfidia o despenhou em breve na sepultura. »

Affirma a tradição que a formosa e inconstante Violante, sabendo da sua morte e enternecida com os seus versos, e talvez conhecendo que o marido que preferira não valia o antigo amante, tomara tal paixão que puzera termo aos seus dias com veneno.

Chegado a este ponto, com baça gentileza para com o sexo bello, José Maria da Costa e Silva moralisa motejos duvidosos: «Em puridade confesso (elle assim adverte) que esta tradição me parece uma fabula; as mulheres nunca se matam pelos amantes a quem atraiçoam, mas sim por aquelles que as abandonam ou desprezam.»

Reverte logo á sua funcção de critico litterario; e, convindo em que as coplas de Egas Moniz que deixou citadas são, na verdade, elegantes e harmoniosas, pergunta se serão ellas authenticas?

Da *Revista Universal Lisbonense* reproduz o dr. Theophilo Braga a traducção que das duas canções de Egas Moniz publicou Garrett, «servindo-se das interpretações do sabio Ribeiro dos Santos.» O qual, attinentemente ao seculo XVIII, Innocencio aquilata como «um dos mais respeitaveis, eruditos e fecundos escriptores que Portugal produziu.» Elle nasceu, este portuense illustre, em Massarellos, a 30 de março de 1745.

O seu retrato appareceu publicado pela primeira vez no *Archivo Pittoresco*, sendo acompanhado d'uma breve noticia biographica, da qual seu auctor foi o do *Diccionario Bibliographico*. «Uma biographia, aliás bem desenvolvida», diz Innocencio, escripta por M. J. M. Torres, fôra inserta no *Panorama*, e a Innocencio constaria que um bosquejo biographico do insigne portuense, elaborado por D. Miguel Souto-Maior, sahira no *Civilisador*, semanario de instrucção e recreio começado a publicar no Porto em 1860.

Poeta, e emerito, foi tambem aquelle eminente erudito. De suas poesias dissera Garrett: «Antonio Ribeiro dos Santos foi imitador e emulo de Ferreira; poucos engenhos, poucos caracteres, poucos estylos ha tam parecidos; senão que o auctor dos córos da *Castro* era muito maior poeta, e o cantor do infante D. Henrique muito melhor metrificador. Esta ode ao infante sabio, algumas outras a varios heroes portuguezes, algumas das epistolas, e especialmente os versos que lhe ditava a amisade para o seu

Almeno, são de uma elegancia e pureza de linguagem rarissima em os nossos dias.»

Mas, victima d'uma insaciavel curiosidade mental, a sua actividade litteraria dispersou-se, aliás em attestações poderosas do seu intellecto e do seu saber.

Para se fazer idéa, um indicio bastará. Na Bibliotheca Nacional de Lisboa existem as obras ineditas de Ribeiro dos Santos, doadas áquelle estabelecimento, que tanto lhe deve. É uma collecção, por todos os titulos notavel, consoante se apprehenderá da simples indicação do titulo, que inclue a divisão das especies contidas no respectivo catalogo.

A primeira divisão, ou classe primeira, comprehende a Historia; a segunda divisão, ou classe segunda, pertence á Philologia ou Linguas. A terceira divisão, ou classe terceira, corresponde ás Sciencias Juridicas. A quarta divisão, ou classe quarta, inclue as Sciencias Ecclesiasticas. A quinta divisão, ou classe quinta, contém a Polygraphia, isto é: Miscellanea polygraphica; Cartas litterarias sobre a historia; Ditas sobre philologia ou linguas; Ditas sobre poetica e poesias; Ditas sobre economia civil e politica; Ditas sobre theologia; Ditas sobre as bellas artes; Ditas varias; finalmente, Memorias do dr. Antonio Ribeiro dos Santos, ou papeis e documentos que dizem respeito á sua biographia, empregos, serviços, etc.

Das obras de sua lavra no lusitano idioma, e

impressas, tanto em prosa como em verso, fez a enumeração Innocencio. Uma das verbas marca o trabalho *Das origens e progressos da Poesia portugueza.* Foi estampado no tom. VIII das *Mem.* da Academia Real das Sciencias de Lisboa o discurso preliminar que dá entrada a trabalho de maior vulto, e que ainda existe inedito, á excepção do cap. III, que se intitula: *Dos mais antigos monumentos da Poesia portugueza nos seculos XII e XIII*, o qual sahiu no *Jornal da Sociedade dos Amigos das Lettras*, 1836, ficando interrompido, afinal, pela suspensão d'esse periodico. Na parte publicada veem eruditamente commentadas, informa Innocencio, além da canção attribuida a Gonçalo Hermigues, as cartas que se dizem d'Egas Moniz etc.

IX

João Pedro Ribeiro — Bernarda Ferreira de Lacerda — Almeida Garrett — Evaristo Basto — Antonio Augusto Teixeira de Vasconcellos — Thomaz de Carvalho — Gonçalves Basto — Ricardo Guimarães — Passos Manuel.

As duas cartas por Egas Moniz a sua dama endereçadas, as dá como apocryphas outro portuense illustre, «o erudito J. Pedro Ribeiro», rememora o dr. Theophilo Braga. É a verba III de taes composições refugadas de carencia de authenticidade.

Foi esse João Pedro Ribeiro natural d'esta cidade do Porto, e aqui morreu a 4 de janeiro de 1839, contando mais de 80 annos de edade. Deixou, por sua morte, á Bibliotheca da Universidade os seus livros e manuscriptos, com reserva de uma porção, de que concedeu o usufructo a seu sobrinho Pedro

do Rosario Ribeiro, e, por morte d'este, em 1852, foi tambem incorporada na referida Bibliotheca, onde passou a existir tudo desde então. A esta doação ajuntou a do seu pequeno monetario, ou museu de medalhas e moedas antigas, em numero de 884.

«Os trabalhos que publicou pela imprensa durante a sua longa vida, fructos de improbo estudo, de não interrompidas indagações e de uma applicação indefessa, valeram-lhe as honras de primeiro fundador e patriarcha entre nós da sciencia diplomatica, cujo edificio assentou sobre bases solidas. São elles de sobejo conhecidos, e apreciados, para que nos detenhamos com a repetição dos elogios, consagrados ao nòme do seu auctor pela critica sizuda e imparcial dos contemporaneos, e que lhe asseguram a veneração e estima da posteridade.»

N'estas palavras graves resume Innocencio o alto conceito em que deve ser tido João Pedro Ribeiro, tam escrupuloso e arguto como rigoroso e severo.

E ao ponto, em contraste, nos dá sueto a reminiscencia d'esse devaneio triste dos amores mallogrados de Egas Moniz, fiel, com sua versatil Violante. E' que da pulverulencia de cartapacio, florido nos rebuscamentos de estylo precioso, me acode destacar, para a evidencia de particularisado extracto, a curiosidade de um caso referido.

Alludo á parte setima da *Monarchia Lusitana*,

que contém a vida de el-rei D. Affonso o Quarto, por excellencia o Bravo, composta pelo chronista-mór fr. Raphael de Jesus, natural da real villa de Guimarães, religioso e prégador geral da ordem do principe dos patriarchas S. Bento n'este reino de Portugal.

Ora, em o livro VIII, cap. II, pelos annos de 1335, deixara o chronista estampadas as heroicas proezas que tres cavalleiros portuguezes, appellidados n'aquelle tempo os tres da fama, praticaram nas côrtes extrangeiras e particularmente na de Castella, sendo o principal Gonçalo Rodrigues, o segundo Vasco Annes (que diziam o collaço, porque o fôra da rainha de Castella Dona Maria) e o terceiro Fernão Martins Santarem. Era este ultimo o de menor idade, e depois de suas peregrinações assistiu sempre na côrte de Lisboa. Por suas prendas, o favoreceu o principe D. Pedro com particular inclinação.

Como fôsse mancebo e soldado, gastava no passeio todo o tempo que lhe sobejava do serviço. Deu-se que vivesse por aquella idade em Lisboa um auctorisado velho que havia servido a el-rei D. Affonso de inteiro ministro nos tribunaes da justiça, por nôme Lourenço Martins Moreno, a quem os muitos dias tinham aposentado, com uma filha, unico arrimo de sua velhice. De dote tinha esta mais que medianos bens da fortuna, concorrendo os da natureza a fazer appetecido o casamento de Violante Martins (este era o nôme da donzella) do mais

estirado da côrte «sabendo ella subir de preço o muito que herdava com o honesto e virtuoso recato com que vivia e se negava á vista de todos.» Costumava assistir á tarefa de suas creadas, cultivando a virtude com a occupação e desmentindo a publicidade de uma janella com gelozias tam reformadas que, se por ellas podia entrar a luz, não podia entrar a vista. «Quem imaginara (pergunta, compungido, frei Raphael, de Guimarães) que uma leviana curiosidade havia de destruir os artefactos de tanta sizudesa e tanta industria?»

É que não bastam todos os ardis da cautella para assegurar a bondade de uma singeleza. Com a de sua desattenção, reparou Violante Martins no continuado passeio com que Fernão Martins Santarem cursava a rua; com alguma malicia passou a entender que algum empenho o obrigava e d'aqui se seguiu o desejar saber qual ou antes quem o objecto seria de tanta passeata. Communicou ás suas creadas o que presumia; offereceu-se uma para o investigar; permittiu-lhe a diligencia e, «por não faltar a condição de creada, sem inquirir foi revelar a Fernão Martins o curioso desejo de sua senhora.»

Á creada disse o cavalleiro que o afan de vêr uma formosura que tanto encarecia a fama era a causa de seus cuidados; que não desprezasse ella pensamentos, tam bem nascidos, por honestos e verdadeiros.

Deu Violante Martins ouvidos á creada; admittiu

persuasões; não desdenhou recados; recebeu escriptos; facilitou respostas, fiada no segredo entregando-se a correspondencias. O frade é, no lance, diserto e conceituoso. Recommendavel parece sua historia ás meninas namoradeiras que demasiado em suas serviçaes se confiem.

No maior fervor de seus amores andava por esse tempo o principe D. Pedro com a sua Dona Ignez de Castro. «Na inquietação do cuidado consistia seu allivio.» Eis, para amostra, um dos conceitos bellos do diffuso chronista. Um dia avisou o principe a seus creados que no dia seguinte, de manhã, se havia de deitar a caminho para Coimbra, e em especial a Fernão Martins Santarem advertiu que se aprestasse para o acompanhar. Quedou-se Fernão Martins confuso e duvidoso se desobedeceria, por se não arredar de sua Violante. Mas, bem inspirado, buscou e achou na consciencia o mais seguro remedio. Avisou a dama da sua inexcusavel partida, pedindo-lhe o favorecesse com sua vista em parte que d'ella se despedisse, sem offensa de sua honestidade, não querendo mais d'ella que sua firmeza e seu agrado para tolerar o martyrio da futura ausencia. Por escripto, concordaram na hora e modo.

Chegou o tempo e por a janella de uma sobreloja, a furto da familia e da visinhança, se fallaram e despediram: o amante, encarecendo saudades; a dama, chorando ausencias e promettendo firmezas. Emfim ambos se despediram enxugando as lagri-

mas, que substituiu a Aurora que os apartou. Esta sobre-loja doura-se da poesia matinal do balcão shakespereano; mas Violante não tem a constancia de Julietta. Por isso, o vimaranense regouga: «Logo veremos como nas mulheres não é menos fragil o fio das promessas que o das lagrimas.»

Surge o rival fortunoso. Crise.

Servia na casa da rainha Dona Brites, com o ordenado de escudeiro, um castelhano, «que, para ser ditoso, bastava ser extrangeiro.» Tinha noticia da fazenda e da formosura de Violante Martins; achou o campo franco, seguiu o atalho; entrou pela porta do matrimonio; pediu-a a seu pae para casamento. Encareceram os medianeiros ao velho, «com a ordinaria fallacia de casamenteiros», o muito que adquiria de fazenda e honra com o novo genro; encheram-lhe os olhos de cubiça com as esperanças de um titulo, e ficou ajustado o concerto. Deu conta á filha, que o mesmo foi considerar-se noiva que responder grata. «Fatuidade ordinaria da inclinação feminina: resolver sem exame o que não ha-de revogar sem crime», admoesta, supercilioso, fr. Raphael de Jesus.

Celebraram-se as bodas e, entre os parabens d'ellas, chegou Fernão Martins Santarem a receber os pezames com a publicidade da nova. Amargoso foi o trago; um mortal accidente o levou á cama. Assistido de medicos se viu o enfermo; mas que importava, «se nas boticas não havia cordeaes contra similhante veneno?»

Viu que uma ingratidão o matava sem cura, fiou a um amigo a causa, ordenando-lhe que escrevesse e fechasse uma carta e que, cerrados seus olhos á luz da vida, a puzesse nas mãos de quem lhe dera a morte, declarando-lhe como havia de conseguir o intento. Tudo succedeu, porque, morto Fernão Martins, se entregou a carta, e com ella a nova de sua morte, a Violante, «que, assaltada de uma mortal tristeza, assim a congelou o pasmo que, suffocados os espiritos vitaes, cahiu morta de um repentino accidente.»

Á queda e grita, acudiram o pae, o esposo e a familia; assombrados os deixou o caso, e muito mais a causa, quando a leram na carta que a defunta tinha na mão.

Divulgou-se pela côrte o successo e n'elle teve assumpto a pratica de todos, por muitos dias, «considerando vencido nos amores quem sempre vencera nas armas.»

O que tudo consta do extractado cap. VIII do livro X da parte VII da «Monarchia Lusitana»: *Narração de um peregrino caso succedido na cidade de Lisboa entre dous amantes.*

*
* *

Nas bandas do Porto peregrino successo de amor aquelle foi que cantou a poetisa portuense, por

quem me propuz encetar tarefa, D. Bernarda Ferreira de Lacerda.

Convem o lisbonense José Maria da Costa e Silva em que, de todas as cidades de Portugal, se exceptuarmos Lisboa, nenhuma póde competir com o Porto no numero de litteratos, e especialmente de poetas, que tem produzido; e assevera que entre estes occupa um logar muito distincto D. Bernarda Ferreira de Lacerda. «Esta senhora (elle escreve) foi filha de Ignacio Ferreira Leitão, dezembargador do Paço e chanceller-mór do reino, e de sua mulher, D. Paula de Sá Pereira, e nasceu na segunda capital do reino em 1595.»

De feito, D. Bernarda Ferreira de Lacerda foi celebrada pelos melhores poetas do seu tempo, tanto portuguezes como castelhanos, distinguindo-se entre elles o famoso Lope de Vega, que lhe dedicou a sua ecloga *Phyllis*, impressa em 1635.

Todavia, no concernente á sua *España libertada*, o mesmo Costa e Silva registra que tal obra não póde, na opinião dos criticos, considerar-se um poema heroico, mas sim uma chronica, ou, melhor, uma reunião de chronicas postas em verso, ligadas umas a outras, sem fabula, sem contextura dramatica e sem maravilhoso. Accrescenta que o seu principal merito consiste em alguns episodios, «como a vingança de D. Ramiro contra o rei mouro, que lhe seduzira e roubara sua mulher.»

A lenda portuense que serviu de assumpto a D. Bernarda Ferreira de Lacerda para o principal

trecho do canto VI da primeira parte da sua *España libertada*, impressa em 1618, o deu egualmente para a breve recopilação e tractado que, tirado das antiguidades de Hespanha, compòz em verso oitava rima João Vaz, natural da cidade de Evora.

Pelo argumento e declaração da historia se instrue o afadigado e impaciente leitor actual; com o sabôr ingenuo da prosa passada, elle apura assim que no tempo em que reinava em Galliza e em Leão o animoso rei Ramiro, que casado foi com uma nobre dama chamada Gaya, entre outros reis mouros que occupavam o restante se contava o esforçado Almançor, ou Alboazar, segundo diversa versão.

Havendo estes dous reis entre si batalhas, em uma captivou Ramiro uma irmã d'esse Almançor, «a qual tinha por amiga, do que enojada, Gaya tractou com Almançor a quizesse furtar, que ella daria ordem como se fôsse com elle, como deu, e a cobrou e levou para Portugal, que estava de mouros.» Assim fazendo, elle a foi pôr junto d'esta nossa cidade do Porto, cerce do rio Douro, sobre o logar a que continuamos chamando agora Gaya, onde Almançor tinha seus paços.

Vendo o que, Ramiro ordenou tres galés de armada, e com ellas veio aportar a S. João da Foz, e de noite se entrou com ellas pelo rio Douro, sem que fôssem sentidos dos mouros, e cobertas de ramos, por não serem vistos. Tanto que ama-

nheceu, Ramiro se poz em trajos de romeiro e sahiu em terra, deixando dito aos seus que, se ouvissem tanger uma buzina que comsigo levava, lhe acudissem, e depois se foi guiando para os paços d'aquelle mouro.

Assim andando, chegou a uma fonte, aonde com elle veio ter uma moura, que vinha buscar um pucaro d'agua, para sua senhora Gaya. Ora, « fallando-lhe em arabio, lhe pediu o pucaro para beber por elle, e ella lh'o deu. » Elle, porém, depois de beber, tirou um annel do dedo e o deitou dentro do pucaro, sem que a moura o visse; mas, bebendo, por sua vez, Gaya, conheceu que o annel era de seu esposo Ramiro e o mandou chamar, por quanto Almançor era ido á caça.

Vendo-se os dois, se abraçaram e, falsa, com Ramiro conveio Gaya em se matar o mouro e irem-se ambos, encerrando-o, fingidamente, para isso, em uma camara, para que, quando Almançor dormisse a sesta, ella a elle Ramiro lhe désse rebate. N'isto, veio Almançor da caça; e, sentado á meza para comer, logo Gaya lhe deu conta de Ramiro e como para o matar a elle Almançor é que aquell'outro vinha.

Iroso, o mouro o mandou buscar; e, « passadas entre ambos algumas razões », por fim Almançor lhe perguntou: — « Se eu, Ramiro, fôsse a tua casa para te matar, que me fizeras? » Ramiro lhe respondeu: — « Mandava-te levar a um alto, e com esta buzina te fizera tanger até que rebentaras. »

Ordenou então Almançor que aquillo mesmo a elle lh'o fizessem.

Mas, levado ao alto e começando Ramiro sua buzina a tanger, prestes sua gente lhe acudiu e, tomando os mouros descuidados, degolaram a Almançor e a seus parciaes, e foi saqueada a terra. Aqui remata o commentario candoroso de João Vaz que: « D'esta Gaya ficou o nôme do logar de Gaya, da cidade do Porto. »

Mas não rematara a historia, que prosegue contando como Rei Ramiro matou outrosim sua traidora mulher Gaya, cioso das saudades d'esta pelo degolado mouro, tam querido.

Em seu diccionário, Pinho Leal, no artigo que dedica a Ancora, rio, Minho, comarca de Vianna, concelho de Caminha, informa-nos que « os celtas, e depois d'elles os romanos, davam a este rio o nôme de *Spaco*, e os segundos á foz d'elle — *Vico-Spaco-rum.* » Mas tudo havia de mudar nôme com o caso d'esse fatal rei Ramiro, que, indo, com sua comitiva, « caminhando para o N., a 6 kilometros distante de *Monte-Dôr*, chegaram ao rio *Spaco*, e aqui, mandando prender a rainha a uma *ancora* (pelo pescoço), *elle e seus filhos (!!!)* a deitaram ao rio, onde se afogou. » Attingido este ponto, Pinho Leal, sceptico sem embargo, explica provisoriamente: « Desde então se ficou chamando ao *Spaco Rio da Ancora*, ou *Rio Ancora.* »

Entendendo Pinho Leal que o romance de D. Bernarda Ferreira de Lacerda e os de seus emulos

«não passam de. . . *romances*», consigna que, mesmo assim, elle deu motivo ás antigas armas de Vizeu e rememora que «o chorado Garrett, no seu bellissimo poemeto intitulado *Miragaya*, conta o caso de modo bastante diverso.»

Foi das primeiras coisas de tal genero em que Garrett trabalhou; era a mais antiga reminiscencia de poesia popular que lhe ficara da infancia, porque abrira os olhos á primeira luz da rasão nos proprios pontos em que passam as principaes scenas d'esse romance; com os olhos tapados, elle iria achar ainda todos esses sitios marcados pela tradição. «Muita vez brinquei na fonte do rei Ramiro, cuja agua é deliciosa, com effeito; e tenho idéa de me ter custado caro, outra vez, o imitar, com uma gaita da feira de S. Miguel, os toques de buzina de S. M. Leoneza, empoleirando-me, como elle, n'um resto de muralha velha do castello d'el-rei Alboazar: o que meu pae desapprovou com tam significante energia que ainda hoje me lembra tambem.»

Na variante garrettiana o nôme do rei mouro é o mesmo que adoptara em seu poema D. Bernarda Ferreira de Lacerda para aquelle ludibriado-ludibriador a quem Ramiro, ludibriador-ludibriado, Garrett nos refere que partira a cabeça até aos peitos. Após o que, tudo morto ou captivo e o castello a arder, embarcar se fòram logo ás galés com seu despojo, pressurosos vogando, remando, na ancia de passar além Douro, que de christãos terra era. Á pôpa da galé real ia Ramiro, que á sua direita

levava a rainha; ella, porém, muda, de olhos baixos na agua. Já estavam a meia corrente, sem palavra de um para o outro, ainda ardendo, fumegando ainda o alcaçar do moiro. Gaya levantou então os olhos e, triste, se poz a mirar, ao longo das faces desfiando-lhe as lagrimas uma depois d'outra. Mas Ramiro a interpella porque é que chora e lhe pergunta o que é que mira. Acre, ella lhe redargue que chora não ter já o mouro em seus braços; amarga, lhe contesta que mira as torres do bem-amado alcaçar que fumegando estão sempre.

— Pois mira, Gaya! E, dizendo,
Da espada foi arrancar;
Mira, Gaya, que esses olhos
Não terão mais que mirar.

De um talho lhe rolou a cabeça; e, para que o Douro ao mar os leve, com o pé, pela borda fóra empuxa o corpo... Mas do estranho caso inda agora a memoria está perdurando. Por isso que, sendo *Gaya* o nome do castello que por mòr de Gaya se queimou, d'alem Douro aquella riba onde estava a aproar o barco, quando o rei, que logo a degolaria, bramiu: «—Mira, Gaya!», ainda hoje, na popular tradição está dizendo

Que o nome tem — **Miragaya** —
D'aquelle fatal mirar.

*
* *

Se Almeida Garrett nos interessa e gloria, mais nos interessa e honra o n.º 72.

Em data apropositada o disse.

Porquanto, a simples exposição dos insignes meritos litterarios que distinguiram a culminante personalidade de Almeida Garrett; a apreciação e exame das obras typicas da sua variada phantasia: tarefa seria esta que, sem desdizer, pouco condiria, ainda assim, com a indole especial da folha, politica, de propaganda e combate, onde o disse então.

Mas, como Almeida Garrett consagrou uma grandissima parte da sua actividade mental á propaganda dos principios de liberdade e de justiça, e como por elles brigou um rude combate, assistia-nos o jus de cooperar tambem na commemoração que, por honra do seu nôme glorioso, se effectuava então, em essa data, do centenario do seu nascimento.

Ás publicações especiaes, ás revistas de pura litteratura e arte extreme é que quadrava no momento assignalar os dotes de imaginação inventiva e de plasticidade realisadora que avultam em obras tam primorosas, como sejam o drama *Frei Luiz de Sousa*, as *Viagens na minha terra*, ou essa admiravel collecção de versos lyricos que, na velhice do

auctor, realisaram o fascinante encanto de um limpido rejuvenescimento.

A uma folha politica pertencia, porém, recordar o effeito social do escriptor a cujo esforço particularmente se deva a renovação do criterio litterario, comprimido em Portugal a dentro dos moldes estreitos d'um pseudo-classicismo, inerte e rigido.

Todos os dias correndo risco de prisão, graças á vingança que sobre o exercicio d'um direito natural promovera a freima de mesquinhos tyrannetes, era-nos grato saudar então em Almeida Garrett o cantôr da liberdade de imprensa, que elle acclamou em uma das mais bellas odes da sua *Lyrica de João Minimo.*

E não unicamente a liberdade de imprensa foi thema dos canticos de Garrett, pois que todas as expressões da liberdade juridica lograram mover sempre seu nobre coração.

Amando fervorosamente a patria, elle não a julgava digna, apezar de tudo, d'esse seu amor senão depois que ella se libertara das tradicionaes oppressões.

D'est'arte foi que desde 1819 os seus versos se inspiravam já das revindictas da consciencia ultrajada. Nos pezadellos das noites mal dormidas, elle, mesmo já então, confessa:

Maldisse os ferros que me pezam inda
E aos tyrannos jurei odio implacavel.

A guarnição militar do Porto, em 24 de agosto de 1820, porém, poz termo á abominavel situação, revoltando-se e dos seus quarteis sahindo, de morrões accesos e clarins em furia.

Logo, a musa de Garrett se touca das flôres ingenuas da esperança; de jubilo riem seus negros olhos; e é com um impeto santo que ella acclama a Liberdade:

Oh Suspirada ha tanto,
. . . . . .
Tu nos franqueias da existencia o goso;
E as ferrolhadas portas,
Que o sacrario das leis da natureza
Arduas téqui fechavam,
Tu nos abres em par — homens já sômos!

Como portuense, Garrett envaidece-se de que a iniciativa da regeneração nacional parta da sua gente do Porto:

O patrio Douro altivo
Espedaçando os ferros;

e comprehende-se agora que, na tambem iniciativa republicana do 31 de janeiro de 91, nós, do Porto, terminalmente, dêmos a dextra a esse representante da ancestral independencia da região.

Mais tarde, após o fragòr d'uma lucta civil immensa, Garrett assignou-se como um «fraco mas fiel soldado da patria.»

Bem mais fracos do que elle, mas tam fieis como elle, nós o somos outrosim; e as nossas sympathias vão, de direito, sinceras e espontaneas, buscar

a memoria d'aquelles que, consoante amargamente Garrett o registrava, «libertaram esta nossa terra de Portugal, para viverem escravos n'ella.»

Escravos mais abatidos do que as victimas outr'ora gemendo, joguete do ludibrio constitucional, resultavamos então nós, pois que ao estimulo da propaganda dos que se não resignam, desfallecidamente, correspondesse a concordancia d'uma massa, no geral, então indifferente e atona. A turba congenere do tempo de Garrett indignava e irritava o poeta.

Na sua colera, elle repudiava esses compatriotas, como portuguezes não sendo:

> . . . Essa infame, sordida caterva,
> Esse rebanho vil de vis escravos
> Que ao sceptro da ignorancia acurvam, timidos,
> Do nôme portuguez vergonha e opprobrio,
> Portuguezes não são, jámais o fôram.

Era que Almeida Garrett não deixava illudir o seu claro espirito pelos sophismas d'aquelles que escondem a perversidade dos seus intuitos egoistas na apparencia de formulas vãs. Nem o enganavam as cobardes evasivas dos que se protegem acocorando-se sob o manto da irresponsabilidade do chefe-do-Estado, proclamada aliás como um dogma absoluto. Elle não respeitava aquella estupida (e, consequentemente, tam vulgar) desculpa que o funccionario que perpetra odiosos attentados contra os direitos naturaes do cidadão costuma alle-

gar, em sua defeza, cynicamente declarando que *foi mandado.*

Pois mesmo, quanto ao proprio chefe-do-Estado, elle tinha o parecer de que a sua auctoridade só era admissivel e digna de acato quando não offendia o implicito compromisso, tomado com os cidadãos, de lhes respeitar e garantir suas prerogativas e franquias.

Para os portuguezes, Garrett apostola esta doutrina:

> Se um rei, ou por si ou por seus indignos ministros, infringir, esquecer, abusar ou preterir alguns dos artigos das leis fundamentaes, quer tacitas quer expressas, este rei será um tyranno, e seus ministros — sacrilegos reus do maior dos attentados, d'um crime de leza-nação; seus ministros, seus satellites, seus magistrados, seus conselheiros, seus validos serão *traidores,* infames, indignos do nôme, do caracter, dos fóros de cidadão e até de homem.

Ao deante Garrett não refuta esta lidima philosophia; antes a corrobora com a licção mesma de Portugal. Revolta-se contra a phrase servil que attribue a um principe a outhorga da constituição, aliás comprada a preço do sangue entornado na balança de cem refregas. Elle exclama:

> D. Pedro IV não podia *dar,* como falsamente se diz, mas *propôr* a sua Carta á acceitação nacional. Essa proposição real teria sido nulla sem o acceite da Nação.

Comprehende-se, depois d'isto, como fôsse que Almeida Garrett, no seu volume de publicista, se

emancipasse dos preconceitos consuetudinarios. Mas libertou-se, e até ao ponto de descortinar no futuro a fraternisação de todos os povos civilisados, a extincção dos odios de raça e nacionalidade. Para Portugal, logicamente, congeminou a possibilidade, então, da sua comparticipe entrada em uma federação dos varios Estados peninsulares, conjectura theorica que, adrede mal interpretada, levou o systematico Don Sinibaldo de Más a encorporar o vate na phalange astuta dos partidarios da sua chimera iberica.

Era uma falsidade e uma injustiça; mas o que então e hoje era verdadeiro e justo é o seu entendimento, perfeito e integral, da liberdade dos povos.

Assim, elle bem viu o caracter superior, transcendente e supremo, da democracia republicana; e, pois, a definiu com inabalavel exacção. Explicou:

> Se uma nação conserva em si toda a amplidão da magestade (embora tenha executores subalternos), esta fórma de governo se chama — Democracia, e um tal povo — Republica.

Consequentemente, todas as fórmas politicas que precedam essa — não passam de phases transitorias d'um desenvolvimento continuo, que póde, de resto, ser moroso, contradictorio mesmo, mas que, em sua essencia, é ininterrupto.

Esse movimento de progressiva acquisição de liberdade civica demanda, infelizmente, mercê d'uma fatalidade incomprehensivel, a propulsòra interven-

ção, d'onde a onde, de processos violentos. Isto é: instantes surgem, na historia das nações, em que ellas sentem a necessidade imprescriptivel da revolução. Garrett não o duvida um unico momento; e só pergunta «por quem é que, no estado actual de Portugal, deve começar o grito da Liberdade?»

Discute então cuidadosamente o problema; examina as probabilidades diversas que militam a favor do clero, da nobreza, do povo. Finalmente, decide-se pela força armada. Elle escreve que ao exercito é que cabe o direito e incumbe o dever de fazer a revolução. Affirma até que é o exercito a classe mais interessada em a fazer. Por isso seja que, a seu juizo, foi «justamente e com toda a legitimidade» que o exercito «fez e protegeu» a «feliz» revolução de 1820.

Se esta é, no assumpto, a doutrina substancial de Garrett, não quer isto dizer que elle exclua, por completo, da participação na revolução as outras classes sociaes. Bem ao contrario.

Assim, entende que a Academia, na hora do perigo, deve abandonar os livros e correr ás armas, de maneira que a audacia d'um valoroso commettimento corporativo expie a protervia de vastos periodos anteriores de pusillanimidade social.

Na salla dos actos grandes da Universidade de Coimbra, Garrett, dominado pelo dictamen d'esta idéa fundamental, grita aos estudantes seus condiscipulos:

Annos de escravidão vingue um só dia,
Seculos ganhem fugitivas horas,
Em livres brados á virtude, á gloria,
O franco peito aos cidadãos movamos.
Pode mais do que a espada a voz e penna;
Mas, se a espada cumprir, cinja-se a espada
E veja o mundo, com terror e espanto,
Em cada filho de Minerva um Marte.
Tremam á nossa voz, caiam por terra,
Aos nossos golpes, quantos se atreverem
A usurpar os direitos d'esse povo,
Que em nós, sua escolhida juventude,
A melhor esperança tem da patria.
Oh! Não lhes mallogremos esta esp'rança,
Sejamos, como sempre, Portuguezes,
Vivamos livres... ou morramos homens.

Garrett não desmentiu com o exemplo da sua conducta a licção das suas palavras. Elle correu o exilio, elle esteve nas prisões, pelejou nas trincheiras. Nunca esqueceu seus companheiros de caserna.

Foi o n.º 72 do corpo academico durante o cerco do Porto. Ao seu coronel Luna, recorda, n'uma das mais sinceras paginas que sahiram da sua penna facil, os tempos saudosos da camaradagem no perigo.

Adoptada a iniciativa da commemoração d'então por uma juventude academica, que não era, por certo, nem menos intelligente nem menos briosa do que a da epocha de Garrett, occorreu-me chamar a memoria d'elle pelo numero que elle teve na fileira. Seria como que uma religiosa invocação, estimulante e exemplificante, n'esse momento augustioso em que, para os destinos proximos da patria que

Almeida-Garrett tanto amou, legitimamente se não podiam presumir senão desventuras e vergonhas.

Sim, senão desventuras e vergonhas, repeti, convicto, se os contemporaneos da apotheose de Garrett não fòssem capazes de na data ou ulteriormente imitar, em isenção, lealdade e altivo denodo, os coevos da sua vida trabalhosa e dedicada.

Que outros lembrassem com meiguice o pintor da Joanninha dos verdes olhos, o poeta Garrett. Eu, então, só me queria recordar — porque o não dizer?, com ostensiva inveja; mas porque o não dizer tambem?, com secreta esperança! — só me queria recordar, então do n.º 72, o soldado Garrett.

Este, a meu alvitre, então e hoje, actualmente e sempre, o fecundo modelo. Para as novas gerações, eis ahi, era então, e eis aqui, é ainda hoje, o neo-garrettismo que cumpre.

*

* *

Do poeta e do artista que devaneou sobre a catastrophe amorosa de Ramiro, em hora de remanso sempre haverá que admirar, para comparar e seguir.

Sua iniciativa no aproveitamento poetico das tradições populares e eruditas tambem em sua terra do Porto a acolheram e imitaram, como o fez quasi que logo á epocha seu conterraneo Evaristo Basto,

que, porém, a lyra extranha (de Bermudez de Castro) recorreu em adequada nacionalisação formal; mas, creador do folhetim no Pórto, sua composição poetica que mais clamorosa retumbou foi o romance (em verso), no Porto em 1845 publicado, n'um opusculo, constante de 414 versos sete-syllabos, e tendo o titulo acirrante de *Uma visita da rainha de Portugal ao castello de Thomar*, opusculo de muito effeito no tempo da sua publicação, e que era «procurado com ancia pelos opposicionistas», rememora Innocencio. Por isso, os exemplares desappareceram, a ponto de serem hoje — 1870 — rarissimos de encontrar.

Evaristo Basto recebeu o grau de bacharel em direito no anno de 1846; sobrevindo n'esse tempo a lucta civil, entrou no serviço da Junta do Porto, e foi-lhe dado o logar de official maior e chefe da quarta repartição do governo civil, que desempenhou até á convenção de Gramido.

*

* *

A qual foi redigida por outro portuense, Antonio Augusto Teixeira de Vasconcellos. Em o seu *Livro de critica*, por baixo de seu retrato, o auctor assignou «Luciano Cordeiro, Transmontano.» Na capa e pagina de rosto de seus livros Antonio Augusto Teixeira de Vasconcellos punha sempre, após seu

nôme, a rubrica ufana «Natural do Porto.» Dizia elle, nas familiares palestras, que, se, ao vir ao mundo uma fada bemfazeja lh'o perguntasse, elle responderia que, portuguez, seu desejo era nascer no Porto, viver em Lisboa, morrer em Paris. Assim lhe occorreu. Nasceu no Porto, viveu (como o medico Thomaz de Carvalho, portuense) em Lisboa e morreu em Paris. Viajara; e ás *Viagens na minha terra* do portuense Garrett ha a contrapôr, na distancia infinita do merito, as *Viagens na terra alheia*, do portuense Teixeira de Vasconcellos.

*
* *

Após a convenção de Gramido, tomou Evaristo Basto conta da redacção do *Nacional*, associado com José Joaquim Gonçalves Basto, portuense tambem, emigrado em 1828 e que em Paris casara com a irmã do litterato germano-francez Loëve-Weimar, dama decantada na mocidade e formosura por Julio Janin *(A formosa das violetas)* e chorada na velhice e demencia do infortunio por Camillo Castello-Branco.

Tambem em 1846, frequentando o curso de direito na Universidade de Coimbra, se alistou no batalhão academico e para o Porto partiu o portuense Ricardo Guimarães (ao depois visconde de Benalcanfor), dispondo-se a seguir a causa da

liberdade, embarcando na esquadra da Janta com a divisão do conde das Antas. Folhetinista colorista, veio Ricardo Guimarães a viajar largamente e as suas impressões de viagens as consignou em numerosos volumes.

Em 1864 publicara o seu primeiro livro *Narrativas e episodios da vida politica e parlamentar*, celebrisando-se, d'entre suas laudas, as paginas, por exemplo, dedicadas a Manuel da Silva Passos.

Porém d'este, que poderemos considerar, por varias e procedentes rasões, portuense (bem como de seu irmão José da Silva Passos, no segundo tomo d'esta obra de relance tambem percebido) não fallarei aqui, pois que largamente me proponha tractar d'elle em minha continuação da minha edição da *Historia de Portugal*, de Schaefer.

X

Thomaz Antonio Gonzaga—Diogo Brandão—Jeronymo de Mendonça—Luiz Pereira Brandão.

Mas n'essa mesma Miragaya, honrada pela musa de Garrett e cujo nôme poeticamente se derivaria d'um amor fatal, viu esta luz terrena poeta d'amor cujo enlevo lugubremente o tinha de resolver uma fatalidade tragica. Na rua dos Cobertos nasceu em 1774 Thomaz Antonio Gonzaga, filho do licenceado João Bernardo Gonzaga e de sua esposa D. Thomazia Isabel Gonzaga, ambos brazileiros, escreve o dr. Valentim de Magalhães na biographia recentemente publicada. Não bem assim. João Bernardo Gonzaga era, com effeito, natural do Rio-de-Janeiro, filho de Thomé do Souto Gonzaga e de sua mulher, D. Thereza Jação, natural do mesmo Rio. Mas D. Thomazia Isabel Gonzaga, mãe do poeta, era natural da cidade do Porto,

freguezia de Miragaya, filha de Marianna Clark, tambem da dita cidade do Porto, e de seu marido João Clark, de nação ingleza, natural da cidade de Londres.

Qual fôra a verdadeira naturalidade de Gonzaga, ponto é que foi longamente controvertido, como outros com respeito a um poeta de que, consoante o registra Innocencio, se ufanam egualmente portuguezes e brazileiros, sendo mui para notar o tropel de erros e incongruencias a que a vida e a obra do artista insigne forneceram margem. Mas ainda até nossos tempos não se havia apurado ao certo o dia de seu nascimento, o qual Innocencio exara que occorrera no mez de agosto do referido anno de 1744, *em dia que se ignora*. Já se não ignora. Foi o dia 11.

A honra d'esta descoberta pertence ao snr. Antonio Borges do Canto Moniz, distincto e modesto litterato de origem açoriana, auctor de trabalhos apreciaveis, entre os quaes uma interessante monographia ácerca da ilha Graciosa, crédôra da attenção de Pinheiro Chagas. No num. 141 (3.º anno) de *A Folha*, periodico de Ponta Delgada, cuja redacção dirige D. Alice Moderno, escriptora de merito, fez inserir o snr. Canto Moniz, em 18 de junho, um valioso artigo, intitulado *Marilia de Dirceu por Gonzaga*, no qual publicou a certidão de baptismo do poeta, em documento passado, a 2 de maio do anno de 1905, pelo padre Julio Albino Ferreira, digno escrivão da camara ecclesiastica d'esta cidade do Porto.

Cursando os estudos de direito na Universidade de Coimbra, fez Thomaz Antonio Gonzaga a sua formatura em 1763, quando contava, pois, de edade 19 annos; admittido aos logares de lettras, serviu primeiramente como juiz-de-fóra na cidade de Beja e em outras de Portugal, até ser, no anno de 1782, nomeado ouvidor da comarca de Villa-Ricca, na provincia de Minas-Geraes, do então Estado do Brazil. Para ahi partiu em algum dos annos seguintes; e estava no de 1789 despachado dezembargador da Relação da Bahia, e contractado a desposar-se em Minas com D. Maria Joaquina Dorothea de Seixas Brandão, sobrinha e tutelada do tenente-coronel ajudante d'ordens João Carlos Xavier da Silva Ferrão, aquella *Marilia* que immortalisou em lyras suavissimas e para quem elle-mesmo bordava o vestido de noiva, havendo, no sequestro de seus bens feito por occasião da sua prisão, entrado o dedal de oiro com que fazia esse trabalho.

Pois que, na manhã de 23 de maio d'aquelle anno fatal, foi preso em sua casa, e conduzido ao Rio-de-Janeiro, para ser ahi encerrado na fortaleza da ilha das Cobras, e mettido em processo, como um dos auctores do projecto de levantamento em Minas-Geraes. Seguindo-se os termos do dito processo, no qual foi não menos de quatro vezes interrogado pelos juizes da Alçada, veiu afinal em 18 de abril de 1792 a sentença que, apezar da sua constante negativa e energica defeza, o condemnou a degredo perpetuo em um dos presidios de Angola

e na confiscação de seus bens: sentença que, por virtude de um decreto de D. Maria I passado muito antes, em 15 de outubro de 1790, lhe foi depois commutada em dez annos de degredo para Moçambique, com pena de morte, se voltasse á America.

No dia 23 de maio de 1792, depois de tres annos completos de prisão, embarcou para o exilio, com outros camaradas de sua desgraça. Mas não o acompanhou a sua *Marilia*, se bem que quem affirme haja que Gonzaga, da prisão, propuzera á sua amada o casamento, que ella não acceitara. Aqui explue com eloquencia o impeto da juvenilidade de Lopes de Mendonça, em recriminação acerba, que elle proprio confessa depois escripta para produzir effeito:

Quereis ser Marilia, quereis desposar um homem elevado pelo talento, e de um caracter nobre e generoso: não vos levo isso a mal. Nada ha mais sublime do que adormecer com uma caricia a cabeça que penosamente medita; é uma digna ambição sentir palpitar junto ao peito um coração esforçado, que sabe amar e padecer. Mas, quando esse poeta, que existe n'uma posição eminente; quando esse homem lança fóra dos hombros a toga do magistrado, para vestir a opa do tribuno; quando troca a cadeira do juiz pela masmorra do condemnado; quando, inspirado por uma devoção sublime, quer vêr a. . . terra solta das tyrannias. . . e pensa no exemplo. . ., para lhe dar as liberdades da republica; quando está pobre e desterrado n'um clima devorador: então é partir, é abandonar as ricas planices do Novo-Mundo pelos estereis sertões da Africa, é premiar n'elle o poeta que canta o seu amor, o republicano que expia o seu grandioso delicto!

Desembarcado Gonzaga em Moçambique, foi, pouco tempo depois, assaltado de uma febre ardente e mortal, a cuja violencia teria sem duvida sucumbido, se lhe não valessem, segundo se assevera, os efficazes cuidados de D. Julianna de Souza Mascarenhas, filha de Alexandre Roberto Mascarenhas (que em sua casa benignamente o hospedará), com a qual veio a casar no anno seguinte de 1793. Biographos ha outrosim, como Veggezzi Ruscalla, elegante traductor italiano das lyras de Gonzaga, que aventaram o asserto de que, por sua banda, a decantada, «cedendo a instancias de familia, viera a casar-se com um official do exercito portuguez.»

O que é tristemente certo é que em Moçambique passou o poeta os ultimos quinze annos de uma vida amargurada, óra, narra Innocencio, «entre accessos de louca e tenebrosa melancholia, promovidos pela lembrança de suas desditas, e aggravados pelo genio leviano e perdulario da esposa, que não tardou em dissipar os bens provenientes do dote e da legitima paterna; óra aproveitando no exercicio da advocacia os instantes que lhe deixavam livres suas enfermidades.»

O excellente artigo do snr. Canto Moniz foi escripto n'esta cidade em 18 de maio do anno de 1905. Elle termina assim: «Gonzaga deixou de existir em 1807, tendo 62 annos de edade, e jaz sepultado na sé de Moçambique: o seu centenario, salvo erro, passa, portanto, d'aqui por dois annos. Não virá talvez longe o dia em que o Porto, com o altruismo

que o distingue sempre nos grandes enthusiasmos e nas acções de generoso civismo, faça transportar os pobres restos mortaes do insigne poeta portuense, para lhe dar sepultura condigna em qualquer dos sumptuosos cemiterios que possue, e então ahi fazer-lhe erigir um singelo mónumento, no qual a posteridade leia, ao menos, possuida de justificado orgulho, que o immortal auctor da *Marilia de Dirceu* é filho d'esta cidade.»

*
* *

Se d'amores disse o portuense Thomaz Antonio Gonzaga, d'armas e amores dissera o portuense Diogo Brandão.

Archiva o nôme e consigna o facto Diogo Barbosa Machado, com referir que na egreja de S. Francisco, do Porto, na tampa de um tumulo estira-se um cavalleiro de pedra ao de sobre a ossada do morto.

Esse foi em vida um dos que precederam o advento do poema nacional, n'essa passagem graduada que se opera das fórmas da chronica rimada para a epopea historica.

Estudando successivamente e de conjuncto as primeiras tentativas de uma epopea nacional, o dr. Theophilo Braga mostra como o poema de Affonso Giraldes á batalha de Salado é uma imitação das

fórmas metricas usadas na côrte de Affonso XI; diz que as coplas de Diogo Velho á descoberta da India nos dão o fio da tradição prophetica do *Leão dormente*, symbolisando o rei de Portugal; assegura que João de Barros é o primeiro que, presentindo a unidade nacional, reconhece a necessidade de uma epopea que seja a expressão d'essa consciencia; declara como Luiz Anriques conhece já o symbolo da unidade politica de Portugal representado pela identificação imaginaria dos *Lusitanos* com os Portuguezes.

Porém de nenhum d'estes seja óra nossa cura. E do elencho do sabio professor partamos na cata da zona referente á *Lamentação á morte de D. João II*, pois que de engenho portuense emergisse, o d'esse que na portuense egreja de S. Francisco, Barbosa Machado informa que repousa sob o sello da propria figura em pedra, resguardadôra e intimativa.

É tal poeta um dos principaes vultos do *Cancioneiro* de Rezende; irmão mais velho da decantada Maria da sentidissima ecloga *Crisfal;* imitador da eschola hespanhola do seculo XV: nol-o recorda Theophilo Braga, que, notando que elle ignora as fórmas da epopea moderna impostas pela Italia, nos observa que presente o valor dos poemas historicos deante dos immensos successos da côrte de D. João II e nos lecciona que, em uma longa elegia á morte do principe, adopta a antiga outava dos trovadores, como Affonso Sabio ou Francisco Im-

perial, com o tom narrativo de uma chronica. Elle expõe rapidamente a successão dos reis de Portugal desde D. João I até D. João II, tendendo sempre para os vagos aphorismos moraes do desprezo do mundo. «Quando Camões (Theophilo Braga escreveu) traçou episodicamento o quadro da historia de Portugal, não foi levado como Diogo Brandão unicamente pela synthese moral para que são trazidas todas estas outavas—*as que citara precedentemente*—; tinha em vista fazer sobresahir pela poesia os lances mais vivos da historia de cada reinado. A intenção moral não basta para a obra de arte; Diogo Brandão, não só pela ignorancia da eschola italiana como pela estreiteza do seu ideal, não podia encetar a grande epopea portugueza que a nossa vida historica exigia.»

A Diogo Brandão, a tradição classica o não preoccupava:

> Dizer dos antigos, que sam consumidos,
> não quero em Gregos fallar nem Romãos,
> mas nos que cahem aqui d'antre as mãos,
> vistos de nós e de nós conhecidos.

Dos que d'elle mais proximamente conhecidos eram e para elles (elles e ellas) é que Diogo Brandão queria e sabia fallar, desempoeiradamente, mesmo á guisa affectuosa, sem empachos sempre.

D'óra em vez, com affectação e rebuscamento, o que era e seria prezado como timbre de agudeza de engenhos; e por isso encomios lhe deu Lorenzo

Gracian. Mas *Lorenzo Gracian* nada mais é litterariamente do que o simples nôme de um seu irmão, de que, inhibido de galantear, se valeu para dar pae a artisticos, irrequietos filhos d'um engenho gongorico aquelle jesuita Baltazar Gracian cuja leitura ainda agora estimava o excentrico Schopenhauer.

Não é facil ao leitor apurar juizo da graciosidade, digna de que seja posta em destaque, por Diogo Brandão patenteada em algumas de suas composições archivadas no precioso repositorio; porquanto na colheita effectuada pelos irmãos Castilhos em sua *Livraria classica* elle está escassamente representado e a propria reedição de Stuttgard do *Cancioneiro* de Garcia de Rezende é, ella-mesma, rara e cara.

Na *Anthologia Portugueza*, collecção de trechos selectos, coordenados pelo dr. Theophilo Braga, sob a classificação dos generos litterarios e precedidos de uma poetica historica portugueza, que é a parte complementar do *Manual de Litteratura*, encontramo-nos com a «Lamentação á morte del-rey Dom João o Segundo que he em santa groria»; e das esparsas que ahi topamos, sendo uma de Duarte da Gama, a outra é do nosso Diogo Brandão, requebrando-se a uma dama, esquiva, que admoesta, resignado:

Nam vos enganês, senhora,
nos desguanos que daes,
porque com elles causaes
que vos queyra muyto mays
o triste que vos adora.
Devês buscar outro modo,
para vos mais descansar;
este nam podês achar,
sem me matardes de todo.

Do nosso Diogo Brandão é ahi tambem o acrostico, *em qu'está o nôme por quem se fez, pelas primeiras lettras d'elle:*

D o grande mal que causaram
O s olhos, quando vos viram,
N 'estes dias o pagaram,
A fóra quando partiram.

A ida, qu'assi atormenta
I á melhor se perderia,
O penar que s'acrescenta
T edo morrer me faria.
A s lagrimas, que se dobràram,
N o coração se sentiram;
T odas meus olhos choraram
E m vendo que não vos viram.

Na *Encyclopedia Portugueza*, em via de publicação, achamos o nosso conterraneo Diogo Brandão apontado nas linhas seguintes: «Natural do Porto, morto em 1530. Senhor da quinta de Coroxa e Feruzello, exerceu o cargo de contador da real fazenda na comarca do Porto; foi um consummado latinista e poeta apreciavel, achando-se muitas das suas composições no *Cancioneiro* de Garcia de Rezende.» A Innocencio pareceu acertado transcrever

para a lauda 17 do seu tom. II o indice alphabetico dos nômes dos auctores comprehendidos no *Cancioneiro Geral* de Garcia de Rezende, com a indicação das folhas onde no *Cancioneiro* se encontram as obras de cada um, «o que em muitos casos será de conhecida vantagem para os investigadores curiosos, que acharão por este modo supprida a falta que ha no livro, quanto a esta parte.» Na moderna reimpressão de Stuttgart houve o cuidado de apontar-se á margem das paginas a numeração original correspondente na edição portugueza, o que Innocencio nota que muito facilita quaesquer confrontações que se pretendam fazer.

O tom. I (1846) da reedição de Stuttgart, depois da dedicatoria ao rei D. Fernando de Portugal, abre por um prologo, ou introducção adequada, critico-biographica, philologica, na lingua allemã. Foi traduzida pelo snr. J. de Vasconcellos, em obsequio ao seu amigo Tito de Noronha, que concluiu com ella o primeiro opusculo de suas *Curiosidades bibliographicas*, publicado no Porto em 1871.

O auctor do prologo allemão, d'entre as poesias sérias do genero secular, contidas no *Cancioneiro Geral*, distingue a descripção de Rezende sobre a morte de D. Ignez de Castro, mas, diz, as «duas canções funebres á morte de D. João II, de *Diogo Brandão* e Luiz Henriques, em arte maior, são-lhe muito inferiores.»

*
* *

Outro Brandão, outrosim poeta, e portuense outrosim, Luiz Pereira Brandão, ao nacional desastre, em verso, o deploraria, como em prosa o contou ainda um portuense, Jeronymo de Mendonça.

Natural da cidade do Porto, conforme consta do frontispicio de sua obra, Jeronymo de Mendonça foi um dos que acompanharam á Africa el-rei D. Sebastião, ficando captivo na batalha de Alcacerquibir. Depois de resgatado, voltou para Portugal, onde redigiu, como testemunha ocular d'aquelles successos, uma obra que dedicou a D. Francisco de Sá e Menezes, senhor de Penaguião, em 20 de janeiro de 1607, tendo o auctor principalmente em vista, consoante o inscreve no dito frontispicio e mais extensamente no prologo, confutar o que apparecera impresso no livro *Dell'unione del regno di Portogallo alla corona di Castiglia*, de Jeronimo Franchi de Conestaggio. E não só com Franchi se toma, mas ainda com outros extrangeiros, qual fr. Antonio de S. Romão, que ás faltas e miserias (como se não bastaram as que na verdade aconteceram) accrescentaram outras muito maiores, e qual Antonio Ciccarelli, que inventou successos que nunca aconteceram, « por obra nem por imaginação. »

Com taes e tantas replicas, no livro de Jeronymo

de Mendonça se tracta do successo da batalha, captiveiro e dos que n'elle padeceram, por não serem mouros, com outras cousas dignas de notar; e obra é ella que gosa de estimação, especifica Innocencio, pela sua linguagem e estylo, parecendo, elle adjunge, escripta em geral com sinceridade e bom conhecimento da materia.

E não só entre nós-outros como lá-fóra este mesmo juizo corre ácerca do volume do portuense; e, assim, não lhe regateando encarecimentos, para a sua compilação das chronicas cavalheirescas de Hespanha e Portugal, Ferdinand Denis de Jeronymo de Mendonça extracta dois episodios. Um é a historia dos infortunios de Virginia, representada no transe da execução por meio da estampa que acompanha a altura das laudas respectivas na moderna reimpressão do Porto, em 1878, editada por F. Maria Rodrigues. O outro é o exemplo, dado por licção, dos falsos mouros e verdadeiros christãos.

Do caso se tracta do alcaide Raposo, tam nomeado em toda a Berberia. Era este homem portuguez de nação, muito esforçado e de boas condições. Sendo, por sua desventura, captivo, veio ter a Fez, a casa de um judeu que o comprou, o qual tinha uma filha muito formosa, «com quem elle parece que se embaraçou por amores.» Tão asizadamente pareceria que veio a moça, por decurso de tempo, a ficar gravida. Começou a pobre a manifestar então seu perigo e desventura, dizendo ao captivo como por seu respeito havia de ser apedrejada publica-

mente, «que não se castiga com menos, coisa entre os judeus tam extranha.» Mas tudo era nada, comparado com a immensa dôr que sentia, vendo que a elle o haviam de apedrejar vivo primeiro deante de seus olhos. Isto dizia ella, chorando, muitas vezes, tanto que o captivo, não sentindo algum remedio na vida, veio a determinar-se na morte, propondo-lhe, como desfecho d'uma situação intoleravel, que ambos se suicidassem conjunctamente. Ao que ella respondeu que acquiesceria, se não levasse após da sua essa vida de quem só vivia, perecendo conjunctamente o innocente fructo de seus mal logrados amores. Pelo que, já que o tempo costuma dar remedio a tudo, tambem n'elle podiam esperar.

Vendo, pois, o captivo «a mal deliberada moça tam cheia do temor e espanto da morte», lhe perguntou com grande sentimento que determinação era a sua em tam evidente perigo? «Eu não vejo modo, lhe respondeu ella, mais que um só, cujo remedio vos será ainda mais penoso que o proprio damno, pois nos será forçado tomar fingidamente a lei dos mouros, até escapar d'esta furia, debaixo da qual podemos viver christãmente, até de todo nos pôrmos em terra de christãos, porque, posto que estes caminhos sejam torpes e infames, todavia o fim d'elles é honrado e glorioso.»

Com estas argucias, argumentos e apparencias, pondo aquelle mancebo os olhos na esperança dos tempos, se deixou levar d'essas affligidas razões e

assim escaparam ambos, tomando a lei dos mouros, com a promessa entre si de viverem christãos.

Tinha aquella gente, ao tempo de Jeronymo de Mendonça que o conta, tres filhos, e o mais velho seria já de quinze annos, os quaes eram baptisados, e em sua casa se chamavam pelos nômes de christãos, e fóra de mouros, excepto quando algum captivo fallava com elles, porque o não consentiam de nenhum modo.

Era esse alcaide mui grande amigo de todos os christãos e particularmente de um fr. Vicente da Fonseca, ao qual, como quer que sua mulher parisse por esse tempo, chamou, para baptisar um filho, e em sua companhia algumas pessoas, que ajudaram a festejar o baptismo, onde acaso Jeronymo de Mendonça relata que se encontrara.

Logo, o alcaide, querendo festejar a fr. Vicente, lhe disse, mostrando-lhe a mulher: — «Eis ahi, senhor, a causa de todos os meus cuidados; veja agora Vossa Paternidade se fôram acertados meus erros.» Ao que fr. Vicente respondeu, obedecendo ás leis da cortezia, que a senhora Zaida certo lhe parecia bem digna de se acharem por ella desculpas onde não as havia. Ella, porém, quando se ouviu chamar Zaida, dissera graciosamente: — «Não me tracte Vossa Paternidade mal, que o meu nôme dentro do meu coração é Maria.» E jurou que elles todos se declarariam publicamente christãos logo que fazer o pudessem.

N'aquelle passo «se arrazaram os olhos de agua

a fr. Vicente e a todos os mais, assim de piedade no sentimento d'esta magoada gente como de prazer, vendo toda uma casa com tam bons desejos nas entranhas da Barbaria.» Logo fr. Vicente, com as portas cerradas, baptisou o menino, de quem foi padrinho um mercador christão, que se chamava Inygo de Melohi; e, «dando todos muitas graças a Deus pelo presente acto, se despediram do alcaide e da moura, que foi judia e confessava ser christã.»

Da curta permanencia que teve em Fez, trouxe Jeronymo de Mendonça as melhores memorias das judias, «por serem naturalmente muito castas e honestas, além de terem muito bom entendimento, tanto que, entre duas ou tres mil mulheres que haverá na judearia, não ha uma só d'aquellas que chamamos solteiras, nem a consentiriam de nenhum modo; tambem se lhes não póde negar que teem muita brandura e piedade, como eu vi muitas vezes usar com captivos, assim em os soccorrerem em suas necessidades como nas doenças, pelo que, realmente, temos obrigação de nos magoar muito de sua miseria.»

Se tivessem essa liberdade, julga Jeronymo de Mendonça que seria muito mais facil a conversão nas judias, se bem que muitos judeus, pelos sermões de fr. Vicente, se converteram e vieram a fazer-se christãos, «dos quaes eu conheço alguns n'esta cidade de Lisboa.»

Não periclitaria nenhum em sua recente fé? Com nenhum implicariam as suspeitas inquisitoriaes?

Ser-lhes-ia grata a sua posição especial, mas nada favoneante, de christãos-novos? Não lhes viriam, á hora menos pensada, rebates saudosos de sua crença antiga?

Jeronymo de Mendonça era um inculto ingenuo; na sua ingenuidade lhe ganha a obra, pelo que perca felizmente de amaneirados preciosismos. Assim, manteve-se no favor popular. É caracteristico que ainda em 1878 ella fôsse novamente impressa como o foi, segundo o disse já. Jeronymo de Mendonça conhecia sua insufficiencia, mas sabia tambem que «a verdade não ha mister ornamento.» Por isso, afoito, escreveu.

*

* *

Porém, d'entre os portuenses em letras afamados, não foi só o a olhos exigentes humilde Jeronymo de Mendonça (para Barbosa «illustre por geração e insigne por talento») quem acompanhou á Africa, em sua infausta temeridade, o impulsivo Dom Sebastião; e a Costa e Silva corrige Innocencio quando a respeito d'ess'outro menos pensadamente este dissera «que era de familia ignorada.» Ao contrario, temos, por declaração positiva de Barbosa, que elle, cavalleiro da Ordem de Christo, natural da cidade do Porto, e nascido, ao que póde julgar-se, pelos annos de 1540, provinha de linhagem illustre, sendo filho de Antonio Pereira Bran-

dão, capitão de Moluco, que morrera na conquista de Monomotapa com o governador Francisco Barreto, de quem ia nomeado successor em segunda via. A mãe chamava-se D. Francisca de Novaes. «Fica, pois, evidente a leveza (remata, triumphante, Innocencio) com que em tal affirmativa procedeu o biographo moderno.»

Escreveu Luiz Pereira Brandão a *Elegiada*, poema epico, composto de dezoito cantos em oitava rima, dirigido, em sua primeira edição de 1588 (sendo reimpresso por diligencia de Bento José de Sousa Farinha em 1785), ao serenissimo senhor Cardeal Alberto, archiduque d'Austria e governador dos reinos de Portugal. Do auctor e da obra rememora Innocencio que o celebre critico Francisco Dias Gomes apresentara um juizo pessimista, «em que ha talvez exaggeração.» Não deixa Innocencio escapar a inadvertencia de Francisco Dias Gomes, que trocou o nòme do poeta no de Luiz Pereira *de Castro;* e, posto que pouco benevolente seja tambem seu parecer, comtudo Innocencio consigna que ha na *Elegiada* «alguns trechos de notavel valia.» Cita dois d'entre elles, mas refere-se ainda a «varios outros quadros descriptivos, que se distinguem pela exactidão dos traços e viveza do colorido.»

Camillo Castello-Branco corrige com rispidez os pedantismos do critico famoso, em contra do vate olvidado. «O impertinente (*excellente* lhe chamara Innocencio) Francisco Dias Gomes accusa-o de

inventar palavras desnecessarias. As que elle renovou ou inventou correm hoje bem aforadas vernaculamente, e não seriam de mais na prosodia pouco rica do crítico irreconciliavel com os neologismos.»

E, em nota appensa, restabelece, defrontada com a humildade supposta por Costa e Silva, a prosapia faustuosa de Luiz Pereira Brandão, o qual, sendo originariamente pobre, como filho de filho segundo, e educando-se para frade, consoante o costume, casou a furto e ricamente em Lisboa com D. Lourença de Almeida, filha e herdeira de Ruy Gil Magro de Almeida, capitão de Tanger, e de sua mulher D. Isabel Garcez.

«Viveu opulentamente, em boa camaradagem com os homens de lettras do seu tempo, Côrtes Reaes, Andrades, Caminhas e Bernardes. Na companhia do ultimo, acompanhou D. Sebastião, e lá ficou captivo dos alarves, confundindo-se com a gentalha ordinaria e fingindo-se plebeu, afim de baratear o seu resgate. Hieronymo de Mendonça, na *Jornada de Africa*, inscreve-o no *rol dos fidalgos que por se disfarçarem não foram captivos de el-rei*, e nomeia-o *Luiz Pereira do Porto*. Com quanto fôsse rico, demorou-se em Marrocos, e lá recolheu em dura experiencia as achegas para o seu edificio poetico. Não valia a pena.»

Não valeria, de todo em todo?

Costa e Silva, outrosim, insiste no gabo de «alguns quadros descriptivos, que não são desti-

tuidos de viveza e de colorido.» E, com respeito á narração, que se lê no segundo canto, do cêrco de Mazagão pelos mouros, declara-a escripta com vigor e em versos cadentes, allegando como abono do que diz algumas de suas estancias.

No canto I encontra D. Sebastião na serra de Cintra um velho eremita, que lhe narra a historia do reino até ao seu tempo; e n'essa narrativa topa-se inclusa a lenda do rei Ramiro e do mouro Alboazar que na serie d'estes apontamentos já soubemos versificada pela portuense poetisa D. Bernarda Ferreira de Lacerda e pelo poeta portuense Almeida Garrett.

N'este episodio temos (observa Costa e Silva) «poeticamente explicada a origem dos nômes *d'Ancora*, *Leixois*, *Gaya*, *Portugal*, o que é uma intenção verdadeiramente epica, que Luiz Pereira havia aprendido dos antigos.»

As estancias a que Costa e Silva se reporta vou offerecel-as ao leitor, que sabe já que o poeta acabara de pintar a rainha, a pique de afundir-se n'agua, com a corda que *no niveo collo lhe atam os soldados:*

Fazendo-lhe anojado com que désse
O nôme ao pégo d'Ancora profundo,
Que assim se chama agora, onde puzesse
Com a lembrança d'elle exemplo ao mundo.
Alguns dizem que o nome aqui tivesse
De Leixois o começo e que, segundo
Deixado foi alli, bem lh'o puzeram,
Se os tempos outro algum não corromperam,

Onde Gaya de então dizem que teve
Este nôme, porque a fonte fria
Em que Ramiro assentado esteve
Sacaia em moura lingua se dizia;
D'onde o nôme corrupto tomar deve,
Inda que a fama n'isto peccaria:
Tudo faz esquecer tempo comprido,
Mas mourisco parece este appellido.

Outros dizem que um capitão romano,
Chamado Gaio Servio, aqui chegou,
Que, vencido do braço lusitano,
Em um castello alli se restaurou;
Ficando a tal logar, se não me engano,
Gaya por nôme, como se chamou
E inda agora se chama este alto monte,
O qual do Porto está quasi defronte.

Pois do Porto e de Gaya o nôme veiu
A Portugal, segundo se publica;
Ou do Porto dos Gallos, como creio,
Que Porto dos Francezes significa;
Que, como sempre estava de naus cheio,
Segundo se inda agora verifica,
Dos Albernéos Gallos este rio,
Não é pôr-lhe este nôme desvario.

No tom. XVI do *Diccionario Bibliographico* (IX do Supplemento a Innocencio pelo snr. Brito Aranha), apresentando-se um valioso esclarecimento do distincto bibliophilo portuense, snr. dr. Pedro Augusto Dias, e emendando-se alguns enganos do primitivo artigo do tom. V, manda-se accrescentar o «de outro critico, de certo não menos auctorisado, o visconde Almeida Garrett», isto «para contrabalançar o juizo, tão desfavoravel á *Elegiada*, de Francisco Dias Gonçalves.» Aliás Francisco Dias Gomes. Almeida Garrett, no *Parnaso Lusitano*, dissera a tal respeito: «Ha excellentes oitavas derramadas

por esse poema; algumas descripções felizes; grandissima riqueza de linguagem; mas pouco mais.»

Notando em Luiz Pereira Brandão a demasiada extensão das suas narrações e o prosaismo da metrificação, convém Innocencio em que perpassam no seu estylo uns assomos de tristeza ou melancholia, que não deixam de condizer com o assumpto e que commovem o animo do leitor.

Voltando para a patria resgatado, é voz constante que o poeta se vestira de lucto, o qual não mais largou durante o resto da vida.

XI

João Peixoto de Miranda — Antonio de Sousa de Macedo — Martinho Lopes de Moraes Alão — Frederico Augusto de Vasconcellos Pereira Cabral — Pedro d'Andrade Caminha — João de Barros — Vasco de Lobeira.

MAS, *ex-professo*, da fundação do Porto, em verso discorreria portuense, se não anonymo, obscurissimo, João Peixoto de Miranda.

Em sua *Anacr. hist.*, cap. IX, exam. I, com respeito á origem e antiguidade d'esta cidade do Porto, o portuense Manuel Pereira de Novaes defende a opinião de que seu fundador fôra Calais, filho de Boreas, rei da Thracia, argonauta celebradissimo na historia antiga. Diz elle, segundo Costa, que este principe fundara muitas cidades em diversos logares do mundo, depois do decantado vellocino d'ouro da ilha de Colchos: que, pela similhança do seu nôme

Calais com o de *Cale*, era muito provavel que désse principio a esta cidade. E, assim como a Jasson, continúa esse padre, se attribue a fundação do promontorio *Easso*, corrupto do de *Jasso*, consoante estranhavelmente o resume Costa; a *Castor* e *Pollux* a de *Castropol* nas Asturias etc.: assim tambem é crivel que a *Calais* se deva a fundação de Porto de *Cale*. A auctoridade de Raphael Volaterrano, que, na volta de Calais á sua patria, o nomeia fundador de Cale, é para elle uma prova incontrastavel e na qual funda a sua opinião.

Que é a setima das desfiadas, no thema, pelo bracharense Agostinho Rebello da Costa, quem, antes da conjectura do padre Novaes, benedictino, em os seus manuscriptos, expuzera a terceira a proposito.

Esta terceira opinião, muito seguida e abonada pelo auctor da *Monarchia Lusitana*, consiste em que Diomedes, rei de Etolia, um dos principes e capitães do cêrco de Troya, imitando a Ulysses, navegara pelo Mediterraneo, até sahir, pelas columnas de Hercules, ao Oceano occidental; e, tomando porto na foz do rio Douro, desembarcara da parte septentrional onde se demorara largo tempo, attrahido da amenidade e frescura do paiz; que lançara alli os fundamentos de uma povoação, que, pelo decurso do tempo, se chamou *Graya*, e os seus habitadores *Grayos*, tanto porque elles eram descendentes dos gregos que fundaram esta cidade como tambem porque dos seus ritos e costumes

chamavam, conforme o alludido Brito, na citada *Monarchia Lusitana*, p. I, liv. I, cap. XXII, por antonomasia, *grecanicos;* e d'esses taes Silio Italico fallara nos versos seguintes:

Et quos tunc Gravios, violato nomine Grajum.
Oeneæ miserere domus, Aetolaque Tyde.

Ora, esta terceira opinião em verso portuguez viria tambem a ser cantada, em poema obscuro de portuense obscurissimo, — o que, castigada com pena tal a injustiça do mundo, e attendendo á força de razões ponderosas que a mais, outrosim, comprehendem, não tolhe que entre os illustres, que na nomeada, mais ou menos, o deveram ser, merecedoramente o cataloguemos, sua epopèa modesta relembrando: *Cale ou a fundação da cidade do Porto*, poema de João Peixoto de Miranda, 1850, 8.º

Quem seria João Peixoto de Miranda?

Só no supplemento ao *Diccionario bibliographico* de Innocencio é que nos apparece succinta menção d'elle, «cujas circumstancias pessoaes ignoro», confessa o bibliographo, que esclarece que o poema de *Cale ou a fundação da cidade do Porto*, impresso no Porto em 1850, o fôra na typ. de Antonio Moldes. Nos «additamentos e correcções a alguns artigos do presente volume» (o X da obra e III do supplemento), em a verba *João Peixoto de Miranda* — «cujas circumstancias pessoaes ignoro», o auctor continúa dizendo — leem-se (n.º 6.786) as

linhas que seguem: «*Calc ou a fundação da cidade do Porto. Poema.* Porto, na typ. de D. Antonio Moldes, 1850. 8.º ou 16.º de 432 pag., com 2 innumeradas de erratas. — Este poema é em dez cantos. Na advertencia diz o auctor que fôra começado em 1826 e concluido em 1838 e que o elogiara Antonio Leite Cardoso Pereira de Mello, em uma nota a um soneto incluido nas suas obras poeticas, impressas no Porto em 1858. Vi (em setembro de 1883) um exemplar d'esta obra em Lisboa nas mãos do livreiro Lino Cardoso, que o comprou n'um dia e o vendeu no dia seguinte a um colleccionador de poemas portuguezes. Confesso que nunca vi as poesias de Antonio Leite Cardoso.»

Nem eu; nem d'elle noticia nos dá quer o *Diccionario bibliographico* quer seu «Supplemento»

Vi, porém, e folheei o poema de João Peixoto de Miranda, *Cale ou a fundação da cidade do Porto*, visto lêr de seguida um epico nosso lusitano pelo decurso de 432 pag. commettimento é hoje que excede a humana paciencia. E mesmo de crer seja que ainda, na quadra, mais pachorrenta todavia, d'esse 1850 da data da publicação escasso o numero seria dos portuenses que se afoutassem com narrativa tam vasta, inda que nas provinciaes horas longas qualquer chispa de interesse aos portuenses espertasse por a illuminação phantastica dos primordios em trevas de sua remota Cale. Assim se explica como, em regra, até de arrojados lidos, o

poema de João Peixoto de Miranda é quasi que completamente desconhecido.

Dado que sua obra poema seja, visto seu auctor, na advertencia do volume, d'elle fallando, assim se expressar: «Este poema, se acaso o é (pois, acreditando nós o padre Bossu — *Trat. do Poema Epico* —, se a *Lusiada*, a *Jerusalem libertada* e o *Paraiso perdido* não podem ser considerados verdadeiros poemas epicos, muito menos o deverá ser este meu)...»

Ahi o declara concluso no anno de 1838, como testemunhara ao publico aquelle seu particular amigo Antonio Leite Cardoso Pereira de Mello, em uma nota a um soneto seu, filho mais — modestamente confessa — da amisade d'elle do que do seu merecimento. Esse soneto lh'o dirigira, collocando-o nas suas obras poeticas, impressas n'esta cidade do Porto, em a Typographia Commercial, no anno de 1838.

Esta advertencia é ella mesma precedida de um *Preliminar*, que demonstra em João Peixoto de Miranda copiosa e meditada leitura. Elogia-se a si proprio, porque escrevera de modo que todos o podessem entender, «sem ser preciso recorrer ao *Diccionario* de Bluteau ou ao *Elucidario* de fr. Joaquim de Santa Rosa de Viterbo», desdenhando do afan de desenterrar, «por singularidade systematica, vocabulos sepultados com o seculo XV, só para affectar uma linguagem velha e sediça que o desuso anniquilou e o uso não auctorisa.»

A obra vae a publico tal qual lhe sahiu da forja. «Mal polida e limada», reputa-se «indigna de apparecer ao lado das sublimes producções do insigne auctor das *Cartas d'Ecco a Narciso*, das do sabio e erudito snr. Garrett e das de outros mais que servem de brilhantismo, ornamento e decoro ao Parnaso e litteratura portugueza do seculo XIX.»

«Assim mesmo, poderá emparelhar com outras taes e quejandas que a imprensa faz sahir á luz.» Porque, modesto, João Peixoto de Miranda não era humilde.

Elle terminou seu *Preliminar* com os seguintes versos do poeta inglez Owen:

Qui legis ista, tuam reprehendo, si mea laudas
Omnia, stultitiam; si nihil, invidiam.

*

* *

Para suas calamidades caracteristicas, outrosim entre seus filhos o Porto encontrou quem soluçasse os threnos poeticos, porque se não a terremotos, como Lisboa, o Porto a innundações sujeito seja.

No segundo tomo de sua *Historia da administração publica em Portugal nos seculos XII a XV*, o snr. Henrique da Gama Barros diz que no seculo XV por varias vezes se sentiram em Portugal convulsões do solo mais ou menos fortes. Das escassas

noticias que nos ficaram d'esses successos, não se deduzia, porém, que a perda de vidas e as outras consequencias fôssem n'algum caso em tal escala que affectassem consideravelmente as forças economicas do reino.

Em nota registrava, segundo varias fontes de informação, de abalos de terra os do anno de 1033, de 1309 (ou 1279, segundo a edição da *Esp. Sagr.*, XXIII, pag. 340), de 1318 (na *Esp. Sagr.*, log. cit., propõe-se a era de 1357 e não a de 1356), de 1321, de 1337, de 1347, em Coimbra e em Coimbra o de 1355, e os de 1356, 1366, 1395 e 1404, sendo este, do seculo XV, o unico de que tinha noticia. Não ficou remembrança tradicional de nenhum d'elles para o Porto.

No Porto, mesmo escassa noticia litteraria quedou ainda para os terremotos em Portugal havidos gravissimos, como esse de 1531 que a Mendonça lhe «parece que foi maior que o de 1755», o mesmo sentindo o erudito Pedro Norberto de Aucourt e Padilha, cujo parecer Mendonça quiz alli provar mais amplamente, «para tirar o sequito da contraria opinião, que tem sido a mais seguida», mas á qual elle sempre se oppoz, com os varios fundamentos que allega e outros que deixa á reflexão dos doutos, á lembrança dos quaes traz que Jeronymo Cardoso fizera um poema latino em que relata os estragos d'este terremoto, como referira Diogo Barbosa Machado, no tom. II de sua *Bibliotheca Lusitana*, no titulo d'este escriptor.

Prosegue na enumeração, mas sua noticia não acorda echos portuenses, até que se chega á data fatal.

Do tremendo terremoto de 1755, no respeitante a seus effeitos pelo que toca ao norte de Portugal, em sua *Historia universal dos terremotos*, o mesmo Joachim Joseph Moreira de Mendonça escreve: «As provincias do Minho e Traz-os-Montes não padeceram mais effeitos do terremoto que o horror. Em toda a extensão de Portugal fòram sentidos os abalos da terra e a sua duração; mas n'aquellas provincias fòram muito menos violentos.» (num. 377).

Mas, havendo dito que o flagello da peste que no anno de 1420 tinha acomettido o bairro de Villa Nova de Gaya tornara em 1581 a açoutar Portugal com tal excesso que esta fòra chamada a *Peste grande*, matando na cidade de Lisboa mais de quarenta mil pessoas, na de Evora vinte e cinco mil e assim á proporção em todas as outras cidades e povoações do reino, accrescentara nosso Agostinho Rebello da Costa que n'esta occasião fòra que os portuenses erigiram a S. Roque uma capella defronte da porta travessa e alpendre da cathedral, em cujo frontispicio se lia a epigraphe seguinte:

Stet hæc Domus, donec formica totum imbibat
Mare, et donec testudo totum circumambulet orbem.

Mas não se completara este desejo, porque o fatal terremoto do 1.º de Novembro de 1755 a ar-

ruinara de sórte que necessario fòra erigir-se nova capella, feita á moderná, no largo chamado do Souto, de que elle já fallara.

Porém, se indemne de terremotos, relativamente, havia sido, não do achaque de innundações deixara o Porto de soffrer.

Assim, o caudaloso rio Douro no dia 28 de Dezembro de 1727 formara uma enchente tam grossa, repentina e precipitada que absorvera na sua corrente mais de cem pessoas, muitos edificios, navios d'alto bordo, innumeraveis embarcações pequenas, muitas e viçosas vinhas, lagares, azenhas e outras fabricas, cujas perdas se contavam por milhares de cruzados. Quasi todo o convento das religiosas de *Corpus Christi* fòra coberto da sua innundação; esta chegara, de parte da cidade, a tal altura que de cima da muralha se tocava com as mãos na agua.

Outras iguaes innundações havia acontecido nos annos de 1729, 1739, 1774 e 1779; a de 1779 fòra em tudo similhante á primeira, de 1727, cujos estragos ainda hoje — 1789 — lamentam algumas familias, reduzidas (depois de opulentas e acreditadas) a uma lastimosa indigencia.

Tinha-se observado que nas maiores cheias subia a agua até á altura de 22 pés geometricos, medindo-se desde o ultimo ponto da baixa-mar.

A uma altura quasi egual chegara a ultima, até ao tempo do escriptor, e formidavel, acontecida no mez de Fevereiro d'aquelle anno em que escrevia,

de 1788, e precedida que fôra de um terrivel furacão do Oeste, que durara, sem affrouxar, tres dias successivos, atroando com horrorosos tufões a cidade e seus arredores, onde arrancou grossas arvores e arrebatou pelos ares muitos telhados e clara-boyas, tendo principio esta grande cheia no dia 22 do dito mez e o seu maior augmento sendo nos dias 24 e 25, em que as aguas do Douro subiram, acima do seu nivel, 31 palmos.

A cheia de 1739 foi memorada em verso: *Successo lamentavel da destruição do Porto e seus suburbios, acontecido no fatal mez de Dezembro*, etc.

Este poema é *offerecido á veneravel, prodigiosa e sacrosanta imagem do Senhor d'Alem, venerada na Santa Igreja Cathedral da mesma cidade*, pelo poeta que se rebuça na piedosa designação de «um cordialissimo devoto d'este Senhor.» A obra, *com todas as licenças necessarias*, está impressa no «Porto, anno 1740.»

Do gosto do artista dará medida a oitava XXI, posta para nos pintar a impetuosidade da corrente:

Corria o Douro tam arrebatado,
Tam rapido, cruel e tam valente
Que parecia vinha declarado
Inimigo de todo o sêr vivente;
Tudo deixava o Douro destroçado,
Tudo despedaçava a sua enchente;
E então na fortaleza e valentia,
Mais que D'ouro, de bronze parecia.

Já, então, as margens do Douro presenceavam o mesmo Douro furiosamente a batalhar com empoladas ondas, ellas, essas suaves

> . . . . . Margens do Douro, celebradas
> Que são em todo o tempo e em toda a era,
> Sempre de esmeralda alcatifadas,
> Perpetua estação da Primavera.

*

* *

Com olhos mais sizudos do que em 1740 os do portuense poeta, conego, Martinho Lopes de Moraes Alão, ás margens do Douro as viu em 1868 (maio) o portuense sabio, engenheiro, Frederico Augusto de Vasconcellos de Almeida Pereira Cabral, que, contra o que diz Innocencio, que o dá nascido em Lisboa, nasceu no Porto em 25 de Abril de 1820, consoante a informação fidedigna do seu duplamente collega, como engenheiro e geologo, J. F. Nery Delgado, no tom. I das *Communicações da commissão dos trabalhos geologicos de Portugal.*

Ora, no tom. I da *Revista de Obras Publicas e Minas*, que appareceu em 1870, inseriu Frederico de Vasconcellos Cabral uma primeira noticia sobre as rochas estriadas da bacia do Douro, assumpto que, tractado com mais desenvolvimento, serviu de base para uma memoria publicada em 1881, *Estudo*

de depositos superficiaes da bacia do Douro, de que apresentara um resumo ao Congresso anthropologico que tivera em Lisboa, em 1880, a sua 9.ª sessão, por iniciativa do antigo director dos trabalhos geologicos, Carlos Ribeiro.

Em dezembro de 1869, em Lisboa, escrevia Frederico A. de Vasconcellos:

Quem viaja pelo Douro não póde subtrahir-se á contemplação das rochas que encaixam e opprimem o seu leito desde a foz, quando mesmo outras razões não tivesse o viajante para prestar attenção á constituição do solo. Como é sabido, o Porto está edificado sobre um massiço granitico, ao qual se encosta para leste uma serie de schistos crystallinos, que se suppoem o resultado do metamorphismo de terrenos paleozoicos, representados ainda para leste por uma zona schistosa, que corre na direcção proxima de NNO. SSE. E' limitada esta zona, pelo lado do NE., por outro grande massiço de granito porphyroide, que se julga de idade mais moderna que o do Porto, e que atravessa o Douro seis leguas acima da cidade, sendo as Pedras de Linhares, fronteiras ao concelho de Paiva, a primeira manifestação d'esta rocha no leito do rio, e tambem o primeiro ponto perigoso para a navegação.

Quem, pois, sobe o rio, partindo do Porto, vê primeiro o granito por espaço de meia legua, depois o gneiss e o resto da serie de schistos crystallinos, que passam gradualmente ao terreno schistoso paleozoico, limitado para NE. pelo granito porphyroide.

Nada, a Frederico A. de Vasconcellos, lhe fizera suspeitar, á sahida do Porto, que as rochas grani-

ticas que bordam o rio de um e outro lado acima da ex-ponte pensil apresentassem superficies gastas e estriadas mechanicamente. Só quando chegou á zona de gneiss, lhe pareceu vêr. Viu, saltando em terra, observando o phenomeno com todas as circumstancias que o acompanham em outros paizes onde tem sido estudado. Fixou-se. Duas leguas acima do Porto, em quasi todos os pontos onde se manifestavam rochas duras via elle já distinctamente as superficies estriadas, e as distinguia mesmo a distancia. As suas observações limitaram-se, porém, a uma extensão não superior a cinco legoas e ao que podia vêr sem se affastar da margem do rio, essa alcatifa de esmeralda do poeta Alão.

Na sua volta ao Porto, Frederico de Vasconcellos, olhando, com melhor attenção e já com olhos mais habituados, para os granitos das proximidades da cidade, pôde reconhecer ainda o estriamento das rochas uns quinhentos metros a montante da referida ex-ponte pensil, e tambem lhe pareceu vêr ahi, mas a distancia e do lado da Serra do Pilar, uma superficie estriada muito inclinada para o rio, senão quasi vertical. De resto, os vestigios de estriamento que pudera observar estavam entre 1, e 3 ou 4 metros acima da estiagem do rio, e figurava-se-lhe possivel, e mesmo provavel, que se encontrem a muito maior altura.

Reivindica a originalidade que lhe cabe na noticia do phenomeno; lealmente menciona a parte

que na discussão d'elle e seu corollario theorico cumpre, mercê de uma nota sobre o terreno quaternario de Portugal publicada em 1867 no *Boletim da sociedade geologica de França*, referir, na generalidade critica, ampla e discriminante, a Carlos Ribeiro.

Foi sobre as observações de Carlos Ribeiro e Daniel Sharpe no que concerne a Portugal que os snrs. E. de Verneuil e E. Collomb levantaram a carta geologica de Hespanha e de Portugal, em Paris publicada em Junho de 1864.

Levantada em parte sobre as folhas da carta chorographica do reino e em parte coordenada sobre a carta geologica publicada em 1876 por Carlos Ribeiro e J. F. Nery Delgado, foi em 1899 publicada pela Direcção dos trabalhos geologicos a carta geologica de Portugal, por J. F. Nery Delgado e Paul Choffat.

Quanto aos terremotos de Lisboa, o Porto os deploraria, como de Lisboa aos primordios vate portuense os celebraria.

*
* *

Para o cantico da fundação de Lisboa, com effeito, destino era do Porto dar-lhe, em Antonio de Souza de Macedo, um dos seus filhos mais illustres e dos mais notaveis homens de todo Portugal.

Oriundo da nobre villa de Amarante, mas nascido n'esta cidade do Porto, e baptisado na freguezia de Nossa Senhora da Victoria a 15 de dezembro de 1606, diz Diogo Barbosa Machado que bastava «este unico filho para lhe adquirir immortal gloria ao seu nôme.» Elle remata asseverando que seria quasi impossivel trasladar os elogios que a este grande varão dedicaram muitos escriptores. Cita, sem embargo, abundante copia de auctores, tanto nacionaes como extrangeiros, em abono de sua affirmativa.

Tronco da casa dos condes de Mesquitella, quando, collocado no throno o duque de Bragança, D. João IV resolveu enviar por embaixador á côrte de Londres a D. Antão de Almada, sendo necessario que o acompanhasse, na qualidade de secretario, um homem que tivesse o saber e capacidade necessaria para missão de tammanha consequencia, em circumstancias tam melindrosas e difficeis, depois de maduras reflexões, recahiu a escolha em Antonio de Souza de Macedo, em quem se julgavam as partes e requisitos que convinha para auxiliar com seus conselhos o embaixador. Em Londres deu elle tam boa conta dos negocios de que ia incumbido que, retirando-se o embaixador d'aquella côrte, o rei portuguez determinou que o secretario alli ficasse permanecendo, com o caracter de enviado, ou encarregado de negocios, como hoje dizemos.

Correndo o anno de 1651, foi Antonio de Souza de Macedo nomeado embaixador de Portugal junto

aos Estados Geraes da Hollanda, onde teve logar de exhibir novas provas do seu zelo e habilidade como negociador e homem de Estado.

« D'esta maneira (pondera José Maria da Costa Silva), Antonio de Souza de Macedo, sempre favorecido pela fortuna e pelo merecimento, cheio de honras e de favores da corôa, chegou a ponto de não ter já a que aspirar senão ao Ministerio. Essa mesma ambição, se acaso a teve, lhe foi emfim satisfeita por El-Rei D. Affonso VI, que sempre fizera d'elle grande apreço, pois em 1663 houve por bem nomeal-o seu ministro e secretario de Estado, cargo que honrosamente exerceu até ao anno de 1668, em que foi demittido pela revolução, de fabrica jesuitica, que deu em resultado a deposição de D. Affonso VI e a regencia do infante D. Pedro, que depois subiu ao throno. » Em perigosas conjuncturas se viu Antonio de Souza de Macedo durante esse tormentoso periodo.

Dramatica scena, p. ex., a jogada entre a infida rainha e o fiel secretario do infeliz monarcha, duas vezes corôado. Eis a narração mais fidedigna:

Matara um arrieiro a um francez em uma estrada perto de Coimbra, e houve quem dissesse que o matou como a ladrão, em sua propria defeza. Foi o arrieiro preso em uma egreja d'aquella cidade e remettido á cadeia de Lisboa. Ora, por que lhe valesse a immumidade da Igreja se mostrou a rainha, que franceza era, aggravada, dizendo que o delinquente não fôra castigado, só por lhe darem

desgosto a ella, sendo o morto francez e creado seu. O facto era que o morto não era tal creado seu, e só sim parente de um seu lacaio francez, e elle soldado de cavallo.

Por esta infimidade e por outra ainda mais assim, mandou a rainha chamar á sua presença o illustre secretario d'Estado Antonio de Souza de Macedo e o increpou asperamente. Desculpou-se o honrado homem para com aquella mulher deshonesta, allegando rasões que tanto mais offensivas eram quanto mais convincentes. Rematou asseverando que quem o contrario dissesse do que elle dizendo estava era traidor e, como tal, devia ser castigado; que Sua Magestade, por sem duvida, contava perversos a seu lado, pois lhe affirmavam tinha razão de queixar-se dos portuguezes, quando ninguem lhe havia faltado ao devido respeito.

Replicou a Rainha que bem sabia que, na opinião d'aquelles que não queriam que ninguem lhe fallasse, grande crime era o tractal-a como quem era.

Quiz o secretario satisfazel-a, porém aquella mulher má e má mulher o mandou callar; e, redarguindo este que queria que Sua Magestade o ouvisse, segunda vez o mandou callar.

Poz-se então o secretario de joelhos, suppondo que com isto a obrigaria a que o attendesse; porém ella lhe voltou as costas.

Quiz o secretario detel-a; e ella lhe regougou: «—Como, villão, és tam atrevido?!» E lhe deu com uma luva pela cara.

« Vendo-se o pobre velho tam enojado, calou-se; e, voltando-se para as damas e cavalheiros que estavam presentes, disse (n'estes termos o refere o auctor da *Anti-catastrophe)*, com grande colera: « — Que descomedimento tam indigno, que nenhum rei jámais o praticou com algum vassallo! »

Tudo não obstante, não frisaria as vicissitudes politicas d'este homem eminente. Nem mesmo, jornalista, me ufanaria com sua honrosa camaradagem, por isso que foi aliás dos primeiros intencionados illustres jornalistas portuguezes, redigindo os *Mercurios*, lusitanos em que seu adverso, o padre Antonio Vieira, jesuita combatente, forçado se vira a confessar a eloquencia.

Limitar-me-hei a suscitar adrede a apagada lembrança do poema heroico *Ulyssipo*, de que nova edição se fez ainda em Lisboa, em 1848, por industria do famigerado livreiro Rolland e dirigida, crê Innocencio, pelo, a seu tempo, já finado Rego Abranches; o insigne bibliographo condensa a opinião de Costa e Silva, que expende: « N'este poema, de treze cantos, em oitava rima, cujo argumento é a fundação de Lisboa por Ulysses, não ha, por certo, o estylo brilhante da *Ulyssía*, nem a sua versificação é tam cadente; porém, Macedo tem um gosto mais puro, modelando-se pelos italianos, a cuja eschola pertencia. Não pecca tanto na inchação, nas expressões hyperbolicas, nem nos contrapostos e jogos de palavras. Os seus versos são faceis, ainda que um tanto monotonos; as rimas, mais

ricas e menos triviaes: as suas comparações são proprias, e raras vezes imitadas de outros poetas. É, sobretudo, muito superior a Gabriel Pereira de Castro na originalidade da fabula e episodios. O seu culteranismo é de Marini e não de Gongora; e n'isso é que elle se differença dos poetas seus contemporaneos.»

O lisbonense Costa e Silva espanta-se de que, na poesia portugueza, os louvores de Lisboa não fôssem cantados por nenhum lisboeta; e só sim por Gabriel Pereira de Castro, que era de Braga, e por Antonio de Souza de Macedo, que do Porto era.

Não foi, entre os portuenses, tam só este o notando dos epicos menores; outro houve, sabemol-o, como elle digno da bôa nota no conciliabulo dos mais superciliosos criticos.

Tal é a contradicção das cousas! Taes os sarcasmos dos destinos!

Que o Porto, terra do terra-á-terra, de todo o tempo, alfobre haja sido de poetas!

Como, digamos, esse Pedro d'Andrade Caminha...

*

* *

Para o livro (*Elegiada*) do portuense Luiz Pereira (Brandão), de quem se fallou já em preterita lauda d'este tomo, escreveu outro portuense (segundo a variante impressa em 1898) os versos seguintes:

Quem canta Sebastião? Canta Pereira.
Que canta do seu Rei? A vida e morte.
Da vida que? Sua honra verdadeira.
Da morte? Que a soffreu com animo forte.
Na terra, que ganhou? Memoria inteira.
E que no ceu? Gloriosa e alta sorte.
E de Pereira quem? Quantos o lêrem.
Quantos o lerem? Quantos o entenderem.

Est'outro portuense é Pedro (ou Pero) de Andrade Caminha, como Luiz de Camões provindo de familia gallega, e nascido n'esta cidade do Porto, segundo todas as probabilidades, não se sabendo em que anno, mas sendo, todavia, acceitavel uma conjectura de Theophilo Braga, que fixa a data em 1520 (ou antes), segundo o parecer do dr. J. Priebsch. Este, dando o logar e data do fallecimento, em Villa Viçosa a 9 de setembro de 1589, apresenta um documento descoberto pelo distincto portuense Souza Viterbo, «pelo qual consta o anno da morte de Caminha.» Constava aliás do *Diccionario Bibliographico* de Innocencio, que expressamente diz: «Nasceu Pedro de Andrade na cidade do Porto, em anno que se ignora; e morreu em Villa Viçosa a 9 de setembro de 1589.» E' certo que na lista das fontes biographicas do poeta allegada pelo dr. J. Priebsch não se inclue a obra de Innocencio.

O qual nos conta como á sombra de D. Duarte, duque de Guimarães, de quem fôra camareiro, conferindo-lhe este principe, em remuneração de serviços, a alcaidaria mór de Celorico de Basto, com uma tença de duzentos mil reis, Pedro d'Andrade

Caminha cultivara as lettras, unido em correspondencia e amisade com os maiores engenhos que então poetavam em Portugal, menos com Luiz de Camões, de quem nem elle nem os outros fazem menção: «o que nos mostra (diz com sizuda reflexão um dos seus biographos — o sabio abbade José Correia da Serra —) que os seculos litterarios das varias nações são mui parecidos uns com os outros, e que em todo o tempo a superioridade é odiosa aos contemporaneos.» Mas addita que poderia accrescentar que, da parte de Caminha, para com Camões havia uma decidida emulação e rivalidade, manifestada, como, segundo seu alvitre, tudo induz a crêr nos seus repetidos epigrammas contra um que elle chama *mau poeta*. V. g. no CXLV, em que, alludindo talvez ao verso 1 da est. 5.ª do canto 1.º dos *Luziadas*: «Dae-me uma *furia* grande e sonorosa, etc.», lhe diz mui despejadamente:

Dizes que o bom poeta ha de ter *furia*;
Se não ha de ter mais, és bom poeta;
Mas, se o poeta ha de ter mais do que *furia*,
Tu não tens mais que *furia* de poeta!

Verdadeiramente poeta seria Pedro d'Andrade Caminha?

Innocencio escreve que elle póde considerar-se como um dos mais aproveitados discipulos de Ferreira, a quem muito se approxima pela correcção, elegancia, nobreza de pensamentos e philosophia que reina em suas composições; e prosegue dizendo que José Maria da Costa e Silva não hesitara em

dar-lhe a preferencia sobre o seu contemporaneo e amigo Diogo Bernardes. Remata, não obstante, com o juizo de um critico extrangeiro ácerca d'aquelle nosso poeta, «para que se veja como em materias de gosto são sempre discordes e variaveis as opiniões dos que se presumem auctorisados para exprimir voto fundamentado.» Aponta a origem d'esse juizo, o *Diction. génér. de Biogr.*, por Dezobry e Bachelet. O parecer ácerca de Caminha é de que «elle deixou eglogas d'uma frieza extrema, elegias cheias de affectação sentimental, epistolas calorosas e energicas, epitaphios e epigrammas de bom gosto plenos.»

Pelo que toca aos avaliadores lusitanos, aponta que menos favoravel do que o de José Maria da Costa e Silva é a Pedro d'Andrade Caminha, *talvez*, o conceito do illustrado («impertinente», tivemos já ensejo de vêr lhe chamara Camillo) critico Francisco Dias Gomes, a quem o dr. J. Priebsch inverte os appellidos, designando-o por F. Gomes Dias. Reconhece-se que cita de memoria, porquanto no tom. IV das *Memorias* da Academia que indica o trabalho do critico, illustrado, segundo Innocencio, impertinente, segundo Camillo, não se dá como elaborado mais do que *por Francisco Dias*. «Sem mais nada.»

Quem lhe relêr a passagem, por certo que reputará em demasia dubitativo aquelle adverbio *talvez*, apposto por Innocencio ao conceito (menos favoravel ácerca dos meritos poeticos de Pedro d'Andrade

Caminha) formulado por Francisco Dias Gomes, o qual debuta logo asseverando que, do artista portuense, «a sua imitação, em geral, pouco tem de sublime, o seu pensar é frouxo, e o mesmo caracter tem a sua expressão, que, cheia de licenças e defeitos, é confusa e obscura, lodosa e baixa.» Concomitantemente, não perde por desinteressante o cotejo que porventura se faça de suas qualificações com as que Innocencio nos forneceu do critico extrangeiro, cujo juizo em suas laudas proprias reproduziu. Porquanto, das eclogas de Pedro d'Andrade Caminha affirma que ellas têm merecimento, tanto no conceito como no estylo, que é todo frio e debil. Das epistolas, comtudo, asserta que não só não deslustram o idioma mas o honram por muitos lances de moral, bem tractada e descripta. Quanto ás elegias amatorias, ellas não se devem considerar mais do que umas lamentações seccas, sem pensamentos, sem pathetico nem expressão. Mas os epitaphios são concisos e bellos; o poeta Caminha, apezar dos pezares, tem poucos epigrammas que não sejam bons, e n'este genero Francisco Dias Gomes conclue que elle é digno de todo o apreço e benemerito da nossa poesia, que augmentou.

Em Paris, no anno de 1854 e no artigo respectivo do vasto repositorio dirigido pelo dr. Hoefer e publicado pelos irmãos Didot, de Pedro de Andrade Caminha Ferdinand Denis opina que elle é um poeta correcto, que se distingue, sobretudo, por sua elegancia; ajunta que elle foi, mesmo, catalogado en-

tre os classicos mas que carece, em regra, de movimentação. Em Halle, em 1898, no elegante volume de venda da livraria editora de Max Niemeyer, o dr. J. Priebsch marca caracteristicamente a situação social e mental do poeta portuense na sua epocha e em seu ambiente: «gozando da plena confiança do seu augusto amo, com entrada franca nos serões da còrte, Caminha (por este modo o dr. J. Priebsch escreve) travou relações com a melhor fidalguia do reino, ganhando, graças ao seu culto espirito, o apreço de todos quantos tinham vocação, ou pelo menos alguma aptidão poetica. A elle, como a um Mentor e juiz, remettiam os cortezãos novatos os seus primeiros ensaios, pedindo conselho e a sua opinião, promptos a acudirem, quando o mestre accommettia qualquer empreza. Mas Caminha não era um laureado guia e mestre das musas apenas aos olhos da mocidade palaciana e dos versejadores medianos. Os maiores engenhos contemporaneos respeitavam-o e respeitavam, cheios de admiração, os sons evocados da sua grave e dôce lyra. Bastará lembrar os encomios que lhe teceu seu venerando predecessor e amigo Francisco de Sá e Miranda, os versos que trocou com Diogo Bernardes e os louvores de Antonio Ferreira, muito embora este sincero patriota não deixasse de censurar energicamente, em uma Epistola, a então notavel predilecção de Caminha pela lingua castelhana.» Em nota, o dr. J. Priebsch exemplifica que o numero das cantigas hespanholas d'essa sua edição de *Poesias*

ineditas de P. de Andrade Caminha se eleva á somma de cento e trinta e oito. Os ineditos publicados pelo dr. J. Priebsch declara elle que «encerram abundantes materias para a historia da litteratura portugueza no seculo XVI e espalham luz sobre as aptidões, tantas vezes contestadas, mas de oravante incontestaveis, do rival de Camões, assim como sobre a sua posição e influencia na còrte.»

Está tudo bem, menos a phrase *rival de Camões*, que desastrada se figura.

A distancia a medir de Caminha a Camões é a lonjura incommensuravel que vae do simples talento ao genio; e bem mal a Caminha foi que esse permeio voraginoso instinctivamente o não sentisse elle, reconhecendo que, por infortunio, não sahira do seio fecundo da terra madre com a *furia* do outro.

A «furia»! O *quid divinum!* O Espirito!

Mas quê? Que valem freimas?

Flat ubi vult.

Bem differente, por vezes opposto á simples rasão, discursiva e circumstancia, como a que distinguia o anti-romanesco portuense João de Barros.

Por isso mesmo se vê que o do *Imperador Clarimundo* não seja.

*

* *

Não é o das *Decadas*, não, porém sim o do *Espelho de casados*.

Doutorado em Salamanca, uns o fazem de Braga,

outros, porém, do Porto, onde exerceu officio em 1549.

De sua rarissima obra se effectuou no Porto em 1874, conforme a de 1540, segunda edição, publicada pelo fallecido Tito de Noronha e pelo illustrado negociante portuense snr. Antonio Moreira Cabral, a quem, com rasão e justiça, o snr. Brito Aranha chama «um bibliophilo estimavel»; esta reimpressão realisou-se pelo exemplar que pertencera ao então já fallecido Joaquim Pereira da Costa e fôra adquirido pelo visconde de Azevedo, já agora fallecido tambem.

No preambulo da moderna reimpressão os editores declaram inclinar-se a que o dr. João de Barros fôsse natural de Braga; mas no *Supplemento* do snr. Brito Aranha categoricamente se assenta a decisão de que, morador em Villa Real, elle foi natural do Porto.

Frisa Camillo Castello-Branco que o «casamento» motivara alguns tractados de moral, por onde observa que se collige a seriedade com que a philosophia attentou n'aquelle passo da vida tam grave de responsabilidades. O exemplo dera-o o dr. João de Barros no *Espelho de casados*, impresso em 1540; elle é o tronco genealogico da philosophia matrimonial de Diogo de Paiva de Andrade no *Casamento perfeito* e de D. Francisco Manuel de Mello na *Carta de guia de casados*.

Expende, em linguagem que Camillo qualifica de «tosca, escabrosa e ás vezes deshonesta», doze

rasões contra o casamento, e dá o motivo: «foi o caso que um meu singular amigo e companheiro de Salamanca me escreveu uma carta porque eu lhe commetti certo casamento, na qual elle se escusava largamente»; e expoz outras doze rasões a favor do casamento, «porque, como diz o Philosopho, as cousas contrarias, postas a par, melhor apparecem.»

Move-o outro empenho, de utilidade immediata: evitar que se leiam fabulas; e, assim, offerece á mocidade o seu livro de historias e passagens verdadeiras. «Quando os mancebos começam a ter entendimento das cousas do mundo (admoesta o dr. João de Barros), gastam o tempo em livros mui desnecessarios e pouco proveitosos para si nem para outrem, assim como na fabulosa historia de Amadis, nas patranhas do Santo Graal, nas semsaborias de Palmeirim e Primalião e Florisendo, e outros assim, que haviam mister totalmente exterminados, que já de nenhuma cousa servem, onde ha tantos outros de que se póde tirar proveito.» «Seria este (commenta Camillo Castello-Branco) um dos raros quinhentistas que em 1529 escarneciam as patranhas dos romances medievos do rei Arthur e as *semsaborias do Palmeirim*, ao passo que outro João de Barros, seu parente, publicava nove annos antes a *Chronica do imperador Clarimundo*, que requinta na insulsez e na inutilidade.»

Em a primeira parte do seu tractado, o dr. João de Barros põe as taes doze rasões que desfavore-

cem o casamento, sendo a primeira por causa das cargas do matrimonio e a segunda por causa dos filhos e de sua morte. A rasão terceira contra o casamento é por ser especie de servidão, e no capitulo se contém algumas cousas a que o marido é obrigado. Quarta rasão contra o matrimonio, por a simpleza das mulheres. Quinta, por motivo da inconstancia das mesmas. Sexta, que se proclama fundamental mas que está maculada pela pecha, tambem fundamental, por Camillo Castello-Branco posta á linguagem do dr. Barros. A setima rasão contra o casamento diz respeito á discordia, que factor é, de per si, da rasão oitava. A nona rasão contra o matrimonio é pelas tachas e manhas das mulheres; esta secção cita auctores com fartura e tem muito que se lhe diga. Todavia, ainda «fica muito que dizer ácerca do vicio das mulheres, e eu serei mais cortez que não direi tudo o que se escreve.» Faço como Camillo Castello-Branco; reformo a orthographia para se haver percepção das idéas do auctor. A rasão decima é pela pobreza, doença e velhice. A undecima contra o matrimonio, por causa da mulher pobre ou rica. Na secção duodecima e final contra o matrimonio, «outras muitas rasões pudera dar para fundar esta minha tenção, mas não quero ser mais largo; estas abastem.» Por isso se deu fim á primeira parte do livro.

Segue-se a segunda secção do tractado. «Em a qual o auctor prova, por doze rasões evidentes, e muitos fundamentos, quam excellente e proveitoso

e necessario seja o casamento; e é resposta da carta atraz.» Primeira rasão, para perpetuar o homem; rasão segunda por parte do casamento, por causa de quem o ordenou; rasão terceira, por causa da gloria e alegria do casamento; quarta rasão pelo casamento, que é por seguir os nossos antepassados; quinta rasão e fundamento, por acompanhar os modernos; sexta rasão por parte do matrimonio, por causa da geração; rasão setima pelo casamento, por motivo da honra; a rasão oitava por parte do casamento diz respeito á amisade, da qual se tracta singularmente; nona rasão, por ser o casamento em favor da republica; decima rasão pelo matrimonio, por causa da ajuda da mulher ao marido; a undecima rasão por parte do casamento concerne á policia, visto como «assim digo que a ordem do casado é vida politica e santa, em que muitos santamente viveram e santamente morreram.» A rasão duodecima e final pelo casamento, é por este evitar o peccado.

Entramos na zona terceira em a qual o auctor particularmente responde aos doze fundamentos allegados contra o matrimonio: e reprova e destroe todos os ditos fundamentos e rasões dadas contra elle e contra as mulheres, e mostra de quanta perfeição e excellencia sejam; e «tractam-se mais muitas cousas mui proveitosas aos casados.» Vem logo a resposta e reprovação contra o primeiro fundamento das cargas do matrimonio; depois a réplica ao segundo fundamento, da morte dos filhos, ver-

sando-se ahi da paciencia e de que maneira devemos sentir sua morte; immediatamente apparece a resposta e reprovação do terceiro fundamento, da servidão, discorrendo-se dos ciumes e como sempre o casamento é franco e de toda a liberdade. Retorque-se ao quarto fundamento, da simpleza: prova-se que as mulheres são tam habeis e tam sabedoras como os homens, e assim se offerecem alguns exemplos. Contestação é dada ao quinto fundamento, da inconstancia, e aqui se mostra como são mui firmes na virtude e no bem as mulheres.

Na reprovação e resposta contra o sexto fundamento se convence o leitor como por culpa dos homens se causa a das mulheres; integram-se n'este thema as reprovações especiaes do setimo fundamento e do fundamento oitavo. Surge a reprovação do nono fundamento que foi contra as mulheres, em que se demonstra serem mais e maiores as tachas dos homens e se confundem todos os fundamentos contrarios. Ao ensino da reprovação e resposta contra o fundamento final, precedem-o as reprovações do undecimo fundamento e do fundamento decimo, da pobreza e doença e velhice. N'esta conformidade, acaba a terceira parte: «Portanto, conclusivamente, havemos de ter o casamento ser cousa excellentissima.»

Quarta parte e final d'este tractado: «Em a qual se põem doze declarações e requisitos que se requerem para que os casamentos se façam bem e

a serviço de Deus e para descanço e proveito dos casantes. »

Opina, de remate, Camillo Castello Branco:

As conclusões com que o desembargador remata, pelo que respeita aos requisitos que se requerem no casamento, provam o seu bom-senso: idade conveniente, homem rico e sadio, que não tenha filhos de outra. Vota por noiva virgem, rica, egual na estirpe, honestamente formosa, e sã; e de bons costumes, visinha conhecida e não parenta. Seus ou alheios, os argumentos com que João de Barros justifica as suas theses contém embryonarias as doutrinas physiologicas que modernamente explanaram Legouvé e Balzac.

Está tudo muito bem; mas, como nem o dr. João de Barros nem os não-menos doutores Legouvé e Balzac, nenhum d'elles se lembrou de que a maioria da gente é composta de homens pobres e de pobres mulheres, resulta de todas estas doutrinas physiologicas que a maioria da gente, por não estar nas condições, ficará por casar. O que talvez não de todo haja téqui tolhido a effectividade d'aquella rasão primeira da parte segunda em prol do matrimonio: por se perpetuar o homem. Mas, se a physiologia não perdeu, a moral não ganhou.

E, no que toca a outro dos meritos do portuense João de Barros, condemnando as novellas de cavalleria, outro portuense, Vasco de Lobeira, parece algo poder oppôr-lhe.

*
* *

A' corroboração de texto definido, addul-a o dr. Theophilo Braga, reportando-se a Miguel Leite Ferreira, o qual, fallando de uns sonetos em linguagem antiga (Ed. dos *Poemas Luzitanos*, de 1598) — escriptos por seu pae o dr. Antonio Ferreira —, dissera: « na linguagem que se costumava n'este reino em tempo d'el-rei Dom Diniz, que é a mesma em que foi composta a historia de Amadis de Gaula por Vasco de Lobeira, ***natural da cidade do Porto.*** » E Innocencio enumerara, entre os testemunhos de maior pezo, o do nosso já conhecido Gomes Eannes de Azurara, mas em outra obra onde se referira a « o livro d'Amadis, como quer que sómente este fôsse feito a prazer de um homem, que se chamava Vasco Lobeira em tempo del-rei Dom Fernando. »

Na discussão da origem do *Amadis* vê-se em texto do dr. Theophilo Braga que o sabio Victor Le Clerc assentara o problema definitivamente, escrevendo: « a primeira redacção do famoso *Amadis de Gaula*, que, todavia, não é, como se vê pelo texto mais antigo hoje conhecido, o hespanhol, senão uma imitação prolixa dos poemas da Tavola Redonda e dos Romances de Aventuras, taes como o romance de *Amadas.* » E na mesma obra Theophilo Braga apresenta uma explicação do facto, ao

parecer contradictorio, de que seja precisamente na côrte de Dom João I que se encontra o mais exaltado prurido pela leitura e imitação das novellas da Tavola Redonda e dos seus heroes, chegando os seus nômes a serem reproduzidos nas familias aristocraticas. «Convinha mais á côrte portugueza — pondera Theophilo Braga — a leitura das novellas com aventuras e situações ficticias; o cyclo do *Santo Graal*, em que se preconisa a fidelidade á Egreja, harmonisava-se pelo seu maravilhoso com o nosso genio celtico. E essas aventuras, como a da Descida aos infernos, a da descoberta do *Preste João* (o christianismo entre os Bretãos foi propagado por discipulos de Sam João) e *Viagens de Sam Brandam*, influiram no genio aventureiro que levou os portuguezes ás descobertas maritimas.»

Para frisar como se imitava o viver idealisado nas novellas de cavalleria, Theophilo Braga cita a *Chronica de D. João I*, na passagem que conta Fernão Lopes.

Ella é, na verdade, mui caracteristica; constitue a essencia do capitulo 75 da 2.ª parte, que, depois de o anterior haver relatado como el-rei chegou a Coria e poz seu cerco sobre ella, refere como el-rei combateu a dita cidade de Coria e nos falla das razões que disse Ruy Mendes.

Traslade-se por este teôr, de Fernão Lopes, na edição de 1644, á custa de Antonio Alvares, impressor d'el-rei:

A cidade era bem forte de muro e torres e de boa gente; e o combate que lhe então déssem não prestava nenhuma cousa; e affastaram-se a fóra, tornando para seu arraial, sendo alguns d'elles feridos de virotões e pedradas: vindo, a altas vozes, bradando Antão Vasques: *Capadocia, Capadocia, façamos el-rei Imperador!*

El-rei na tenda, segundo parece, não foi bem contente d'alguns, que se não chegaram como elle quizera; d'ahi, fallando nas cousas que no combate succederam, veio a dizer, como em sabor: *Gran mingoa nos fizeram hoje n'este dia aqui os bons cavalleiros da Tavola Redonda; que, certamente, se elles aqui fôram, nós tomaramos este logar.*

Estas palavras não pôde ouvir com paciencia Mem Rodrigues de Vasconcellos, que hi era com outros fidalgos, que logo não respondesse; e disse: *Senhor, não fizeram aqui mingoa os cavalleiros da Tavola-Redonda, que aqui está Martim Vasques da Cunha, que é tam bom como Dom Galaaz, e Gonçalo Vasques Coutinho, que é tam bom como Dom Tristão, e eis aqui João Fernandes Pacheco, que é tam bom como Lançarote.* E assim d'outros, que viu estar arredor. *E eis-me eu aqui, que valho tanto como Dom Quêa. Assim, não fizeram aqui mingoa esses cavalleiros que vós dizeis. Mas fez-nos a nós aqui gran mingoa o bom Rei Arthur, flôr de liz, senhor d'elles, que conhecia os bons servidores, fazendo-lhes muitas mercês, pelo que haviam desejo de o bem servir.*

El-rei, vendo que o haviam por injuria, respondeu então e disse: *Nem eu esse não tirava de fóra, que assim era cavalleiro da Tavola-Redonda como cada um dos outros.*

Então, lançando o facto a riso, d'isto e d'outras cousas deixaram razoado tal; e fallaram nas destemperadas calmas que n'aquelle logar faziam.

Theophilo Braga, após um resumo que fez da situação, informa que esta anedocta já andava repetida desde o seculo XIII, em nôme do rei Philippe,

que se lamentava de não haver já cavalleiros tam bons como *Roland* e *Olivier*. «O Condestavel Nun'Alvares (escreve) queria imitar a virginidade de *Galaaz*, para manter a pureza da Cavalleria; e faziam-se votos denodados, como os *Cavalleiros da Madre Silva*, *Ala dos Namorados* e *Doze de Inglaterra*. Até nas instituições sociaes penetrava a imitação artificial das ceremonias e symbolismos cavalheirescos; basta abrir o *Regimento de Guerra portuguez*, codificado pelo Infante Dom Pedro, o que correu as Sete Partidas do mundo, para vêr como debaixo da esquadria logica e unitaria da codificação romana, estabelecida pelos jurisconsultos burguezes, irrompe o cerimonial novellesco com que um escudeiro devia de ser armado cavalleiro. E sóbe de interresse esse confronto com o ceremonial do poema *Ordre de Chevalerie*, de Hugues de Tabarie. As explicações symbolicas do troveiro francez coincidem com os paragraphos da *Ordenação Affonsina*. E' com razão que se considera o *Regimento de Guerra* como o necrologio da cavalleria portugueza; este ultimo lampejo de vida foi-lhe communicado pela leitura dos poemas anglo-normandos da Tavola Redonda, que figuravam nas livrarias regias.»

A influencia do *Amadis* resultou, consoante o aponta o dr. Theophilo Braga, immensa na Europa; mas especificadamente o erudito professor indica o relevo peculiar aqui a attender. «O que interessa (elle explica) na novella do *Amadis de*

Gaula é a fórma em prosa, e essa é um producto que mais caracterisa a litteratura medieval portugueza.»

Quanto a Vasco Lobeira ou de Lobeira, de nação portugueza, segundo se affirma, no seu tom dubitativo discorre Innocencio, natural da cidade do Porto, o douto bibliographo lembra-nos que alguns escriptores nacionaes, e com elles Barbosa, fundados na auctoridade de Duarte Nunes de Leão, sustentam que elle fôra com outros armado cavalleiro no dia da famosa batalha de Aljubarrota (14 de agosto de 1385); mas parece que restava provar que na identidade dos nômes se envolvia tambem a das pessoas, do que, a Innocencio se figura, ninguem curava até á data. Outros o crêram mais antigo, dizendo que vivera no reinado d'el-rei Dom Affonso IV, e no lance aponta para Faria e Sousa, em sua *Europa Portugueza*. Um critico extrangeiro, Sismonde de Sismondi, o fizera contemporaneo de Dom Diniz, suppondo que florescera entre os annos de 1290 e 1325. Mas Innocencio já se dá por satisfeito ao consignar, consoante o exara, que, áparte estas incertezas sobre a epocha precisa da sua vida, concordam uns e outros em consideral-o como verdadeiro auctor do celeberrimo romance *Amadis de Gaula*, isto é dos primeiros quatro livros, que, trasladados depois do portuguez (dizem) para castelhano por Garcia Ordoñez de Montalvo, se imprimiram pela primeira vez em Salamanca, no anno de 1510. Não com tanta pressa acaso cumpre

marchar-se, todavia. Ou, antes, discriminar e, emfim, apurar.

Como quer que tenha de ser, já em 1860 destacava o portuguez Innocencio para eventual cotejo o livro do francez Eugenio Baret, estampado em Paris no anno de 1853 e versando minucioso estudo ácerca do Amadis de Gaula, da sua influencia sobre os costumes e litteratura nos seculos XVI e XVII. E depois o italiano Angelo de Gubernatis, aferindo da disputa procrastinada ainda entre portuguezes e hespanhoes attinentemente á prioridade da composição do *Amadis*, com allegar a justeza da these sustentada por Baret sobre a preexistencia d'uma outra licção mais antiga do que a de Vasco de Lobeira, de par e passo asseverou, comtudo (*Storia universal della letteratura*, vol. IX), que por ora não queda resolvido o problema se a licção mais antiga que serviu de base ao livro de Lobeira foi quiçá franceza, porventura hespanhola ou ainda portugueza. Porém isso publicou-se no seculo passado. Em 1883.

XII

João dos Prazeres—Luiz dos Anjos—Fernando da Soledade—Manuel Aboab—Uriel da Costa.

Fadigoso, quasi que não dando margem ao remanso das saborosas, ponderosas leituras, em seculo proximo preterito. Mesmo no Porto quam longe já da disposição com que os pezados tomos infindaveis se gozavam, á laia dos do portuense João dos Prazeres, que os de leitura soporifera brindava a seus amados conterraneos, circumspectos e mentalmente tardigrados.

O eremita augustiniano fr. Antonio da Purificação, mestre de theologia e philosophia na sua Ordem, e chronista da sua provincia, ultimamente nomeado parocho da freguezia de S. João da Foz, a qual era da administração da mesma provincia, nasceu aqui no Porto em 1601 e publicou em Lisboa, em 1642 e em 1656, respectivamente a parte

primeira e a parte segunda da sua *Chronica da antiquissima provincia de Portual da Ordem dos Eremitas de S. Agostinho, bispo de Hippona e principal Doutor da Egreja.*

A nimia credulidade, espirito de partido e um falso e irreflectido zelo pelo credito e interesse da sua corporação cegaram este chronista ao ponto, exara Innocencio, de o levarem a produzir factos conhecidamente fingidos. — Fabricador de documentos, Innocencio prosegue, da eschola do hespanhol Higuera e dos portuguezes Brito e Lousada, os que apresenta na sua chronica não merecem fé alguma, se não teem mais seguros abonadores. Innocencio manda vêr a este respeito o que escreveu o academico Leitão Ferreira nas *Noticias da Universidade de Coimbra* e tambem João Pedro Ribeiro nas *Observações diplomaticas*. O mesmo Barbosa Machado, tam indulgente e sempre propenso a desculpar e até a elogiar escriptores que ás vezes, o aspero Innocencio o adverte, bem pouco o merecem, chegando a tractar da obra de fr. Antonio da Purificação, não pudera deixar de lançar-lhe um stigma, tam severo quanto n'elle pouco usado, chamando á chronica *celebre archivo de fabulas monasticas em que era fecundissima a idéa do chronista.*

Este puzera em a parte segunda da sua obra *uma addição no cabo, na qual se responde aos principaes logares da Benedictina Lusitana.* E esta, *dedicada ao grande patriarcha S. Bento*, publicando-se em Coimbra em dous tomos, respectivamente de 1644

e de 1651, foi escripta pelo monge benedictino fr. Leão de Santo Thomaz. De quem observa Innocencio ter sido destituido dos bons principios da critica, se não fôra que rasões mais censuraveis o induziram a deixar-se levar por errados guias, apoiando as suas narrativas nas falsas chronicas de Pires, Dextro, etc., que inculca adoptar por textos legitimos e genuinos e tomando por verdadeiras as asserções de Brito, Bivar, Higuera, etc. — Deixara tambem provas, quando menos, de impericia, no modo como examinara alguns documentos que produz na sua obra e de nimia credulidade nas informações que lhe davam outros seus confrades. Innocencio mandava vêr o que dizem a este respeito dois portuenses, João Pedro Ribeiro, nas *Observações diplomaticas* e nas *Dissertações Chronologicas*, e Diogo Kopke nos *Apontamentos archeologicos*.

Quanto á obra do portuense fr. Antonio da Purificação, directamente a impugnara o vouzellense fr. Gil de S. Bento, monge benedictino, cuja cogula vestiu a 20 de janeiro de 1615. Foi chronista da sua Ordem e percorreu os archivos e cartorios dos conventos e cathedraes mais antigos d'este reino, em busca de documentos, e para investigação de suas antiguidades. Ao augustiniano replicou com trabalho impresso em Lisboa em 1657, a *Satisfação apologetica e quinta essencia de verdades, averiguadas e apuradas em cinco respostas pacificas, com que o auctor satisfaz em tudo ás cinco extraordinarias opiniões que de novo deu á imprensa, em sua*

Chronica, contra a religião benedictina, o padre fr. Antonio da Purificação, etc. A's instancias do auctor, redarguiu o impugnado padre Purificação com o tomo impresso em Coimbra em 1660, do *Antidoto Augustiniano, em o qual se convencem e desfazem as fallacias e enganos da Apologia intitulada « Quinta Essencia de Verdades escriptas pelo P. Fr. Gil de S. Bento.»*

A controversia memora Innocencio que versava sobre a prioridade da fundação das Ordens benedictina e augustiniana e da sua respectiva entrada em Portugal: «a cujo respeito os contendores despregaram torrentes de erudição, que talvez poderiam empregar mais utilmente.» Em quê? Frades empenhados na quietação doutrinaria, em que empregariam a indispensabilidade do trabalho cerebral senão em inquirições d'este alcance e em contendas egoistas e corporativas? Captivos, poderiam vêr livremente? Interessados na rotina, desaffectos, por conveniencia, a innovações, acaso licito lhes seria suspeitar sequer para mais alto e para mais longe?

Assim, consumiam-se n'estas fainas estereis, accumulando costaneiras de sarrabiscos, passados depois á impressão dos prelos; hoje dormem nas bibliothecas publicas ou são folheados pelos curiosos, na cata de especies subsidiarias. Os alfarrabistas pedem um dinheirão por esses cartapacios, ainda rotos e esfrangalhados — preciosos, pois que sejam o deposito das locubrações preteritas. Elles

nos revelam o condicionalismo economico da sociedade através das preoccupações subjectivas dos individuos, e não é essa a menor de suas valias. Assim, servem para estúdo os aspectos varios d'estas rixas infecundas em que se gastaram os intellectuaes do tempo da oppressão espiritual. Innocencio, a proposito, refere-se a outra identica, ulterior, rija, polémica.

Na epocha em que por agora estamos, cumpre vir á participação que em estudos e debates taes teve fr. João dos Prazeres com a sua obra, que ficou incompleta, havendo compostos, alem do unico impresso, em Lisboa, dois tomos, respectivamente em 1685 e em 1696, mais dois tomos, que dizem se perderam por morte do seu auctor, a qual sucedeu no convento de Cucujães a 4 de março de 1709, sendo esse monge benedictino, chronista geral da sua Congregação, nascido no Porto em 31 de agosto de 1648.

A obra tem por seu titulo *O principe dos patriarchas S. Bento* e foi suscitada pelo apparecimento do *Crysol purificativo*, de fr. Manuel Leal de Barros, a quem fr. João se propoz, recapitula o snr. Brito Aranha no «Supplemento», responder, refutando os seus argumentos e procurando restabelecer a primazia na antiguidade da ordem benedictina, contra os chronistas de Santo Agostinho, que pretendiam fazer os eremitas d'esta mais antigos que todos os outros regulares, etc.

Este fr. Manuel Leal de Barros, eremita augus-

tiniano, era, segundo se lê na *Bibliotheca Lusitana*, doutor em theologia pela Universidade de Bordeaux, e nascera em Arrifana do Souza, hoje cidade de Penafiel, no anno de 1622. A sua obra, *em que se apura o monachato do grande patriarcha e doutor principal da egreja Santo Agostinho e a successão continuada da Ordem eremita, que instituiu em Africa e seus discipulos introduziram n'esta provincia lusitana*, foi impressa em Lisboa em 1674.

Quanto á critica, diz Innocencio que o auctor estava bem longe de ser superior ás preoccupações do seu tempo e que, seguindo o exemplo do seu confrade fr. Antonio da Purificação, só tivera em vista sustentar a primazia e antiguidade da sua Ordem com razões mais apparentes que solidas. Quanto á linguagem, o padre Francisco José Freire, nas suas *Reflexões sobre a lingua portugueza*, a seu livro lhe chamara «abundante sementeira de joio de vozes latinas, sem necessidade aportuguezadas». Por isso, Innocencio conclue que goza como tal de fraca auctoridade em pontos de linguagem.

Mas já as obras de fr. João dos Prazeres, e notavelmente entre ellas o seu *Abecedario real*, são reputadas entre os criticos como correctas em linguagem, e fazem auctoridade. O padre Francisco José Freire, por mais de uma vez, o cita n'este sentido.

Assim Innocencio em seu tomo quarto.

*
* *

Esse fr. Antonio da Purificação, chronista de sua provincia de Portugal, em seus manuscriptos deixou constante que manuscripto se guardava, na livraria do convento de Nossa Senhora da Penha de França de eremitas de Santo Agostinho, situado no suburbio de Lisboa, o segundo tomo d'aquella *Historia Geral da Ordem de Santo Agostinho, que comprehende o primeiro seculo*, sahida com algumas addições de fr. Pedro del Campo, chronista geral, em castelhano, e publicada em seu nôme, em Barcelona, em 1640; bem como o original da outra obra do mesmo portuense fr. Luiz dos Anjos, *Notas sobre as Censorias de fr. Jeronymo Roman*, o conservava elle proprio o portuense fr. Antonio da Purificação, consoante o exara na primeira parte e na segunda da *Chronica da Provincia Augustiniana em Portugal.*

Em latim, n'um mesmo intuito fervoroso escrevera *De vita et laudibus S. Patris Aurelii Augustini Hipponensis episcopi et Ecclesiæ Doctoris eximi libri sex* em Coimbra no 1612, em Paris no 1614; e em portuguez estampara seu *Sermão em louvor de N. Padre Santo Agostinho, bispo de Hipponia e principal doutor da Igreja*, em Coimbra no 1718 (aliás 1618, como a Barbosa e a Farinha corrige Innocencio).

Com diversos elogios celebraram sua memoria auctores que Diogo Barbosa Machado enumera: fr. Francisco Macedo, Herrera, Rodrigo da Cunha, Abreu, João Soares de Brito, Nicolau Antonio, Franckendre. O arcebispo de Braga, D. fr. Aleixo de Menezes, «grande erudito da familia Augustiniana», o elegeu por seu confessor.

Elle fôra, na verdade, um fanatico dos seus, porquanto, em prol da sua Religião, fr. Luiz dos Anjos se applicou a examinar a antiguidade da sua origem, os privilegios e indultos que lhe concederam os Summos Pontifices e os varões, illustres, em virtude e sciencia, que n'ella floresceram; e, como para conseguir tam ardua empreza lhe fôsse preciso discorrer por Hespanha, França e Italia, revolvendo os archivos de todos os conventos augustinianos, o nomeou chronista, a 28 de Dezembro de 1608, fr. João Baptista de Aste, geral da Ordem, eleição que desempenhou «como da sua grande capacidade e indefesso estudo se esperava», a parecer do auctor da *Bibliotheca Lusitana*, em 1752.

Mas o auctor do *Diccionario Bibliographico*, em 1860, ao contexto de outro trabalho do mesmo fr. Luiz dos Anjos pondera que n'elle «os escrupulosos quereriam achar mais critica e exactidão.» «Comtudo (accrescenta), não deixa de ser obra de merito na sua especialidade e traz noticias curiosas e interessantes, em linguagem pura e quasi sempre correcta.»

Porém, por obito do auctor ficando essa obra

com as licenças para se imprimir, mas só vindo a sahir á luz posthuma, por diligencia d'aquelle fr. Antonio da Purificação, conforme este o declara na propria dedicatoria do livro á condessa do Sabugal, ahi mesmo confessa ingenuamente, dest'arte chasquea Innocencio, não ser o estylo do auctor o *mais delicado*

Do auctor escreveu Diogo Barbosa Machado que «a morte, invejosa do applauso que seu indefesso estudo havia conciliar ao seu nôme, o privou intempestivamente da vida em Coimbra, a 8 de Janeiro de 1625.» Da obra especificadamente visada pelos reparos de Innocencio diz o «Supplemento» que no catalogo dos livros raros de Gubian vem d'esta descripta uma edição, que parece ter sido feita em vida do auctor, e não foi mencionada no *Diccionario;* tem differença no titulo e, em Lisboa, a data é de 1625. — Será esta a primeira edição?, alli se pergunta.

Da obra em mira, na edição que Innocencio registrou, sem os encurtamentos d'este mas a rigor, sua folha de rosto consta n'este modo: *Jardim de Portugal, em que se dá noticia de algumas santas e outras mulheres illustres em virtude, as quaes nasceram ou viveram ou estão sepultadas n'este reino e suas conquistas. Recopilado novamente de varios e graves auctores pelo Padre Doutor fr. Luiz dos Anjos, religioso e chronista da Ordem de nosso Padre Santo Agostinho, natural da cidade do Porto. Contém boa licção para mulheres, exemplos para pré-*

gadores, motivos para devotos e, para os amigos de historias, muitas, antigas e modernas. Anno 1626. Impresso em Coimbra, com todas as licenças necessarias. Em casa de Nicolau Carvalho, impressor d'el-rei.

As approvações são respectivamente de fr. Rodrigo da Conceição, de D. fr. Gaspar dos Reis, de Diogo de Paiva de Andrade e de D. fr. Martinho de Aragão. E, na dedicatoria á senhora Dona Luiza Coutinho, condessa do Sabugal, alcaidessa mór de Santarem etc., expressamente fr. Antonio da Purificação escreve: «Posthumo é este livro, que sahe á luz depois da morte de seu auctor o D. fr. Luiz dos Anjos.» Relata que o seu visitador geral o R. P. M. fr. Manuel de Lacerda, «para supprir a falta da presença do auctor», lhe encommendara «a continuação d'esta impressão, a que, poucos dias depois de começada, faltou o seu auctor.»

Como entender então isto?

A approvação de D. fr. Gaspar dos Reis merece nota. Diz elle que entende que o *Jardim de Portugal* é «obra de grande proveito e fructo para as almas, de grande alegria e consolação para as donas e mais pessoas devotas d'estes reinos, de grande estimulo para a virtude e santidade, assim d'elles como dos extranhos. Mostra o auctor n'ella *grande zelo de eternizar, e com isso augmentar as virtudes e excellencias de seus naturaes*, muita erudição e diligencia em a licção das historias, antigas e modernas.»

O *Jardim de Portugal* começa por Claudia Loba, do Porto, e acaba por Anna da Conceição, de Lisboa. Com varias donas e santas, ademais de Lisboa e Porto, são contempladas no transcurso de suas laudas, das terras de Portugal, algumas além de uma vez, as seguintes: Bragança, Agueda, Lamego, Braga, Alemquer, Villa-Viçosa, Setubal, Coimbra, Almoster, Villa do Conde, Evora, Aveiro, Campo-Maior, Villalonga, Ilha Terceira, Elvas, Coz, Santarem, Thomar, Sines, Tourega, Lamas, Guimarães, Arouca, Alcacer-do-Sal, Batalha, Lorvào, Torres-Novas, Estremoz, Beja, Goa, Ilha de S. Miguel, Almada, Cabo de Gué, Linhares, Guarda, Feira, Castanheira, Vizeu, Vianna, Trancoso, Amarante, Basto, Ourem, Arrayolos, Pinhel, Montemór-o-Velho. Designa Entre Douro-e-Minho; mette Merida, porque «Merida foi cabeça da nossa antiga Lusitania», e inclue Tanger, porque fôsse ainda do Portugal nosso moderno.

No *Catalogo dos livros raros, manuscriptos e impressos, que compunham a bibliotheca de sir G*** e que hão-de ser vendidos em leilão no domingo 10 de novembro de 1867, e 10 dias seguintes, das 12 ás 4 horas da tarde, rua da Conceição, 37 (á praça das Flores)*, em a pag. 4, sob o n.º 31, marca-se, com effeito, uma edição do *Jardim de Portugal*, com variantes no titulo, de Lisboa em 1625, como rara. Singularissimo devia ser o exemplar, decerto. Unico. Porque, decerto, a explicação do enigma topa-se logo na noticia que diz: «Tem 3 folhas remendadas

na margem, sem offensa do texto.» No immediato n.º 32 vem a edição conhecida, de Coimbra, em 1626. A do n.º 31 deveria ter a folha do rosto feita á mão e ser, afinal, a mesma do n.º 32.

Mas, se a leitura d'estes nossos portuenses idos não a soffreriam, com excepção do *Jardim de Portugal*, de fr. Luiz dos Anjos, os portuenses actuaes, perdoariam elles seu enfado ao seu ido conterraneo fr. Fernando da Soledade?

*
* *

Confessando que grande parte dos minuciosos e importantissimos esclarecimentos do seu artigo a que me reporto lhe foram generosamente dados pelo snr. dr. Pedro Augusto Ferreira, dignissimo e illustrado abbade que era então de Miragaya, e pelo hoje fallecido Tito Augusto Duarte de Noronha, esclarecido director que então o era das obras da nova alfandega do Porto, Pinho Leal refere que o nosso infatigavel archeologo Joaquim Possidonio Narciso da Silva achara em 1863 no convento de Monchique, d'aquella freguezia de Miragaya, uma grande lapide de granito, com uma inscripção hebraica, perfeitamente conservada. Estava incorporada no revestimento de cantaria, em conveniente altura para ser lida, do lado esquerdo de quem entra no pateo, e proximo da hombreira do portão da horta.

O archeologo Silva desejara logo obtel-a para o seu querido museu archeologico do Carmo; passados annos, fôra o mosteiro vendido e o seu comprador generosamente dera a pedra ao que tanto a desejava, fazendo ella, pois, entrada, a 3 de fevereiro de 1875, no Carmo, onde poderia vêr-se a inscripção, que não está completa, faltando-lhe a parte superior e a inferior.

«É provavel—Pinho Leal escreveu—que esta pedra viesse para aqui, da *esnoga* (synagoga) que se suppõe, com bons fundamentos, ter existido proximo e a E. do mosteiro, onde ainda se chama *Monte dos Judeus*, depois de expulsos os israelitas, do seu bairro, á Victoria, como fica dito no logar competente.»

Ao archeologo Silva o hebraisante Joshua E. Levy déra, da inscripção hebraica, a traducção seguinte:

1.º—*Se perguntar, como não foi occultado, edificio de nomeada dentro de muralhas.*

2.º—*Elle fazia saber, dizendo, tenho um protector, conhecido entre altos dignitarios.*

3.º—*Para mim um guarda, elle decerto diria, eu sou a tua verdadeira e melhor muralha.*

4.º—*Grande entre os hebreus, entre os principes da tua nação, o mais poderoso elle é.*

5.º—*Benefico protector do seu povo, servindo a Deus com perfeita fé, edificou um templo ao seu nôme, de talhado pedernal.*

6.º—*Ministro de el-rei, na grandeza o pri-*

meiro é conceituado, e nas audiencias reaes seu posto tem.

7.º—*Elle é grão rabbino Dom Jehudá, protector e luz da tribu de Jehudá, a elle compete a suprema auctoridade.*

8.º—*Por mandado do grão rabbino, que vira, Dom Jehosef Ben Argé* (José de Leão), *commissionado e director da obra.*

Esta é a traducção que a seus assignantes fornecia Pinho Leal em 1875.

Mas em 1709 o portuense fr. Fernando da Soledade, eleito chronista, substituindo em tam laboriosa incumbencia ao padre fr. Manuel da Esperança, seu patricio, «assim na investigação das memorias como na elegancia do estylo, em que competiu e excedeu (entende-o, não mal, Diogo Barbosa Machado, que o diz) a muitos escriptores», déra já a interpretação e traducção d'aquelle lettreiro, o qual deixara em apposto logar do seu labor, «mais por obsequio á curiosidade (elle explica) que por desempenho da nossa obrigação.»

Ora, a traducção de 1709 era a seguinte:

«*Esta pedra da lingua santa Hebraica escreveu o Levi Rabbino Aarão dos Anjos de Deus, coroa da Lei do Deus de Israel dos Hebreus: Palavras de Deus, e de todos os Talmudistas em a casa da Synagoga. Quanto ha, tudo dá graças a Deus: Que Deus sabe todos os corações dos homens; e o principio da sabedoria é o temor de Deus, porque Deus está no ceu e na terra. Faze todo o bem e nada faças mal:*

que Deus sabe o caminho dos bens e dos males, e no outro Mundo se acham os bens e os males.»

Quem foi que fez esta traducção?

Foi um hebreu, convertido á fé christã, chamado João Baptista. E relata o nosso portuense fr. Fernando da Soledade que os curiosos que alcançaram essa traducção d'aquelle hebreu, querendo fazer experiencia da sua verdade, fingiram que tinham perdido o traslado e, obrigando-o a copiar outro na sua presença, o tirou conforme o primeiro e explicou em o nosso idioma da maneira que transcripta queda.

A secção da *Historia Seraphica* a que me estou reportando occupa-se da origem, augmentos e memorias illustres do mosteiro da Madre de Deus de Monchique na cidade do Porto; o cap. XIV tracta do sitio e fundadores d'esta casa; e o immediato XV «da disposição e planta d'este mosteiro, e noticia de um lettreiro hebraico que n'elle existe.»

Eis seu paragrapho 562, no introito:

Depois que sahimos da egreja e caminhamos pelo pateo, nos apparece, á mão direità d'elle, gravado na parede do dormitorio antigo, um epitaphio de caracteres hebraicos, abertos em uma pedra, que fôra da synagoga, e n'este logar o mandou pôr Gil Vaz da Cunha, fundador das casas, servindo juntamente de padieira a uma porta. E posto que esta se tapou, quando aquellas se transformaram em mosteiro, reservaram, comtudo, sempre esta memoria. Pelos annos adeante, um prelado, com zelo impertinente, mandou que a cobrissem de cal, por tirar a occasião a muitos curiosos que vinham examinar a sua intelligencia; mas o tempo, ajudado da industria, a poz outra vez patente aos olhos de todos.

Como esclarecer o caso?

Frei Fernando da Soledade declara: «Não escrevemos as lettras hebraicas, por faltarem as fôrmas d'ellas para a imprensa; mas basta a sua interpretação, e é a seguinte:» . . .

Um momento.

Para communicar ao leitor noticia valiosa, e vem a ser que, sob o embaraço da trapalhada que lhe é habitual, o nosso christão-velho, antigo miguelista militante, emenda varios, e graves, erros do hebraisante Joshua E. Levy, o qual dissera que a edificação do templo judaico em mira se effectuou no tempo do dominio dos Philippes em Portugal, parecendo ignorar que os judeus fôram expulsos d'este paiz por D. Manuel em 1497. «A dominação philippina (observa-lhe Pinho Leal) principiou no ultimo quartel do seculo XVI e terminou no segundo do seculo XVII — 1580-1640 — e não nos seculos XIV e XV, como diz o snr Levy.»

Corrigindo-o em suas faltas, ao hebraisante do museu do Carmo o auctor do *Portugal antigo e moderno*, Augusto Soares d'Azevedo Barbosa de Pinho Leal, resume-o.

«Segundo suppõe — elle informa — o snr. Levy (o traductor), foi edificado o templo judaico (synagoga) a que a inscripção se refere, no fim do seculo XV ou principio do XVI, por ordem do rabbino Dom Jehudá, que *occupava uma posição muito elevada na côrte*, a que a inscripção dá o nôme de *Mishné Lamelej*, que, na lingua hebraica, significa:

— *vice-rei, director de finanças* ou *intendente geral do reino.*»

Não sei se Pinho Leal era forte no hebraico, mas o que sei é que elle volve a rabujar em nota. Porém deixemol-o.

Os curiosos estão fervendo. Faça-se-lhes a vontade. Não mais delongas.

Siga o lettreiro, consoante o apresenta o portuense fr. Fernando da Soledade:

«*Axer aghever assemir loh animim chesur Thora a Judea adonai melech jehudim bethinnim beninadamim et amed gadol jihudim gadol ha hamos ghevir lamelech Israel Bara Elorin dibar sehuda ghedolim berossohhuchem hechol mispar huchanim bexorim Kexirmod mehumim behudomim hahem lamedeinoh vehenem bessurim hattem Eloim brahomim mispar Kados hassem belim Kaelim sehem Kexorin vaa malgaim lesum acodes bacleem amayo.*»

Vá de decifrar.

Contra as aborrecidas noites de inverno, eis ahi um entretenimento agradavel, para as passar divertidamente, leve o tempo, com satisfação e gosto. Charadas e logogriphos? Qual quê! Vá de decifrar.

Pois que não perdure entre os portuguezes de hoje o odio ao judeu do portuguez de hontem. Assim, o portuense aryá christão-velho curiosidade haja do semita Manuel Aboab e do christão-novo Uriel da Costa, ambos seus conterraneos.

*
* *

Está sempre Innocencio a testilhar, até por futilidades e involuntariedades, como erros typographicos extremes, com o douto Barbosa; e, de indole suspicaz, proclama, peremptorio, que, «como não declara o formato, nem quem fôsse o impressor» da obra que registra, «*é evidente* que o mesmo Barbosa não a viu», a essa *Monologia, ou discursos legaes,* impressa em Amsterdam e escripta pelo judeu portuguez Manuel Aboab «que dizem ter sido natural da cidade do Porto.»

Quem o diz é, de facto, Barbosa, ensinando determinativamente em sua *Bibliotheca Lusitana* que «Manoel Aboab nasceu na rua de S. Miguel da cidade do Porto.» Ora, esta miudeza mostra que elle não escrevera tal «sómente fundado em informações que alguem lhe subministrara», antes tal qual noticia da obra em referencia possuia. Muito mais para estranhar resulta em Innocencio que elle se abastasse com «o extremo laconismo» da indicação do abbade de Sever, que para o seu *Dicionario Bibliographico* transcreve «tal qual a traz Barbosa na *Bibl.*», não deixando «logar para se conhecer se ella foi, ou não, escripta na lingua portugueza.» Quando no tom. III das *Memorias de litteratura portugueza*, publicadas pela Academia Real das Sciencias, de Lisboa, a Innocencio se depararia

completador informe, que alli, a pag. 332-333, se encontra pelo portuense Antonio Ribeiro dos Santos consignado desde 1792, data da publicação do referido tomo. E logo corrigiria o erro contido no titulo, pois «na *Bibliotheca Lusitana* de Barbosa, por equivocação dos copistas, se escreveu *Monologia* em logar de *Nomologia*.»

No *Supplemento*, continuação do encetado já por Innocencio, o snr. Brito Aranha assignala a existencia na bibliotheca nacional de Evora de um exemplar da segunda edição da obra, em lingua castelhana, escripta pelo portuense Manuel Aboab.

Portuense, com effeito; e, na verdade, na rua de S. Miguel d'esta cidade do Porto nascido, não tem duvida de maior, ao que parece, claramente.

O cap. XXVII da Segunda parte da *Nomologia* começa tractando (pag. 321 e seg. da 2.ª edição), de «alguns excellentes sabios, discipulos do Rabi Ishac Aboab» e abre assim:

Foi venturoso o bemaventurado e mui excellente senhor Rabi Ishac Aboab em passar a melhor vida antes de vêr em Portugal as desventuras e lastimosos successos que acima contamos («o desterro dos judeus dos reinos de Castella no anno de cinco mil e duzentos e cincoenta e dois e o de Portugal, que succedeu de alli a seis annos, etc.»; cap. XXVI.). E deve saber o curioso leitor que em Castella foi muito estimado este senhor dos reis Fernando e Isabel; e, logo que no fim de março do anno de mil quatrocentos e noventa e dois fizeram em Granada a pragmatica alludida contra os judeus, se foi o veneravel sabio, com outras trinta casas de nobres israelitas, a Portugal, a concertar com o rei, que era então João,

segundo d'aquelle nôme, a quem succedeu Manuel. Fôram bem recebidos do rei, e accordaram que pudessem entrar no reino seiscentas casas de judeus, com pagar-lhe oito escudos de ouro cada um (como escreve Osorio, ainda que Usque diga tam só dois escudos), e que ao cabo de seis annos mandaria dar navios accommodados e por preços moderados, para poderem sahir de seus reinos, para as partes de Africa ou Levante, como melhor quizessem. A estas trinta familias mandou o rei accommodar na cidade de o Porto; e fez que a cidade désse a cada uma d'ellas uma casa, como déram, mui commodas, na rua que chamam de S. Miguel; e no meio de todas ellas estava a Synagoga, que eu me recordo haver visto ainda em minha meninice sem estar desmoronada. Tinham as ditas trinta casas por suas armas um **P**, que mostrava o nôme da cidade. Pagavam de pensão cincoenta reis ou maravedis cada uma á cidade, e ella fazia-lhes empedrar a rua: *uma d'estas trinta casas era a de meu avô o senhor Abraham Aboab que o Senhor perdôe.*

Refere-se seguidamente Manuel Aboab ao tremendo caso do envio, por Dom João II ordenado, dos moços que fôram judeus para a ilha de S. Thomé, coisa lugubre que destaca no summario do Dialogo III do livro de Samuel Usque, mercê das simples linhas inquietadoramente tragicas: *Quando mandaram os meninos dos judeus á ilha dos Lagartos em Portugal.*

Prosegue narrando Manuel Aboab:

Succedeu então aquella crueldade enormissima de mandar o rei Dom João levar muitos dos meninos dos hebreus ás ilhas que chamam dos Lagartos, e isso por causa de haver passado a Portugal mais numero de gente das seiscentas casas capituladas. A todos quantos fôram a mais, condemnou o rei e os

tomou por seus escravos, e aos filhos innocentes os mandou levar para as ditas Ilhas dos Lagartos. Antes de vêr este lastimoso espectaculo e os outros que lhe sucederam nos annos seguintes, passou a gosar a vida eterna o bemdito Rab; *e entendo que está sepultado na cidade do Porto.*

Manuel Aboab encerra este seu cap. XVII com as deducções moraes, severas e consoladoras, que promanam do teor dos factos. Assim remata:

Não sómente mostra o Senhor Bemdito a sua infinita misericordia com nós-outros, em compadecer-se de nós e amparar-nos e pôr no coração dos principes da terra que nos recolham e favoreçam, como havemos dito; mas tambem mostra patentemente a conta em que a nós-outros (ainda que indignos) nos tem, com castigar severamente aos que sem razão nos perseguem. E muitas vezes ouvi dizer a meu senhor Ishac Aboab que esteja em gloria: Olhai, filhos, as provas tam evidentes da divina providencia: que o rei Dom João II, que tam sem razão apartou os innocentes filhos do amoroso conspecto de seus paes e os mandou levar para as Ilhas dos Lagartos, permittiu o Senhor que seu unico filho Dom Affonso, correndo um cavallo em Santarem, fôsse d'elle arrastado e morresse desastradamente, ficando o pae sem filho; e depois morreu elle no melhor de seus dias, e não sem suspeita de veneno, ficando o reino a Dom Manuel, seu cunhado, a quem não pouco aborrecia; e dizem que, quando morreu, gritava n'aquelle ultimo transe, dizendo: *Tirem-me d'aqui estas creanças.* A Dom Manuel, e seu filho Dom João III, que nos perseguiram consoante acima dissemos, permittiu o Senhor que, á quarta geração, viesse quasi toda a nobreza de Portugal e o seu rei Dom Sebastião a Africa, para serem destruidos e captivados no mesmo logar onde seus avós, indigna e cruelmente, mandaram desembarcar os affligidos israelitas. Alli acabou a flôr de Portugal, e os que restaram fôram levados a Fez, onde os ven-

deram, a pregão de leiloeiro, nas praças onde habitavam os judeus successores dos innocentes perseguidos; que quiz o Senhor mostrar-lhes essa vingança. E me contava o sabio David Fayou, domiciliario de Alcaçarquivir, e discipulo do Rab Gehudá Aboab, acima nomeado, que não tinham maior consolação aquelles miseraveis do que serem vendidos por escravos aos judeus, conhecendo sua natural piedade. Seja para sempre louvado o Senhor Deus de Israel, que nunca desamparou nem desamparará ao seu povo.

N'estes novos desterros da sua proscripta gente, peregrinou Manuel Aboab; no cap. XVIII da segunda parte da sua *Nomologia* annuncia para o capitulo seguinte, em fórma de dialogo, um arrazoamento que teve em Ferrara com um clerigo mui visto e douto, deão d'aquella cidade; e no cap. V traz o pequeno discurso com que respondera a uma carta que lhe enviara Horacio do Monte, sobrinho do duque de Urbino e de João Baptista do Monte, que foi general da gente de guerra da Republica Veneziana, quando, em companhia do general Pascualigo, veio á cidade de Corfu.

Sua actividade mental foi, porém, incessante. Na *Nomologia* aponta varios planos de litteraria composição em idéa, e este trabalho effectuado comprehende varia e ampla licção. A Manuel Aboab, seu auctor, «este livro lhe grangeou distincto nôme e estimação entre judeus e christãos, que o houveram por uma obra muito erudita, a qual citam a cada passo os que n'estes ultimos tempos (os de Antonio Ribeiro dos Santos, que em termos assim o vae

exarando) teem escripto das tradições da egreja judaica.» «Taes são, entre outros, R. Isaac Cardoso, nas *Excellencias dos judeus;* Wolfio, na *Bibliotheca Hebraica*, que confessa haver-se servido muito d'elle; e Rossi, na *Vã expectação dos judeus*, e em outras obras.» A de Aboab era já rara. Castro vira dous exemplares: um na Real Bibliotheca de Madrid; outro na dos B. P. Mercenarios d'aquella côrte.

Em Portugal, da segunda edição, sabe-se da existencia em Evora de um exemplar, conforme do *Supplemento* citado do primitivo texto de Innocencio.

*
* *

Eis agora um portuense que, a juizo do bracharense padre Agostinho Rebello da Costa, a nós-outros, portuenses, nos não honra. «D'elle fallam (escreve, horrorisado) muitos auctores dos diccionarios geographicos, apontando esta cidade do Porto por sua patria, mas sem advertirem que ella expulsou de si este monstro, do qual se confessa madrasta e não mãe. Parecia justo (commenta, circumspecto) que entre as brilhantes luzes de tantos astros de sabedoria quantos ella produziu, e produzirá, passasse correndo esta escura nuvem e lhes realçasse d'esta sorte os seus vivos resplendores.» Porque tudo isto?

É mais comedido no expressar e no sentir o

doutissimo abbade de Sever, no bispado do Porto; sem embargo da epocha crepuscular, sua noticia, apezar de tudo, se denuncia tocada de certa piedosa tristeza, perante uma catastrophe moral, pungente como raras.

Elle nos informa de que Gabriel da Costa foi natural da cidade do Porto e filho de paes nobres e catholicos, posto que descendentes da nação judaica: Jorge Gomes e Ignez Alvares se chamavam elles, que o educaram com aquelles documentos e artes dignas de um mancebo bem nascido, sendo muito dextro no manejo dos cavallos, em que imitou a seu pae, que n'este exercicio foi perfeitissimo.

Para cultivar o engenho, que era muito perspicaz, elegeu, entre todas as Faculdades, a jurisprudencia cesarea, em que fez grandes progressos, pelos quaes mereceu, quando contava vinte e cinco annos de edade, obter a dignidade ecclesiastica de thesoureiro mór em uma collegiada d'este reino.

«Temeroso da condemnação eterna e sollicito da salvação, revolvia com incansavel disvelo varios livros asceticos e outros de theologia moral; e, da sua licção, começou a duvidar como poderiam ser perdoados os peccados na confissão sacramental, do que concebeu tal afflicção e perplexidade no animo que, fluctuando entre a eleição da Lei que havia de seguir, apostatou da catholica em que fôra educado e abraçou a Moysaica.»

N'esta crise subjectiva, sem participar a pessoa

alguma o seu intento, renunciado o beneficio e deixadas as casas nobres que seu pae edificara no Porto, fugiu clandestinamente, *com sua mãe e irmãos,* para Amsterdam, onde se circumcidou, mudando o nôme de Gabriel em Uriel.

« Depois de examinar, com grande reflexão, que a Lei que os judeus observavam n'aquella cidade era muito differente da que promulgara Moysés, julgando por horrendo absurdo esta transgressão, escreveu um livro em que mostrava claramente, pelos fundamentos da mesma Lei, como lhe eram totalmente oppostas e repugnantes as tradições dos phariseus. »

D'isto se originou um tam furioso odio dos judeus contra sua pessoa, principalmente por negar a immortalidade da alma, que lhe chamavam publicamente hereje e era apedrejado nas ruas, todas as vezes que apparecia! Não fôram bastantes tam grandes opprobrios para que, resolutamente, sahisse com um tractado em que sustentava a sua opinião de não ser a alma immortal, motivo por que foi delatado pelos judeus aos magistrados de Amsterdam, accusando-o de offender egualmente a lei de Moysés como de arruinar os fundamentos da religião christã, do que lhe resultou, depois de estar preso dezoito dias, ser condemnado em trezentos florins, com perda de todos os livros.

A marcha mental de Uriel da Costa seguia, no entretanto, oriunda d'um vicio logico, aliás seus deductivos tramites; e elle « começou a affirmar que

a Lei de Moysés não fôra dada por Deus, mas era um invento humano, por conter muitos preceitos repugnantes á lei da natureza, e não podia Deus, como auctor da mesma natureza, ser contrario a si mesmo, e certamente o seria, se propuzesse aos homens preceitos que se não podiam observar.»

Sendo accusado, *por um seu sobrinho*, de ser infiel aos rabbinos, concitou contra si a colera dos sequazes da synagoga, com tal excesso que, tumultuariamente, o levaram á presença dos juizes; e, sendo examinado escrupulosamente das suas proposições, o condemnaram a que, despido até á cintura e descalço, dentro da synagoga, fôsse açoutado, recebendo trinta e nove açoutes, não chegando ao numero de quarenta, por ser prohibido pela Lei.

Estimulado d'esta publica injuria, resolveu vingar-se de quem fôra o seu principal auctor, disparando contra o tal um bacamarte; como quer que errasse o tiro e fôsse conhecido, com a mesma arma se privou da vida, no mez de abril de 1640, conforme escreve um, ou no anno de 1647, consoante querem outros.

D'entre suas composições, obra é consideranda aquella que foi achada entre os manuscriptos de Simão Episcopio e que publicou o celebre Philippe Limborch. N'ella expende alguns argumentos dispostos em ordem a impugnar toda a revelação divina e toda a religião revelada, como fabricada pela malicia humana, explanando muitas proposições contra o christianismo de que apostatara. N'essas

laudas asperas, por isso que são um transumpto psychologico, elle narra os tragicos successos da sua vida e faz uma acerrima invectiva contra os judeus, de quem se queixa fôra tyrannamente offendido.

Ainda mais modernisado, o portuense Antonio Ribeiro dos Santos, doutor de Direito Canonico pela Universidade de Coimbra, em um dos tomos das memorias de litteratura portugueza publicadas pela Academia Real das Sciencias de Lisboa, explica-nos que a obra de Uriel da Costa *(Exame das tradições pharisaicas conferidas como a Lei Escripta)* «seria racional, se não passasse ao desbarato de se declarar seguidor das doutrinas dos Sadduceos, negando a immortalidade da alma e a existencia da outra vida, fundando-se para isto, principalmente, no silencio de Moysés, que nenhuma menção fizera d'este dogma nem propuzera outras recompensas da virtude nem outras penas do vicio que as temporaes.» Se bem que Wolfio, em sua *Bibliotheca Hebr.*, a Uriel da Costa o mettesse entre os atheus, Ribeiro dos Santos restabelece a posição philosophica, definindo-a pela situação moral. De Uriel da Costa escreve que, «ferido dos graves males com que havia sido maltractado dos judeus, e arrebatado de uma falsa philosophia e de um espirito de inconstancia que lhe era proprio, se foi deslizando em perniciosas opiniões e doutrinas, cahindo, de sophisma em sophisma e de erro em erro, até chegar a precipitar-se no deismo.»

Pobre Uriel da Costa! Alma independente, atormentada e affligida, como poderiam sequer vislumbrar entendel-a espiritos hirtos, adstrictos a uma disciplina inhibitoria ?! Como lograriam esses tantos e taes discriminar-lhe a religiosidade profunda?! Como o alcançariam ainda aquelles mesmos que aliás o confessaram «temeroso da condemnação eterna e sollicito da salvação»?!

Mas é terrivel esta «historia de consciencia», desde a fuga do meditativo, com sua mãe e seus irmãos, até á accusação que d'elle faz seu proprio sobrinho...

Oh, nos tempos fanaticos, a sinceridade da ferocidade! Oh o inquietador pezadume discriminando de que houvesse havido d'estes destinos...

XIII

Nicolau Monteiro — Balthazar Guedes

Por esse tempo, recuperava Portugal a perdida autonomia e, como esse notavel Manuel Fernandes Villa-Real, tam hediondamente aqui recompensado, não prestaram, cá-dentro e lá-fóra, escassos serviços á nova dynastia os christãos-novos, na côrte nacional e nas extranhas côrtes.

Á sua outrosim, um notavel portuense, christão-velho, Nicolau Monteiro, outrosim concorreu, mas com nenhum exito.

Bispo do Porto, tomando posse em abril de 1671, natural d'esta cidade, onde viu a luz em 1581, doutor em canones pela Universidade de Coimbra, n'ella conego, provisor e vigario geral, mestre-eschola da collegiada de Barcellos, dom prior de Cedofeita, embaixador de D. João IV ao summo pontifice Urbano VIII, aio do principe D. Theodosio e dos infantes seus irmãos, D. Affonso e D. Pedro,

que fôram reis de Portugal, conselheiro de Estado, confessor da rainha D. Luiza de Gusmão, bispo eleito de Portalegre, da Guarda e do Porto, «cuja egreja (escreve penhoradamente o bracharense descriptor da nossa terra) quiz felicitar com a sua assistencia, rejeitando por esta causa o arcebispado de Braga e preferindo d'este modo o bem das ovelhas entre as quaes nasceu do que as extranhas, cujas inclinações ignorava.»

O mesmo presbytero, doutor em theologia e cavalleiro professo na Ordem de Christo, nos conta como D. Nicolau Monteiro fallou muitas vezes ao papa e affirma que o movera com as suas efficacissimas rasões e muito mais, com o mavioso livro que compoz, intitulado *Vox turturis*, a convencer-se da justiça de Portugal contra Castella. Tanto que o embaixador d'aquelle reino, enfurecido d'esta preferencia, mandara disparar-lhe dous tiros de bacamarte, mas a Providencia o preservou e só cahiu morto o cocheiro; d'onde se infere que cocheiros é ralé que não conta para a Providencia, a alvitre inconsciente do bom Agostinho Rebello da Costa.

E, todavia, este cocheiro é merecedor não só do humano respeito, a todos devido, como ainda da deferente admiração a que teem jus os humanos valorosos e dedicados. Na verdade. Foi assim:

Os negocios de Roma caminhavam infelizmente, a juizo do conde da Ericeira, D. Luiz de Menezes; com effeito, quanto mais corria o tempo a favor dos castelhanos, tanto mais caducavam as resolu-

ções que podiam ser uteis a Portugal. O embaixador de Castella que assistia n'aquella côrte não se satisfazia só com esta vantagem, entendendo (entende D. Luiz de Menezes) que as espadas castelhanas poderiam — cortando os peitos portuguezes — conseguir em Roma, por mais livres, o que não alcançavam na fronteira de Portugal, por menos activas.

Sem mais causa, julga-o, que esta paixão desordenada, sahindo da egreja de Nossa Senhora do Populo o prior de Cedofeita Nicolau Monteiro, que assistia em Roma aos negocios de Portugal, e havendo entrado em um coche, domingo da Paixão, o investiu uma turba de castelhanos e napolitanos e, como quer que déssem uma descarga de pistolas, lhe mataram um dos cavallos da carruagem.

Lançou-se d'ella fóra o prior, e com elle um pagem seu, já tam mal ferido que cahiu morto. Ora, viu o cocheiro o perigo do prior e que fez? Relata-o d'est'arte D. Luiz de Menezes:

> Não só o defendeu com a espada na mão, senão que, conhecendo que não bastava para o livrar da morte, deliberou fazer-lhe escudo da propria pessoa; e, recebendo n'ella todos os golpes que os contrarios tiravam, á custa de muitas feridas deu tempo ao prior a se recolher em uma casa, livre do perigo, em que perecera, a não ser resguardado de auxilio superior.

Para o conde da Ericeira, claro estava que o do cocheiro era inferior.

Ponto é que acudiram então alguns portuguezes

e italianos á casa em que Nicolau Monteiro se havia recolhido; levaram-o ao seu aposento, e alguns lhe aconselharam a que se sahisse de Roma, o que elle, porém, não quiz fazer, dizendo que a justiça do summo pontifice era tam egual que o segurava de segundo encontro.

De facto, providencias se tomaram, mandando o papa que em termo de tres horas sahisse de Roma o conde de Sirvela, embaixador do rei catholico, e ordenando juntamente o principe Ludovisio que se puzessem editaes em que dava por bandidos todos os aggressores e promettia grandes premios aos que apresentassem as suas cabeças.

Logo o conde da Ericeira remedeia:

> Porém este favor (*sic*) do Summo Pontifice não se estendia a mais que a pretender que conservasse o seu respeito; porque, tractando-se no mesmo tempo em Consistorio da nomeação dos prelados das egrejas de Portugal, que tanto necessitavam de pastores, resolveu que a nomeação fôsse de motu proprio; e só dispensaria em eleger os sujeitos que el-rei apontasse, e da mesma sorte as pensões que se puzessem nas egrejas se dariam ás pessoas que el-rei quizesse, mas sem se expressar que se concediam a sua instancia.

Não entendeu Nicolau Monteiro ter logar de admittir esta proposta; antes, vendo o mau successo d'aquelles negocios, sahiu de Roma, no intento de se encontrar com o duque de Parma; porém, chegando a Modena, soube que aquelle era partido a Veneza, para onde lhe mandou aviso; mas o duque escusou-se da visita.

Voltou, pois, Nicolau Monteiro a Roma; e, logo que chegou, soube que os castelhanos haviam mandado vir de Napoles um faccinoroso, chamado Julio Pazalla, com gente, para o prenderem e levarem a Napoles.

Commenta D. Luiz de Menezes:

> Tal era o poder dos castelhanos em Roma que emendavam um excesso com outro excesso.

Certo é que communicou esta materia o prior de Cedofeita ao senhor de Gramonville, embaixador de França, o qual, com grande attenção, lhe procurou promptamente todos os meios de segurança e defensa. Conseguiu a audiencia do summo pontifice; mas, depois de uma conferencia muito larga, não alcançou outra resolução mais que dizer-lhe o papa que, quando as duas corôas se ajustassem, tomariam fórma as duvidas que se offereciam dos negocios de Portugal. Longinquo demora este lanço do das efficacissimas rasões, aqui e alli expendidas, com que Nicolau Monteiro, segundo o texto cauteloso do candido padre humilde, convencera o politico sacerdote magno.

Quer dizer que não foi Nicolau Monteiro mais feliz do que o fôra, representando D. João IV em Roma, o bispo de Lamego, D. Miguel de Portugal, enviado á còrte pontificia, de companhia levando, com o caracter de agente dos negocios de Portugal junto da curia, a Pantaleão Rodrigues Pacheco, de-

rigo secular, doutor em canones, conego doutoral da Sé de Coimbra e depois da de Lisboa, ultimamente bispo eleito de Elvas, para do summo pontifice sollicitarem o reconhecimento do novo monarcha, bem como a confirmação dos bispos por elle nomeados. Escrevera Pantaleão Rodrigues Pacheco um *Manifesto do reino de Portugal, apresentado á Santidade de Urbano* VIII, *sobre o direito com que D. João* IV *possue seus reinos e senhorios de Portugal*, opusculo que sahiu na lingua italiana, e tambem vertido na portugueza, ao que parece, por diversa penna, em Lisboa, em 1643.

A *Bibliotheca Lusitana* colloca sob o nôme do nosso insigne compatricio outro opusculo que tambem em Lisboa mas em 1645 appareceu com o titulo de *Relação das verdadeiras rasões do estado ecclesiastico d'este reino de Portugal, feita em Roma no principio do anno corrente pelo dr. Nicolau Monteiro, superabundante ás que alli haviam feito pelo mesmo reino no anno de 1642 os bispos de Lamego e eleito de Elvas; copiada e traduzida do italiano etc.* Parece a Innocencio, porém, que o original italiano, que não consta se imprimisse, fôra, com effeito, composto por D. Nicolau Monteiro, enviado por esse tempo á curia romana, para alli promover o reconhecimento de D. João IV e da independencia de Portugal contra as pretenções de Castella; mas a traducção em portuguez, addita Innocencio que é de Gaspar Clemente Botelho, e como tal assim mencionada fôra em seu *Diccionario*. Não ha du-

vida; mas com tal qual discrepancia no mencionamento.

Uma traducção outrosim a redigiu, por sua parte, D. Nicolau Monteiro; e foi a que os nossos bibliographos lhe attribuem do livro que, sahindo primeiro em latim, com o titulo *Balatus ovium* (depois em portuguez com o de *Balidos das igrejas de Portugal ao supremo pastor Summo Pontifice Romano, etc.)*, é anonymo, tanto na traducção como no original, e ácerca do qual ha discordancia, suppondo uns que seja d'aquelle Pantaleão Rodrigues Pacheco e outros que pertença á lavra de D. Sebastião Cesar de Menezes.

Esses tomos são d'uma extrema raridade; e da sua importancia se afere desde que se saiba do grande louvor que o famoso Grégoire (no *Essai historique sur les libertés de l'Eglise Gallicane et des autres Églises de la Catholicité*) tributou a esta obra *à jamais célèbre.*

Offertada a Innocencio x, n'ella ao pastor as ovelhas clamam com intimativa convicção: «A força d'estas nossas rasões não foi, por certo, desconhecida de Sua Santidade, antes tam alcançada (assim lh'o rememoram) que, n'aquella primeira junta que, sobre a acceitação de nossos embaixadores, mandou celebrar o summo pontifice Urbano viii, de boa memoria, em que Sua Santidade teve o grande logar que sua dignidade, virtude e letras mereciam, foi de parecer o Eminentissimo Pamphilio (agora Innocencio x) que, passados qua-

tro annos de posse, se admittissem os legados de Sua Magestade.» (A pag. 62).

Nicolau Monteiro, varão de exemplar caridade, para mendigos, hospitaes e presos, morreu na provecta edade de 91 annos; praxe rica: o seu retrato expôl-o ao publico todos os annos no dia 2 de julho, pelos irmãos da Misericordia; á qual benificiou com valiosa dadiva para a convalescença dos doentes.

*

* *

Ora, como quer que o portuense Balthazar Guedes, fundador do Collegio dos Orphãos d'esta cidade, tivesse, consoante nol-o transmitte o chronista da Ordem de S. Francisco na Provincia de Portugal, bôa noticia da arte de architectura e por isso o consultassem para obras, especialmente de templos, por sua conta correu a administração da egreja de S. Nicolau, quando outro portuense a erigiu, o bispo D. Nicolau Monteiro. Tambem o Senado da cidade buscava o seu voto para as obras publicas, de modo que á sua traça e cuidado deve ella a formosa e magnifica (assim lhe chama, não se diga descabidamente) fonte da Arca, e os conductos de outras, que encaminhou depois de estarem perdidos.

Assim, não admirará a iniciativa na feitura da habitação para os orphãos seus protegidos, apezar

de que lhe lançaram por terra a primeira casa que levantou, chamando-lhe nòmes affrontosos, atirando-lhe pedras; mas, firme, sem dizer palavra, elle proseguiu no seu intento.

Note-se que inimiga do padre Balthazar Guedes não era, tam só, a *gente vil;* não era esta, tam só, a que «o demonio tomava para impedir uma obra de tanta utilidade.» Porquanto, vendo Satanaz «que por este caminho não conseguia o seu proposito, suggeriu a algumas pessoas ecclesiasticas, as quaes, julgando mal d'esta fundação, lhe davam diversos titulos, tendo-o por hypocrita, ambicioso e mostrando que para conveniencias proprias havia excogitado similhante industria.» Taes entristecidas palavras escreve fr. Fernando da Soledade, o qual addita que «cresceu muito esta tormenta pela auctoridade dos sujeitos que a levantaram.» No fim, a *gente vil* do povo portuense fez bem melhor justiça ás intenções do sacerdote benemerito, como testemunharia o lucto espontaneo que suscitou seu imprevisto obito. Para obter os recursos de que carecia em seu compadecido afan, discorreu Balthazar Guedes, a pé, acompanhado de dous meninos orphãos, os arcebispados de Lisboa, Braga e Evora e os bispados de Coimbra, Leiria, Vizeu, Lamego e Guarda, larga peregrinação de que colheu muitas esmolas, sendo a mais copiosa a que lhe adquiriu seu irmão, Pantaleão da Cruz, que, vivendo retirado do humano convivio, passou ao Brasil. Alli (d'esta maneira o conta Diogo Barbosa Machado),

fazendo-se perceptivel pelas acções, já que não podia com as palavras, por ser mudo de nascimento, alcançou da generosa piedade de seus habitadores quatorze mil cruzados, que remetteu para a fabrica que havia ser o asylo da orphandade.

Exame da paciencia de Balthazar Guedes foi a companhia d'este seu irmão mudo, «cuja condição (refere-nol-o fr. Fernando da Soledade) era tam aspera como a do servo do Senhor compassiva, branda e quieta.» Salvo para com os desattentos d'entre os numerosos ouvintes que concorriam aliás sempre ás suas exhortações, todavia tam frequentes.

Por estes causticos dizeres, fr. Fernando da Soledade o rememora:

Se notava em alguns pouca attenção aos desenganos, ou divisava alguma conversação. na egreja, eram montantes de fogo as suas advertencias e feria de modo que ninguem se atrevia a fallar no templo, por não ser reprehendido no publico.

Talvez que nossas avós tagarelleiras o alvo preferido fôsse das acres admoestações do padre Balthazar, «o qual, mostrando tam estreita amizade com os homens de bôa opinião, fugia notavelmente de conversações com mulheres, ainda que fôssem de conhecida virtude.» O mesmo fr. Fernando da Soledade nol-o dá a saber.

E, todavia, não consta que de mulher soffresse o padre Balthazar lôgro perigoso, consoante o de que, por parte de um homem, foi victima.

Continuemos ouvindo fr. Fernando da Soledade, agora mais de espaço:

Chegou á sua presença este perverso, mostrando grandes signaes de arrependimento das culpas; e, pedindo-lhe que o ouvisse de confissão, com muita promptidão e gosto lhe quiz administrar o remedio; mas o sacrilego, dizendo-lhe que era muito publico o logar e que com mais desafogo se confessaria no seu cubiculo, facilmente o levou a elle, aonde o ladrão, pondo-lhe uma faca no peito, com resolução de o matar lhe pediu cincoenta mil reis. Deu-lh'os sem repugnancia o servo de Deus, e o deixou retirar, sem estrondos nem queixas, porque em todas as suas molestias nunca soube usar de vozes para o desafogo.

Este seu voluntario silencio perante a affronta lhe deu ensejo a sustental-o o caso em cujos tramites encontrou a morte. Porquanto, sahindo a tractar do remedio de um pobre e pedindo-o a uma pessoa que governava a cidade, n'essa pessoa achou tam mau agasalho que, além de não conseguir o intento, ouviu liberdades bastantes. «Assim costumam haver-se (moralisa fr. Fernando da Soledade) alguns poderosos, soberbos por sua grande ignorancia e nem um conhecimento da propria villeza.» Descomposto, Balthazar Guedes com muita humildade se retirou pelo caminho aonde a morte o esperava e lhe deu o golpe com tanta vehemencia que, na opinião de todos, logo ficou defuncto. Na *opinião de todos*, é phrase intencional; pois que fr. Fernando da Soledade vae rematar o seu capitulo com um vistoso milagre, d'esses em que é fertil a

prosa de nossos antigos (ou credulos ou engenhosos) auctores.

O leitor moderno, porém, melhormente dará seu voto áquell'outra passagem em que o chronista nos demonstra como ao padre Balthazar Guedes ninguem o buscava que não o achasse prompto para o remedio. Andando sempre agenciando o necessario para as obras da casa dos orphãos e sustento dos moradores d'ella, nem por isso deixava de soccorrer aos desgraçados que, de dia e de noite, recorriam á sua compaixão. Aos do hospital do Amparo ià pessoalmente servir e tractar da sua limpeza; e todos os primeiro e terceiro domingos do mez lhes dava uma honesta refeição.

No lanço, por um infinitesimo dos hospitaes, antigamente, no Porto digamos.

Que, sem embargo dos embargos, consoante seus matinaes nevoeiros, e apezar dos pezares, conforme suas prolongadas chuvas, não será, todavia, excesso de favor o conceder ao Porto, em regra, o caracter de salubre; mas, á laia de qualquer outra terra, esta no perigo incorre de receber o mal alheio por *apegamento*, como com respeito á peste a causa para Portugal attribuia o portuguez philosopho rei D. Duarte, no capitulo especial (54) que, no seu livro do *Leal Conselheiro*, á peste consagrou.

E d'esta maldita a primeira que Portugal assolou foi a terrivel de 1354, «*now commonly known as The Black Death*», cujos effeitos mortiferos discri-

minadamente enumerou, no trabalho especial que lhe dedicou, Francis Aidan Gasquet e cuja impressão terrorifica nos communica, em moços, a leitura dos trechos da *Morte-Negra*, entre os do pezadello de Edgar Poe dos mais acabrunhantes.

Em nota appensa discute o dr. Antonio da Cunha Vieira de Meirelles (*Memorias de epidemiologia portugueza*, Coimbra, 1866) a propria affirmativa; e dos *Apontamentos sobre Historia de Coimbra*, de Francisco de Carvalho, manuscripto dos fins do seculo XVIII, que Vieira de Meirelles qualifica de « copioso de noticias e não falho de critica », é de inferir o natural corollario de que o Porto poupado não seria, na invasão geral de cuja mercê funesta resultara ficarem « na provincia do Minho muitos conventos de frades sem ninguem. »

Eram já fins de 1569 e principios de 1570 quando se communicou a além Douro o flagello d'aquella peste desoladora que viu Portugal e a que *grande* chamavam, pelas innumeraveis victimas que ceifou e logares affastados a que estendeu seu açoite.

Só Lisboa perdeu para mais de sessenta mil habitantes, e todas as povoações do reino em que ella estalou lamentaram a morte de muitos dos seus.

Mui copiosa e terrivelmente abundante na destrinça das successivas epidemias contaminadoras do nosso Portugal é outrosim a deduzida e relatada lista que, no segundo tomo de sua *Historia da*

administração publica em Portugal nos seculos XII a XV, nos fornece o snr. Henrique da Gama Barros.

Pelo meado de 1481, p. ex., durava ainda o contagio em Lisboa e Evora, mas não se estendia a todo o Alemtejo, porque Beja e Extremoz não estavam então empestados, segundo se deduz da narrativa de Ruy de Pina; mas o temivel contagio havia-o tambem no Porto, de cujos magistrados municipaes se fazia por esse motivo a eleição (Addit. á Synopse Chron., pag. 151) no logar de Azurara, a 5 de Julho. Mas, definidamente differenciada de «peste», discute em analyse medico-historica Vieira de Meirelles, em nota appensa a pag. 46, sendo seu remate, pag. 234: «Que não fôsse aquelle mal indica-o a longa duração da epidemia e o não se mencionar por então noticia positiva d'ella na Europa.»

Da peste de 1569 passa Vieira de Meirelles á peste de 1579, flagello que parece que só açoitou o Porto por 1581, asserto que Vieira de Meirelles baseia no nosso bracharense, do Porto descriptor, Agostinho Rebello da Costa.

A de 1598 declarou-se em Lisboa no começo de Outubro; desolou Sacavem, estendeu-se a Torres-Vedras, manifestou-se em Cascaes, Leiria, Santarem e Thomar e chegou a Coimbra em Janeiro de 1570, mettendo-a na cidade os criados d'um desembargador, por appellido Barriga, que, passando n'este tempo de Lisboa para o Porto, se não quiz dar por impedido, segundo dom Nicolau de S. Ma-

ria; mas o P. Antonio Franco chama-lhe provedor. Tambem o flagello tocou em Aveiro, assolou Villa Nova de Gaya e castigou o Porto, apezar de o nosso conhecido Agostinho Rebello da Costa affirmar o contrario, *mui improvavelmente*, commenta Vieira de Meirelles.

O snr. Henrique da Gama Barros rememora-o:

Outra doença terrivel, a lepra, que não matava em pouco tempo, como a peste, mas inutilisava irremediavelmente para sempre o individuo a quem feria, assolava a população na edade-média em todos os paizes, sobretudo depois das Cruzadas.

É pasmoso, exclama fr. Joaquim de Santa Rosa de Viterbo, o numero das *Gafarias* que antigamente havia n'este reino. Chamavam-se tambem *Conventos* ou *Ordens de S. Lazaro*, que d'ellas era o tutellar, ou patrono, pois egualmente tinha sido leproso:

Fôram os nossos maiores grandemente perseguidos d'esta ascorosa enfermidade, e por isso multiplicaram tanto estes domicilios da piedade fóra das povoações, onde ainda hoje — 1798 — vêmos alguns, ou quasi demolidos ou applicados a outros usos. O perigo de infeccionar os sãos os fazia alongar dos povos. Cessou quasi de todo esta horrivel enfermidade depois que o panno de linho e o assucar refrescaram a cutis e adoçaram o sangue, e se abandonaram os vestidos de lã ou de pelles ao carão da carne.

E do vocabulo *Gafo*, *os* addita:

Não só se tomava esta palavra pelos que estavam actualmente infeccionados de lepra mas tambem disseram *Gafos* os

mesmos *Leprosorios*, *Lazaretos* e *Hospitaes* em que os leprosos se curavam ou residiam.

Quanto á lepra em si, ella é um mal contagioso, originado de uma depravada sanguificação, que corrompe o estado natural do corpo, rebelde á cura e que, em grao generico, convem com o gallico.

Das casas de caritativa cura a enfermos dispensada dizia o irremediavelmente tantas vezes citado Agostinho Rebello da Costa:

Os hospitaes estabelecidos para abrigo dos pobres e remedio dos enfermos são — 1789 — os seguintes: o *Hospital Real*, na rua das Flôres; o dos *Expostos*, na rua dos Caldeireiros; o dos *Entrevados*, em Cima-de-Villa; o das *Entrevadas*, a Santo Ildefonso; o dos *Lazaros*, no Campo de S. Lazaro; o das *Lazaras*, que lhe está immediato; o das *Velhas*, na rua dos Mercadores.

Todos estes, como elle já dissera, pertenciam á administração da Santa Casa de Misericordia.

Seguem-se, eliminando o dos inglezes, em sua enumeração: o de *S. Chrispim*, na rua do mesmo nôme; o das *Mulheres pobres*, na rua da Biquinha; o da *Senhora da Silva*, na Ferraria-de-Cima; o dos *Terceiros de S. Francisco*, na Ferraria-de-Baixo; o da *Senhora da Caridade*, para os Irmãos da sua Ordem; o dos *Clerigos*, nas casas da sua Irmandade. «A *Ordem Terceira de Nossa Senhora do Carmo* pretende egualmente fundar um para os seus Irmãos pobres e já tem empregado no Campo dos Ferradores o preciso terreno.»

Propinquamente, especifica com maior meudeza o *Hospital Real* que «entre todos estes tem o primeiro logar»; ainda assim, para evitar mais longa descripção, incompativel com os escassos limites que diz se propoz, declara não fallar mais que do *Hospital novo*, digno de que elle dê ao publico «uma clara noticia da sua grandeza.»

E, a nosso padre Balthazar Guedes revertendo, prosigamos dizendo que, se aos enfermos acudia, aos presos assistia com abrazado affecto, não só tractando do seu livramento por casas dos ministros das justiças mas dando-lhes dinheiro para os seus papeis e mandando fazer camisas para os que estavam despidos. E, não satisfeito com a propria commiseração, sollicitava a de muitas pessoas, para que soccorressem a estes e a outros muitos individuos que elle julgava necessitados. Para viuvas, e outras mulheres recolhidas e pobres, sem embargo do fanatismo da sua pudica misogynia, era admiravel o zelo com que tractava de as levantar de sua penuria. A' sua diligencia deveu a cidade do Porto a roda, que se fez para os engeitados, beneficio não sem a irrogada pecha de oppostos inconvenientes; e os pobres do hospital da Misericordia lhe mereceram as ampliações dos seus edificios.

E' certo que, antes que se fizesse a alludida roda, succediam por aqui casos lastimosos, dando-se o escandalo de se acharem mortas, pelas ruas, muitas creanças; e acontecia outrosim levarem al-

gumas á porta d'aquelle seu Collegio dos Orphãos, das quaes Balthazar Guedes tractava, buscando-lhes amas que as criassem com muito cuidado.

Frei Fernando da Soledade refere:

> Em certa ocasião não achou quem lhe tractasse de uma; e elle mesmo a alimentava, com sustento que suppria a falta de leite. Em a propria cella a tinha; e, emquanto trabalhava com as mãos, lhe movia o berço com o pé, afagando-a com hymnos e orações devotas que lhe cantava.

Estas candorosas ingenuidades, nos dias scepticos e trocistas de hoje são capazes de abrir descaroaveis sorrisos.

Mas o que não é para sorrisos, antes para o respeito consciente avulta, é a instituição mesma que á iniciativa e pertinacia do padre Balthazar Guedes deve os solidos fundamentos em que assenta. Do Collegio dos Orphãos do Porto teem sahido, a não se fallar senão nos seus educandos modernamente, homens prestimosos e distinctos para as lettras e para as artes, para o commercio e para a industria, para o sacerdocio e para as varias carreiras liberaes. E' um recolhimento eminentemente sympathico e, com integra justiça, constitue honroso timbre nas benemerencias verdadeiras d'esta terra.

A seu amado Collegio, o padre Balthazar Guedes o plantou em sitio «que, de si, é muito alegre, e muito mais (encarece o auctor da *Historia Seraphica*) com a visinhança de uma alameda de fron-

dosos alamos», pois, para a banda do norte, existia fóra dos muros da cidade, em sitio plano e agradavel, uma pequena ermida, com o titulo de Nossa Senhora da Graça. Tanto lhe quiz que, havendo a rainha da Grã-Bretanha, nossa infanta D. Catharina, casada com Carlos II, insinuado ao sacerdote portuense a acompanhasse a Inglaterra, elle modestamente se escusou, como tambem de ser reitor do Collegio dos Orphãos de Lisboa.

Seu jubilo e vangloria, o punha Balthazar Guedes no tracto e communicação com varões abalisados, taes como o padre Bartholomeu do Quental, fundador da congregação do Oratorio n'este reino. Este padre Bartholomeu do Quental, que nasceu no logar dos Fenaes, pouco distante da cidade de Ponta Delgada, capital da ilha de S. Miguel, diz Barbosa Machado que em 22 de agosto de 1626, foi uma personagem notavel.

Para a sua biographia, a seu leitor manda Innocencio que veja a *Vida* que traduziu o padre Francisco José Freire, e Canaes nos *Estudos biographicos*, a pag. 227. Na Bibliotheca Nacional de Lisboa existe um retrato seu de meio corpo; e ha-o tambem de gravura, além de outras, em formato pequeno, que dizem ter sido aberto em Roma por diligencia do padre Diogo Curado e do qual tinha Innocencio um exemplar.

O padre Quental é tido, na opinião de bons criticos — Innocencio o assignala — como escriptor de linguagem mui pura e correcta, porque evitou

constantemente nos seus escriptos servir-se de vozes ou locuções de alheios idiomas. Estes dotes brilham sobretudo nos seus sermões, em que tambem se lhe admira a elegancia e gravidade do estylo, mórmente nos que recitou como prégador da capella real perante os reis e as primeiras personagens da còrte. Estes *Sermões* (estampados primitivamente por Miguel Deslandes, 1692 e 1694, em duas partes, ambas ellas reimpressas na Regia Offic. Silviana, 1741, e por Miguel Manescal da Costa, em 1763) são algum tanto raros, especialmente os da primeira edição, que é a preferida, como publicada pelo proprio auctor. Em rasão da variedade que ha de edições, vulgares no mercado são do auctor suas *Meditações*, as *das Domingas do anno*, as *da infancia de Christo Senhor nosso*, *da encarnação até os trinta annos de sua edade*, as *da sacratissima paixão de Christo Senhor nosso* e as *da gloriosa resurreição de Christo*.

D'esse presbytero secular e fundador da congregação do Oratorio em Portugal, a obra que publicou o padre Francisco José Freire, mais conhecido pelo nòme poetico de *Candido Lusitano*, que adoptou na Arcadia, da qual foi um dos primeiros e mais conspicuos membros, é a *Vida do veneravel P. Bartholomeu do Quental, escripta na lingua latina pelo P. José Catalano, e exposta no idioma portuguez*, que sahiu dos prelos da Offic. de Antonio Isidoro da Fonseca, em Lisboa, no anno de 1742.

No Porto, em o anno de 1896, o portuense snr.

Joaquim de Vasconcellos inseriu no livro *In Memoriam* um estudo, escripto no ultimo mez do anterior e referente a um retrato notavel do padre Bartholomeu do Quental, que descobrira no paço episcopal de Fontello, perto de Vizeu, n'uma das arrecadações da capella.

Bartholomeu do Quental conta-se no conjuncto dos ascendentes de Anthero de Quental.

FIM DO TOMO I

INDICE

		Pag.
	ANTELOQUIO	V
	[EXPOSIÇÃO]	I
I	Antonio Coelho Louzada — Affonso Eannes Pateiro — João Ramalho	9
II	O «Magriço»	29
III	Francisco de Sá de Menezes — Dom Henrique	55
IV	Fernão de Magalhães — João Bermudes — Belchior Nunes Barreto — Simão de Vasconcellos — Raphael da Purificação — João de Queiroz da Silveira	93
V	Francisco Bernardo de Lima — Arnaldo Gama	139
VI	José Mayne — João Baptista Gomes	199
VII	Vieira Portuense — Silva Porto — João Corrêa — Guilherme Corrêa — Ricardo Raymundo Nogueira	219
VIII	Luiz de Souza — Thomaz Pinto Brandão — João Sucarello Claramonte — Antonio Ribeiro dos Santos	249

Pag.

IX João Pedro Ribeiro — Bernarda Ferreira de Lacerda — Almeida Garrett — Evaristo Basto — Antonio Augusto Teixeira de Vasconcellos — Thomaz de Carvalho — Gonçalves Basto — Ricardo Guimarães — Passos Manuel 271

X Thomaz Antonio Gonzaga — Diogo Brandão — Jeronymo de Mendonça — Luiz Pereira Brandão . 297

XI João Peixoto de Miranda — Antonio de Sousa de Macedo — Martinho Lopes de Moraes Alão — Frederico Augusto de Vasconcellos Pereira Cabral — Pedro d'Andrade Caminha — João de Barros — Vasco de Lobeira 319

XII João dos Prazeres — Luiz dos Anjos — Fernando da Soledade — Manuel Aboab — Uriel da Costa . 357

XIII Nicolau Monteiro — Balthazar Guedes 385

INDICE DO 1.º VOLUME

ANTELOQUIO.

[EXPOSIÇÃO].

I Antonio Coelho Louzada — Affonso Eannes Pateiro — João Ramalho.

II O «Magriço».

III Francisco de Sá de Menezes — D. Henrique.

IV Fernão de Magalhães — João Bermudes — Belchior Nunes Barreto — Simão de Vasconcellos — Raphael da Purificação — João de Queiroz da Silveira.

V Francisco Bernardo de Lima — Arnaldo Gama.

VI José Mayne — João Baptista Gomes.

VII Vieira Portuense — Silva Porto — João Corrêa — Guilherme Corrêa — Ricardo Raymundo Nogueira.

VIII Luiz de Souza — Thomaz Pinto Brandão — João Sucarello Claramonte — Antonio Ribeiro dos Santos.

IX João Pedro Ribeiro — Bernarda Ferreira de Lacerda — — Almeida Garrett — Evaristo Basto — Antonio Augusto Teixeira de Vasconcellos — Thomaz de Carvalho — Gonçalves Basto — Ricardo Guimarães — Passos Manoel.

X Thomaz Antonio Gonzaga — Diogo Brandão — Jeronymo de Mendonça — Luiz Pereira Brandão.

XI João Peixoto de Miranda — Antonio de Sousa de Macedo — Martinho Lopes de Moraes Alão — Frederico Augusto de Vasconcellos Pereira Cabral — Pedro d'Andrade Caminha — João de Barros — Vasco de Lobeira.

XII João dos Prazeres — Luiz dos Anjos — Fernando da Soledade — Manuel Aboab — Uriel da Costa.

XIII Nicolau Monteiro — Balthazar Guedes.

INDICE DO 2.º VOLUME

I Manuel Pereira de Novaes — Manuel de Oliveira Ferreira.

II Agostinho Albano da Silveira Pinto — José Joaquim Rodrigues de Freitas — Agostinho Albano — Urbano Loureiro — Guilherme Braga — Alexandre Braga.

III Eduardo Augusto Salgado — Diogo Kopke — José Gomes Monteiro.

IV João de Deus — Eduardo Augusto Allen.

V Antonio da Costa Porto — Vimarano — Hermenegildo Gutterrez — Sesnando Viegas.

VI Soror Dolores — D. Maria Adelaide Fernandes Prata — D. Maria Peregrina de Souza.

VII «Feudo-tirou» — Argiovito-Constancio.

VIII José Maria de Sousa Monteiro — Antonio Joaquim de Mesquita e Mello — Duarte Lessa — Joaquim José da Silva Maia.

IX Fernando de Novaes — João Teixeira da Silva.

X Henrique Ayres Victoria — Antonio Correia.

XI Pedro Ivo — Julio Diniz.

XII José Ferreira Borges — Ignacio José de Macedo — José da Silva Passos — Augusto Luso — Joaquim Pinto Ribeiro — Ernesto Pinto de Almeida — Antonio Nobre — Soares de Passos.

XIII Faustino Xavier de Novaes — José Dias de Oliveira — Antonio Francisco Ferreira da Silva Porto — Francisco de Assis Sousa Vaz — Joaquim Albino Cardozo Casado Giraldes.

UNIVERSITY OF MICHIGAN
3 9015 02648 645